



Globalização como Problema

Temas de Estudos Globais

José Eduardo Franco e João Relvão Caetano
Coordenação

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2020

(Página deixada propositadamente em branco)

COLEÇÃO
DE **ESTUDOS**
— GLOBAIS
Compreender a Globalização

**COLEÇÃO
DE ESTUDOS
GLOBAIS**

Compreender a Globalização

DIREÇÃO DE

Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

COMISSÃO CIENTÍFICA CONSULTIVA INTERNACIONAL

Annabela Rita (Universidade de Lisboa)

António Araújo (Universidade de Lisboa)

Arlindo Oliveira (Universidade de Lisboa)

Carlos Borrego (Universidade de Aveiro)

Carlos F. Clamote Carreto (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

Celso João Carminati (Universidade do Estado de Santa Catarina)

Christine Vogel (Universität Vechta)

Delfim Leão (Universidade de Coimbra)

Edgard Leite (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Fabrice d'Almeida (Université Paris II – Panthéon-Assas))

Guilherme d'Oliveira Martins (Universidade Católica Portuguesa)

Jacinto Jardim (átedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta)

José Ignacio Ruiz Rodríguez (Universidad de Alcalá de Henares)

Luísa Paolinelli (Universidade da Madeira)

Luiz Eduardo Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)

Marco Daniel Duarte (Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta)

Moisés Lemos Martins (Universidade do Minho)

Norberto Dallabrida (Universidade do Estado de Santa Catarina)

Onésimo Teotónio Almeida (Brown University)

Paulo Ferreira da Cunha (Supremo Tribunal de Justiça)

Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales)

Rogério Luiz de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)

Stephen Croucher (University of New Zealand)

Tania Martuscelli (University of Colorado Boulder)

Teresa Pinheiro (Technische Universität Chemnitz)

Valérie Devillard (Université Paris II – Panthéon-Assas)

Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa)

Globalização como Problema

Temas de Estudos Globais

José Eduardo Franco e João Relvão Caetano

Coordenação

EDIÇÃO Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc | Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO GERAL José Eduardo Franco e João Relvão Caetano

COORDENAÇÃO EDITORIAL Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA Carolina Grilo

REVISÃO Ana Rita Araújo, Carlos Serra, Cristiana Lucas Silva e Milene Alves

TRADUÇÃO Ana Rita Araújo e Maria João Nobre

FOTOGRAFIA DA CAPA Luana Niemann via Unsplash.com

PRINT BY KDP

ISBN 978-989-26-1983-5

ISBN DIGITAL 978-989-26-1984-2

DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2>

DEPÓSITO LEGAL 477229/20

APOIO EDITORIAL E DISTRIBUIÇÃO Theya Editores – CEG-CIPSH-UAb

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA
Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa | (00351) 934 323 983 | 969 977 702
theyaeditores@gmail.com | <http://theya-ed.org/>

Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG-CIPSH-UAb
Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa

Coleção promovida em parceria com o DEG – Programa de Doutoramento em Estudos Globais/CEG/UAb, com o SIEG – Seminário Internacional de Estudos Globais, apoiado primeiramente pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e, no presente, pela Fundação Calouste Gulbenkian, em associação com a Theya Editores do IECCPMA.

COLEÇÃO DE ESTUDOS GLOBAIS

DIREÇÃO DE Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

Sumário

Introdução	7
José Eduardo Franco e João Relvão Caetano	
Conciliar o mundo	13
Adriano Moreira	
Internacionalização, mundialização e globalização:	
conceitos ainda em consolidação	23
José Renato Gonçalves	
<i>Global Middle Ages</i> ou as virtudes do anacronismo:	
a lição do texto medieval	55
Carlos F. Clamote Carreto	
Será o arquipélago da madeira no século XV	
a primeira etapa da globalização?	93
† Alberto Vieira	
A Europa e os desafios da globalização	129
Eduardo Paz Ferreira	
Haverá uma ética para a idade global?	
Possibilidades, dúvidas e alguns condicionamentos	139
Onésimo Teotónio Almeida	
Educação para um mundo melhor:	
um debate em curso a uma escala global	149
João Costa	
Literatura e globalização	153
José Carlos Seabra Pereira	
O <i>boom</i> latino-americano: fenómeno literário global	169
António Mega Ferreira	
Literatura, imaginação e realidade	185
Gonçalo M. Tavares	
Um animal na biblioteca: labirintos	
de Gonçalo M. Tavares	195
Lilian Jacoto	
A cidade manifesto: porta-voz da mundialização?	209
Valérie Devillard	

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

José Eduardo Franco

João Relvão Caetano

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_0

Tem-se acentuado, nos últimos anos, o aparecimento, um pouco por todos os continentes, de novos estudos e programas de estudo sobre a globalização, especialmente nos países de língua e de influência anglo-saxónica. Ao mesmo tempo, assistimos à multiplicação de abordagens sobre temas e problemas do fenómeno desta nossa era de interconexão entre povos, culturas, religiões e territórios. Muito mais do que uma simples palavra, o termo e o conceito de «globalização» a ele associados afirmam um novo paradigma de conhecimento multidisciplinar, multidimensional, implicando a consideração de diferentes temporalidades e espacialidades e colocando em relação o que até hoje era estudado de forma compartimentada (cf. Giddens, 1992: 50ss.).

A bibliografia que vai surgindo sobre este emergente campo do conhecimento já se está a tornar torrencial, afirmando uma nova chave de leitura do mundo hodierno, assim como da nossa história planetária e das relações entre os humanos e o Cosmo. Assistimos, também, ao rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo, que se afirmou nos últimos 500 anos, e cada vez mais tudo começa a ser interpretado em perspetiva global, à luz dos intercâmbios, das inter-relações, das interinfluências e das interfecundações decorrentes da aproximação entre povos e culturas de todos os cantos do planeta Terra.

O conceito de «aldeia global», cunhado pelo canadiano Marshall McLuhan nos anos 60 do século xx, é cada vez mais o conceito-chapéu para desconstruir e reconstruir o conhecimento sobre a realidade, seja ele material-palpável, seja imaterial-psicológico, cultural ou espiritual. Cada vez se abdica mais de ver o mundo a partir do umbigo nacional, o que configurou uma história do saber marcada por um reducionismo político e social, para se passar a olhá-lo com base numa metodologia heteronómica e, por vezes, mesmo heteróclita. O médico e gestor universitário Jean Robillard defende que este campo de estudo emergente, os Estudos Globais, deve ser estudado em diversas perspetivas, para compreendermos mais plenamente o planeta em que nos é dado viver. Diz ele:

O estudo da mundialização, não só no que concerne às dimensões sociais, económicas e políticas do conceito, mas igualmente no que diz respeito à

sua dimensão simbólica no seio de um discurso largamente inserido no imaginário das nossas sociedades ocidentais, está longe de estar completo e longe de ser feito (Robillard, 2001: 281).

A reflexão deste autor, publicada no dealbar deste século, ainda mantém a sua pertinência, apesar da verificada intensificação dos programas de estudo e de obras entretanto publicadas sobre este magno tema. Este estudioso canadiano francófono recorda ainda que o conceito de «mundialização» (ou «globalização», termo anglo-saxónico que haveria de se impor mais) assenta raízes na «utopia romântica» de fundo cientista do progresso humano em ordem à construção, pela razão, pela ciência e pela tecnologia, de uma comunidade global desenvolvida e harmónica. É, porém, um facto que este ideário com raízes no Século das Luzes teve os seus detratores e que a sua implantação se deparou com obstáculos de toda a ordem, o que, para muitos, o veio a tornar numa perigosa distopia. No quadro desta nova mundividência, proliferaram narrativas sobre a globalização a partir do que Gilles Lipovetsky chamou a «cultura-mundo», no âmbito e contexto da denominada «hipermodernidade».

Merecem ainda destaque duas outras influentes teses globalistas que prospetivaram caminhos de distopia. Referimo-nos à teoria de Samuel Huntington que anunciou, no final do século passado, a emergência de um choque de civilizações (Huntington, 1997), assim como às ideias de Francis Fukuyama, que, antes mesmo do autor nova-iorquino, considerou o final do século xx e do segundo milénio como o fim da História, correspondendo a uma vitória da democracia liberal sobre os autoritarismos à escala global (Fukuyama, 1992).¹

Numa perspetiva convergente, o renomado jornalista do *New York Times* Thomas Friedman escreveu, em 2005, uma breve história prospetiva do século xxi (Friedman, 2005), que então se iniciava, com base na ideia de um mundo plano, ou seja, de um mundo sem fronteiras e capitalista. Esta ideia correspondia ao extraordinário desenvolvimento das tecnologias e da economia a ela associadas, que implicaram, de facto, a emergência de uma nova cultura e utopia. Passou a ser possível o contacto entre as pessoas em tempo real, tanto por razões de trabalho como de lazer. Foi a época do aparecimento em praticamente todos os países ocidentais de um novo tipo de *reality show* que ficou conhecido como *Big Brother*, em que qualquer um podia acompanhar em tempo real, através da Internet, o que se

¹ O mesmo autor já tinha esboçado esta tese num artigo publicado no ano da queda do Muro de Berlim, intitulado, em forma de pergunta, «The end of History?» (Fukuyama, 1989: 4).

passava numa casa onde uma dúzia de pessoas desconhecidas umas das outras e do grande público chegava para, durante tempo indeterminado, viver sem relógio e sem qualquer contacto com o exterior, com o único propósito de ganhar um prémio pecuniário. Na verdade, as pessoas iam sendo expulsas uma a uma da casa, por indicação dos próprios concorrentes e da votação do público. O *Big Brother* foi não só um sucesso sem precedentes em praticamente todos os países onde foi exibido, como mudou o modo de fazer televisão, correspondendo a uma nova forma de estar no mundo e de perspetivar as relações entre as pessoas. Pela primeira vez, as pessoas comuns passaram a ter na televisão um modo de se tornarem públicas e populares por factos banais.

Introduzido em 2000 em Portugal, na TVI, o novo formato televisivo foi um sucesso comercial, tornado possível pelo desenvolvimento tecnológico e por uma efetiva mudança na sociedade. A reprodução do formato televisivo por todo o mundo democrático correspondeu à progressiva afirmação de novas mentalidades e a um reforço do sistema capitalista. Não faltou quem visse no *Big Brother* uma intolerável compressão dos direitos humanos, ainda que com o consentimento dos visados, como foi o caso do então Presidente da República português, Jorge Sampaio. Estava em causa, por exemplo, a possibilidade de as pessoas serem filmadas em momentos de intimidade, como aliás veio a acontecer, ou de não poderem saber com rigor as horas do dia. A verdade é que o formato se vulgarizou e deixou de ser questionado, apesar de as dúvidas sobre eventuais violações dos direitos das pessoas terem aumentado. Ao mesmo tempo que isto acontecia, as redes sociais tornaram-se uma ameaça global às democracias. Em pleno século XXI, as famigeradas *fake news* são uma forma aprimorada da propaganda de outros tempos, com a particularidade de ocorrerem a uma escala muito maior. Significa isto que a globalização é inelutável ou que é má em si mesma?

É um facto que não é possível voltar atrás nas alterações tecnológicas, económicas e culturais que propiciaram o fenómeno. Nada de diferente, afinal, do que se passou a partir do século XV, com as navegações marítimas empreendidas por Portugal e Castela. Essa foi uma outra globalização que implicou uma nova organização do mundo e que não foi possível parar. Não existe, porém, um sentido único de globalização ou, pelo menos, não deve existir. O grande desafio do tempo contemporâneo passa precisamente por sermos capazes, como académicos e comunidade política, de encontrarmos os sentidos úteis do globalismo.

Como sabemos, o *Big Brother* é uma personagem fictícia do famoso livro de George Orwell *1984* (Orwell, 1949), no qual o autor denuncia uma sociedade

em que os cidadãos são controlados em todos os seus comportamentos, no que é visto como o contrário da democracia. Pelo livro perpassa a ideia de que perante tal ameaça os cidadãos devem resistir e lutar pela democracia.

Este livro é o primeiro de uma série de livros que reproduz as conferências produzidas no âmbito do Seminário Internacional de Estudos Globais, uma iniciativa conjunta da Universidade Aberta, através da Cátedra FCT Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no período de 2015 a 2019, e que, depois disso, continuou como projeto conjunto da Universidade Aberta, através da referida Cátedra, com a Fundação Calouste Gulbenkian. É um projeto assumidamente alinhado com a defesa de uma globalização de rosto humano, ao serviço das pessoas e da democracia.

As conferências que agora se publicam são da autoria de prestigiados investigadores portugueses e de outros países em variadas áreas do saber. Na verdade, é um compromisso científico, cultural e cívico com o saber humano total. Se as conferências agora publicadas se inscrevem basicamente no vasto domínio das Ciências Sociais e Humanas, nos próximos volumes encontraremos também conferências nos domínios das Ciências Naturais, Exatas e Tecnológicas, porque é fundamental que haja cooperação entre pessoas de todos os domínios do saber. Assim como existe um único género humano, é fundamental preservar a unidade do saber humano, o que se faz com diálogo e trabalho conjunto.

Neste primeiro volume, publicam-se 12 conferências.

A primeira conferência é da autoria de Adriano Moreira e intitula-se «Conciliar o mundo». Nela, o autor, com uma vastíssima experiência de vida académica, cívica e política, faz uma reflexão original sobre os valores universais como forma de garantir o bem da humanidade e, em especial, das gerações mais jovens.

A segunda conferência é da responsabilidade de José Renato Gonçalves e tem o título de «Internacionalização, mundialização e globalização: conceitos ainda em consolidação». O autor, professor na Faculdade de Direito de Lisboa e com investigação sobretudo na área do Direito Económico, traça as linhas de desenvolvimento da economia internacional que levaram, nas últimas décadas, à criação de estruturas de âmbito mundial e global.

A terceira conferência, cujo autor é Carlos F. Clamote Carreto, professor na Universidade Nova de Lisboa, intitula-se «*Global Middle Ages* ou as virtudes do anacronismo: a lição do texto medieval». O autor evidencia, de forma notável e talvez surpreendente, que, na Idade Média, as pessoas mantinham relações que estavam para

além das fronteiras das comunidades onde viviam, como é patente na sua produção literária, que acolhe influências diversas de natureza global ou globalizante.

Na quarta conferência, o saudoso Alberto Vieira, com uma obra única no estudo das ilhas atlânticas de língua portuguesa, responde a uma questão que corresponde ao título da sua intervenção: «Será o arquipélago da Madeira no século xv a primeira etapa da globalização?». A resposta é clara na demonstração do papel geoestratégico do arquipélago da Madeira na expansão portuguesa de Quatrocentos, assim como na mudança do mundo, ao serviço da Coroa portuguesa e do espírito inventivo dos portugueses.

A quinta conferência é da autoria do professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Eduardo Paz Ferreira e intitula-se «A Europa e os desafios da globalização». Homem de saber largo e europeísta convicto, Eduardo Paz Ferreira prospecta o papel indispensável da União Europeia ao serviço da paz e da prosperidade dos povos europeus e ainda na defesa da democracia num mundo particularmente ameaçado.

Onésimo Teotónio Almeida, professor na Brown University, apresenta a sua conferência sob a forma de uma pergunta: «Haverá uma ética para a idade global? Possibilidades, dúvidas e alguns condicionamentos». No pressuposto de estarmos a caminhar para uma idade global, o autor estabelece as possibilidades e os limites de tal empreendimento, que só será bem-sucedido se se fundar numa ética de aplicação universal.

João Costa é o autor da sétima conferência, que se intitula «Educação para um mundo melhor: um debate em curso a uma escala global». A conferência é do professor universitário de Linguística, que é também o Secretário de Estado da Educação do Governo de Portugal. Estamos perante uma intervenção profunda e informada que discute a importância da educação como função essencial do Estado, ao serviço dos valores democráticos.

A oitava conferência tem como autor José Carlos Seabra Pereira, professor na Universidade de Coimbra, intitulando-se «Literatura e globalização». O autor confronta a literatura na sua imprescindível função cultural, tanto ao serviço de uma estética e de uma ética nacionalistas, como ao serviço de um projeto global e multicultural. Perante a existência de sentidos contraditórios, o autor defende a conveniência de as literaturas globais terem um verdadeiro sentido e lastro intercultural e humanista.

A nona conferência é da responsabilidade de António Mega Ferreira e intitula-se «O *boom* latino-americano: fenómeno literário global». Nela, o conhecido autor e crítico literário analisa com detalhe as razões para o sucesso da literatura da

América Latina à escala global. Na conferência, Mega Ferreira fala especificamente do papel de diversos escritores nesse fenómeno.

Ainda no campo literário, na décima conferência, o escritor Gonçalo M. Tavares, um dos expoentes da literatura portuguesa da sua geração e um dos mais originais, aborda a relação entre literatura, imaginação e realidade numa perspetiva global. Na sua magnífica «deambulação» passa não só por múltiplos autores que o influenciaram como, sobretudo, pela assunção das suas próprias posições estéticas e literárias.

A décima primeira conferência é da autoria de Lilian Jacoto, professora da Universidade de São Paulo, intitulando-se «Um animal na biblioteca: labirintos de Gonçalo M. Tavares». Esta especialista em literatura portuguesa há muito que se interessa pelo estudo da obra de Gonçalo M. Tavares, sendo este ensaio de leitura obrigatória para quem queira conhecer melhor a obra do autor português.

A décima segunda conferência é da responsabilidade de Valérie Devillard, professora na Université Paris II – Panthéon-Assas, tendo o instigante título «A cidade manifesto: porta-voz da mundialização?». Se a política é um fenómeno historicamente urbano, a cidade manifesto é uma configuração teórica da cidade contemporânea que está ao serviço da democracia plural e participativa, ao dar voz aos problemas da humanidade. Estamos perante um texto de teoria política, no qual a autora interpreta, de forma original, os fenómenos de contestação social global ocorridos em várias cidades do mundo.

Bibliografia

- Friedman, T. L. (2005). *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Fukuyama, F. (1989). The end of History?. *The National Interest*, 16, summer, 3-18.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Avon Books.
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Huntington, S. (1997). *The Clash of Civilizations*. New York: Simon & Shuster.
- Orwell, G. (1949). *Nineteen Eighty-Four*. London: Secker and Warburg.
- Robillard, J. (2001). Peut-on estimer les impacts de la mondialisation sur la communication sociale et la culture?. In P.-Y. Bonim (dir.). *Mondialisation: Perspectives Philosophiques (279-297)*. Québec/Paris: Les Presses de l'Université Laval L'Harmattan.

Conciliar o mundo

Reconciling the world

Adriano Moreira

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA / adriano.moreira@acad-ciencias.pt

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_1

Resumo: Quando o mundo se encontra em mudança acelerada, o confronto com essa circunstância, de modo a acompanhá-la, salvaguardando e fortalecendo o interesse e a dignidade da comunidade nacional, exige seguramente uma diplomacia reformulada e fortalecida, apoiada em objetivos governamentais claros e, sobretudo, inspirados não pelas ambições pessoais, que nada interessam, nem pelos interesses partidários, que perdem importância, mas sim pelo interesse permanente do Estado. No fundo, torna-se premente reinventar uma diplomacia que não seja inspirada pela afirmação de que a política é a continuação da guerra por outros meios, mas sim pela convicção de que a paz deve ser o objeto do esforço convergente.

Palavras-chave: conciliação; conflitos; diplomacia; mudança

Abstract: When the world is in accelerated change, the confrontation with this circumstance, in order to accompany it, safeguarding and strengthening the interest and dignity of the national community, certainly requires a reformulated and strengthened diplomacy, supported by clear government objectives and, above all, inspired not by personal ambitions, which matter nothing, nor by party interests that lose their relevance, but by the permanent interest of the State. Basically, it is imperative to reinvent a diplomacy that is not inspired by the statement that politics is the continuation of war by other means, but by the conviction that peace must be the aim of a common effort.

Keywords: conciliation; conflicts; diplomacy; change

Podemos, sem grande erro, considerar que o dia 11 de setembro de 2001, que foi chamado «Dia de Fogo», marca o início de uma época, exigindo, por isso, uma profunda meditação sobre os futuros possíveis da humanidade e da casa comum que é a Terra. Foi a terça-feira em que o Presidente dos EUA, considerado até então como líder da superpotência invulnerável, recebeu a notícia, quando se dirigia para uma sala de aula da Emma E. Booker Elementary School, com o objetivo de discutir a reforma educativa, e ali veio a saber que o World Trade Center fora atingido por um avião, a que outro se seguiu, destruindo as Torres Gémeas, matando quase 3000 pessoas. Tratando-se de um facto sem precedentes, portanto sem experiência aprendida a respeito de uma metodologia de prevenção e de resposta, implicou que, além de pedir criatividade aos responsáveis do seu Governo e Forças Armadas, o Presidente tenha celebrado um serviço na famosa National Cathedral, onde dis-

curaram e oraram o imã Muzammil Siddiqi, da Sociedade Islâmica da América do Norte, o rabino Joshua Haberman, o pregador Billy Graham, o cardeal Theodore McCarrick e o pastor Kirbyjon Caldwell. No discurso final, o Presidente disse aos americanos e ao mundo:

Apenas três dias depois destes eventos, os americanos ainda não possuem a distância da história. Mas a nossa responsabilidade para com a história já se torna clara: reagir a estes ataques e livrar o mundo do mal [...]. Os sinais de Deus nem sempre são aqueles que procuramos. Aprendemos na tragédia que os seus objetivos nem sempre são os nossos. Todavia, as preces de sofrimento privado, nos nossos lares ou nesta Catedral, são escutadas e compreendidas [...]. Este mundo que ele criou é um mundo moral. A dor e a tragédia e o ódio são apenas temporários. A bondade, a recordação e o amor não têm fim. E o Senhor da vida ampara todos os que morrem, e todos os que choram.

Passou mais de uma década, e este apelo à transcendência, juntando as vozes de variadas maneiras de rezar com fé e a humildade de não ter projeto de política de Estado e pedir inspiração, não teve iluminação de resposta, não levou à formulação e à aceitação do *paradigma comum* que Küng indaga com devoção e esperança, nem o direito internacional, patrimônio imaterial comum da humanidade, assumiu a natureza de diretiva efetiva para a paz. Antes, como escreveu Emily Dickinson, «It was too late for Man, but early, yet, for God». Ao contrário da esperança de paz, parece ter ressuscitado a lenda do rabino Judah Loew, de Praga, que teria criado um *golem* para defender a comunidade judaica da cidade. Mas, contam Hardt e Negri,

[...] a violência destrutiva do *golem* revela-se incontrolável. Ele efetivamente ataca os inimigos dos judeus, mas também começa a matar os próprios judeus indiscriminadamente, até que o rabino consegue reduzi-lo novamente a argila (Hardt & Negri, 2005).

É o que está a acontecer com a multiplicação de acessos ao armamento atômico, com a Coreia do Norte a servir de última advertência. O estado de guerra global em que nos encontramos, com variantes sem precedentes, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, mostra que o monstro não foi dominado e sim que a primeira resposta, mais divulgada, foi a de Samuel P. Huntington, a começar com o seu estudo sobre a crise da democracia (Huntington *et alii*, 1975), que estaria a evoluir para

um «destempero democrático», mas sobretudo quando diagnosticou a guerra das áreas culturais (Huntington, 1996). De facto, este autor estava altamente preocupado com o acesso das minorias ao poder, como mostra o seu livro de 2005 – *Who Are We?* –, publicado antes da eleição de Obama, que finalmente proclamou «somos todos americanos» – o que os factos contradizem, no que respeita à paz e à escolha presidencial, aos erros ocidentais, por exemplo, no Iraque e na Líbia, e, finalmente, ao terrorismo e às ambições do autoproclamado Estado Islâmico.

Partindo deste conceito operacional, e vistas as formas inovadoras dos conflitos, desde a cibernética à destruição do sistema financeiro de países debilitados, não é difícil inverter a fórmula de Clausewitz para a conclusão de que a política é a condução da guerra por outros meios e que o terrorismo é a mais eficaz das armas do fraco contra o forte. As imigrações e o anti-islamismo ameaçam até a unidade europeia. Estamos longe da prece de Nelson Mandela, quando, ao receber o Prémio Nobel da Paz (10/12/1993), disse falar em nome dos «seres humanos incontáveis que, tanto dentro como fora do nosso país [África do Sul] tiveram a nobreza de espírito de se atravessar no caminho da tirania e da injustiça sem ambicionarem qualquer proveito próprio». O certo, todavia, é que o conceito operacional vigente parece o mesmo do desaparecido império euromundista, da soberania ou hegemonia para além das fronteiras nacionais, como claramente esclareceu o discurso de Putin sobre a Ucrânia, tudo cabendo na fórmula da supremacia, que conduziu ao unilateralismo da regência republicana de Bush, ao combate não apenas entre as áreas culturais diferentes, mas também ao atrito entre o americanismo e o europeísmo, alegoricamente chamado entre Marte e Vénus, sem que a decadência ocidental tenha vindo ao pensamento do desaparecido Huntington.

A ideia de império parece uma tradução apropriada para o unilateralismo americano de então, com a associação ou domínio do complexo militar-industrial, com o apoio do sistema financeiro em liberdade e com as convicções de que se trata da nação indispensável, capaz de conduzir a guerra vitoriosa em duas frentes, cujo interesse nacional permanente é o guia das intervenções, cujos valores de democracia e de liberdades acredita que serão o futuro de um mundo finalmente aderente ao credo do mercado. Deste modo, a guerra cirúrgica, isto é, em que a técnica permitiria que as baixas dos seus exércitos fossem nulas, deixando os velhos riscos de pisar o terreno aos aliados, associados, ou aos arregimentados das empresas nascidas da privatização da guerra, foi uma ilusão. Talvez o último livro de George Friedman, *The Next 100 Years*, seja a utopia que o ilustre «leading expert in geopolitical intelligence» deduz dessas premissas, examinando todos os

acidentes sofridos no século XX, perspetivando a evolução da população mundial, das comunicações, das guerras das culturas, para finalmente anunciar uma guerra mundial para meados deste século, em que «The United States will emerge in unchallenged control of space, and therefore in control of the World's oceans», concluindo que «The outcome of the war will unequivocally affirm the position of the United States as the World's leading international power», iniciando «a golden decade» (Friedman, 2009: 212).

A infeliz evolução, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, veio mostrar que a *resistência* e a *organização em redes* estruturaram um adversário difícil de combater na guerra do fraco contra o forte, como o ataque às Torres Gémeas demonstrou. A *rede*, por definição transversal, sem necessariamente ter uma estrutura hierárquica, adotando o terrorismo como método, desafia aquela revolução militar que apoiava na sofisticação técnica a vitória e a preservação das vidas dos seus soldados: o Vietname, as dificuldades da Segunda Guerra do Iraque, o impasse do Afeganistão e, sobretudo, os 10 anos de caçada a Bin Laden obrigam a meditar sobre a conclusão de Hardt, segundo o qual «a forma em rede impõe-se a todas as facetas do poder, estritamente da perspetiva da eficácia do governo».

Mas a resistência, antes de mais um estado de espírito, parece ganhar o primado na análise da conjuntura complexa de fatores sociais, culturais, políticos, económicos, religiosos, de conhecimento ou desconhecimento dos outros. Para sublinhar esta importância da resistência, recorde-se a *rebelião dos devedores* que, nos EUA, em 1786, se traduziu em que os fazendeiros endividados de Massachusetts organizassem uma milícia de 1500 homens para evitarem a confiscação do seu gado e das suas terras. Quando Jefferson respondeu, de Paris, à sua angustiada amiga Abigail Adams, que «o espírito de resistência ao governo, é tão valioso em certas ocasiões que desejo que ele seja sempre mantido vivo», não estava a prever as guerras assimétricas, não avaliou a derrota de Napoleão na Península Ibérica e não previu os desastres posteriores à Guerra Fria.

De facto, as solidariedades transnacionais e os objetivos dos deserdados da fortuna, ou da liberdade política, ou dos direitos humanos, ou dos que guardam a memória da falta de segurança dos seus direitos, dão lugar ao conceito de *multidão*, que Hardt e Negri utilizaram não para designar as multidões demoníacas («legião é o meu nome, porque somos muitos»), uma resposta de possuídos a Jesus, mas para designar a fé, mais do que a tendência, na linguagem de Michel Foucault, e que se traduz na existência de múltiplas redes, que desafiam os modelos militares soberanos ou imperiais, porque também, de facto, são militares sem qualquer

legitimidade reconhecida pelo direito vigente, incluindo organizações não governamentais de solidariedade contra o tráfico das pessoas, contra a utilização das crianças na guerra, contra os governos despóticos, como está a acontecer no turbilhão do Mediterrâneo, ou a luta mal iniciada para que a engenharia económica e financeira, que levou ao desastre atual, seja obrigada a reconhecer a ética, como doutrinou Amartya Sen.

Uma nova rebelião de devedores, agora em termos transnacionais, transculturais, legitimada e sustentada pela multidão atingida pelos efeitos de políticas em que não participou e só conheceu pelos efeitos, pode aprofundar uma nova temática da polemologia, de perspetiva universal e fora dos quadros legais existentes, mas ultrapassados pelos factos dolorosos que lhe não reconhecem ainda a legitimidade. Daí a crescente importância e urgência da temática que se traduz em reformular os métodos *de conciliar o mundo*, uma questão em que se destaca Boris Biancheri (2005), mais esperançoso do que William Ospina, este último meditando sobre a afirmação de Paul Valéry de que os dois perigos que ameaçaram o mundo são a ordem e a desordem. Esta meditação não é de um pessimista sem companhia, porque muitos foram os avanços da ciência e da técnica sem referência às Humanidades, muita é a força dos complexos militares-industriais, severo o terrorismo que tem por método massacrar os inocentes, acabando ele por duvidar se não será «tarde para o homem» (Ospina, 2008). De facto, reatando a narrativa da ascensão e queda das sociedades humanas, que Jared Diamond retomou (Diamond, 2008), trata-se antes de trazer para a procura, para o debate e para a intervenção o ainda oculto paradigma global em cuja definição se afadiga Hans Küng, com a esperança de que foi pregador o Santo João Paulo II. No fundo, reinventar uma diplomacia que não seja inspirada pela afirmação de que a política é a continuação da guerra por outros meios, mas sim pela convicção de que a paz, sempre sujeita aos desafios e riscos que o Presidente Wilson claramente denunciou ao lutar pela SDN (Sociedade das Nações), deve ser o objeto do esforço convergente das áreas culturais que se encontram finalmente em liberdade, dos Estados, dos poderes atípicos e da sociedade civil mundializada, que os tempos de escombros em que vivemos definem ao redor do globo como a sociedade de todos os homens.

Parece, de facto, insistir sobre a necessidade de uma diplomacia consistente, apoiada em recursos suficientes, para enfrentar um mundo em mudança, entre nós, em nome de um Estado que se deixou resvalar para a exiguidade ao somar os efeitos da crise mundial com as insuficiências internas do governo e da adminis-

tração. Não tem qualquer significado, no que toca às exigências, que os tratados internacionais se chamem de Lisboa; o que tem importância é que a voz de Lisboa esteja internacionalmente acolhida pelos tratados e decisões, seja qual for o lugar onde sejam celebrados. Cabem, neste conceito, factos como a eleição portuguesa para a Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, ou para o Conselho de Segurança, ou para secretário-geral, o que abona a tradição diplomática portuguesa, mas o mais importante, nesta data de início da nossa crise que vai afetar gerações, é que esse talento tenha à sua disposição um conceito estratégico nacional, o qual falta desde a derrocada do império euromundista. Isto quando a falta se torna mais evidente, porque o risco ameaça aconselhar, pelo desânimo, o regresso ao dizer do bispo de Silves, quando, no fim da Dinastia de Avis, e em face da submissão imposta pelos factos, declarou que «ao presente não lhe vejo mais remédio». Levou tempo, mas encontrou-se e aplicou-se o remédio, de facto, com uma intervenção diplomática notável, em que se distinguiu o próprio Padre António Vieira.

Quando o mundo se encontra em mudança acelerada, o confronto com essa circunstância, de modo a acompanhá-la, salvaguardando e fortalecendo o interesse e a dignidade da comunidade nacional, exige seguramente uma diplomacia reformulada e fortalecida, apoiada em objetivos governamentais claros e, sobretudo, inspirados não pelas ambições pessoais, que nada interessam, nem pelos interesses partidários, que perdem importância, mas sim pelo interesse permanente do Estado, de conteúdo variável em resposta à variação das épocas, mas sempre de interesse permanente. Muitos países da área ocidental dão o exemplo de compreenderem e praticarem esse conceito de interesse permanente de conteúdo variável, e, por isso, é tão frequente verificar que o trabalho continuado e seguro do aparelho diplomático é sublinhado internacionalmente pela frequência com que os chefes de Estado se deslocam para dar solenidade e projeção aos acordos que vão sendo conseguidos, no interesse dos seus países e no interesse geral da comunidade internacional. Isto acontece com evidência nas áreas mais especificamente políticas, em que os diplomatas que estão sediados no exterior, e até os seus ministros, inspiram as ideias que congregam outras sedes de poder, designadamente nas áreas económicas, científicas ou político-militares.

No que toca às janelas de liberdade que o país tem e que só recentemente começaram a levar os responsáveis a avaliar publicamente a sua importância, como é o regresso ao mar, à terra semeada e às solidariedades ativas da CPLP, como muitas vezes a sociedade civil recomendou e até exigiu, a preservação do bom nome, da imagem e da respeitabilidade das cooperações é um tema que exige uma

atenção empenhada na reformulação, fortalecimento e modernização do aparelho diplomático, apoiado num conceito estratégico nacional de interesse permanente e de conteúdo variável, sempre que as circunstâncias o exijam, mas que por isso mesmo sobrevive às mudanças de governo ou de titulares dos cargos políticos, ou dos humores dos responsáveis.

Para a situação portuguesa, aquilo que, por exemplo, Boris Biancheri chamou *a necessidade de conciliar o mundo* tem, entre outras exigências, a de conciliar a Europa rica com a Europa pobre, fortalecendo a confiabilidade do projeto europeu, quer para cumprir obrigações assumidas, quer para recuperar das crises, quer para contribuir com imaginação criadora para a reorganização da governança mundial em paz. As divergências que ameaçam o processo europeu apenas tornam mais imperativo o esforço diplomático.

Dei este título a esta breve comunicação porque julgo ser esta a mais urgente função do conceito estratégico de um espaço, o Ocidente, que exerceu a hegemonia mundial longamente e que nesta data está em situação que aconselha a releitura de Toynebee, que conclui que os ocidentais são considerados os maiores agressores históricos das áreas culturais que hoje, por fim, falam livremente ao mundo e que são vítimas de decadência, como aconteceu a todas as civilizações que ele estudou.

Apenas para fins da exposição, referirei em separado os EUA, a Europa e a sua relação em unidade ocidental.

Quanto aos EUA, talvez mereça a pena averiguar se a Revolução Francesa de 1789 lhes deve mais do que a sua independência deve à França. Isto porque a Guerra da América «tinha custado muito dinheiro à monarquia francesa», de modo que o reino estava em falência financeira e foi a necessidade de o rei ter de convocar os Estados Gerais para aumentar os impostos (17 de junho de 1789) que fez com que o processo iniciado terminasse com o fim da monarquia. Mas o esforço que levou à independência dos EUA incluiu, no património da humanidade, a Declaração de Filadélfia, que antecedeu a de França, e esse património é um elemento fundamental da identidade do Ocidente.

Os vários conflitos que foram acompanhando o processo europeu tiveram nos EUA uma réplica de engrandecimento, quer territorial, quer em população. Como dizem Barreau e Bigot:

Os Estados Unidos beneficiaram durante o século XIX todo duma imigração maciça: em 70 anos, 20 milhões de europeus franquearam o Atlântico para se instalar lá. Essas pesadas deslocações de população

tinham-se tornado possíveis, por à navegação à vela do século XVII se suceder a navegação a vapor da Primeira Revolução Industrial, a qual despejou nas costas americanas milhares de imigrantes dispostos a refazer a vida. Muitos desses recém-chegados vinham da antiga pátria inglesa (em plena explosão demográfica), mas também da Irlanda (empobrecida pelo domínio protestante e assolada pela fome), da Alemanha (falou-se alemão muito tempo no Middle West) e da Escandinávia. Também se via chegar centenas de milhares de europeus do Sul (espanhóis, italianos, portugueses) e do Leste (polacos, russos, gregos).

Nasceu então um «mito americano», ilustrado pela estátua da Liberdade, obra esculpida por Bartholdi e oferecida pela França, que foi instalada em Manhattan, em 1886 (Barreau & Bigot, 2008).

Nas relações com a Europa, salvo a Guerra da Independência, só mereceu ser mencionada a guerra com a Espanha, com expressão maior nas Filipinas, hoje independentes.

Nesta imigração, inclui-se a portuguesa, que na costa ocidental tem em Cabrilho um símbolo e na Nova Inglaterra incluiu, no tempo colonial, os notáveis cabo-verdianos.

Os EUA criaram, milagrosamente, um patriotismo que, nesta época de Obama, tornou mais escutado o grito «somos todos americanos» e deu ainda maior consistência ao facto de, até aos 14 anos, todo o americano prestar este Juramento de Fidelidade: «Juro fidelidade à bandeira dos Estados Unidos da América e à Republica, a qual representa uma Nação fiel a Deus, com justiça e liberdade para todos».

Adotando como conceito estratégico nacional o interesse permanente de conteúdo variável, o destino manifesto, o *big stick* que tem em vista o continente americano e o conceito de ser a nação indispensável, os EUA tornaram-se, de facto, a potência dominante do século XX, no que toca ao poder, ao saber e ao saber-fazer na área da ciência, à audácia, no que respeita ao empreendedorismo, e, finalmente, tomando o conceito da «sociedade afluyente» – ou até mesmo, no dizer de Marcuse, «unidimensional» –, ao consumismo, o que não diminui a qualidade da sua literatura, música e arte e da sua influência na criação de uma espécie de rede de novos costumes da sociedade civil transnacional.

Entretanto, e para usar a imagem criada por Popper, surgiram dois cisnes negros que desafiaram a unidade da consciência ocidental: as duas guerras mundiais, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, ambas guerras civis dos ocidentais.

Em ambas, os EUA, na primeira liderados por Wilson, na segunda liderados por Roosevelt, assumiram que, se o Pacífico era um destino manifesto, o Atlântico não era uma retaguarda, mas sim o que podemos chamar um lago ocidental. A juventude americana veio, nas duas ocasiões, morrer na Europa para combater a destruição da sua maneira de viver e – chamo a atenção para o facto de que nos cemitérios da Normandia estão os filhos das mães americanas – para que menos mães europeias tivessem de enfrentar o mesmo sofrimento. Designadamente, o Plano Marshall e a NATO impediram que a política de metades triunfasse: duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim, e, nas guerras marginais, dois Vietnams, duas Coreias.

Portugal, neste processo de mudança do mundo, foi levado pelos EUA, mas com a intervenção amenizadora da Inglaterra, que invocou a Aliança, a criar o estatuto, que não se repetirá na história, de *neutralidade colaborante*, envolvendo os Açores, os quais, nesta data, foram colocados numa situação de *danos colaterais*, que agravaram severamente a crise financeira que sofreram.

Não foi acertada, julgamos, a ideia de Fukuyama do fim da História; foi imprudente o unilateralismo na presidência Bush, mas o facto mundial é que desapareceu a hierarquia das potências que o Conselho de Segurança da ONU acolheu, que a Carta e os tratados foram atingidos pela crise mundial e que não é difícil aceitar que é urgente conciliar o mundo, em face de duas ameaças fundamentais: a proliferação nuclear e a fome, quando a fronteira da pobreza passou para o norte do Mediterrâneo, que poderes emergentes – como a China – se mostram a caminho de juntarem o poder militar ao poder financeiro.

Sem solidariedade assumida no Atlântico, em que os EUA têm não uma retaguarda, mas uma participação, a decadência do Ocidente não será facilmente detida. Sabemos que o Pacífico lhes é importante, mas o Atlântico faz parte da urgência. Somos todos ocidentais. Em que circunstâncias, num mundo tão ameaçado pela ordem como pela desordem?

1. Considerados pelo antigo Terceiro Mundo como os maiores agressores dos tempos modernos, salientando-se o turbilhão muçulmano;
2. Com o Ocidente a viver uma espécie de outono, com a unidade europeia sofrendo os conflitos entre os deveres jurídicos e a segurança, para a qual nenhum orçamento tem reservas;
3. Com o credo do mercado a substituir o credo dos *valores* e com a velha hierarquia das potências desatualizada pela mudança da circunstância mun-

dial e sem realmente pôr em vigor a igualdade das nações e os princípios do «mundo único» e da Terra enquanto «casa comum dos homens»;

4. Com, ao contrário, mais de metade dos Estados da ONU incapaz de responder, pelo menos, aos desafios da natureza – terremotos, inundações, fome, pestes, e os pobres a morrerem mais cedo;

5. Portugal enfrenta, nesta situação de exógeno, ser dependente agora da União Europeia, mas esta sem conceito estratégico;

6. Parece de facto tarde para os homens e cedo para Deus. A resposta, seguindo Küng e a ONU, é escolher estadistas como tivemos e que não foram substituídos. Precisamos de vozes encantatórias e de saber que Portugal tem janelas de liberdade, para além da Europa decadente, que são a CPLP, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa e o mar salgado pelas lágrimas de Portugal;

7. A participação na tarefa de conciliar o mundo obriga a ler o sermão do Padre António Vieira sobre «Quando?», isto é, sobre quando é que finalmente passamos à ação, neste globo ameaçado pela ordem violada e pela desordem crescente, para que, se é tarde para o homem, deixe de ser cedo para Deus.

Bibliografia

- Barreau, J. C. & Bigot, G. (2008). *Toda a Geografia do Mundo*. Lisboa: Teorema.
- Biancheri, B. (2005). *Conciliar o Mundo*. São Paulo: Martins Funher.
- Diamond, J. (2008). *Colapso*. Lisboa: Gradiva.
- Friedman, G. (2009). *The Next 100 Years*. New York: Anchor Books.
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Multidão, Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Huntington, S. P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Huntington, S. P. et alii (1975). *The Crisis of Democracy. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press.
- Ospina, W. (2008). *Es tarde para el Hombre*. Barcelona: Belacqeta.

Internacionalização, mundialização e globalização

Conceitos ainda em consolidação

Internationalization, mundialization and globalization: concepts still in consolidation

José Renato Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA / j.renatogoncalves@gmail.com / ORCID | 0000-0001-8311-3374
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_2

Resumo: As noções de internacionalização, mundialização e globalização, bem como de cooperação e integração económica internacional, têm vindo a ser utilizadas quase indistintamente, sem vantagens significativas e com prejuízo do rigor, como se não existissem diferenças significativas entre elas e, sobretudo, não devessem ser claramente distinguidas, antes de mais porque as realidades e os contextos em que emergiram e que as justificaram e justificam não são os mesmos, nem sequer são aproximados. A relativa novidade de algumas destas noções e a sua complexidade dificultam certamente o respetivo enquadramento enciclopédico, mas importa e afigura-se útil, tanto do ponto de vista teórico como prático, procurar encontrar os elementos distintivos, em especial do conceito de globalização económica, que é mais recente e cuja utilização, entretanto, se banalizou, conforme se verá.

Palavras-chave: cooperação e integração económica internacional; globalização; internacionalização; mundialização; Portugal; União Europeia

Abstract: The notions of internationalization, mundialization and globalization, as well as those of international economic cooperation and integration, have been used almost without distinction, without significant advantages and with prejudice to accuracy, as if there were no differences between them and they should not be clearly distinguished, although the realities and contexts in which they emerged are not the same, nor are they even approximate. The relative novelty of some of these notions and their complexity certainly hamper the respective encyclopaedic framework, but it is important and useful to find their distinctive elements, both from a theoretical and practical perspective, especially with regard to the concept of economic globalization, which it is more recent, and whose use, however, has become trivial, as will be seen.

Keywords: international economic cooperation and integration; globalization; internationalization; mundialization; Portugal; European Union

A soberania dos Estados nunca foi considerada uma realidade absoluta, sendo antes entendida no contexto do reconhecimento e do relacionamento entre entidades distintas mas interdependentes, que formam no seu conjunto a comunidade internacional. A noção de soberania é, assim, compatível com a vinculação jurídica dos Estados a obrigações internacionais. Por isso, quando se afirma que os Estados dispõem de total liberdade para escolher o seu regime económico e social, ao abrigo

de interferências de outros Estados, em conformidade com o artigo 2.º-1 da Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, de 1974, isso não significa negar a evidente e imprescindível coexistência, em termos paritários, de cada Estado soberano com os restantes Estados, igualmente soberanos.¹

Na Declaração sobre Relações Amigáveis e Cooperação entre Estados das Nações Unidas (Resolução da Assembleia Geral n.º 2625 (XXV), de 24 de outubro de 1970) reconhece-se expressamente que todos os Estados são identicamente soberanos: dispõem de direitos e deveres equivalentes e são membros equiparados da comunidade internacional, independentemente das diferenças económicas, sociais ou outras que registem. Daí decorre, designadamente, que «cada Estado tem o direito de escolher livremente e desenvolver os seus sistemas político, social, económico e cultural» (alínea e)) e «deve cumprir plenamente e de boa fé as suas obrigações internacionais e conviver em paz com os outros Estados» (alínea f)). Este quadro tradicional explicativo das relações entre Estados soberanos não foi posto em causa com as sucessivas e cada vez mais frequentes relações económicas baseadas na cooperação internacional, motivadas, em geral, pelas vantagens recíprocas emergentes dessas relações, suscetíveis de aproveitamento por todos ou quase todos, entes públicos ou privados, pessoas singulares ou coletivas, em especial, mas não apenas, pelos mais diretamente envolvidos nessas relações internacionais: produtores e consumidores, exportadores e importadores, cujo número aumentou exponencialmente à medida que cresceram e se generalizaram as trocas transfronteiriças. Quer isto significar, basicamente, que a interdependência económica entre os diversos territórios do mundo veio tornar possível a troca regular de informações e de conhecimentos, bem como da generalidade dos restantes bens disponíveis (ou seja, o seu consumo) por qualquer pessoa, quer habite ou se encontre num ponto geográfico próximo, quer num ponto distante, em função quase somente das suas preferências e escolhas individuais.

As posições e ações de cooperação e de concertação ou harmonização política, jurídica e económica entre os Estados permitiram reduzir, em geral, os obstáculos às trocas comerciais internacionais, diminuindo ou eliminando direitos aduaneiros,

¹ São numerosos os estudos gerais sobre o tema da soberania económica dos Estados – sendo, todavia, conhecido que nem todos os Estados são soberanos na ordem internacional (é o que sucede com os Estados federados). Sobre a soberania económica internacional, pode confrontar-se, entre muitos outros, Herdegen, 2013: 53ss.; Qureshi & Ziegler, 2011: 47ss.; Juillard & Carreau, 2010: 23ss.; Lowenfeld, 2008: 3ss.; Hoekman & Kosteci, 2001: 9ss.; e Jackson, 1997: 79ss.

proibindo práticas discriminatórias contra produtos, serviços e produtores ou fornecedores estrangeiros, exigindo a transparência de procedimentos, promovendo a boa governação e comprometendo-se na luta contra a corrupção e contra outros comportamentos ilícitos. Em consequência, aumentou a interdependência económica por via da gradual mundialização das trocas, um processo com antecedentes seculares, inaugurado nos séculos XV e XVI pelos portugueses e pelos espanhóis e sucessivamente aprofundado pelos holandeses e pelos ingleses, até, pelo menos, ao final do século XIX, inícios do século XX, quando, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, o grau de abertura económica em relação ao exterior atingiu um nível extraordinariamente elevado, envolvendo não apenas as trocas internacionais de bens, mas também os mercados financeiros (centrados então na *City* de Londres), bem como a livre circulação de pessoas, que atingiu números como nunca anteriormente, até entre continentes diferentes (sobretudo da Europa para as Américas).

Diversas circunstâncias estiveram na origem, e continuam ainda a encontrar-se no cerne, dos inúmeros processos e compromissos de cooperação e, mais recentemente, de integração económica (e também política) internacional, intensificados no decurso das últimas décadas, sobretudo desde o final da Segunda Guerra Mundial, primeira e paradigmaticamente no continente europeu e, depois, também nas restantes partes do globo terrestre. São evidentes as razões da necessidade de cooperação política e económica internacional num mundo cada vez mais interdependente, designadamente porque as pessoas, em geral, passaram a poder conhecer o que se passa noutros lugares do mundo e também a adquirir os bens lá existentes, e de se perceber que os problemas de maior e menor dimensão e gravidade também podem ser semelhantes, podendo exigir designadamente que as medidas para os enfrentar e resolver tenham de envolver o esforço conjugado de vários Estados e porventura a criação de novas entidades comuns.

A atenção dos investigadores ao fenómeno da cooperação e, mais recentemente, da integração económica internacional tem incidido, em especial, sobre os motivos e fundamentos do processo e sobre as suas implicações, incluindo constrangimentos dos poderes soberanos dos Estados, desde há muito limitados pelas exigências das relações internacionais, assentes na livre cooperação intergovernamental, nunca tão intensamente atingida como nas situações mais recentes de integração económica internacional. Fora alguns processos menos abrangentes de integração económica internacional, particularmente na origem da criação de novos Estados, a primeira experiência de integração económica internacional geral, de natureza informal, que se concretizou no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, não assentava

em alicerces institucionais minimamente sólidos, mas essencialmente na respetiva aceitação pelos Estados, sobretudo os que tinham maior peso nas relações económicas internacionais, no sentido de não apenas tolerarem as operações realizadas como também de acautelarem os interesses dos seus operadores, assumindo-os como próprios ou comuns (cf. Graff *et alii*, 2014, I: 23-152; Tamames & Huerta, 2010: partes 1-2; Knox *et alii*, 2003).

A debilidade institucional e jurídica da ordem internacional económica do final do século XIX e inícios do século XX não permitiu prevenir nem impedir o agravamento das dificuldades económicas e financeiras crescentemente atribuídas aos estrangeiros, o que justificou a adoção de medidas e de políticas de teor nacionalista e protecionista, que se intensificaram à medida que se avolumaram, deflagraram e generalizaram os confrontos, primeiro políticos e depois armados, com a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914. Com oscilações diversas, as práticas económicas nacionalistas e protecionistas iriam predominar nos vários países do mundo até ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, em 1945, tendo por instrumentos comuns quotas rígidas de importação e de exportação, a proibição das trocas internacionais de determinados bens com países considerados adversários ou inimigos, direitos aduaneiros muito elevados, constrangimentos rígidos ao financiamento internacional e à circulação de capitais, assim como de pagamentos, com sujeição crescente das respetivas operações a decisões casuísticas de *clearing*, fundadas sobretudo em critérios políticos, e ainda outras restrições de natureza quantitativa das importações e das exportações entre vários Estados, por todo o tipo de confronto, mais ou menos declarado ou latente, em consequência da expansão de incertezas e de desconfianças nas relações internacionais.

Reconhecendo as consequências prejudiciais das posições e políticas nacionalistas e protecionistas, típicas de épocas de conflitos armados, abertos ou latentes, iniciaram-se diversos processos negociais, com o objetivo de encontrar novas formas de relacionamento económico internacional que pudessem vigorar depois do termo dos confrontos bélicos, já não baseadas no nacionalismo e no protecionismo, como no período entre as duas grandes guerras mundiais, mas sim na abertura ao exterior e na não discriminação de estrangeiros e de bens consoante a sua origem, para assim se procurar promover a criação da riqueza com bases mais previsíveis e duradouras, em benefício de todos os povos, numa perspetiva cosmopolita, e não apenas de alguns povos contra os restantes.

A nova ordem económica internacional que começou a ser desenhada ainda antes do final da Segunda Guerra Mundial deveria entrar em vigor tão rapidamente

quanto possível, após o termo do conflito, como ficou acordado no verão de 1944, na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, nos Estados Unidos da América, na qual se decidiu criar um Sistema Monetário Internacional e um Fundo Monetário Internacional (FMI), organização incumbida da administração daquela ordem monetária, com o objetivo principal de viabilizar, facilitar e de garantir a realização de pagamentos internacionais, imprescindíveis para a realização das trocas comerciais internacionais. Posteriormente, decidiu-se estabelecer uma nova ordem comercial internacional, embora, num primeiro momento, sob forma relativamente precária e provisória, através de um *executive agreement*, desprovido de um suporte institucional sólido e duradouro, com a aprovação do Acordo Geral sobre Direitos Aduaneiros e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT), em 1947, que só se iria consolidar gradualmente, em face do fracasso das negociações da Conferência de Havana, em 1948, que previam a criação de uma Organização Internacional do Comércio e a entrada em vigor da Carta de Havana (cuja Parte IV correspondia ao GATT), que, todavia, não chegaram a ser aprovadas pelas partes representadas.

Tendo por finalidade a instauração de uma nova ordem internacional económica orientada pela não discriminação em razão do território de origem dos bens ou da nacionalidade dos produtores, o Acordo Geral não produziu efeitos imediatos de grande impacto à escala global, como se poderia admitir, sobretudo devido às suas diversas debilidades: quanto à forma do instrumento jurídico – um acordo sob forma simplificada, *executive agreement*, em vez de um tratado internacional, como proposto na Conferência de Havana em relação à Carta de Havana; quanto à ausência de uma base institucional minimamente consistente e estável – a projetada Organização Internacional do Comércio, prevista na Carta de Havana, nunca chegou a ser criada; quanto, ainda, à restrição do seu âmbito geográfico – apesar de incluir os Estados economicamente mais importantes do mundo, na altura, não abrangeu vários países que ampliaram decisivamente o respetivo peso económico internacional nas décadas seguintes até ao presente – e também do seu âmbito material – limitado aos bens materiais.²

² O GATT de 1947 tinha por objeto, como ainda hoje, o comércio internacional de mercadorias, mesmo assim com exceções ampliadas à medida que foi aplicado e em que foram aceites «autolimitações» às trocas e reivindicadas diversas exceções, muitas de duvidosa conformidade com o multilateralismo vigente, até à mudança do Uruguay Round, com a aprovação dos acordos que estabeleceram a Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO – World

A nova ordem internacional económica foi fortemente criticada desde o início, por discordância, no todo ou em parte, com os seus princípios fundamentais ou apenas com o modo como eram ou seriam aplicados, em face das especificidades nacionais de organização e funcionamento da economia, não raramente alheias àqueles princípios, não raramente considerados prejudiciais devido ao baixo nível de desenvolvimento de muitos países, sem capacidades ou motivação suficientes para enfrentar os desafios, admissivelmente acrescidos pela maior abertura ao exterior e consequente sujeição à concorrência mundial. Foram, e continuam a ser, vários os movimentos e as correntes que contestaram e contestam a ordem internacional económica em vigor, reivindicando alguns a sua substituição por uma nova ordem, mais justa e sustentável. São conhecidas, em geral, as principais correntes críticas e contestatórias, que se reverá não mais do que «telegraficamente» a seguir.

A primeira rejeição frontal da nova ordem económica internacional foi protagonizada pelos países de inspiração socialista, cujas economias se orientavam pelos princípios de direção central e de planificação, avessos ao mercado e às liberdades de iniciativa económica e empresarial, bem como ao móbil do lucro, característicos das economias capitalistas, descentralizadas. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros países sob a sua alçada direta recusaram, coerentemente, subscrever o GATT. Uma espécie de «cortina de ferro» (na célebre expressão de Churchill) descera sobre a Europa, de Norte a Sul, dividindo-a, por longo tempo, em duas: Leste e Ocidente. A conceção económica do Leste, inspirada nas correntes mercantilistas e nacionalistas típicas de economias fechadas, perdurou e influenciou outras conceções alternativas ao regime económico capitalista, aceites em países sob influência soviética e de outros países ditos socialistas, em várias partes do globo, da América Latina à África e à Ásia.³

Trade Organization) a 1 de janeiro de 1995. Cf. Herdegen, 2013; Qureshi & Ziegler, 2011; Juillard & Carreau, 2010; Tamames & Huerta, 2010; Lowenfeld, 2008; Mota, 2005; Hoekman & Kostecki, 2011; e Jackson, 1997.

³ Na União Soviética, na Europa Oriental e na China, com economias planificadas pelo Estado ao nível central, as empresas públicas seguiam as decisões governamentais relativas à produção e à distribuição dos bens. Nestes países, o comércio internacional teve uma relevância inferior comparativamente à dos países com economia de mercado, mas também se recorreu à cooperação económica internacional, designadamente no quadro do Conselho de Assistência Económica Mútua, ou COMECON. Esta organização foi criada em 1949, por iniciativa da União Soviética, e manteve-se até 1991, envolvendo os países da Europa de Leste e os países comunistas de outras partes do mundo sob influência política e económica do país promotor, inicialmente como

Outra reação crítica à ordem económica internacional partiu dos países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, que depois formaram o designado «Movimento dos (Países) Não Alinhados», que, em geral, entendiam que o grande objetivo de desenvolvimento só excepcionalmente poderia ser prosseguido num contexto de redução das barreiras nacionais ao comércio, com boas perspectivas de crescimento apenas para os países mais industrializados, cujos rendimentos e riqueza tenderiam assim a crescer a ritmos elevados, difíceis de alcançar ou acompanhar pelos países menos desenvolvidos, devido às suas maiores debilidades relativas.

Esta posição política e económica crítica do sistema prevaemente obteve um impacto mediático e diplomático notável e diversos resultados, incluindo a primeira grande revisão do GATT, em que vingou a não reciprocidade e, em particular, a obrigação de os países desenvolvidos tratarem mais favoravelmente os países menos desenvolvidos, deixando assim de vigorar regras iguais nas relações económicas entre os países «do hemisfério norte» e os do «hemisfério sul». O tratamento mais favorável dos países em vias de desenvolvimento do Sul pelos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental e da América do Norte refletiu-se na celebração de acordos de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, nos anos seguintes até ao presente,⁴ prevendo uma redução acentuada ou mesmo a eliminação de direitos

réplica ao Plano Marshall dos Estados Unidos da América para a reconstrução europeia, que deu lugar à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e antecedeu o processo de integração europeia, que se desenvolveria desde então até ao presente, tendo por traves mestras as três Comunidades Europeias criadas nos anos 50 do século xx (em 1951, pelo Tratado de Paris, e em 1957, por dois Tratados de Roma) na Europa Ocidental, conducentes à atual União Europeia, bem como à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1961.

⁴ A União Europeia (na altura, as Comunidades Europeias) promoveu, desde o início, uma cooperação ativa para o desenvolvimento. O Tratado de Roma, de 1957, previa a criação de um Fundo Europeu de Desenvolvimento para apoiar os territórios ultramarinos e as colónias dos Estados-Membros, que, entretanto, se tornaram independentes. Posteriormente, esta política alargou-se, passando a abranger um maior número de países de África, da América Latina e da Ásia, para além das regiões europeias vizinhas. Em 2000, foi assinado o Acordo de Cotonu entre a União Europeia e os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), por 20 anos, com o objetivo de unir esforços para erradicar a pobreza e ajudar os países beneficiários a se integrem na economia mundial. A União Europeia está também presente noutras regiões do mundo através de instrumentos financeiros complementares, como o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e o Instrumento Europeu de Vizinhança, no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milénio definidos pelas Nações Unidas, com o fim de reduzir a pobreza até

aduaneiros e de outras restrições à importação de bens, conduzindo, por fim, ao reconhecimento de um verdadeiro estatuto próprio dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, no quadro dos Acordos da OMC.

Foram dirigidas outras críticas à ordem económica internacional prevalecte, ou a determinadas vertentes dela (funcionamento assimétrico do sistema monetário internacional, elevados riscos ambientais do crescimento, agravamento das desigualdades internacionais...), fazendo aumentar o número dos «insatisfeitos» com esta «globalização». Como são conhecidas, em geral, nada mais se acrescentará agora sobre elas.

Concretamente, a par do consecutivo reforço da cooperação económica internacional, reflexo das percepções favoráveis ao seu aprofundamento, devido aos benefícios proporcionados, à luz das explicações clássicas e neoclássicas sobre comércio internacional, em que pontificou David Ricardo, com a teoria das «vantagens comparativas»,⁵ surgiu com enorme vigor uma nova modalidade de relacionamento entre países, independentes mas próximos, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também nos domínios cultural, político, económico e jurídico: a integração económica internacional. Eram já conhecidas diversas formas de integração económica internacional, mas só se expandiriam e passariam a caracterizar a estrutura de grande parte da economia mundial depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, a «união aduaneira» estivera já na origem do processo que conduziu à unificação alemã, no século XIX, com antecedentes desde 1818 e consolidação em 1833, expandindo-se até à criação do Império Alemão, em 1871.

Também se conhecia a zona de comércio livre, sendo desnecessário mencionar o fenómeno, distinto, da integração económica nacional, no interior do território do Estado, que, em princípio, antecede a participação num acordo de integração

2015. Aos (8) objetivos de desenvolvimento do milénio sucederam os novos (17) objetivos de desenvolvimento sustentável, a alcançar até 2030, como a erradicação da pobreza e da fome e a garantia de saúde e de educação de qualidade para todos os seres humanos, entre outros objetivos.

⁵ David Ricardo sustentou a teoria das «vantagens comparativas» (Ricardo, 1817) tendo por referência a explicação de Adam Smith sobre custos ou «vantagens absolutas» (Smith, 1776), pondo em crise a visão anterior do mercantilismo, que dominou de 1500 até cerca de 1750. Os desenvolvimentos da teoria ricardiana continuam a caracterizar o debate atual da economia internacional. Cf. Krugman *et alii*, 2012: 24-47.

económica internacional.⁶ Uma zona de comércio livre pressupõe liberdade de circulação de bens entre os territórios dos Estados ou territórios aduaneiros autónomos participantes, sem compromisso quanto à unificação dos direitos aduaneiros aplicados pelos vários parceiros que a estabeleceram, dando assim lugar a situações de «desvio de comércio», para aproveitamento de direitos aduaneiros mais baixos exigidos por algum dos Estados da união no respetivo território. Entre os muitos exemplos de zonas de comércio livre, temos a Associação Europeia de Comércio Livre (European Free Trade Association – EFTA), criada por iniciativa do Reino Unido, em 1960, pelo Tratado de Estocolmo,⁷ e, mais recentemente, a zona criada pelo Acordo de Comércio Livre da América do Norte (North American Free

⁶ A integração económica tende a efetuar-se primeiramente a uma escala mais restrita, «local», e só depois se torna geográfica e materialmente mais extensa e também mais intensa, quanto aos ordenamentos envolvidos, até ganhar dimensão «nacional», por impulso decisivo do Estado e sem prejuízo de várias especificidades. A integração efetiva, não apenas económica e social, mas também política e cultural, depende de múltiplas circunstâncias e, designadamente, da extensão e da contiguidade geográfica do território e da natureza e exercício efetivo do poder político. Consoante os domínios de integração e as especificidades do Estado, alguns alcançaram-na muito antes que outros. Alguns países continuaram a aplicar no interior do seu território medidas comerciais restritivas idênticas às exigidas nas fronteiras externas.

⁷ A EFTA foi criada pelo Tratado de Estocolmo, de 1960, assinado, além do Reino Unido, pela Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça. A Islândia tornou-se membro da EFTA em 1961, a Finlândia em 1986 e o Liechtenstein em 1991, enquanto a Dinamarca e o Reino Unido saíram da organização em 1972, Portugal em 1985 e a Áustria, a Finlândia e a Suécia em 1994, em todos os casos para entrarem nas Comunidades Europeias. O Tratado do Porto de 1992 previu o estabelecimento, a 1 de janeiro de 1994, do Espaço Económico Europeu (EEE) entre as Comunidades Europeias e os Estados-Membros da EFTA, com exceções. Segundo o Tratado, as disposições comunitárias europeias relativas ao mercado único/interno, fundamentalmente as respeitantes às quatro liberdades económicas (livre circulação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços, incluindo a liberdade de estabelecimento), assim como as regras comunitárias europeias de concorrência, são vinculativas também para os Estados signatários da EFTA. Consequentemente, até 2019, o direito da União Europeia relativo ao mercado interno foi aplicável a 31 Estados: os 28 Estados-Membros da União Europeia e a 3 Estados-Membros da EFTA: Islândia, Liechtenstein e Noruega; é ainda aplicável à Suíça, nos termos dos acordos bilaterais celebrados pelo país com a União Europeia.

Trade Agreement – NAFTA), entre o Canadá, os Estados Unidos e o México, a 1 de janeiro de 1994, alterado pelo «Novo NAFTA», de 30 de novembro de 2018.⁸

Além da liberdade de circulação de bens entre os territórios dos Estados ou dos territórios aduaneiros autónomos que a formam, sem possibilidade de imposição ou cobrança de quaisquer direitos aduaneiros nos atos de entrada ou saída de bens entre esses territórios, a união aduaneira requer a adoção de uma Pauta Aduaneira Única em toda a sua extensão, tanto nas importações como nas exportações de bens. Do ponto de vista dos direitos aduaneiros e de outras regras de importação e exportação, tudo se passa como se os territórios dos vários países que integram a união aduaneira formassem uma só unidade, em cuja extensão deixam de ser permitidos quaisquer direitos aduaneiros e outras medidas restritivas da circulação de bens, ficando limitada a exigência de direitos aduaneiros e/ou de outras medidas de importação e de exportação às entradas e saídas de/e para «países terceiros», que não integram a união aduaneira.

Ao contrário do que sucede na zona de comércio livre, na qual podem ser cobrados direitos aduaneiros diferentes pelos vários países participantes nas relações com países terceiros, a Pauta Aduaneira Única da união aduaneira torna inúteis eventuais situações de «desvio de comércio». Além do exemplo histórico da Zollverein alemã, bastará acrescentar a, sem dúvida, mais paradigmática de todas as uniões aduaneiras (por se ter tornado modelo das numerosas uniões aduaneiras e económicas criadas, desde os anos 50 do século xx, por todos os «cantos» do mundo, de África e das Américas até à Ásia e à Oceânia): a Comunidade Económica Europeia (CEE), que corresponde, presentemente, à União Europeia.⁹

⁸ A Área de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), estabelecida pelo Canadá, pelo México e pelos Estados Unidos da América a partir de 1 de janeiro de 1994, teve por antecedente imediato o Acordo de Comércio Livre entre o Canadá e os Estados Unidos da América, em vigor desde 1 de janeiro de 1989. O acordo NAFTA foi renegociado em 2017 e 2018 com vista à sua substituição pelo mais abrangente Acordo entre o Canadá, os Estados Unidos da América e o México (USMCA/CUSMA-ACEUM/T-MEC, consoante as partes contratantes), ou «Novo NAFTA», concluído a 1 de outubro de 2018 e assinado pelos chefes de Estado ou de governo dos três países a 30 de novembro do mesmo ano, em Buenos Aires (em reunião paralela à cimeira do G-20), com versão posterior (de 10 de dezembro de 2019), sujeita a ratificação.

⁹ O artigo 9.º-1 do Tratado de Roma, de 1957, que instituiu a CEE, prevê que esta «assenta numa união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição entre os Estados-Membros de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a adoção de uma pauta aduaneira comum nas suas

Sobre a integração económica internacional, importa distinguir as suas principais classificações. Entre as mais frequentes,¹⁰ mas não necessariamente mais relevantes, encontramos, quanto ao âmbito económico abrangido:

- I.** a integração sectorial, ou «vertical», que envolve apenas um sector ou determinados sectores de atividade (é o caso da CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço);
- II.** a integração geral, ou «horizontal», que abrange a generalidade dos sectores económicos dos países participantes (casos da CEE-CE-UE, da NAFTA e do Mercosul);
- III.** a integração «negativa», ou passiva, de acordo com Tinbergen (1965);
- IV.** a integração «positiva», ou ativa, consoante se tenha em vista essencialmente a eliminação das formas de discriminação e de restrição à circulação transfronteiriça de bens, com vista à liberalização comercial (integração «negativa»), ou, mais do que isso, também a alteração dos instrumentos e instituições e a criação de outros, visando a promoção do funcionamento eficiente dos mercados, a par de outros objetivos, económicos ou sociais mais

relações com países terceiros». Esta redação da versão originária do Tratado de Roma coincide com aquela que continuamos, ainda hoje, a encontrar, agora no artigo 28.º-1 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nova designação do Tratado de 1957, que instituiu a Comunidade Económica Europeia, redenominado em 1992 (pelo Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht) como Tratado da Comunidade Europeia (CE) e, por fim, em 2007 (por força do Tratado de Lisboa), como Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

¹⁰ A integração económica internacional, ou «regional», no sentido de desenvolver-se ao nível interestatal, entre Estados soberanos, mas não à escala universal, distingue-se quer da (i) integração económica interna ou nacional, que opera no interior do território de cada Estado soberano, ou seja, com um âmbito geográfico mais restrito do que o estabelecido entre mais do que um Estado, consoante a dimensão do território nacional, quer ainda da (ii) integração económica «mundial» ou «universal», de âmbito global, que envolve, teoricamente (pelo menos na atualidade ou nos tempos que possamos antecipar), todos os países e pontos territoriais do globo terrestre, que passariam, nesse quadro imaginário, a formar um único bloco económico mundial, sem quaisquer barreiras ou discriminações comerciais internas baseadas na origem dos bens ou na nacionalidade dos produtores de mercadorias ou dos prestadores de serviços, quando tivessem de ser ultrapassadas fronteiras nacionais. A atual ordem económica internacional, administrada pela OMC, pode ser considerada uma tentativa no sentido da gradual integração económica global. Cf. Viner, 1950; Tinbergen, 1965; Balassa, 1961; Mansfield & Milner, 1997; Yamamoto, 1999; Knox *et alii*, 2003; Cunha, 2004; Stiglitz, 2006; Gonçalves, 2010; Gonçalves, 2016; Porto, 2016; Ferreira, 2016; Ferreira *et alii*, 2018.

vastos (integração «positiva»); ou ainda a contraposição, feita por Lawrence (1996), procurando evidenciar a adesão diferenciada dos países em desenvolvimento perante o sistema comercial internacional prevalecente, entre:

- V. a integração (mais ou menos) superficial e
- VI. a integração (mais ou menos) aprofundada.

Certamente mais úteis para a compreensão do fenómeno da integração económica internacional, por atenderem precisamente ao grau de aprofundamento de cada processo, são as classificações assentes nas seguintes formas, por vezes incorretamente consideradas como etapas ou fases de integração (económica internacional), todas com múltiplos graus e variantes:

- I. área ou zona de comércio livre;
- II. união aduaneira;
- III. mercado comum (mercado interno, mercado único – fórmulas sucessivamente utilizadas pela CEE, tal como as subsequentes);
- IV. união económica;
- V. união monetária (ou, então, união económica e monetária);
- VI. união tributária (ou fiscal, mas não no sentido de «financeira», como é correntemente utilizada na língua inglesa);
- VII. união financeira (ou então união financeira e fiscal, ou *fiscal* na terminologia corrente inglesa);
- VIII. união política (união de Estados).

Não é rigoroso referirmo-nos a «fases» ou «etapas» de integração económica internacional, porque nada impõe esta sequência, lógica e cronológica, ou qualquer outra, de aproximação ou uniformização gradual de regimes económicos, com idênticos ou distintos intervalos temporais entre elas, apesar de entre as diversas formas enunciadas poderem existir interconexões estreitas que justifiquem que a adoção de uma delas (uma união monetária) seja precedida, logicamente, por outras (uma união económica), ou então que sejam adotadas concomitantemente. Efetivamente, dois Estados podem decidir criar uma união política numa determinada data, coincidente ou não com a concretização de todas as restantes vertentes de integração internacional em sentido amplo. O caso da reunificação alemã, após a queda do Muro de Berlim, é elucidativo a este propósito. Diversamente, um conjunto de Estados pode decidir criar numa determinada ocasião uma união

aduaneira e, simultaneamente, um mercado comum, com livre circulação de fatores de produção, para além das mercadorias, como sucedeu com o Tratado de Roma, de 1957, que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia.

Quanto à compatibilidade das diversas formas de integração económica com os princípios da ordem internacional económica vigente, importa notar que o GATT e a OMC têm como trave mestra a não discriminação, que se manifesta através das cláusulas da nação mais favorecida (artigo I do GATT) e do tratamento nacional na tributação e na regulamentação internas (artigo III do GATT). Todos os membros da OMC têm direito, em regra, ao tratamento da nação mais favorecida por todos os restantes membros. Uma das exceções à cláusula da nação mais favorecida diz respeito aos países menos desenvolvidos, enquanto outra abrange as situações de integração económica internacional – uniões aduaneiras e zonas de comércio livre –, mas somente se o acordo constitutivo, ou o acordo provisório que tenha em vista a respetiva criação, não contiver disposições sobre direitos aduaneiros e outras regulamentações comerciais, a aplicar aos territórios dos membros da OMC que não integrem a união ou a zona a constituir, que sejam no seu conjunto mais elevados ou mais restritivos do que a anterior incidência geral dos direitos e regulamentações comerciais aplicáveis nos territórios constitutivos da união aduaneira ou da zona de comércio livre; e, no caso de se tratar de um acordo provisório, apenas se este compreender um programa para a concretização da união aduaneira ou da zona de comércio livre num prazo razoável (artigo XXIV-4 e seguintes do GATT).

Constituindo regra geral da OMC a não discriminação, qualquer vantagem concedida por um membro a outro é automaticamente estendida a todos os restantes membros. Com exceção das vantagens concedidas a países limítrofes para facilitar o comércio fronteiriço (artigo XXIV-3-a) do GATT) e, sobretudo, do tratamento mais favorável concedido pelos membros desenvolvidos aos membros em vias de desenvolvimento, dos quais «não esperam reciprocidade» quanto aos compromissos por eles assumidos,¹¹ são igualmente lícitas as situações de «uma mais estreita integração das economias dos países [...] participantes», destinadas a «aumentar a liberdade do comércio», «por meio de acordos livremente constituídos».¹²

¹¹ Artigo XXXIV-8, da parte IV do GATT – «Comércio e desenvolvimento», introduzida em 1965.

¹² Dispõe o artigo XXIV-4 do GATT que «a criação de uma união aduaneira ou de uma zona de comércio livre deve ter por objetivo facilitar o comércio entre os territórios constitutivos e não opor obstáculos ao comércio de outras partes contratantes [*retius* de outros (Estados-) Membros] com estes territórios».

Os blocos económicos regionais, com suas múltiplas configurações, para lá das formas tradicionalmente reconhecidas, incluindo a eventual decisão de integração dos mercados de trabalho, tornam mais complexa a respetiva avaliação à luz do ordenamento jurídico da OMC.¹³ De qualquer modo, admite-se, em geral, que os acordos e as organizações de integração económica internacional podem contribuir (e têm contribuído efetivamente) para a consolidação gradual de uma ordem internacional mais favorável à realização das trocas, caracterizada pela liberdade de entrada e de comercialização dos bens produzidos no estrangeiro, bem como dos prestadores de serviços estrangeiros ou estabelecidos no território de outros Estados, sem discriminação entre eles, e também relativamente aos bens, produtores e prestadores de serviços nacionais.

Desde que não sejam agravados os direitos aduaneiros e outras medidas restritivas à circulação de bens e de fatores de produção entre as partes de um bloco económico regional projetado e países terceiros, a maior abertura económica no seio do bloco contribuirá para uma maior liberalização económica global, apesar de restringida a essa extensão geográfica e aos sectores abrangidos, com as especificidades de regime acordadas. Porém, a evolução consistente e persistente no sentido de uma cada vez maior integração económica internacional, ao longo das últimas décadas, com raros momentos e zonas de exceção, não basta para afastar a hipótese de desintegração económica internacional – que durante muito tempo pareceu completamente afastada, e mais teórica do que prática, mas nunca desapareceu, como a opção do Brexit veio abruptamente comprovar, em junho de 2016 (e concretizar, em janeiro de 2020).

No âmbito da menos constringente cooperação económica, parecia admitir-se, pelo menos implicitamente, uma tendência de evolução constante no sentido de uma gradual adesão aos princípios da ordem internacional em vigor, baseada no GATT e na OMC. As posições de reserva para com o sistema comercial internacional pareciam ser quase sempre entendidas como excecionais ou tran-

¹³ Cf. artigos v e v-A do GATT, por exemplo; o último estabelece que o Acordo «não impedirá qualquer dos seus Membros de serem partes num acordo que estabeleça a integração plena [...] dos mercados de trabalho entre as partes, desde que o acordo em questão: a) Isente os cidadãos das partes no acordo dos requisitos relativos às autorizações de residência e de trabalho; b) Seja notificado ao Conselho do Comércio de Serviços», acrescentando-se depois, em nota, que, «normalmente, essa integração [plena do mercado de trabalho] proporciona aos cidadãos das partes envolvidas um direito de livre admissão nos mercados de trabalho das partes e inclui medidas relativas às condições de remuneração, outras condições de trabalho e benefícios sociais».

sitórias, independentemente da gravidade de várias das respetivas manifestações. A rejeição das soluções convencionais baseadas nos princípios basilares da ordem económica internacional era frequentemente menosprezada, ora devido ao seu número restrito, ora ao alegado impacto económico diminuto e transitório à escala internacional – uma espécie de intervalos recorrentes perante a linha de tendência longa, certamente sujeita a travagens, «hesitações» ou «indecisões», mas não a uma verdadeira alteração de percurso.

As crises que surgiram ao longo das últimas décadas, por vezes muito graves, e outros efeitos nocivos específicos, frequentemente conexos com a estrutura da atual ordem económica internacional, sobretudo os relativos à persistência e ao agravamento das desigualdades económicas e sociais, bem como a questão da sustentabilidade de taxas elevadas de crescimento e do respetivo impacto ambiental, contribuíram para aumentar as incertezas e as dúvidas quanto ao futuro. Não faltaram propostas, repetidas, de uma nova ordem económica internacional, orientada não por objetivos predominantemente quantitativos, mas por fins mais abrangentes – sociais, políticos, culturais, ambientais –, mais difíceis de avaliar ou calcular em toda a sua amplitude, com recurso apenas a critérios numéricos, obrigando a uma reponderação de métodos e de critérios e à necessária inclusão, direta ou pelo menos indireta, de aspetos qualitativos.¹⁴

Independentemente da enorme relevância de todas estas novas questões da convivência internacional, que impõem uma reflexão criteriosa à luz dos conceitos de economia social de mercado e de Estado de Direito democrático, certo é que continuam a ter importância, e não podem ser esquecidos nem minimizados, os progressos económicos e sociais dos países, tanto em termos absolutos como relativos, com vista a alcançar o «melhor» desenvolvimento e um crescimento «elevado», «equilibrado» e «sustentável», socialmente justo, com metas identificadas, sem excluir indicadores de produtividade e de competitividade, dependentes de diversos fatores, «endógenos» e «exógenos», «económicos» e «não económicos», entre os quais os relativos à modernização empresarial e outros mecanismos de funcionamento do conjunto da economia numa sociedade avançada, aberta ao mundo e às inovações e ao respetivo aproveitamento.

¹⁴ São inúmeros os estudos sobre as críticas, tanto mais gerais como específicas, à ordem económica internacional prevalecente após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas últimas décadas. Para além das já referidas, cf. Ferreira, 2004; Held & Kaya, 2007; e Tamames & Huerta, 2010. Especificamente em relação ao sistema monetário e financeiro internacional, cf. Eichengreen, 2007.

A cooperação e a integração económica internacional continuam, assim, a ser comumente entendidas como um dos mais poderosos e eficazes instrumentos de expansão e de aproveitamento das vantagens económicas por todos os que o desejem, o que não significa que se trate de um meio equitativo ou justo de repartição dessas vantagens, quer entre países, quer entre as pessoas no interior de cada país – porque, efetivamente, não o é –, com o objetivo de aproveitar economias de escala e de aglomeração, *spillovers* tecnológicos relacionados com ativos intangíveis, aptidões de gestão e de *marketing*, para além da experiência internacional, capazes de contribuir para o reforço da produtividade nas empresas e nos sectores, como sustentado pelos teóricos da economia internacional e do crescimento e desenvolvimento económico.¹⁵

A participação de praticamente todos os países do mundo no comércio internacional aumentou continuamente desde que foi adotada a atual ordem económica, após a Segunda Guerra Mundial. Entre 1950 e 2007, o comércio internacional aumentou, em média, em termos reais, mais de 6 % por ano, embora de forma geograficamente diferenciada – muito maior crescimento dos países de economia capitalista, dadas as políticas ativas de industrialização e de substituição de importações adotadas, tanto nos países do «bloco socialista» como nos países do «bloco menos desenvolvido e em vias de desenvolvimento», até à adesão, mais ou menos gradual, dos dois «blocos» ao sistema económico prevalente, baseado no mercado –, tal como aumentou substancialmente o crescimento económico, tanto em termos absolutos – 3,8 % em média anual do PIB, entre 1950 e 2007 –, como *per capita* – 2 % em média anual do PIB –, no conjunto dos países do mundo, com diferenças apreciáveis também temporais – por exemplo, o crescimento anual da produção (PIB) foi mais elevado entre 1950 e 1973 (5,1 % por ano) do que entre 1974 e 2007 (2,9 % por ano), também *per capita* (respetivamente 3,1 % e 1,1 %).¹⁶ Simultaneamente, diminuiu o grau de especialização regional da produção industrial (segundo os dados apresentados por Krugman (2009)): o grau de especialização regional diminuiu de cerca de 0,7, em 1860, para 0,6, em 1880, aumentou para 0,75, em 1900, e aproximou-se de 0,9, entre 1914 e 1939, para depois diminuir continuamente para pouco mais de 0,8, em 1947, para cerca de 0,65, em 1958, cerca de 0,55, em 1967, cerca de 0,5, em 1977, e cerca de 0,45,

¹⁵ Entre as várias correntes da economia internacional que têm aprofundado o tema, justifica mencionar-se o contributo de Krugman, 1991a, 1991b e 2009. Cf. também Knox *et alii*, 2003.

¹⁶ Estes e muitos outros dados encontram-se compilados em World Trade Organization, 2008: parte II.

em 1987, sempre sem prejuízo das especificidades locais, nacionais e regionais (níveis diferenciados de desenvolvimento, estruturas económicas muito distintas, regimes económicos e políticos também diversos, taxas de crescimento díspares, ora convergentes, ora divergentes, culturas próprias) e, mais decisivo ainda, dos resultados, mais ou menos «justos», da evolução verificada (cf. Krugman, 2009; World Trade Organization, 2008; Eichengreen, 2008; Gillingham, 2003).

A tendência apontada, de crescente cooperação e integração económica internacional – ou, simplesmente, mas não rigorosamente, de «globalização» –, não exclui nem áreas de não propagação ou de limitada propagação do fenómeno, nem intervalos de «hesitação» ou de «indecisão», nem mesmo a hipótese de alteração de rumo, pelos motivos mais diversos e com intensidade e duração também díspares: no período entre as duas guerras mundiais; nos anos 70 e início dos anos 80, com as crises do petróleo, mais recentemente ainda com outras crises económicas e financeiras internacionais, de gravidade e intensidade diversas, muito ou pouco prolongadas e localizadas; nos anos 90; na viragem e começo do século e do milénio, em vários países do mundo; bem como no final da primeira década deste século, com a grande crise económica e financeira internacional de 2008-2009, desencadeada pela crise do chamado *subprime*, nos Estados Unidos, em 2007-2008, cujas repercussões se tornaram rapidamente «globais», ou «quase-globais», devido à crescente interdependência das várias economias do mundo, em graus incomparavelmente maiores do que no passado.

Pelo menos do ponto de vista económico, a maior internacionalização da generalidade das economias do mundo e a, conseqüentemente, mais intensa interdependência mundial, apesar de se basear sobretudo em instrumentos jurídicos de (mera) cooperação internacional, refletem já, do ponto de vista substancial, uma espécie de integração económica incipiente, ainda com natureza fragmentária e largamente informal, porque concretizada através da repetição de inúmeros atos e relações de milhões de sujeitos e operadores, sem tradução formal em acordos de integração conducentes a uma real uniformização de regras económicas à escala universal, embora sem afastar aproximações de critérios e de soluções, por vezes através de formas ténues e pouco perceptíveis, permanecendo diversas as designações e outras especificidades por força das legislações nacionais e dos hábitos e tradições, em relação às quais os Estados mantêm ampla soberania, sem dispensar os dirigentes de ponderarem as implicações das suas opções.

No processo de integração económica internacional, a diversidade própria dos vários Estados tem sido gradualmente substituída em diferentes aspetos e

domínios por uma nova realidade económica e jurídica com crescentes traços comuns, tanto do ponto de vista substancial, como procedimental e institucional. As habituais e típicas variantes nacionais, com políticas mais ou menos ou quase nada coincidentes, deram lugar, em variados domínios, a soluções idênticas, partilhadas por grupos de Estados, perante desafios concretos doravante enfrentados em comum, através de políticas e medidas do «bloco», com eventuais variantes que não prejudicam a unidade de ação do conjunto, com uma base institucional estável, juridicamente vinculante, duradoura, não dependente apenas da interpretação dos atuais dirigentes políticos – para evitar o casuísmo, a transitoriedade e a não consolidação, contrárias aos fins da integração internacional.¹⁷ Esta caracteriza-se, pois, pela tendencial permanência e convergência de soluções institucionais do bloco regional, mas não pela irreversibilidade do processo, precisamente porque os Estados são os seus sujeitos ativos e continuam a ser os senhores ou donos destes processos, em que livremente aceitam participar, enquanto e nos termos em que entenderem vincular-se, *maxime* por via de tratados internacionais, em resultado da ponderação constantemente feita dos valores e dos interesses nacionais. Por isso, o envolvimento mais ou menos empenhado em experiências e processos de integração (*maxime* económica) internacional, durante mais ou menos tempo e em domínios diversificados, não impede nem posições de maior ou menor adesão, ou, ao invés, de rejeição, perante projetos de patamares mais avançados, ou profundos, de integração numa união já formada (que, no limite, poderão conduzir a uma união completa de Estados), nem eventuais posições futuras de sentido contrário às adotadas anteriormente, conducentes ou não a um processo de desintegração, como sucedeu no caso da participação do Reino Unido na União Europeia com o Brexit (referendado em junho de 2016 e consumado, finalmente, em janeiro de 2020).

Na mera cooperação internacional, tradicional, apesar da impressionante evolução verificada ao longo das últimas décadas, continua a prevalecer a diversidade entre os vários Estados do mundo, sendo as áreas de ação concertada mais restritas e, quando não excecionais, insuficientes para pôr realmente em causa a individualidade e independência dos Estados, que, enquanto entidades soberanas,

¹⁷ É também extensíssima a bibliografia sobre a integração económica internacional ou o regionalismo económico (respeitante aos «blocos regionais»): Porto, 2016; Eichengreen, 2008; Cunha, 2004; Gillingham, 2003; Knox *et alii*, 2003; Tang, 2000; Yamamoto, 1999; Mansfield & Milner, 1997; Storper, 1997; Lawrence, 1996.

continuam a exercer plenamente os seus poderes, mantendo assim sempre a última palavra quanto à definição das regras e decisões económicas internas, sem prejuízo do respeito das obrigações internacionais. Ao invés, na integração económica internacional, os elos de ligação e de uniformização ou mesmo unificação do conjunto restrito de Estados participantes, mesmo quando limitados a um domínio ou certos domínios de políticas ou atividades (não excecionais, casuísticos ou transitórios), são mais intensos e constringentes e tendem a perdurar e consolidar-se, substancial e institucionalmente, abrangendo domínios económicos relevantes e conexos entre si, com restrições no exercício dos poderes soberanos do Estado e uma total ou pelo menos muito significativa proximidade e unidade de pontos de vista e de soluções em domínios essenciais e transversais (por exemplo, na livre circulação de bens ou de capitais, na livre circulação de pessoas, na liberdade de estabelecimento, na política monetária...).

É frequente a distinção entre as causas endógenas e exógenas do processo de integração europeia, a mais paradigmática entre todas as experiências de integração económica internacional.¹⁸ Nos motivos endógenos menciona-se, pelo menos, a preocupação de garantir a paz na Europa e também o objetivo de promover a prosperidade económica e social dos povos envolvidos. Nos motivos exógenos dos esforços de integração mencionam-se, designadamente, os perigos conexos com a Guerra Fria, que opôs as duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, e, indiretamente, os países abrangidos pelas respetivas esferas de influência

¹⁸ Referimo-nos ao processo de integração económica internacional concretizado no continente europeu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de três comunidades europeias (CECA, CEE e CEEA), que mais tarde deram lugar à atual União Europeia (que sucedeu à CEE e se mantém até ao presente, tal como a CEEA; a CECA subsistiu durante 50 anos, de 1952 a 2002, nos termos do respetivo tratado institutivo). Na Europa, para além do processo de integração mencionado, de longe o mais importante e objeto de numerosas réplicas pelos vários continentes, importa recordar os antecedentes imediatos, baseados ainda, fundamentalmente, na cooperação internacional, com e em torno da Organização para a Cooperação Económica Europeia (OCEE), incluindo a União Europeia de Pagamentos, o Acordo Monetário Europeu, com inspiração e financiamento dos Estados Unidos da América, através do Plano Marshall, bem assim outras experiências de cooperação e de integração posteriores, quer na parte ocidental, com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), criada em 1960, por iniciativa e influência do Reino Unido, quer na parte oriental, com a experiência do COMECON, criado em 1949, vigorando até 1991, por iniciativa e sob direção da União Soviética, abrangendo os países do seu bloco de influência (como reação ao Plano Marshall e à subsequente criação da OCEE).

ou domínio, ocidental e oriental, de um lado e de outro da «cortina de ferro», traçada do mar Báltico ao mar Adriático. Estas preocupações mantiveram-se durante largo tempo, apesar de em termos compreensivelmente distintos e temporalmente variáveis, consoante os países e os povos que decidiram aderir às Comunidades Europeias, desde os anos 50 do século xx, quando foram criadas, respetivamente, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1952 (pelo Tratado de Paris, de 1951), a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA ou Euratom), em 1958 (pelos Tratados de Roma, de 1957), até ao presente, com a União Europeia (UE), que sucedeu à Comunidade (Económica) Europeia e chegou a incluir 28 Estados-Membros (agora 27, após a saída do Reino Unido, com o Brexit, concluído em 2020).

Os receios de um conflito armado, uma das maiores ameaças no começo do processo de integração europeia, diminuíram paulatinamente, até há algum tempo atrás, quando se tornaram demasiado distantes, com o decurso dos anos e, talvez sobretudo, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e, conseqüentemente, também da referida «cortina de ferro» e da Guerra Fria entre os dois grandes blocos políticos, económicos e militares, que dividiram não apenas a Europa, mas grande parte do mundo da altura.¹⁹ Diversamente, o objetivo do progresso económico e social dos povos manteve grande relevância para os países com indicadores económicos e sociais mais débeis, quer antes do momento da adesão ao bloco económico regional europeu, quer enquanto esses indicadores se mantiveram (e mantêm ainda) distanciados dos valores médios do conjunto.²⁰

Quanto ao objetivo da consolidação da democracia política e, em geral, do Estado de Direito, não foi reconhecido desde o início como nuclear do processo de integração europeu simplesmente porque se supunha adquirido e consolidado pelos Estados fundadores. Mais tarde, tornou-se central, logo que se colocou a

¹⁹ Do ponto de vista da Defesa e Segurança, a situação alterou-se profundamente nos últimos anos, mais recentemente com a ocupação da Crimeia e de outros territórios orientais da Ucrânia e posterior anexação daquela península pela Rússia, em 2014, num primeiro momento negando oficialmente a ocupação e, mais tarde, com a declaração unilateral de «reunificação» da Crimeia com a Rússia, após a realização de um referendo, considerado ilegal por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Apenas nove países do mundo reconheceram a anexação: Zimbabué, Venezuela, Síria, Nicarágua, Sudão, Bielorrússia, Arménia, Coreia do Norte e Bolívia.

²⁰ Em geral, sobre o tema, cf., por exemplo, Gonçalves, 2016, com outras indicações; Eichengreen, 2008; Gillingham, 2003; e Tang, 2000.

hipótese da entrada de países que ainda não tinham alcançado esses patamares constitucionais, ou ainda não os tinham consolidado, passando então a constituir requisito da adesão, bem como do próprio funcionamento regular da União e da participação como membro de pleno direito.

A decisão nacional quanto à participação, continuação da participação ou cessação da participação de um Estado num bloco económico regional, ou numa união económica internacional, como é o caso da União Europeia, não depende, nem tem de depender, de uma análise circunstanciada de custos-benefícios em relação ao passado e/ou ao presente e/ou a uma previsão para o futuro. Evidentemente, ganhos passados não garantem a sua continuação, no presente e/ou no futuro. Independentemente de ser de cálculo extremamente difícil, e mesmo que o confronto entre os custos e os benefícios seja claramente positivo para um país, nada impede que, em determinado momento histórico, perante dificuldades mais ou menos sérias, um Estado opte pelo abandono de uma união da qual faça parte (como o Reino Unido em relação à União Europeia).

A defesa do exercício por um Estado de certos poderes soberanos, inevitavelmente restringidos pela integração numa comunidade ou união interestatal, nos termos da qual aqueles poderes devem ser exercidos por uma instituição comum, pode conduzir a uma decisão de saída. Mesmo que o balanço económico e social dos custos e benefícios da continuação como membro da União seja amplamente positivo. Mesmo que os custos económicos e sociais, ou outros, sejam muito elevados, ou demasiado penosos para suportar, no médio ou longo prazo, com efeitos previsivelmente nocivos em diversos domínios (por exemplo, a perda de acesso direto a mercados desenvolvidos, especializados e de grande dimensão à escala mundial, a deslocalização de empresas de sectores específicos do território nacional para outras partes da União, com consequentes perdas de rendimentos, empregos e receitas públicas...). Ainda assim, um Estado-Membro de um bloco económico pode sempre optar conscientemente pela saída dessa organização, por exemplo com o objetivo de voltar a decidir sobre as respetivas regras futuras de organização e de funcionamento da economia e da sociedade, impondo designadamente alguns limites à entrada no território nacional de estrangeiros, para garantir a segurança dos cidadãos nacionais ou, tão-somente, para deixar de pagar as despesas consideradas avultadas para o orçamento comum, optando, em vez disso, pela aplicação desses recursos na modernização dos equipamentos nacionais (na educação, na saúde, nos transportes...).

Questão conexa consiste em apurar, nomeadamente, se os fins que motivaram a decisão de saída poderão ser eficazmente prosseguidos fora da União e se os custos necessários para alcançar os fins pretendidos com a opção de abandono da União não serão superiores aos anteriores, decorrentes da participação na União. Mais preocupante ainda seria a hipótese de a generalidade dos estudos elaborados para identificação e cálculo dos custos e benefícios da participação do país na/numa união concluir, sem margem para dúvidas, que os custos de saída serão/seriam muito superiores aos custos da permanência, e, ainda assim, decidir-se pela saída.

Referiu-se que o volume do comércio internacional cresceu várias dezenas de vezes desde a Segunda Guerra Mundial e que os fluxos do investimento estrangeiro também aumentaram a um ritmo e com volumes impressionantes. No entanto, continuamos ainda hoje a viver numa situação de «semi-globalização» (Ghemawat, 2011), uma vez que vários aspetos continuam a refletir resistências determinadas das pessoas e dos países à cooperação e à integração económica internacional, ou seja, à crescente interdependência entre as várias economias do mundo, o mesmo podendo ser afirmado em relação à globalização. Assim, de acordo com estimativas feitas, o tráfego na Internet entre países diferentes ainda não atingirá 2 % do total.²¹ Efetivamente, as preocupações nacionalistas e protecionistas dos Estados não constituem relíquias do passado, tendo-se voltado a sentir e a ganhar um maior peso e uma enorme projeção concreta, particularmente em épocas de maiores desafios, incertezas, receios e, em geral, de crise grave, seja económica e social ou de outra natureza (*maxime* de segurança ou de saúde), que podem não atingir todos por igual, mas sobretudo alguns grupos em sociedades muitas vezes preocupantemente fragmentadas.

²¹ Ghemawat, 2011 dá vários exemplos de «resistências» em relação ao fenómeno da globalização: as cartas enviadas pelo correio que atravessam as fronteiras representam cerca de 1 % do total; a duração das chamadas telefónicas internacionais representam cerca de 2 %; o tráfego na Internet entre países é inferior a 2 %; as patentes detidas por países da OCDE que envolveram cooperação internacional na investigação correspondem a cerca de 7,5 %; os estudantes universitários que estudam num país estrangeiro são cerca de 2 % do total; a intensidade do comércio internacional medida pelos produtos e serviços exportados de um país para outro, em percentagem do PIB, em 2009, correspondia a cerca de 23 %; e o investimento direto que cruza fronteiras em proporção da formação bruta de capital fixo corresponde, em média, nos últimos anos, a 10 % do total. Obviamente, há grandes diferenças entre os países, e, para além disso, os dados adiantados correspondem a médias globais. De qualquer modo, parece seguro que o fenómeno da globalização não atinge a dimensão que é por vezes correntemente mencionada.

Segundo vários estudos (cf. *The Economist*, 26 de fevereiro de 2015), mais de metade das empresas que entram na *Fortune 500* e cerca de metade das empresas com crescimento mais rápido nos Estados Unidos da América foram criadas em momentos de recessão ou de mercados em baixa, e, aparentemente, as empresas criadas em momentos recessivos estarão mais bem preparadas para enfrentar os desafios do crescimento e as adversidades.

O eventual estabelecimento gradual de um regime de comércio próximo do livre-cambismo a uma escala verdadeiramente global tornou-se possível, sobretudo através do aprofundamento dos fenómenos descritos de cooperação e de integração económica internacional, quer à escala regional ou continental, quer à escala universal, ou quase universal, em larga medida pela superação do bilateralismo e sua substituição pelo multilateralismo, provisoriamente concretizado pela vigência do GATT e, mais recentemente, dos Acordos da OMC, conducentes à atual situação e tendência designada correntemente por «globalização» económica, mas refletida em outros domínios, uma espécie de síntese catalisadora da persistente e fortíssima tendência de maior interdependência entre os países do mundo e respetivas instituições, tanto políticas, como jurídicas, económicas e sociais, com inúmeros matizes.

Sem olhar, agora, para outras experiências históricas anteriores do que poderemos designar, em geral, por internacionalização económica, não subsistirão dúvidas de que se justifica falar de uma verdadeira economia mundial (ou quase-mundial) a partir dos séculos XV a XVII, após as Descobertas marítimas dos portugueses e dos intercâmbios regulares imediatamente subsequentes inaugurados pelos povos ibéricos com outros continentes, trocas que se intensificaram, com altos e baixos, e gradualmente normalizaram, a despeito dos custos elevados e dos reveses, até ao ponto de alcançarem, na atualidade, um estágio avançado de estruturação e consistência unificadora de princípios e de regras comerciais, sustentado e garantido por um conjunto de organizações internacionais económicas especializadas, erigidas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, só no último estágio de evolução apontado se justifica falar, propriamente, em globalização económica, que assim se distingue, quase cristalinamente, quer da internacionalização em geral, quer até da mundialização – apesar de a distinção entre estas duas últimas noções ser mais controvertida, tanto que frequentemente não é sequer apontada, ou só o é com significado coincidente (em francês, o fenómeno da «internacionalização» tem sido designado, simplesmente, por «mundialização»). Mas poder-se-á contrapor que a mera internacionalização

económica não pressupõe necessariamente, em rigor, mundialização, ou mesmo quase-mundialização, antes de mais (mas não apenas) em razão da sua amplitude geograficamente mais restrita, por vezes muito mais restrita.

Por outro lado, e independentemente do alcance geográfico do processo de internacionalização económica, não se justifica equipará-lo, ao longo do tempo, com o conceito atual de «globalização», que se afigura, sobretudo qualitativamente, muito diverso daquele, atendendo às suas características inovadoras e específicas, que encontramos no presente, não no passado. Isto não significa que o fenómeno não tivesse sido antevisto há muito. Na *Riqueza das Nações*, Adam Smith identificou as vantagens do comércio com outros países, emergentes da divisão e da especialização do trabalho no plano internacional. Cerca de um século mais tarde, Karl Marx referiu-se a um mercado universal, tanto comercial como financeiro. Noutros campos do saber, também se teorizou sobre a globalização. Theillard de Chardin, por exemplo, imaginou uma sociedade em que todos comunicariam entre si, enquanto Marshall McLuhan anunciou o surgimento de uma «aldeia global», resultante dos progressos da difusão e do acesso por todos à informação através dos novos meios audiovisuais.

A globalização em sentido próprio não se confunde com a mera internacionalização ou mesmo com a mundialização da economia, porque pressupõe um salto qualitativo substancial, para lá da mera expansão e generalização do recurso ao comércio internacional e da adoção das várias modalidades de cooperação entre Estados, tendo em vista a redução e a supressão dos obstáculos aduaneiros e de efeito equiparável, ou até objetivos mais profundos e transversais de integração económica internacional. Sem prejuízo da persistência de diversas discontinuidades e ruturas, o comércio realiza-se, ou pode realizar-se, praticamente e sem fronteiras, em quase todo o espaço do globo terrestre. Porém, o conceito de «globalização» não assentará apenas na simples constatação factual de que o mundo todo, incluindo na vertente económica, é predominantemente aberto, dentro do qual o conhecimento passou a circular mais fluente e diretamente, tal como as trocas de bens.²²

Por mais importantes que sejam os grandes blocos económicos regionais – da União Europeia à NAFTA, ao Mercosul e à APEC (Cooperação Económica da Ásia e Pacífico) –, a maior parte das trocas comerciais pode realizar-se já à escala praticamente universal, ou seja, «por cima» ou «ao lado» daqueles ou de outros

²² Evidentemente, tal como se conceptualiza uma noção de «globalização económica», justifica-se também falar da globalização política, jurídica, social, cultural, ecológica, etc.

grandes blocos económicos regionais, já antes e admissivelmente também depois de se retomarem e concluírem as negociações das grandes parcerias transpacífica e transatlântica de comércio e investimento: Parceria Transpacífica (Trans-Pacific Partnership – TPP) e Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP), sem afastar a relevância que inevitavelmente assumem ou poderão assumir outras parcerias económicas internacionais, como o Acordo Económico e Comercial Global (Comprehensive Economic and Trade Agreement – CETA), entre o Canadá e a União Europeia, e a nova parceria da União Europeia com o Japão.²³

O comércio no interior de cada um dos três grandes fusos económicos referidos (continente americano, hemisfério euro-africano e grande área asiática do Pacífico) representa cerca de metade das trocas internacionais mundiais, enquanto a metade restante se realiza indiscriminadamente entre todos os países do globo, sob a égide de instituições universais ou globais, como a OMC, o FMI e a UNCTAD,²⁴ e de disposições por elas defendidas.

A globalização económica dos nossos dias caracteriza-se por um conjunto de aspetos inovadores mas cruciais, incluindo:

I. realização de transações económicas em tempo real, graças aos avanços espetaculares alcançados pela informática e pelos sistemas de telecomunicações, culminando com o correio eletrónico e com a Internet;

²³ Após sete anos de negociações, o TPP, que reuniu a Austrália, o Brunei, o Canadá, o Chile, o Japão, a Malásia, o México, a Nova Zelândia, o Peru, Singapura, os Estados Unidos da América (até 23 de janeiro de 2017) e o Vietname, chegou a ser assinado em 2016, mas a sua eficácia ficou comprometida com o abandono dos Estados Unidos da América do acordo, por decisão do novo presidente, Donald Trump. Quanto ao TTIP, entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, as negociações devem prolongar-se, pelo menos, até 2019-2020. O CETA, entre o Canadá e a União Europeia, foi assinado a 30 de outubro de 2016 e aprovado depois pelos diversos parlamentos, a começar pelo Parlamento Europeu, a 15 de fevereiro de 2017. Entretanto, prosseguiram as negociações destinadas à celebração de um acordo de parceria económica entre a União Europeia e o Japão, com um impacto económico superior ao de qualquer outro acordo comercial europeu em vigor, concluídas com êxito a 5 de julho de 2017.

²⁴ A UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) é uma organização intergovernamental permanente criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1964.

II. funcionamento permanente e quase ininterrupto das bolsas de valores (20 horas medeiam a abertura dos mercados de Sidney e o encerramento dos de São Francisco);

III. funcionamento de mercados financeiros e monetários à escala global, até de derivados (opções, futuros);

IV. utilização de um mesmo idioma (inglês);

V. e, perante um sistema económico verdadeiramente «global», com desafios à escala planetária (portanto «globais»), com problemas e riscos também «globais» (de sustentabilidade, de proteção ambiental, de segurança, de desigualdade, de não preparação de alguns países...), tornaram-se imprescindíveis instituições verdadeiramente «globais», capazes de responder satisfatoriamente («globalmente») a exigências e anseios também «globais».

Das preocupações e das desejadas soluções «globais» decorre a necessidade de uma articulação satisfatória entre as várias organizações internacionais especializadas, de vocação e de projeção «global», envolvendo certamente a ONU – num quadro de reformas institucionais de âmbito universal, inovador não tanto quanto à sua extensão geográfica universal, mas fundamentalmente quanto à respetiva natureza e também transversalidade, envolvendo holisticamente outros domínios, dos aspetos sociais e culturais ao ambiente e aos direitos fundamentais, não redutível ao âmbito económico, com uma natureza cultural específica (designável, à falta de melhor, como) «global».

Apesar de inerente, a «globalização cultural» vai além de uma efetiva e crescente livre circulação de informação e de conhecimentos à escala universal, ou quase universal. A globalização crescentemente integrada do presente é de tal modo transversal às pessoas que não deixa ninguém e nada ao abrigo da sua influência, conformando decisivamente a época presente, «da globalização», ou, por enquanto, da quase globalização – sem embargo de áreas, mais ou menos extensas, de exceção ou resistência à tendência integradora prevalecente.

Conforme se recordou, o fenómeno da globalização económica tem gerado e continua a gerar numerosos «descontentes» (Stiglitz, 2002). Os observadores mais prescientes advertiram que a evolução da economia «global» da atualidade não beneficia nem prejudica uniformemente os países e as pessoas, nem a sua maior parte, ou os que dela mais necessitam, como os que vivem nos países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Entre os problemas instantemente

salientados por alguns dos mais críticos do processo de globalização, incluem-se os seguintes:

- I. volatilidade nos mercados financeiros dos países emergentes;
- II. marginalização dos países menos desenvolvidos, não raramente submersos na miséria, que exige uma política eficaz da sua erradicação (Cf. Galbraith, 1994; Sen, 1999; Stiglitz, 2002; Ferreira, 2004);
- III. insegurança e fragmentação nos mercados laborais dos países mais avançados, pela abertura ao exterior e maior concorrência internacional;
- IV. incapacidade de muitos governos de tomarem decisões importantes num mundo crescentemente globalizado e influenciado por interesses e poderes pouco transparentes e muitas vezes obscuros.

Tudo isto dá uma ideia das graves interrogações, controvérsias e receios sobre os efeitos e os riscos da atual globalização, evidentemente não redutíveis à questão pretensamente no centro do grande debate sobre esta matéria: a de saber se seria preferível optar por um compromisso global de liberalização, cooperação e integração económica internacional, em torno de organismos como a Organização Mundial do Comércio, ou antes por compromissos regionais prévios de maior cooperação e integração económica.

A avaliação do movimento, ou movimentos, antiglobalização é muito complexa, tal como do próprio fenómeno da globalização, com todos os seus condicionalismos, efeitos e riscos. Exige ponderações transversais e finas, quer quanto à fiabilidade, quer quanto à relevância e ao peso dos diversos componentes de um fenómeno extremamente diversificado, ou que devem prevalecer, a fim de evitar meras superficialidades e distorções populistas face a aparentes evidências, sem excluir a carência de numerosos dados relevantes. Não deve esquecer-se, inclusivamente, o facto de que vários países do mundo, alguns de grande dimensão, que há meio século atrás se encontravam entre os «menos desenvolvidos» e formavam o chamado «Terceiro Mundo», conseguiram entretanto converter-se em verdadeiras potências económicas, porventura porque conseguiram aproveitar inteligentemente as vantagens da abertura ao exterior, ou seja, da «globalização», enquanto outros países, quer menos avessos ao protecionismo, quer mais favoráveis às trocas com o exterior, suportaram as implicações da opção por um maior confinamento económico ou então as exigências e os efeitos de uma abertura económica para a qual não estavam ainda adequadamente preparados e ou que não souberam prevenir e aproveitar atempadamente, sobretudo em sectores nacionais mais vul-

neráveis à acrescida competição externa, global. Não será isso que tem sucedido, por exemplo (entre muitos outros), de um lado, com a própria China (sem entrar agora em outros aspetos determinantes sobre o país) e, de outro, com os países que formam a União Europeia – apesar da ostensiva e evidente distorção decorrente da simplificação de pretender agrupar situações nacionais substancialmente distintas? Isto não significa que as regras do jogo (não) tendam a privilegiar (ou não) os países mais avançados, por se encontrarem no centro do sistema económico vigente e prevalecente. De qualquer modo, a ainda centralidade dos países «mais avançados», como todos os anteriores estádios evolutivos da economia internacional, não se manterá, certamente, «para sempre». Com efeito, as áreas de gravitação da economia mundial estão em constante mutação, embora geralmente por formas e ritmos muito graduais, quase imperceptíveis.

É neste quadro geral e muito complexo de «globalização», resultante da crescente cooperação e integração económica internacional, primeiramente a uma escala regional e depois, muito paulatinamente, também a uma escala mais vasta, universal ou quase universal, que deve ser ponderada a decisão do Reino Unido, de junho de 2016, consumada em janeiro de 2020, de abandonar a União Europeia, ou mesmo a declaração unilateral de independência da Catalunha, ao arrepio do quadro constitucional de Espanha, a 27 de outubro de 2017 (à qual sucedeu a imediata suspensão da autonomia daquela comunidade pelo Senado de Madrid). Se, por um lado, surpreende, num contexto geral de persistente tendência no sentido da globalização, que os países que optem por não participar se arrisquem a perder oportunidades, inclusive de participação nos processos de decisão, por outro, pode encontrar-se justificação, no caso do Reino Unido, quer na discordância reiterada com algumas das exigências e dos avanços do projeto de integração ou unificação europeia, por atingirem aspetos particulares da soberania nacional (por exemplo, nos domínios da regulação financeira a partir de Bruxelas, com prejuízo da City de Londres, da política de imigração e do peso da contribuição do Reino Unido para o orçamento da União, comparativamente às contribuições de outros membros), quer ainda, porventura, na circunstância de a «globalização» não vir provavelmente a depender, pelo menos decisivamente e apenas, do fenómeno prévio do regionalismo.

A enorme relevância atual das experiências de integração económica internacional, especialmente no continente europeu e no seio da União Europeia, com impacto determinante na definição das regras da presente ordem internacional económica, bem como as diferenças de regimes jurídicos entre os Estados par-

participantes em organizações de integração económica internacional e os restantes países do mundo, sem prejuízo do respetivo enquadramento à escala planetária no âmbito da Organização Mundial do Comércio, contribui certamente para aumentar as incertezas e os riscos quanto ao grau de aproveitamento das oportunidades de criação de riqueza e de melhoria da produtividade e da competitividade oferecidas pelo estatuto de membro da União Europeia. Vantagens comparáveis dependerão da celebração de (literalmente) milhares de acordos bilaterais com conteúdos idênticos, o que pressupõe negociações consecutivas com êxito de matérias difíceis e complexas. Do lado da União Europeia, os problemas não serão menores ou de mais fácil solução. A decisão de saída surge à revelia da tendência geral, que tem prevalecido até ao presente, de crescente cooperação e integração económica à escala internacional ou de «globalização», apesar de recorrentes hesitações, travagens e reveses, num momento em que os insatisfeitos e descontentes com esse sentido de evolução não só reforçaram a sua voz, como conseguiram fazer valer eleitoralmente vários dos seus pontos de vista contra a «globalização» ou, pelo menos, de alguma resistência em relação à «globalização», precisamente porque nem todos têm beneficiado, em termos equilibrados e justos, ou pelo menos à luz das expectativas criadas, com o crescimento económico dos tempos atuais, da era da globalização.

Não menos preocupante será o impacto geral da saída do Reino Unido da União no projeto de construção europeia: pela primeira vez, um Estado-Membro abandona a União. No passado, o número de membros aumentou sucessivamente, porque o ato de adesão representava prosperidade, democracia e direitos humanos, ou seja, uma melhoria real das condições de vida das pessoas, como a experiência histórica comprovou. Além disso, o Reino Unido não pode ser considerado apenas como mais um Estado-Membro, precisamente igual a qualquer outro, pela sua história e por tudo o que representa nos domínios político, económico, social, geográfico, militar. Diversos aspetos permanecem em aberto, devido à enorme complexidade das questões levantadas sobre as relações entre a União Europeia e o Reino Unido após a concretização da saída, a 31 de janeiro de 2020, dependentes de negociações difíceis, impossíveis de descortinar à partida, por assentarem em posições e interesses em grande parte divergentes. Mas só as soluções daí resultantes permitirão ditar o futuro, próximo e também mais longínquo, quer da União Europeia quer do Reino Unido no contexto global. A situação da Catalunha é muito distinta, por depender sobretudo de factores internos, no quadro constitucional e político espanhol, apesar das implicações

internacionais que também poderá assumir, tanto no seio como fora da União Europeia (dá a rejeição quase generalizada do reconhecimento da declaração unilateral de independência).

Bibliografia

- Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) (1947; 1994). Resolução da Assembleia da República n.º 75-B/94, de 27 de dezembro (*Diário da República*, I-A, 298-5.º suplemento), que aprovou, para ratificação, o Acordo que cria a Organização Mundial do Comércio, anexos, decisões, declarações e o Ato Final das negociações do Uruguay Round.
- Balassa, B. (1961). *The Theory of Economic Integration*. Westport: Greenwood Press.
- Cunha, P. P. e (2004). *Integração Económica*. Coimbra: Almedina.
- Eichengreen, B. (2007). *Global Imbalances and the Lessons of Bretton Woods*. Cambridge: The MIT Press.
- Eichengreen, B. (2008). *The European Economy since 1945*. Princeton: Princeton University Press.
- Ferreira, E. P. (2004). *Valores e Interesses: Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, E. P. (ed.) (2016). *União Europeia: Reforma ou Declínio*. Lisboa: Vega.
- Ferreira, E. P. et alii (2018). *Integração e Direito Económico Europeu*. Lisboa: AAFDL.
- Galbraith, J. K. (1994). *A Journey through Economic Time*. New York: Mariner.
- Ghemawat, P. (2011). *World 3.0: Global Prosperity and how to Achieve It*. Boston: Harvard Business Review Press.
- Gillingham, J. (2003). *European Integration, 1950-2003: Superstate or New Market Economy?*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gonçalves, J. R. (2010). *O Euro e o Futuro de Portugal e da União Europeia*. Lisboa/Coimbra: Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora.
- Gonçalves, J. R. (2016). Trinta anos de Portugal «na Europa»: Nem sempre a caminho da prosperidade e da coesão. In E. P. Ferreira (ed.). *União Europeia: Reforma ou Declínio (191-207)*. Lisboa: Vega.
- Graff, M. et alii (2014). *The Growth of the International Economy 1820-2000: An Introductory Text* (5.ª ed.). London: Routledge.
- Held, D. & Kaya A. (2007) (eds.). *Global Inequality: Patterns and Explanations*. Cambridge: Polity.

- Herdegen, M. (2013). *Principles of International Economic Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoekman, B. M. & Kostecki, M. M. (2001). *The Political Economy of the World Trading System: The WTO and beyond* (2.^a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Jackson, J. H. (1997). *The World Trading System* (2.^a ed.). Cambridge: The MIT Press.
- Juillard, P. & Carreau, D. (2010). *Droit International Économique* (4.^a ed.). Paris: Dalloz.
- Knox P. *et alii* (2003). *The Geography of the World Economy: An Introduction to Economic Geography* (4.^a ed.). London: Arnold.
- Krugman, P. (1991a). Increasing returns and economic geography. *Journal of Political Economy*, 99 (3), 483-499.
- Krugman, P. (1991b). *Geography and Trade*. Cambridge: The MIT Press.
- Krugman, P. (2009). The increasing returns revolution in trade and geography. *American Economic Review*, 99 (3), 561-571.
- Krugman, P. R. *et alii* (2012). *International Economics: Theory and Policy* (9.^a ed.). Boston: Addison-Wesley.
- Lawrence, R. A. (1996). *Regionalism, Multilateralism, and Deeper Integration*. Washington, D.C.: Brookings Institution.
- Lowenfeld, A. F. (2008). *International Economic Law* (2.^a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Mansfield, E. L. & Milner, H. V. (eds.) (1997). *The Political Economy of Regionalism: New Directions in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Mota, P. I. (2005). *O Sistema Gatt-OMC: Introdução Histórica e Princípios Fundamentais*. Coimbra: Almedina.
- Porto, M. (2016). *Teoria da Integração e Políticas da União Europeia* (5.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Qureshi, A. H. & Ziegler, A. (2011). *International Economic Law* (3.^a ed.). London: Sweet & Maxwell.
- Ricardo, D. (1817). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. London: John Murray.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, A. (1776). *The Wealth of Nations*. London: W. Strahan and T. Cadell.
- Stiglitz, J. (2002). *Globalization and Its Discontents*. New York: W. Norton.
- Stiglitz, J. (2006). *Making Globalization Work*. New York: W. Norton.

- Storper, M. (1997). *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: The Guilford Press.
- Tamames, R. & Huerta, B. G. (2010). *Estructura Económica Internacional* (21.ª ed.). Madrid: Alianza Editorial.
- Tang H. (2000) (ed.). *Winners and Losers of EU Integration: Policy Issues for Central and Eastern Europe*. Washington, D.C.: World Bank.
- The Economist*, 26 de fevereiro de 2015.
- Tinbergen, J. (1965). *International Economic Integration*. Amsterdam: Elsevier.
- Viner, J. (1950). *The Customs Union Issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace.
- World Trade Organization (2008). *World Trade Report 2008: Trade in a Globalizing World*. Geneva: World Trade Organization.
- Yamamoto, Y. (1999) (ed.). *Globalism, Regionalism & Nationalism: Asia in Search of Its Role in the 21st Century*. Oxford/Malden: Blackwell.

***Global Middle Ages* ou as virtudes do anacronismo a lição do texto medieval**

Global Middle Ages or the virtues of anachronism: the lesson of the medieval text

Carlos F. Clamote Carreto

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA / ccarreto@fcsh.unl.pt / ORCID | 0000-0002-9931-0476
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_3

Resumo: Perspetivada na longa duração, a globalização é essencialmente uma «aventura urbana» que começa a emergir nos séculos VIII e IX, uma aventura fundada na dinâmica, cada vez mais intensa, desenhada pelas transações mercantis de produtos manufacturados à escala internacional, implicando uma profunda reconfiguração não somente do espaço urbano em si, mas também das relações (inclusive das relações de poder) de interdependência com o Outro nesse espaço proteiforme e multicultural. O universo medieval não é, neste sentido, um universo estático nem imutável em que pessoas e ideias estão fechadas sobre si mesmas e confinadas às fronteiras de um território mais ou menos extenso. Na sua matriz fundacional, a civilização do Ocidente medieval e a literatura em língua vernácula que dela emerge são, por natureza e vocação, sincréticas, ou seja, globais ou globalizantes, acolhendo e irradiando diversas influências.

Palavras-chave: Idade Média; cidade; literatura; sincretismo; romance medieval

Abstract: From a long-term perspective, globalization is essentially an «urban adventure» that began to emerge in the 8th and 9th centuries, an adventure founded on the increasingly intense dynamics arising from the commercial transactions of products manufactured on an international scale, which implied a profound reconfiguration not only of the urban space itself, but also of the relations (including power relations) of interdependence with the Other in this proteiform and multicultural space. The medieval universe is not a static or immutable universe in which people and ideas are closed in on themselves and confined to the borders of a more or less extensive territory. In its foundational matrix, the civilization of the medieval West and the literature in the vernacular language that emerges from it are, by nature and vocation, syncretic, that is, global or globalizing, welcoming and disseminating various influences.

Keywords: Middle Ages; city; literature; syncretism; medieval romance

Pour savoir la pure verité des diverses regions du monde, si prenez cest livre [et le faites lire], si trouverez les grandes merveilles qui sont escriptes de la Grant Ermenie et de Perse et des Tarta[r]s et de Ynde et de maintez autres provinces, si comme nostre livre vous contera tout par ordre, des

que mesure Marc Polo, saiges et nobles cytoiens de Venise, raconte pour ce que il les vit.

Marco Polo (1998: 50)¹

Nous avons perdu le sens qui faisait à nos ancêtre (jusque dans un passé relativement récent) vivre l'espace comme une forme globale, conférée à l'étendue brute.

Paul Zumthor (1993: 15)

Reposicionamentos

Algo dissonante e estranho eco do título como um convite ao descentramento: descentramento linguístico, temporal, geográfico, conceptual, metodológico, mental.² Aplicar o conceito (ou operador cognitivo) de *globalidade* ao universo medieval e, mais particularmente, à literatura medieval implica contrariar, de antemão, «o tabu do anacronismo» (Koble & Seguy, 2007: 4), esta «besta negra do historiador, pecado capital contra o método cuja simples evocação constitui uma acusação

¹ «Para conhecerdes toda a verdade sobre as diferentes partes do mundo, tomai este livro e lede-o: nele encontrareis as grandes maravilhas da Grande Arménia, da Pérsia, dos Tártaros, da Índia de muitos outros países, assim como o nosso livro as irá contar ordenadamente de acordo com Marco Polo, sábio e ilustre cidadão de Veneza, que assim as relata porque as viu» (sou eu quem traduzo).

² A designação inglesa (*Global Middle Ages*) assinala, além da estranheza, a nova ou renovada postura epistemológica subjacente a uma visão global de fenómenos (sejam eles históricos, literários ou artísticos) frequentemente estudados à escala regional, nacional ou eurocêntrica; implica, por outro lado, reconhecer a centralidade dos fenómenos linguísticos (bilinguismo, plurilinguismo, multilinguismo) no seio dos intercâmbios (sejam de que natureza forem) que sustentam uma dinâmica de globalização; significa, finalmente, desatacar o pioneirismo anglo-saxónico no âmbito dos Estudos Globais aplicados à Idade Média: veja-se o Global Middle Ages Project – G-MAP, nascido na Universidade do Texas, em 2004 (<http://globalmiddleages.org>), ou ainda a rede de investigação Defining the Global Middle Ages, patrocinada pelo Arts and Humanities Research Council (AHRC), o John Fell Fund, a Faculdade de História da Universidade de Oxford e o Centro de Investigação de Estudos Medievais do College of Arts and Law da Universidade de Birmingham (<http://globalmiddleages.history.ox.ac.uk>). Também o Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa organizou um colóquio internacional intitulado Medieval Europe in Motion – The Middle Ages, A Global Context?, decorrido entre 13 e 15 de dezembro de 2017.

difamante» (Loraux, 2004: 128)³, e assumir que existe uma alteridade irreduzível do texto medieval (a realidade performativa da poesia lírica ou da narrativa épica, a inexistência massiva de manuscritos autógrafos que transforma a ideia de texto original – outrora perseguida por Joseph Bédier – em pura ficção, entre outros aspetos) que só poderá ser colmatada através de um incessante e assimétrico diálogo entre o passado e o presente, o leitor-hermeneuta e a materialidade do texto-documento. Na sua heterogeneidade constitutiva, a literatura medieval é, de resto, um convite permanente ao anacronismo. À fluidez de uma voz que se reapropria da tradição e desterritorializa constantemente a letra, junta-se a natureza iminente movediça,⁴ irrequieta e instável do texto, sujeito a reiteradas cópias, interpolações, glosas, traduções, adaptações, recriações, lacunas (voluntárias ou não), variações, num movimento que nunca cessou verdadeiramente de existir desde a Idade Média, e que encontrou, entre o romantismo e o século XXI (essencialmente em períodos marcados por um acentuado questionamento sobre as noções de «identidade» e de «representação» e sobre o estatuto/natureza do autor e da escrita na sua relação com a voz e o corpo), tempos de uma notável reabilitação/reapropriação, que viram no espelho da literatura medieval esse outro de si mesmo, suficientemente próximo e distante para se erguer em matriz criadora de novas formas.⁵ Excluir o anacronismo, «entendido como encontro, amálgama, sedimentação de tempos heterogéneos, significa não compreender nem o tempo da leitura, nem o tempo da investigação, dos textos e das próprias “obras” medievais» (Koble & Séguy, 2007: 7), seria assim passar ao lado de uma literatura que se define como poética do impuro, da transferência, da contaminação e da hibridiz, por assentar num perpétuo movimento de *translatio* cultural, linguística, espacial, estética, política e ideológica.

³ Sou eu quem traduzo.

⁴ Ver o conceito de «mouvance» através do qual Paul Zumthor, no seu *Essai de Poétique Médiévale* (Zumthor, 1979), questiona a noção problemática de «literatura» quando aplicada à natureza proteiforme do medieval que varia de performance em performance e manuscrito para manuscrito em função dos escribas pertencentes a ateliês, regiões e épocas diferentes. Para uma valorização da variante na perspectiva da nova filologia, ver Cerquiglini, 1989.

⁵ Da vasta bibliografia sobre o medievalismo (ou seja, a receção/recuperação/reapropriação da Idade Média entre os séculos XIX e XX, da literatura ao cinema, passando pela publicidade, as séries televisivas ou a banda desenhada), veja-se Gally 2000; Koble & Séguy, 2009; Ferré, 2010; Ferré & Gally, 2014.

Assumindo as virtudes do anacronismo, importa, no entanto, perguntar qual é o interesse ou a relevância de se associar o adjetivo «global» à Idade Média e, mais especificamente, à literatura medieval? Apesar de não ser novo, nem particularmente inovador, o conceito não é pacífico. A sua utilização pletórica e polissêmica nos mais diversos campos disciplinares contribuiu frequentemente para tornar ainda mais confuso, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, um termo já bastante flutuante *per sí*. Haverá, porventura, que distinguir, neste prisma, aquilo que é uma novidade absoluta daquilo que se apresenta como novidade relativa. Por outro lado, o problema envolve duas questões interligadas de forma assimétrica, cujas implicações variam em função de o enfoque ser colocado no objeto de análise ou na perspectiva metodológica utilizada para a sua interpretação. Este problema estruturante já tinha sido apontado por Roger Chartier num comentário publicado, em 2001, nos *Annales HSS* (Chartier, 2001), quando se interrogava sobre o sujeito implícito deste pensamento do mundo reivindicado pela *Global History* na transição do século xx para o século xxi. Quem pensa? Os homens do passado ou os do presente? Existem indícios claros de uma «consciência da globalidade» (a expressão é de Roger Chartier) nos documentos analisados numa dada época, ou será a globalização fruto de uma reconceptualização do tempo, que privilegia, na esteira das perspectivas ensaiadas pelos estudos pós-coloniais e pelos estudos comparados numa perspectiva mundial,⁶ uma explicação dos fenómenos, experiências e acontecimentos baseada na posição relativa que ocupam num vasto e complexo mundo interconectado?⁷

A ambição de dar um (novo) nome às coisas nunca é, como sabemos, um processo, ideológica e epistemologicamente, neutro, assumindo-se o anacronismo agora como forma privilegiada de reorientação conceptual e mental através de uma visão descentrada (ou policentrada) do objeto de estudo cujas fronteiras genológicas, temporais (pensamos nessa longa Idade Média, advogada por Jacques Le Goff, que se estenderia até ao século xviii da laicização iluminista do saber e da industrialização da sociedade (Le Goff, 2014)), territoriais e até morfológicas (se pensamos na circulação/variação do texto medieval) se esbatem e se tornam extremamente permeáveis e incertas.

⁶ Ver as considerações de Helena C. Buescu em Buescu, 2013: 16-41.

⁷ Ver Vidal, 2012. Para uma visão de conjunto sobre a evolução da história global e dos seus pressupostos teóricos e epistemológicos, veja-se a lição inaugural de Sanjay Subrahmanyam da Cátedra de História Global da Primeira Modernidade, no Collège de France (Subrahmanyam, 2013).

Sob pena de ocultar ou de distorcer características próprias da Idade Média, nomeadamente no que se refere à tensão criativa entre local e global, oralidade e escrita, popular e erudito, mutação e permanência, sagrado e profano, letrados e não letrados, etc., convém, no entanto, autonomizar o conceito em face da tradição historiográfica no seio da qual nasceu e se desenvolveu (cf. Holmes & Standen, 2015), tradição essa que tende a fazer coincidir a globalização com a emergência do mundo moderno: o das Descobertas, a partir do século xv, o do comércio intercontinental, o da criação de impérios multiétnicos, o dos fluxos massivos de migrações (forçadas ou voluntárias).⁸ Na sequência da queda do Muro de Berlim e do desaparecimento da União Soviética, o termo adquiriu uma forte carga emotiva e ideológica, expressando secretos anseios ou as angústias veladas perante uma ordem mundial em rápidas e constantes mutações, inteiramente dominada pelos mercados financeiros; um mundo desencarnado e desencantado onde existem produtos e consumidores, onde a diferença deu lugar à homogeneização (precipitada pela concentração do capital), a singularidade à assimilação cultural e artística, o gesto único à infinita reprodução/reprodutibilidade do Mesmo.⁹

Na linguagem corrente, incessantemente reconfigurada pelos poderosos filtros mediáticos, a globalização tornou-se um signo dotado de hipersemantismo que designa tanto um inefável mal-estar (económico, social, político, familiar, cultural, comunicacional) na civilização como esse universo utópico, extremamente fluido (ou líquido, diria Zidmunt Bauman) e contínuo, onde uma comunicação total e totalizante promete a realização de todos os desejos. No entanto, como refere, com lúcida ironia, Thierry Dutour (2004: 107), mesmo quando consideradas

⁸ Ver Boucheron, 2011. Mais recentemente, o mesmo autor dirigiu uma ambiciosa *Histoire Mondiale de la France*, com o intuito político de «mobiliser une conception pluraliste de l'histoire contre l'étrécissement identitaire qui domine aujourd'hui le débat public» (Boucheron, 2017: 7). Não se trata de elaborar uma história alternativa da França (uma outra história de França), mas sim de escrever diferentemente a mesma história (Boucheron, 2017: 12). Organizada por datas, embora recusando a ideia de linearidade orientada para um fim, num percurso que se inicia há 40.000 anos com as pinturas rupestres da gruta de Chauvet, a obra segue um duplo movimento («dépayer l'émotion de l'appartenance et accueillir l'étrange familiarité du lointain» ((Boucheron, 2017: 8-9) para explicar a França através do mundo e com o mundo e quebrar, assim, a falaciosa e ideologicamente marcada simetria entre a França e o resto do mundo, criada e alimentada pela historiografia clássica.

⁹ Veja-se o bem conhecido ensaio que Walter Benjamin publica em 1936, *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*.

nesta ótica, as novidades associadas atualmente à globalização são tão velhas como a Pont Neuf de Paris (a mais antiga da cidade), sendo totalmente falacioso o axioma, implícito ou explícito, segundo o qual a globalização afeta as sociedades complexas e que esta complexidade é apenas uma propriedade intrínseca do mundo contemporâneo, como se as sociedades do passado (como a sociedade feudal) assentassem em estruturas estáticas e imutáveis. Na verdade, perspectivada na longa duração, a globalização é essencialmente uma «aventura urbana» que começa a emergir nos séculos VIII e IX, uma aventura fundada na dinâmica, cada vez mais intensa, desenhada pelas transações mercantis de produtos manufaturados à escala internacional, implicando uma profunda reconfiguração não somente do espaço urbano em si, mas também das relações (inclusive das relações de poder) de interdependência com o Outro nesse espaço proteiforme e multicultural.¹⁰

A cidade engendra novas formas e figuras do desejo, estimula a mobilidade, obriga a redesenhar o espaço, as fronteiras (geográficas, culturais e mentais), e coloca novos desafios à comunicação.¹¹ Sob a égide do mercador, o espaço urbano assume uma dimensão mercurial, ambígua por natureza, emblema dessa palavra mediadora que corre veloz entre os homens, criando renovadas redes de sociabilidade nos limiares da incompreensão e da divisão babélica. A palavra do mercador, como a do seu duplo mítico, é essencialmente *pharmakon*, ao mesmo tempo *simbólica* e *diabólica*, unificadora e eternamente percorrida pelo espectro da falácia e do simulacro, como relembra Isidoro de Sevilha nas suas *Etimologias* (VIII, 45-47).¹²

¹⁰ A cidade medieval é um espaço de migrações, estimando-se que 20 % a 60 % da sua população venha de fora, seja do campo, seja de outras regiões ou de outros países (Dutour, 2004: 110).

¹¹ «L'effet le plus visible de ces dynamiques est l'apparition de villes dont l'existence est soutenue par la production et l'échange marchand [...]. En 1500, l'Europe latine compte 150 villes ayant au moins 10 000 habitants. Les trois quarts de ces villes sont nées au Moyen Âge [...]. Elles apparaissent avant tout comme des marchés locaux, régionaux, interrégionaux voire internationaux avec les ports de la mer du Nord et de la mer Baltique que relie le commerce frison et des villes côtières d'Italie (comme Venise) qui entretiennent des relations permanentes avec le Proche-Orient grec et musulman et avec l'Afrique du Nord» (Dutour, 2004: 108-109).

¹² «Mercurium sermonem interpretantur. Nam ideo Mercurius quasi medius currens dicitur appellatus, quod sermo currat inter homines medius [...]. Ideo et mercibus praeesse, quia inter vendentes et ementes sermo fit medius. Qui ideo fingitur habere pinna, quia citius verba discurrunt. Vnde et velox et errans inducitur [...]. Nuntium dictum, quoniam per sermonem omnia cogitata enuntiantur. Ideo autem furti magistrum dicunt, quia sermo animos audientium fallit. Virgam tenet, qua serpentes dividit, id est venena».

No século XII, ou seja, precisamente na altura em que assistimos à emergência e à expansão da literatura ficcional em língua vulgar (o que está longe de ser uma mera coincidência), o crescimento urbano acentua-se, e com ele os desequilíbrios, angústias e expectativas inerentes à perceção de um universo em recomposição. Se a cidade medieval (real ou ficcionada) surge, por vezes, sob o signo da totalidade orgânica, imagem do fechamento protetor, da solidez, da integridade em face das ameaças que vêm do exterior, emerge, outras tantas vezes, sob o signo de uma estonteante diversidade e fragmentação. Abrigando príncipes, mendicantes, mercadores, artesãos, mendigos, prostitutas, jograis, cambistas e usurários, ferreiros, professores e estudantes itinerantes, médicos e advogados, cavaleiros e burgueses, peregrinos, visitantes de passagem, pobres e ricos, cristãos, judeus e muçulmanos, pregadores e penitentes, a cidade é, em si mesma, um foco de tensões manifestas ou latentes, de ruturas e conflitos sempre iminentes. A cidade medieval é assim, por natureza, um espaço inquieto e marcado pela consciência da fragilidade; fragilidade das relações de vizinhança, em que impera a amizade negociada, que Brunetto Latini tantas vezes denunciara no seu *Livro do Tesouro*; fragilidade das relações familiares que sonham com o modelo linhagístico da nobreza; fragilidade das relações sociais parcial ou totalmente regidas ou reguladas pelo dinheiro, «o sangue da cidade, o seu fluido vital» (Rossiaud, 1989: 169), que se torna cada vez mais um determinante critério de diferenciação. Daí a necessidade, amplamente estudada, de se criarem guildas, universidades, confrarias e outros tipos de associações, através das quais as pessoas que se identificam entre si procuram proteger-se de ameaças muitas vezes mais internas do que externas. Nas fachadas das catedrais do século XII, o velho e temporariamente esquecido tema boeciano da Roda de Fortuna (*vid.* Foehr-Janssens & Métry, 2003) volta a espreitar, lembrando a todos os cidadãos quão ténues são as fronteiras entre a riqueza e a ruína, entre o poder e a indigência, entre o orgulho e a humilhação.

Implicando complexas dinâmicas relacionais geradoras dessa hibridez e dessa constante renegociação das fronteiras entre o uno e o múltiplo, a diversidade e a uniformidade, o Mesmo e o Outro, a permanência e a mutabilidade, que associamos ao imaginário da globalização, a cidade medieval, enquanto caleidoscópio discursivo, dá origem a uma multiplicidade de narrativas identitárias paradoxais. Quem não se recorda do famoso *Decreto* de Graciano e do anátema lançado contra o mercador cuja atividade nunca poderá agradar a Deus («Homo mercator vix aut numquam potest Deo placere» (I.^a *pars*, dist. 88, 11)), ou das diversas *palea* canónicas que reiteradamente associam o comércio a uma atividade criminosa («Quedam sunt

opera quae vix aut nullatenus sine crimine exerceri possunt... Mercatura vero raro numquam ab aliquo diu crimine exerceri potuit» (*apud* Vauchez, 1992: 211))? Para o teólogo e pregador Jacques de Vitry, na primeira metade do século XII, é o espaço propenso à duplicidade verbal, à fraude e à manipulação, não se cansando os mercadores de «enganar os seus irmãos através da mentira e do engano» (*Historia Occidentalis*, IV: 71). Contudo, sob a ação do Verbo divino, através dos ensinamentos de Pedro Cantor e dos seus discípulos, cujo «ruído da pregação se estendeu a toda a terra» (*Historia Occidentalis*, VIII: 96), eis que a cidade de Paris se metamorfoseia e ilumina totalmente: as nuvens negras da Babilónia maldita dissipam-se para dar lugar às delícias de um autêntico paraíso terrestre:

En ces jours mauvais et chargés de nuages, en ce temps de péril, la ville de Paris, tout comme d'autres, drapés de crimes variés, souillées d'ordures innombrables, marchait dans les ténèbres. À présent cependant, par le changement de la droite du Très-Haut qui change désert en Éden, et la steppe en un jardin du Seigneur, elle est devenue la ville fidèle et glorieuse, la cité du Grand Roi, un paradis de voluptés et un jardin de délices empli de toutes sortes de fruits, répandant une odeur agréable, dont le Père suprême tire, comme de son trésor, le neuf et le vieux. Tels la fontaine des jardins et le puits d'eaux vives, elle irrigue la surface de la terre entière, fournissant aux rois le pain délicieux et les douceurs, offrant à toute l'Église de Dieu des richesses plus douces que le miel et ses rayons (*Historia Occidentalis*, VII: 84).

Perante a imagem sombria e ameaçadora da cidade irremediavelmente associada ao crime primordial (ou não fora Caim o fundador da primeira cidade), ouvem-se, na mesma altura, vozes bastante dissonantes. No seu *De Animae Exsilio et Patria*, Honório Augustodinense erguia, assim, a ciência a pátria do homem, delineando um itinerário intelectual e espiritual balizado por cidades, cada uma delas representando um sector do conhecimento e um conjunto de profissões. Todavia, uma das mais notáveis reabilitações da cidade coincide com a reformulação do saber (outra estranha coincidência) que ocorre na primeira metade do século XII, na Abadia de São Vítor. Referimo-nos ao marco cultural intransponível representado pelo *Didascalicon* (circa 1127), em que Hugo de São Vítor ergue as sete artes mecânicas (fabrico da lã e de armas, navegação, agricultura, caça, medicina e teatro) a um estatuto idêntico ao das tradicionais sete artes liberais (capítulo xx), antes de

proceder a um dos mais notáveis elogios da navegação (capítulo xxiii), ou seja, a arte (ou ciência) do comércio:

La navigation contient toute espèce d'échange commercial consistant dans l'achat, la vente, l'échange des denrées nationales ou étrangères; *on peut très justement la considérer, dans son genre, comme une sorte de rhétorique, puisque l'éloquence est particulièrement indispensable dans cette profession.* Voilà pourquoi le maître du beau langage est appelé «Mercure», comme qui dirait «*kirrius (Kyrios)*», c'est-à-dire «seigneur» des marchands. La navigation pénètre les lieux secrets du monde, aborde des côtes jamais vues, parcourt des déserts horribles, et pratique le commerce de l'humanité avec des nations barbares, dans des langues inconnues. Sa pratique réconcilie les peuples, calme les guerres, affermit la paix et fait tourner les biens privés à l'utilité commune de tous (*Didascalicon*, II, 23: 117).

Se, no século XIII, o *Dit des Marchéans*, do poeta Philippot, colocava o mercador, graças às funções vitais e insubstituíveis que desempenha, acima de todas as *ordines* e poderes sociais,¹³ Hugo de São Vítor, cerca de um século mais cedo, elevava já o comércio ao nobilíssimo nível da retórica, essa disciplina «qui permet de persuader de tout ce qui vaut la peine» (*Didascalicon*, II, 30: 126), fazendo do mercador um autêntico herói civilizador. Poucos anos depois (em meados do século XII), o geógrafo al-Idrîsî – que, sendo oriundo da nobreza árabe hispânica, estudou naquele que foi o primeiro centro cultural islâmico do Ocidente medieval, Córdoba – compõe, para o rei normando Rogério II da Sicília e para sua cosmopolita corte, um atlas inspirado no mapa-mundo de Ptolemeu e em várias outras fontes conhecidas que compila, no qual se destacam algumas cidades magrebinas cuja fecundidade e abundância advêm da extraordinária dinâmica das transações mercantis e da incansável mobilidade dos comerciantes que percorrem o mundo:

De nos jours, Bougie fait partie du Maghreb central. C'est la capitale du pays Banû Hamâd. Les vaisseaux y abordent, les caravanes s'y rendent, les marchandises y sont acheminées par terre et par mer. Les commodités y sont apportées et les produits s'y vendent bien. Ses habitants sont de riches marchands et l'on y trouve des artisanats et des artisans comme on n'en trouve pas dans beaucoup d'autres pays. Les marchands de cette

¹³ Ver nota 17.

ville sont en relation avec ceux du Maghreb occidental, ainsi qu'avec ceux du Sahara et de l'Orient. On y entrepose des biens et on y vend des marchandises pour des sommes énormes. Autour de la ville, s'étendent des plaines cultivées où l'on récolte beaucoup de blé et d'orge. Les figues et autres fruits y poussent en quantité suffisante pour satisfaire les besoins de nombreuses localités (al-Idrîsî, 1999, III, 1: 165-166).

Quer apareça sob a forma de uma figura que ganha estatuto de personagem narrativa, quer seja dissimulada sob o véu das inúmeras metáforas monetárias que passam a inscrever-se no tecido ficcional,¹⁴ o mercador e o signo monetário, com as suas ambivalências, invadem o espaço literário a partir do século XII,¹⁵ da insuspeita canção de gesta ao chamado romance «realista» ou «gótico» do século XIII, passando pela narrativa arturiana, os poemas didático-moralistas ou alegóricos, os *fabliaux* e esses surpreendentes (pela polifonia discursiva e linguística que os caracteriza) poemas conhecido sob a denominação de *Carmina Burana*, confirmando, assim, esta estranha e reveladora relação de isomorfismo entre dinâmica de desenvolvimento urbano e dinâmica literária.

Se a presença do mercador (tanto na sociedade como na narrativa) desestrutura em profundidade a ordem (feudal) do mundo e a visão simbólica que a sustenta, abalando estruturas sociais e alicerces mentais que não conseguem integrá-la/nomeá-la facilmente¹⁶ (como testemunha a copresença no espaço, no tempo e mesmo no interior de um mesmo espaço textual de discursos e registos tão diversos e divergentes sobre o comércio), é porque, na verdade, a atividade mercantil (enquanto imaginário que acolhe, na realidade, práticas económicas e modelos

¹⁴ E não só, uma vez que podemos encontrar processo idêntico em muitos sermões do século XIII analisados por Bériou, 1998.

¹⁵ Esta questão foi amplamente por mim discutida, tanto nas suas implicações culturais e ideológicas como simbólicas e poéticas, em Carreto, 2012 e, numa perspetiva claramente orientada para uma hermenêutica literária, em Carreto, 2014.

¹⁶ A progressiva legitimação, por parte de muitos pregadores e por teólogos escolásticos, a partir do século XIII, da usura – ou, pelo menos, de algumas formas de usura – e do lucro obtido através das transações comerciais (nomeadamente as que implicam mais riscos ligados à natureza dos bens, aos custos inerentes ao transporte internacional e às ameaças que pesam constantemente sobre o mercador, que percorre caminhos poucos seguros) é o exemplo acabado deste notável esforço de integração da alteridade na ordem simbólica do mundo e do discurso. Ver, sobre esta matéria, a excelente síntese de Le Goff, 1986.

de comportamento muito distintos entre si) introduz uma importante clivagem epistemológica que nos reenvia para o âmbito da problemática da globalização, quer a entendamos do ponto de vista estritamente económico, quer a entendamos num prisma cultural relacionado com fenómenos de hibridação identitária, de alterações na perceção do espaço e do tempo e de reconfiguração nas formas e modalidades da comunicação com o Outro. Esta clivagem é a que afeta a própria noção de «pacto» – pedra angular do sistema feudal e simbólico –, minado pelo dinheiro enquanto hipótese de um sistema de transações baseadas na invisibilidade dos signos. Ao mesmo tempo que um poeta como Philippot (*Le Dit des Marchéans*) celebra este admirável mundo novo inaugurado pelo bem-aventurado mercador erguido ao estatuto de santo,¹⁷ outros autores, como o poeta e cronista beneditino Gilles li Muisis, num breve poema intitulado «C'est des marchéans», lamentam o advento de uma nova ordem social dominada não só por burgueses e mercadores, mas por cambistas cuja atividade faz realçar a misteriosa e obscura natureza do dinheiro («Car en monnoies est la cose moult obscure» (*apud* Schilperoort, 1993: 114)), que tem o estranho poder de inverter incessantemente a Roda de Fortuna e de transformar cada coisa no seu contrário («Quand on quide wagner, on trouve le contraire»).

¹⁷ «[...] C'on doit les marchéanz / Deseur toute gent honorer; / Quar il vont par terre et par mer / Et en maint estrange país / Por querre laine et vair et gris. / Les autres revont outre mer / Por avoir de poi acheter, / Poivre, ou canele, ou garingal. / Diex gart toz marchéanz de mal / Que nos en amendons sovent. / Sainte Yglise premièrement / Fu par Marchéanz estable / Et sachiez que Chevalerie/ Doivent Marchéans tenir chiers / Qu'ils amainent les bons destriers/ A Laingni, à Bar, à Provins / Si i a marchéanz de vin, / De blé, de sel et de harenc, / Et de soie, et d'or et d'argent, / Et de pierres qui bones sont. / Marchéanz vont par tout le monde / Diverses choses acheter [...]. / Que Jhesucriz, il filz Marie, / Gart Marchéanz de vilonie / Et lor doinst si marchéander / Qu'en paradis puissent aller [...]. / Que Jhesucrist, li filz Marie, / Doinst aux Marchéanz bone vie» [«Devemos honrar os mercadores acima de qualquer pessoa, porque andam por mar e por terra e por muitos estranhos países em busca de lã, peles e tecidos. Outros vão para além-mar para comprarem pimenta, canela ou ervas aromáticas. Que Deus livre todos os mercadores do mal que tantas vezes emendamos. A Santa Igreja começou por ser fundada por mercadores. E fiquei a saber que os cavaleiros devem estimar os mercadores, já que estes trazem bons cavalos. Em Lagny[-sur-Marne], Provin, Bar[-sur-Aube], encontramos mercadores de vinho, trigo, sal e arenque, seda, ouro, prata e pedras valiosas. Os mercadores percorrem o mundo inteiro para comprarem diversas coisas [...]. Que Cristo Jesus, o Filho de Maria, proteja os mercadores do mal e lhes permita negociar de tal forma que alcancem o Paraíso [...]. Que Cristo Jesus, o Filho de Maria, conceda aos mercadores uma vida boa»] (sou eu quem traduzo).

Na progressiva, embora inexorável, passagem do imaginário oblativo para o imaginário monetário e mercantil, é toda uma conceção do tempo e do espaço que se altera. A noção de «visibilidade» (a *ousia phanera* da filosofia grega), que designa os bens mobiliários ou a transferência da riqueza através do comércio, desde que esta seja claramente visível, ou seja, presenciada por testemunhas, por exemplo) e que pressupõe que todo o sentido encarna num corpo (seja ele corpo literal, relíquia sagrada ou facto testemunhado e transmitido oralmente) através do qual se ascende, por sucessivas etapas, aos mistérios transcendentais, é agora ameaçada pela noção de «substância invisível» (*ousia aphanes*) que se reflete em todas as transações efetuadas sem testemunhas, nomeadamente as transações monetárias, que minam a relação entre os bens e o valor que lhes é atribuído, entre os signos e a sua significação, entre a propriedade intrínseca das coisas e a propriedade dos nomes. Por outras palavras, a passagem de um modo de comunicação para o outro representa a passagem do universo visível do *symbolon* para o universo subterrâneo dos signos, representando a moeda (tal como a escrita ficcional) uma forma de simbolização e de comunicação que já não necessita do pressuposto epistemológico da visibilidade e da presença testemunhal para construir a relação com o outro e com a verdade.¹⁸

A língua dos anjos

Assim, pela forma como reconfigura a relação com o espaço e o tempo (*vid.* Le Goff, 1977) e abala as estruturas sociais, ideológicas e mentais do feudalismo, a figura do mercador (mais do que o jogral ou o peregrino) reifica, senão uma consciência emergente da globalidade, pelo menos a consciência aguda de um universo em plena mutação, nos séculos XII e XIII. Convém, de resto, evitar exações suscetíveis de distorcer a imagem que criamos (ou recriamos) do mundo medieval. A Idade Média continua (e continuará por muitos séculos) a ser um período dominado por uma conceção simbólica do universo em que as relações entre o macrocosmo e o microcosmo, entre os homens, as suas atividades, o mundo visível e o mundo invisível, o Verbo Divino e a ordem gramatical do discurso, estão unidas por uma infinita e complexa teia de correspondências analógicas. Porque eminentemente simbólico, o pensamento medieval é, em si mesmo, pensamento global, que vive e imagina o mundo como uma «forma global».¹⁹ O desenvolvimento urbano

¹⁸ Sobre esta questão, ver os importantes trabalhos de Shell, 1978 e 1982.

¹⁹ Ver a citação de Paul Zumthor em epígrafe.

associado à intensificação das transações mercantis não introduz uma rutura (quando muito fissuras) nesta *imago mundi*, mas vem dialetizá-la. Tal como o signo monetário introduz uma relação dialética de negociação entre o homem e o seu objeto de desejo. Tal como o imaginário romanesco dialetiza os modelos poéticos herdados da Antiguidade Clássica e perturba a relação de contiguidade quase metonímica entre as palavras e as coisas que ainda encontramos nas primeiras canções de gesta francesas.²⁰ Tal como a filosofia de Abelardo (nomeadamente a do *Sic et Nunc*) dialetiza a relação entre os signos e a significação, abrindo no seio do discurso autoral da teologia a brecha da dúvida, da questionação, da controvérsia. Tal como a palavra dos pregadores vem dialetizar, no coração da inquieta e buliçosa cidade medieval do século XII, a relação do homem com Deus, negociando os seus pecados em função da sua atividade e dos contextos em que é exercida e rompendo, assim, com a inflexibilidade austera que perpassava dos antigos manuais de confissão.

A figura do mercador intensifica e complexifica, por outro lado, aquilo que é já uma das características bem conhecidas (embora nem sempre devidamente reconhecida e tida em consideração) do mundo medieval: a mobilidade no espaço (mesmo que lenta, penosa e, não raras vezes, perigosa), com as implicações linguísticas, culturais, sociais e políticas decorrentes desta dinâmica (fenómenos de apropriação/adaptação, transferência, hibridação, transformação, etc.).

O universo medieval não é um universo estático nem imutável em que pessoas e ideias estão fechadas sobre si mesmas e confinadas às fronteiras de um território ou de uma região mais ou menos extensos. Circulam, desdenhando fronteiras geográficas e políticas, peregrinos e jograis; circulam viajantes e embaixadores, estudantes e mestres, guerreiros, feirantes e mercadores, saltimbancos, exilados e *laboratores*, cavaleiros e sacerdotes. E, com eles, circulam objetos (reliquias, mercadorias, riquezas saqueadas e oferendas valiosas), lendas e mitos, fragmentos narrativos, contos, canções, costumes e tradições, modos de falar, crenças e rituais. Circulam manuscritos e vozes, cruzam-se, trocam-se e entrelaçam-se ideias, valores, formas e tradições poéticas, visões do homem e do mundo. Na sua matriz fundacional, a civilização do Ocidente medieval e a literatura em língua vernácula que dela emerge, em meados do século XI e durante o século

²⁰ A canção de gesta manifesta uma conceção realista da linguagem que a Alta Idade Média herda da Antiguidade e que levou o crítico norte-americano R. Howard Bloch a definir o discurso épico como «presença relicária das coisas nas palavras» (Bloch, 1989: 89ss.).

seguinte a partir dos epicentros provençal e anglo-normando, respetivamente, são, por natureza e vocação, sincréticas, ou seja, globais ou globalizantes, acolhendo influências (temas, motivos, estruturas narrativas, dicções poéticas) tanto do mundo oriental como do universo literário e filosófico greco-latino, tanto da mitologia nórdica como da celta ou cristã, tanto da tradição manuscrita como da tradição oral, que fusionam para dar origem a formas poéticas inovadoras, que o romantismo, paradoxal ou ironicamente, definiu como sendo a expressão mais genuína e depurada na nacionalidade.

Além de global na sua génese, a literatura «francesa» medieval é também global na forma como se difunde, conhecendo, num período de tempo relativamente breve, uma extraordinária internacionalização (pelo menos à escala dos grandes centros de poder do Ocidente medieval). Foi da consciência aguda, entre outros aspetos, desta labilidade das fronteiras geográficas em matéria de circulação das obras acompanhada de uma poderosa dinâmica da *translatio* e das constantes assimetrias entre língua de expressão e território de expansão de certos textos (o que tanto se aplica à Idade Média como à literatura contemporânea, de resto) que nasceram projetos particularmente relevantes (do ponto de vista teórico, crítico e metodológico), com o intuito de repensar a identidade das literaturas nacionais e a sua hermenêutica à luz da literatura-mundo²¹ e, mais recentemente, dos estudos globais.

Rompendo com a longa e tenaz tradição das histórias da literatura francesa de cunho positivista (a de um Désiré Nisard, claramente nacionalista, composta entre 1844 e 1861, ou, numa perspetiva mais internacionalista e aberta às influências do estrangeiro, a de Gustave Lanson, publicada em 1894, que influenciou varias gerações), em que o cânone literário incarna o espírito nacional, cuja integridade e transcendência se projetam na pureza cristalina da linguagem e na perfeição aritmética da forma clássica, exaltada por um Boileau (*Art Poétique*, 1674), Christie McDonald e Susan R. Suleiman publicam, em 2010, uma obra coletiva com 28 contribuições, dividida em três partes (Espaços, Mobilidades, Multiplicidades), que ostenta o título *French Global: A New Approach to Literary History* (McDonald & Suleiman, 2010). Incidindo sobre a dialética «nacional»/«global», o prefácio da obra (IX-XXI) revela a ambição epistemológica deste projeto: não se trata apenas de recolher artigos de diversos especialistas de renome internacional sobre grandes marcos, momentos ou tendências da literatura francesa, da Idade

²¹ Da vasta bibliografia sobre esta matéria, destacarei apenas os estudos de Casanova, 1999; Apter, 2006; Damrosch 2003; e Buescu, 2013.

Média à época contemporânea, estimulando, assim, a pluralidade de olhares e perspectivas, mas sim de dar ênfase às zonas de tensão entre a multiplicidade e a unidade, o diverso e o uniforme, o Mesmo e o Outro. Privilegiando dinâmicas de significação ligadas à circulação dos textos e dos autores, à hibridação dos imaginários que veiculam, ao multilinguismo, esta abordagem global da literatura francesa (e não da literatura francesa como centro do globo) introduz um descentramento que põe em causa a conceção da história literária pensada como metanarrativa unitária e unificadora. Convida, por outro lado, a dar lugar à alteridade no seio mesmo da identidade poética de um género ou de uma época. Implica, finalmente, um reposicionamento constante de quem lê e do lugar relativo ocupado pelas obras e pelos autores num contexto de uma vasta rede de relações (ou de vasos comunicantes) em constante reconfiguração ao longo dos séculos.

Enquanto convite à releitura permanente e sempre outra das obras, esta perspectiva permite, enfim, relativizar, como veremos a seguir, a existência de hierarquias fixas (e fixistas) e preestabelecidas no âmbito do cânone literário (um operador conceptual e cognitivo profundamente dinâmico, logo instável, que convém igualmente visitar regularmente à luz de uma visão comparada e global do fenómeno literário), sublinhando a natureza rizomática (na aceção de Deleuze & Guattari, 1980: 9-37), ou seja, subordinada aos princípios da conexão e da heterogeneidade, da multiplicidade, da rutura assignificante e da descontinuidade; uma literatura subordinada, em suma, ao movimento constante de desterritorialização e de reterritorialização que evoluiu de forma multilateral, com avanços e recuos, segundo uma lógica da «polinização», retomando a metáfora de Helena C. Buescu (2013: 48), e não segundo uma lógica da subordinação da periferia ao centro, subjacente ao conceito de «influência». A literatura como espaço nómada, localizado, mas não delimitado, um espaço «global relativo» (Deleuze & Guattari, 1980: 474), com a sua latitude e longitude, mas sem fronteiras rígidas; a escrita não como arte da significação, mas sim como movimento perpétuo, como forma de cartografar «même des contrées à venir» (Deleuze & Guattari, 1980: 11). Daí a pertinente metáfora do GPS aplicada, não sem algum humor, por Christie McDonald e Susan Suleiman às infindas e complexas interconexões nas quais assenta uma visão global da literatura:

For us, the definition of global is more like that a global positioning system [...]: «a word-wide navigation system which allows users to determine their location very precisely by means of receiving equipment that detects

timed radio signals from a network of satellites in stable, predictable orbits». The satellites moves in stable and predictable orbits, but the GPS device itself accompanies people who move around a great deal, often in haphazard, unpredictable trajectories (McDonald & Suleiman, 2010: X).

Entre o movimento perpétuo e a estabilidade, cartografar a literatura medieval numa perspetiva global implica, assim, como temos vindo a sublinhar, um constante reposicionamento mental e conceptual. O que nos permite responder (mesmo que ainda e sempre de forma parcial e provisória) à segunda pergunta colocada inicialmente, a saber: para lá de uma hipotética «consciência da globalidade» que emana dos textos, que vantagens traz o pensamento global de quem lê e no contexto de uma reavaliação do nosso conhecimento sobre a Idade Média e a literatura medieval? Uma visão satélite da poesia medieval implica, na verdade, um vasto processo de homonimização conceptual, que visa reinvestir motivos, formas poéticas e noções estruturantes da literatura medieval (o sentido da errância e da aventura, o conceito de *romance* ou o de *translatio*, o estatuto e a natureza do *maravilhoso* em face do paradigma do milagre, etc.) com novos significados e, por conseguinte, novas implicações nos planos culturais e poéticos.

Intrinsecamente estranho a si próprio, impuro, polimorfo, e assumindo ou tirando partido, desde a sua origem, da sua condição bastarda (Gingras, 2011), o *romance* começa por ser, antes mesmo de se apresentar como um *modus dicendi* com características formais e temáticas próprias, a afirmação de uma língua (a língua materna, a língua do desejo), resultante de uma poderosa dinâmica da *translatio*. Entre 1130 e 1190, sucedem-se três versões do *Roman d'Alexandre*. Por volta de 1155, o *Roman de Thèbes* relata o destino dos descendentes de Édipo, segundo a *Tebaida*, de Estácio. Em 1155, o *Roman de Brut*, de Wace, retoma a *Historia Regum Britaniae*, de Geoffroy de Monmouth, fazendo irromper a figura mítico-lendária e histórica do rei Artur na tradição em língua vernácula. Segue-se (circa 1160) o *Roman d'Énéas*, que adapta e recria, concedendo um novíssimo lugar ao amor, a *Eneida*, de Virgílio. O *Roman de Troie*, de Benoît de Sainte-Maure (circa 1165), assume, por sua vez, o desafio de contar a aventura troiana que fará de Eneias a figura tutelar fundadora e legitimadora de grande parte da realeza europeia, nomeadamente da dinastia Plantageneta.

No caso da literatura medieval, a tradução não se limita a ser, por conseguinte, simples processo de mediação externo ao texto, através do qual este se expande e reconfigura, passando a integrar a própria tradição literária nacional. Constitui

o núcleo matricial de uma literatura que se define como poética da mestiçagem, da contaminação, do entre-dois, da hibridação, da eterna tensão dialógica entre culturas e entre duas línguas: o latim, língua da *auctoritas* e figuração simbólica de uma alteridade/paternidade, do qual o *romance* se procura emancipar sem romper, no entanto, com uma relação de filiação que o legitima.

Enquanto *translatio*, a literatura medieval incarna a ideia de trânsito, de transformação e de transitoriedade, de uma literatura constantemente fora da sua órbita.²² *Translator* (ou seja, transladar) implica, em primeiro lugar, uma deslocação horizontal do espaço de leste para oeste, que acompanha o movimento do Sol. Daí a relação de isomorfismo, teorizada pelo bispo Otto von Freising na sua *Historia de Duabus Civitatibus* (circa 1144-1146) e reiteradamente sublinhada pelos textos, entre transferência de poder (*translatio imperii*) e transferência de conhecimento (*translatio studii*). Veja-se, por exemplo, o movimento desenhado por Chrétien de Troyes no seu segundo romance, o célebre *Cligès* (circa 1176):

Par les livres que nos avons
Les faitz des anciens savons
E dou siecle qui fu jadis.
Ce nos ont nostre livre apris
Que Grece ot de Chevalerie
Le premier los et de clergie,
Puis vint chevalerie a Rome
Et de la clergie la somme,
Qui or est en France venue [...].
Dex l'avoit as altres prestee,
Que des Grezois ne des Romains
Ne dit en mais ne plus ne mains,
D'eus est la parole remese
Et esteinte la vive brese.
Chrestiens comence son conte [...]²³ (Troyes, 1994a, v. 27-45).

²² Ver as considerações de Buescu, 2013: 53-66.

²³ «Através dos livros que possuímos, conhecemos os feitos dos Antigos e o que aconteceu nos tempos idos. Eis o que os livros nos ensinaram: A Grécia foi, nos domínios da cavalaria e do saber, a que teve mais renome; depois veio a valentia de Roma com a sua sùmula de saber, que agora chegou a França [...]. Deus emprestara-a outros, mas sobre Gregos e Romanos, nada mais

Na altura em que o centro do saber se situava muito mais em Toledo ou Tudela do que em Paris, da *translatio* apresentada por Chrétien ecoa uma nota algo dissonante, embora compreensível, tanto do ponto de vista ideológico como poético, tratando-se de erguer a França a epicentro de confluência e de renascimento de uma vasta e prestigiada tradição, da qual emerge uma nova ou renovada forma de conhecimento encarnado pela ficção (nomeadamente, a ficção arturiana) em língua vulgar.

Independentemente do modo como cada texto a declina, a dinâmica poética assente na *translatio* representa uma conceção profundamente deslocalizada, descentrada, desterritorializada e desnacionalizada de literatura, cuja vocação é dilatar-se e expandir-se rapidamente para lá das suas fronteiras matriciais. Hartmann von Aue traduz *Érec*, em 1185, e redige um *Iwein*, em 1200 (sensivelmente), a partir dos respetivos romances de Chrétien de Troyes, *Érec et Énide* e *Yvain ou le Chevalier au Lion*, compostos menos de 20 anos antes das respetivas reescritas. O *Parzival*, de Wolfram von Eschenbach, surge em 1200-1210 como reescrita/adaptação do *Conte du Graal* (circa 1185). A versão de Thomas da Inglaterra (que escreve em Francês) da lenda de Tristão e Isolda, composta em finais do século XII, é traduzida por Gottfried de Estrasburgo, no início do século XIII, que opta por acentuar as características cortesias do seu modelo textual, conferindo-lhe nomeadamente contornos alegóricos mais acentuados. Pouco anos depois (em 1226), um denominado frei Roberto reconstitui e traduz em prosa norueguesa, a partir de vários fragmentos da tradição manuscrita francesa (alguns dos quais perdidos), a *Saga de Tristão e Isolda*, a pedido do rei Hákon, que pretendia, assim, instaurar em terras nórdicas uma atmosfera de requinte e prestígio (político e poético) dignos da corte dos Plantagenetas. Sem falarmos na própria figura do rei Artur (que reencontramos nas fundações mítico-lendárias do *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro* e na maioria das crónicas peninsulares) ou de Lancelot, Guenièvre, Merlin e tantos outros que, a partir das versões francesas, em versos do século XII, e das continuações em prosa do século seguinte, conheceram a fama, o sucesso e a posteridade nos quatro cantos da Europa, da Península Ibérica (Afonso II, D. Dinis, Afonso X) à Inglaterra de Mallory ou de Chaucer, da Itália de Dante aos Países Baixos e eslavos.

acrescentarei. Deixou de se falar deles; a sua chama viva apagou-se. Chrétien inicia o seu conto [...]» (sou eu quem traduzo).

Mas não só: sob o véu da ironia e da paródia, da condenação explícita ou da inconfessa sedução, a literatura medieval nunca deixou de impregnar, da sua indelével presença e com o seu imaginário, o Renascimento (basta pensarmos na quantidade de romances de cavalaria impressos durante essa época), tão-pouco o chamado classicismo (pensemos o quanto a novela – a de Bocácio ou de Marguerite de Navarre – é devedora desta forma narrativa tipicamente medieval que constitui o *exemplum*), nem, claro está, o próprio romantismo ou aquilo a que, bem ou mal, se convencionou chamar de modernidade: a história tristaniana tornou-se para Wagner, como para Thomas Mann, modelo da transcendência mística na morte. Merlim, mago e profeta do reino arturiano, filho do diabo redimido por Deus, tornou-se o emblema das mais diversas concepções do poeta e da escrita, como se o ambivalente dom da metamorfose que o caracterizara na Idade Média como personagem literária tivesse acabado por contagiar toda a história da literatura europeia, representando, simultânea ou alternadamente, o poeta maldito ou o poeta inspirado, a força oculta ou numinosa que preside à criação poética ou a instância invisível que governa, para lá de qualquer mecanismo racional e lógico, a escrita surrealista. Pensamos em *L'Enchanteur Pourrissant*, de Guillaume Apollinaire, no poema «De l'arbre où ce n'est pas Merlin qui est prisonnier», de Aragon (*in Brocéliande*), em *Les Chevaliers de la Table Ronde*, de Jean Cocteau, no romance *L'Enchanteur*, de René Barjavel, ou ainda em *The Book of Merlyn* (1941), do britânico Terence White.

Os ecos do *Roman de Renart* (cujo primeiro fragmento – ou *branche* – data de finais do século XII) far-se-ão ouvir tanto em Itália, através do poema *Rainardo e Lesengrino* (século XIII), como na Alsácia germânica do *Reinbart Fuchs*, na Inglaterra dos *Contos de Canterbury*, de Chaucer (século XIII), e de uma tradução inglesa quatrocentista da autoria de William Caxton, ou no Portugal do *Romance da Raposa*, de Aquilino Ribeiro. Recordemos, igualmente, o *Roman de la Rose*, na sua não menos célebre evocação através do romance de Umberto Eco, numa reescrita, bem ao estilo medieval, que apenas conserva um título no qual se inscreve a ambivalência do signo (a rosa), que se apresenta ao leitor como um objeto de desejo marcado simultaneamente pela sedução e pelo interdito, uma vez que está irremediavelmente situada, pelo menos no poema composto por Guillaume de Lorris, no início do século XIII, nesse vergel encantado circunscrito por um muro, que nos adverte que o sentido (bem como o acesso ao Outro e ao Conhecimento) apenas existe na distância e que a sua consumação (literal e carnal) implica sempre a morte do desejo e da palavra poética que vive e se alimenta dessa distância que anula e acentua ao mesmo tempo. Pensamos, finalmente, nas rescritas contemporâneas de

um singular romance arturiano do século XIII, *Le Roman de Silence*, de Heldris de Cornouailles, por Tahar Ben Jelloun (*L'Enfant de Sable*, 1985) e Jacques Roubaud (*Le Chevalier Silence*, 1997) (Koble & Séguy, 2009). Poder-se-iam multiplicar os exemplos através dos quais a ficção em língua vernácula se expande no espaço e no tempo, de *translatio* em *translatio*, numa dinâmica criadora que está longe de se restringir ao modelo narrativo do romance (*vid.* Stanesco & Zink, 1992). Contudo, não são apenas as ficções (na sua materialidade escrita e vocal) que circulam no espaço e no tempo como objetos valiosos moldando os contornos de uma literatura e de uma civilização. Para além das personagens (cavaleiros, mercadores, peregrinos, jograis, etc.), romances e canções de gesta põem em cena uma intensa circulação de objetos (espadas, elmos, escudos, lanças, mantos, tecidos preciosos, relíquias), alguns dos quais dotados de virtudes sagradas e de poderes mágicos, que viajam por entre vários pontos do globo, reunificando temporalidades difusas e desconexas e ligando geografias conhecidas a territórios puramente imaginados ou imaginários. O movimento constituído pela circulação da espada (emblema da função guerreira e duplo identitário do herói) é particularmente interessante, na medida em que cria uma constante tensão intertextual entre a narrativa e as suas fontes lendárias, traduzindo igualmente um intenso diálogo intercultural.

Veja-se, em muitos textos épicos, como o poema provençal *Ronsasvals* ou o cantar que celebra a *Chevalerie Ogier*, a função desempenhada pela figura tutelar de Galan, o ferreiro no qual ecoam as personagens de Völund, da mitologia nórdica, e de Vulcano/Hefesto, do panteão greco-latino, que está na origem da criação da inquebrável espada de Rolando, Durandal, ou do cavaleiro Ogier da Dinamarca. Veja-se, também, o exemplo de Calibore, a espada de Artur, forjada na ilha de Avalon.²⁴ Noutros casos, a espada surge (con)sagrada, desde a sua origem, por ter pertencido a *auctoritates* consideradas históricas (uma testemunha da Paixão de Cristo, Alexandre Magno, Júlio César, Carlos Magno, etc.), passando pelas mãos de judeus, cristãos e muçulmanos, antes de ser empunhada pelo herói. Oferecida, roubada, vendida e comprada, ou emergindo milagrosamente do fundo das entranhas da terra ou do fundo de um lago, a *translatio* da espada (singular modalização ficcional da *translatio imperii*) desenha, assim, uma trajetória subliminar que aprofunda, inflete e desconstrói reiteradamente o sentido da narrativa e confere ao herói uma identidade (poética, cultural e simbólica) plural e, não raras vezes, paradoxal.

²⁴ Segundo Wace, no seu *Roman de Brut* (Arnold & Pelan, 1962, v. 739-742).

Alternando constantemente entre imaginário oblativo e imaginário mercantil, a circulação de alguns objetos pode não ser tão espetacular como a da espada, não deixando, contudo, de ser igualmente intensa. O *Roland à Saragossa*²⁵ conta-nos, por exemplo, a aventura temerária e solitária de Rolando, que consegue penetrar na cidade sarracena para ver Braslimonda, mulher do rei Marsile. Avisada da sua chegada por um espião, a rainha (num jogo subtil de sedução) veste o seu mais belo manto, cujo valor simbólico é marcado por sucessivas hipérboles (*Le Roland Occitan* [...], 1991, v. 920-923). O significado secreto do poema (toda a dimensão implícita, oculta e inter-dita do desejo amoroso) inscreve-se na trajetória deste singular e precioso objeto: oferecido a Braslimonda pelo emir do Cairo, passa para as mãos de Rolando, que, por sua vez, o entrega a Carlos Magno como prova do sucesso da sua aventura.²⁶

Mais rica, ainda, é a história do cálice de ouro, a peça mais valiosa que mercadores vindos da Babilónia entregam ao rei Félix em troca de Blancheflor (*Le Conte de Floire et Blanchefleur*, 1980): de origem sobrenatural («Vulcans le fist» (*Le Conte de Floire et Blanchefleur*, 1980, v. 450), transfere-se, graças a Eneias, para a Lombardia e para Roma, onde chega à posse de Júlio César. É roubado por ladrões, comprado por mercadores, adquirido por Félix, para, no final, ser transmitido a Floire. Além de representar, em negativo, as ameaças ao amor idílico entre as duas crianças (os amores ilícitos de Páris e Helena e as suas fúnebres consequências gravadas no cálice), e de participar ativamente no desenrolar da narrativa, a circulação do objeto volta a (d)escrever uma verdadeira *translatio imperii*, conferindo, para

²⁵ Poema épico (ou épico-cómico) mais tardio (século XIV), cujo interesse reside, essencialmente, na forma como acentua, até à caricatura, alguns aspetos do *Roland* de Oxford e no modo como denuncia, através de um registo simultaneamente burlesco e paródico, a perversão do sistema do dom e a sua conversão numa lógica mercantil discretamente sugerida pelo texto canónico. Cf. *Le Roland Occitan* [...], 1991.

²⁶ Este, por sua vez, oferece o seu próprio manto a um jogral (um dom que garante a transmissão da gesta através do cantar poético). Uma leitura política e ideológica da circulação confere a este objeto os contornos de uma autêntica *translatio imperii* (de Oriente para Ocidente), sendo, o que é significativo, o poder entregue ao imperador carolíngio pela mediação do feminino. Repare-se que nem a própria espada incorruptível do herói escapa, agora, a esta lógica transaccional, tendo sido conquistada por Carlos Magno ao pagão Braimant, antes de ser dada ao seu sobrinho Roland (*Le Roland Occitan* [...], 1991, v. 857-869).

lá dos seus contornos simbólicos e poéticos inerentes, uma dimensão política e ideológica à ficção. Também aqui os exemplos poderiam ser multiplicados.²⁷

Para lá de um movimento no espaço (e, por conseguinte, no próprio tempo), transladar implica também um movimento vertical de revelação. Como sublinha claramente a poetisa Marie de France no prólogo dos seus *Lais* (contos breves que traduz em francês, para a corte de Henrique II Plantageneta, a partir de fontes orais da tradição bretã), o tempo tende a tornar a letra obscura e inacessível, permitindo a tradução revelar o sentido escondido das obras, tornar novamente fértil a letra morta da tradição. Neste sentido, a *translatio* apresenta-se como dinâmica hermenêutica que introduz a dimensão da profundidade no seio da literatura em língua romance.

Estas narrativas breves, nas quais Marie de France manifesta tantas vezes o seu cuidado em traduzir os títulos para várias línguas,²⁸ continuando assim a fazer ecoar, na versão francesa, as sonoridades estranhas oriundas de outros lugares, de outros tempos, de outras culturas e de outras tradições poéticas, chamam ainda a nossa atenção para a dimensão simultaneamente babélica e reunificadora do romance, num contexto histórico-político dominado pelo multilinguismo e pela multiculturalidade. Depois de 1066 (data em que Guilherme, o Conquistador,

²⁷ Poder-se-ia, nomeadamente, evocar o caso singular da *translatio* de relíquias sagradas. É difícil conceber bem mais desejado e cobiçado, um bem cujo poder e valor se medem tanto pela sua sacralidade como pela riqueza da história do seu percurso (pouco importa se esta história é verdadeira ou construída à custa de inúmeras ficções legitimadoras, como testemunha o romance *Baudolino*, de Umberto Eco), assim como pela violência fundadora que está na origem de cada uma das suas sucessivas reconquistas (reliquia roubada, usurpada, perdida, reencontrada, blasfemada, santificada). Um poema eminentemente paródico como *Le Voyage de Charlemagne à Jérusalem et Constantinople*, datado do século XII, mostra claramente que o *sentido* da relíquia advém, por vezes, tanto (ou mais) da forma como circula no espaço e no tempo do que das suas propriedades inerentes. Mais do que afirmar a autenticidade histórica e material da relíquia (sempre reconstruída), é necessário que exista um discurso (ou vários) que *consagre* esta autenticidade, e este discurso, no qual acaba por se projetar a identidade coletiva e através do qual acaba por se construir uma certa coesão social, consiste fundamentalmente na história exemplar da apropriação/circulação deste singular objeto.

²⁸ «Une aventure vus dirai, / dunt li bretun firent un lai. / L'Aüstic a nun, ceo m'est vis, / si l'apelent en lur país; ceo est russignol en Franceis e nihtegale en dreit Engleis» [«Vou contar-vos uma aventura a partir da qual os bretões compuseram um lai [conto cantado e acompanhado por instrumentos musicais, entre os quais a harpa] ao qual deram o nome de *Laüstic*, julgo eu, no seu país, ou seja, *Rossignol* em francês e *Nightingale* em bom inglês»] (*Lais de Marie de France*; tradução minha a partir da edição de Karl Warnke (1990)).

se apodera da Coroa inglesa, na sequência da sua vitória na Batalha de Hastings), a língua d'oil, na sua diversidade regional (dialeto da Picardia, de Beauvais, da Burgúndia, de Flandres, de Champagne, da Ilha de França, da Normandia, etc.), reflexo dos fluxos migratórios, difunde-se massivamente pelas ilhas britânicas.²⁹

Devido à sua origem normanda e também ao facto de Guilherme não ser, ao que consta, muito dotado para a aprendizagem de línguas estrangeiras (Gingras, 2011: 98), compreende-se que o anglo-normando (enquanto língua híbrida em si mesma) venha a adquirir, a partir de finais do século XI, um estatuto análogo ao do latim enquanto língua documental/administrativa e língua de prestígio social e cultural.³⁰ Esta expressão da francofonia medieval reenvia, no caso da literatura, para situações bastante distintas, podendo remeter tanto para a literatura continental que migra para as ilhas britânicas como para textos compostos por autores continentais a partir de matérias insulares (folclore bretão, por exemplo) para um público francófono ou bilingue, ou ainda para poemas criados por poetas ingleses e destinados à aristocracia normada. A poliglossia da corte inglesa sob o reinado de Guilherme e da rainha Matilde (cujos contemporâneos recordam a imagem de uma mulher letrada) amplia-se sob o reinado de Henrique I e da sua filha herdeira, que figura, num manuscrito do século XIII, como sendo a comendatária de uma *Viagem de São Brandão*, composta em anglo-normando. Como evidencia a tradução da *Historia Regum Britanniae* que Wace, clérigo oriundo da ilha de Jersey, no Canal da Mancha, oferece, em 1155, a Leonor da Aquitânia, então esposa de Henrique II Plantageneta, a diversidade linguística e cultural continua e continuará a ser um traço dominante do espaço político Plantageneta.³¹

Contrariamente à imagem que emana de uma conceção territorializada da literatura francesa (ou francófona, para sermos mais rigorosos) transmitida, até há bem pouco tempo, pelas histórias da literatura, a ficção medieval em língua vulgar emerge e desenvolve-se num contexto plurilingue, transétnico e multicultural, desenhando uma relação assimétrica entre língua, literatura, identidade e espaço. Por ironia do destino, a *Chanson de Roland* (circa 1080), tida como o primeiro hino à «Doce França», modelo da literatura épica no seu estado mais puro e autêntico, emanação do espírito nacional, apenas chegou até nós numa versão

²⁹ A Inglaterra pré-conquista já era, contudo, um meio profundamente poliglota antes da conquista normanda (Gingras, 2011: 96-103).

³⁰ Sobre esta complexa questão, ver a síntese de Campbell, 2010.

³¹ Ver as considerações de Gingras, 2011: 113-118.

anglo-normanda, conservada num manuscrito da primeira metade do século XII da Bodleian Library de Oxford. Idem para a *Chanson de Guillaume*, uma das mais antigas canções de gesta (*circa* 1140), que está conservada na British Library. Idem para os *Lais* de Marie de France (provavelmente compostos em Inglaterra), sendo que o único manuscrito a apresentar os 12 contos precedidos de um prólogo (o ms. Harley, 978), datado da segunda metade do século XIII, está também ele guardado na British Library, em Londres. Na realidade, observamos que um número impressionante de manuscritos franceses mais antigos foi copiado em Inglaterra, durante o século XII, dissolvendo-se, assim, consideravelmente as fronteiras poéticas e geográficas entre uma literatura (a francesa) e a outra (a inglesa).

No início do século XII (por volta de 1120) (cf. Gingras, 2011: 58), parece, aliás, estabelecer-se uma equação entre *romance* e *francês*, o primeiro termo representando uma espécie de *koiné*, que designa a produção em língua vulgar, e o segundo tendendo progressivamente a apresentar-se (por razões geopolíticas e culturais) como a extensão mais natural e perfeita, porque global ou universalizante, do primeiro. Em *Les Estoires de Venise* (1267-1275), Martin da Canal escolhe o francês, porque «lengue fanceise cort parmi le monde» (*apud* Cerquiglini-Toulet, 2010: 343). A mesma escolha fará o florentino Brunetto Latini, no início do seu famoso tratado enciclopédico-político dedicado a Charles d'Anjou, *Li Livres dou Tresor* (1266), composto durante o seu exílio em França:

Et se aucuns demandoit por quoi cist livres est escrit en romans, selon le langage des François, puisque nos somes Ytaliens, je diroie que ce est por .II. raisons: l'une car nos somes en France; et l'autre porce que la parleüre est plus delitable et plus commune a toutes gens³² (Brunetto Latini, 1998, I, 1, 7).

Terá sido por esta razão que o seu discípulo e autor do *De Vulgari Eloquentia* lhe reserva um lugar no inferno da *Divina Comédia* (Inferno, XV)? Seja como for, ao extravasarem constantemente fronteiras em permanente reconfiguração durante a Idade Média, a língua e a literatura ditas «francesas» manifestam um sentido da globalidade enquanto experiência do descentramento, da desterritorialização e dinâmica da interconexão, da «polinização» e da hibridação geradoras não apenas de

³²«E se alguém perguntar por que razão escrevo este livro em romance sendo nós Italianos, responderei que é por dois motivos: o primeiro, por estarmos em França; o outro, porque o seu falar é mais deleitoso e comum a um maior número de pessoas» (sou eu quem traduzo).

novas formas poéticas e culturais, mas também de visões diferenciadas do mundo. E se, na hierarquia simbólica das línguas antigas, o latim continua, ao lado do hebraico e do grego, a figurar como língua sagrada, a língua do paraíso, de onde emana a *auctoritas*, o francês eleva-se progressivamente ao estatuto de língua dos anjos, língua da redenção e da reunificação contra o espectro homogeneizador da arrogante Babel. Veja-se o curioso e revelador comentário que Tiago de Voragine faz na sua *Legenda Aurea*, composta em latim, entre 1261 e 1266, a propósito da origem do nome de São Francisco:

Franciscus prius dictus est Johannes, sed postmodum mutato nomine Franciscus vocatus est. Cujus nominis mutationis multiplex causa fuisse videtur. Primo ratione miraculi connotandi, linguam enim gallicam miraculose a Deo recepisse cognoscitur. Unde dicitur in legenda sua, quod sempre, cum ardore sancti spiritus repleretur, ardentia foris verba eructans gallice loquebatur [...]. Quarto ratione magnanimitatis in corde, nam Franci a ferocitate sunt dicti, qui iis inest naturalis veritas et magnanimitas animorum³³ (Tiago de Voragine, 1890, cap. 149: 662).

Anos mais tarde (1441-1442), o normando Martin le Franc reitera na sua obra *Le Champion des Dames*, extenso poema alegórico concebido como resposta à segunda parte do *Roman de la Rose* (composto por Jean de Meun, em finais do século XIII), esta natureza e esta vocação sacral do francês – verdadeiro Pentecostes da linguagem –, fazendo desta língua a mais engenhosa de todas, a língua de eleição por excelência, apenas ultrapassada pela língua dos anjos.³⁴

³³ «Francisco começou por chamar-se João, tendo depois mudado de nome para adotar o de Francisco. Esta mudança terá acontecido por vários motivos. 1.º Enquanto lembrança de algo maravilhoso, ou seja, quando recebeu milagrosamente de Deus o dom da língua francesa. Daí que, na sua lenda, se diga que, sempre que estava incendiado pelo fogo do Espírito Santo, exprimia as suas ardentes emoções em Francês [...]. 4.º Devido à magnanimidade do seu coração, porque franco vem de ferocidade; ora existe, de facto, no carácter francês um instinto de ferocidade aliado à magnanimidade» (sou eu quem traduzo).

³⁴ «Je cuide que l'engin francois, / Aprez la nature angelique, / Ait sur tous l'eslite et le chois» (*Le Champion des Dames*, IV, v. 18.892-93; 18.897-99, *apud* Cerquiglini-Toulet, 2010: 347). Sobre esta questão, ver também as reflexões de Lusignan, 1986.

Do mundo fechado ao universo infinito³⁵

O romance é, no entanto, mais do que a afirmação de uma língua. Desde a *translatio* da *Historia Regum Britanniae*, por Wace (meados do século XII), que ambiciona ser uma verdadeira *ars dicendi* cada vez mais autónoma em relação às suas matrizes latinas e neolatinas, o romance reivindica o seu estatuto de *forma* narrativa específica (embora sempre aberta e extremamente plástica) em que feitos heroicos e construção do amor se entrelaçam de modo inédito, desenhando uma nova visão do mundo que já não se limita a propor (à imagem do modelo épico) um «regresso à realidade das origens, mas uma outra modulação do ser onde o desejo se alia ao encantamento e a provocação à superação de si mesmo» (Stanesco & Zink, 1992: 15). Neste sentido, mais do que uma composição poética singular que se associa a novas modalidades de transmissão que valorizam cada vez mais a leitura e a figura do livro em detrimento da *performance* (como é o caso na lírica, na canção de gesta ou no teatro), não será, antes de mais, o romance uma *forma mentis* que contribui decisivamente para rasgar os horizontes do conhecimento?

Em face da canção de gesta (pelo menos na sua declinação mais antiga), que assenta, como vimos, num paradigma da comemoração e numa poética do reconhecimento,³⁶ implicando uma relativa circularidade espacial e temporal em que o Outro e a Diferença acabam sempre por ser subsumidos pelo Mesmo, o romance surge como abertura total perante o desconhecido, modelizada, essencialmente,

³⁵ Reconhecemos, neste subtítulo, um tributo à conhecida obra de Alexandre Koyré, *From the Closed World to the Infinite Universe* (Koyré, 1958), traduzida em português por *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito* (Koyré, 1987).

³⁶ Estas características refletem-se tanto na construção formal ou estilística do discurso épico (utilização da *laisse* assonançada – célula rítmico-temática de base da canção de gesta –, de fórmulas que se repetem de estrofe em estrofe à semelhança de um refrão ou de uma litania profana) como em muitas das suas dimensões semânticas (luta em nome da continuidade da linhagem e da integridade territorial contra o invasor; filhos que reiteradamente se sacrificam em nome e no lugar dos pais, etc.). Oferecendo uma visão do mundo confortavelmente fundada na circularidade do símbolo, a canção de gesta assenta primitivamente num paradigma da previsibilidade através do qual procura exorcizar ruturas ou ameaças, quer internas à ordem feudal (traição, conflitos no seio da nobreza ou entre a nobreza e o poder régio, emergência de valores ligados à cultura mercantil e ao desenvolvimento urbano, etc.), quer externas (ocupação muçulmana do território cristão, etc.). Neste sentido, pode-se considerar que o imaginário épico (pelo menos numa primeira fase de desenvolvimento) é profundamente avesso à imprevisibilidade diegética, resumindo o prólogo, aliás, frequentemente, e de antemão, os principais núcleos narrativos que o poema irá desenvolver.

por dois núcleos ou eixo temáticos: a errância e o maravilhoso. Através da aventura como *queste* (a demanda) individual e identitária, profundamente iniciática, antítese da trajetória coletiva, predeterminada e sempre orientada no espaço, subordinada ao espírito de *conqueste* épica, o romance (sobretudo arturiano) ostenta uma natureza essencialmente viática. Entre a partida do cavaleiro e o seu destino incerto, não é apenas a própria identidade (literária e ontológica) da personagem que vai sendo progressivamente redefinida. É também – e principalmente, talvez – toda uma conceção do signo poético que se vai reconfigurando com óbvias implicações sobre o estatuto e a natureza das próprias narrativas. Através da noção de *queste*, aliada às incertezas da errância cavaleiresca, a trajetória espacial dos heróis confere à narrativa romanesca uma vertente claramente dialética que tende a desvincular os signos da sua relação imanente de um significado fundador e sempre disponível (mesmo que oculto), ou seja, a fragmentar a coesão e a circularidade reconfortantes do símbolo (nas quais, recorde-se, assentava a coesão linguística, ideológica e a epistemologia do discurso épico tradicional) em prol do princípio da incerteza e da imprevisibilidade (Stanesco, 1990).³⁷

A mobilidade no espaço não balizado da floresta torna-se, para o cavaleiro errante (essa singular hipóstase do *homo viator*), a condição primeira da construção da identidade e do sentido.³⁸ Perante o império do *logos* representado pela corte do rei Artur, a *queste* é assim descentramento, sedução das margens. O célebre romance *Yvain ou le Chevalier au Lion*, de Chrétien de Troyes, oferece-nos, nesta perspetiva, uma das mais belas e paradoxais definições do conceito de *a(d)ventura* (ou seja, aquilo que tem de acontecer³⁹) implicado na demanda cavaleiresca: busca de um objeto de desejo que não tem objeto, pura progressão aberta no espaço que, à medida que o herói vai transpondo as sucessivas fronteiras do desconhecido, é

³⁷ Como referem Michel Stanesco e Michel Zink, «Le roman tient d'un monde où cette unité ontologique initiale a disparu à jamais [...]. Le roman est subséquent à une dualité de la réalité, à une polarité entre ici et ailleurs, entre le proche et le lointain, entre l'objectif et le subjectif, entre un monde "réel" et un monde "irréel"» (Stanesco & Zink, 1992: 18).

³⁸ Vejam-se as belas páginas escritas por Paul Zumthor sobre a errância do cavaleiro medieval e a forma como este contribui para uma profunda reconfiguração da conceção do espaço (Zumthor, 1993: 201-216).

³⁹ Podemos perguntar-nos até que ponto no romance medieval, particularmente sensível aos jogos com os significantes da linguagem, não ecoa sempre uma subreptícia relação de isomorfismo entre o conceito de «aventura» (*advenire*) e a retórica da *inventio* (*invenire*) que preside à criação poética, ou seja, entre a errância do cavaleiro e a dinâmica literária.

circunscrito, consagrado e dominado, tanto simbólica como verbalmente, pelo discurso poético. Experiência ex-cêntrica marcada pelo desenraizamento, o exílio e a deserção da própria identidade que o anonimato e a paradoxal fragilidade de um rosto – que simultaneamente se oferece ao perigo e se esconde por detrás do elmo – reforçam. Espécie de ponto de fuga do próprio desejo. Em face da estranha e ameaçadora (para Calogrenant) figura do guardador de touros que aponta o caminho para a fonte mágica e cuja morfologia perturba as fronteiras entre o humano e o animal, também o herói, dissimulado sob o brilho da sua armadura, surge como uma criatura bizarra e enigmática. «O que és tu, afinal?», pergunta o *bouvier*. Ao que Calogrenant responde:

«Je sui, fet il, uns chevaliers
qui quier ce que trover ne puis;
assez ai quis, et rien ne truis»⁴⁰ (Chrétien de Troyes, 1994b: 725,
v. 358-360).

É nesta radical abertura ao desconhecido, neste desejo de ir sempre além das fronteiras (espaciais e cognitivas) preestabelecidas, nesta total disponibilidade para acolher, ao risco da própria vida, o universo inteiro, que reside o imenso salto epistemológico introduzido pelo romance. E é provavelmente por esta razão que este *modus dicendi*, enquanto veículo de uma visão plural e incerta do mundo, é não somente uma das realizações estéticas maiores do Ocidente medieval, como «um dos seus princípios de ordenamento» (Stanesco & Zink, 1992: 6), destinado, apesar da plasticidade que lhe é inerente, a uma extraordinária estabilidade formal e semântica através da qual se insinua como forma poética global.⁴¹

Aliado ao imaginário da *queste* e à dinâmica da errância, importa aqui referir uma outra dimensão (temática e conceptual) que, não sendo específica do universo

⁴⁰ «Sou, responde [Calogrenant], um cavaleiro que busca o que não pode encontrar. Muito procurei e nada encontro» (sou eu quem traduzo).

⁴¹ «La stabilité du mot dans de nombreuses langues, mais aussi celle de la définition par-delà les rares transformations du vocabulaire semblent indiquer l'importance de l'héritage du "roman", assumée aussi bien sur les plans linguistique que générique. Ce n'est donc pas tant une catégorie *a posteriori*, un genre qui répondrait essentiellement aux vellétés taxinomiques de la critique, que le Moyen Âge central aurait légué à l'Europe, mais bien un objet littéraire particulier qui a pris le nom d'une langue pour se définir» (Gingras, 2011: 21).

romanesco,⁴² acaba por constituir o seu território de eleição: o maravilhoso. Se o milagre, que satura o espaço narrativo da hagiografia ou da canção de gesta, por exemplo, é um desafio ao entendimento que encontra, no entanto, na razão divina um horizonte hermenêutico relativamente estável e delimitado, o maravilhoso é experiência do espanto e do encantamento que abre uma fratura simbólica na ordem do mundo, tornada temporariamente ininteligível. Neste sentido, o maravilhoso vem rasgar os próprios limites do conhecimento, apresentando-se como interpelação, enigma, puro significante do desejo, sem qualquer significado imediatamente disponível. Recordemos novamente as palavras de Calogrenant (o anti-herói do romance *Yvain ou le Chevalier au Lion*, de Chrétien de Troyes) quando chega à fonte mágica que separa o universo conhecido do outro-mundo de Laudine, uma fonte cujas águas fervilham, apesar de serem mais frias do que o mármore, e cuja ação desencadeia uma perturbação quase apocalíptica dos elementos (relâmpagos, neve, chuva, granizo, queda de árvores, etc.):

La merveille a veoir me plot
De la tempeste et de l'orage.⁴³ (Chrétien de Troyes, 1994, v. 430-431)

Voltemo-nos para outros registos, outras vozes, outras fontes. Tal como Walter Map, Giraldus Cambresis ou Godofredo de Monmouth (o autor da *Historia Regum Britanniae*), também Gervásio de Tilbury é um letrado da segunda metade do século XII oriundo das ilhas Britânicas, tendo frequentado a corte dos reis de Inglaterra e, principalmente, a de Henrique II Plantageneta. Se o referimos neste contexto, é por ser o autor, entre 1209 e 1214, de uma conhecida obra enciclopédica (uma *imago mundi*, como tantas outras redigidas entre os séculos XII e XIII), as *Otia Imperialia* (ou *Divertimentos para a Corte*), que se distingue, todavia, de outros projetos similares contemporâneos por pretender recensar *todas* as maravilhas do mundo, colhidas tanto na tradição literária como nas tradições orais. Mais ainda: entre as *novitates* reivindicadas pela obra de Gervásio, destaca-se a maneira como distingue minuciosamente, no prólogo da terceira parte, a noção de «maravilha» da de «milagre», que um autor como Pedro, o Venerável (*De Miraculis*) utilizara, menos de um século antes, de forma quase sinónima:

⁴² Encontramo-la frequentemente no conto de tradição oral, por exemplo.

⁴³ «E então desejei ver a maravilha da tempestade e da trovoada» (sou eu quem traduzo).

Por milagre, entendemos habitualmente os factos que, mesmo não obedecendo à natureza, atribuímos à onipotência divina: uma virgem que dá à luz, por exemplo, Lázaro que ressuscita, membros enfermos que voltam a funcionar. Por maravilhas, entendemos o que, mesmo sendo natural, escapa à nossa compreensão: o que constitui a maravilha é a nossa impotência em dar conta da causa de um fenómeno [...]. Quem pode afirmar donde vêm as propriedades inerentes a estas coisas? [...] Que ninguém julgue que aquilo que escrevemos são fábulas e que se reunimos estes factos foi apenas ocupar os vossos sagrados ouvidos com palavras vãs.⁴⁴

Exorcizando o espectro da fábula, ou seja, do discurso puramente ficcional associado à mentira e à falácia, Gervásio de Tilbury aborda o maravilhoso sob uma dupla lógica da explicação racional e da abertura ao desconhecido, do desejo de saber e do reiterado espanto perante esses enigmas da natureza que teimam em desafiar a nossa capacidade hermenêutica. É este mesmo fascínio pelas maravilhas, associado ao espírito de exploração sistemática do mundo, que reúne, sob um mesmo princípio epistemológico, a emergência, no primeiro quartel do século XIII, do romance em prosa,⁴⁵ da ficção alegórica, do romance dito «realista» ou «gótico», invadido pelos motivos relacionados com o imaginário urbano e marcado por um nítido afastamento em relação ao maravilhoso veiculado pela ficção arturiana (*vid.* Louison, 2004), da formação dos grandes ciclos narrativos (épicos e romanescos), das enciclopédias, das narrativas de viagem (viagens reais ou livrescas, comerciais, diplomáticas ou de peregrinações, muitas vezes sendo as fronteiras entre os diversos registos bastante fluidas) e das sumas teológicas. Ou seja, todo um universo textual inteiramente percorrido por uma palavra totalizante e totalizadora que procura interrogar, perscrutar, ordenar e revelar os segredos do Homem e do mundo na

⁴⁴ Traduzo a partir da edição em francês da terceira parte das *Otia Imperialia* por Gervásio de Tilbury, 2004: 20-22.

⁴⁵ Subordinado a uma escatologia da revelação – daí, provavelmente, a sua íntima ligação ao imaginário do livro –, o romance em prosa desdobra a ficção no tempo da História, submetendo-a a uma lógica da confissão que procura colmatar as lacunas, os não-ditos e os hiatos (temporais, genealógicos, simbólicos e narrativos) da narrativa em verso (vejam-se, neste sentido, as obras constitutivas do vasto e complexo ciclo do Graal). Sobre esta questão, ver as reflexões de Galdérisi, 2006 e de Séguy, 2001.

sua globalidade, ampliando, assim, as fronteiras do conhecimento.⁴⁶ Esta evolução deve-se provavelmente, pelo menos em parte, à influência crescente do racionalismo aristotélico e à consecutiva valorização da *curiositas*, capacidade que, ainda no século v, Santo Agostinho, por exemplo, interpretava como uma mácula que designa a condição do homem corrompido pela «concupiscentia carnis» e pela «concupiscentia oculis» (Augustin d’Hippone, 1954, X: 35) e, por conseguinte, afastado dos caminhos e da verdade de Deus. Com Alberto Magno e Tomás de Aquino, assistimos, no entanto, a uma relativa autonomização da natureza (na sua dimensão física) e à legitimação do desejo de conhecimento, que constituem os fundamentos da ciência experimental moderna. Decerto, na sua *Summa Theologiae*, Tomás de Aquino ainda distingue a curiosidade nefasta (como instabilidade e dispersão da mente) da boa curiosidade (ou *studiositas*), que vê o mundo como um vasto campo de exploração para o Homem (*apud* Wolfzettel, 1996: 20).⁴⁷ Para Alberto Magno (*Super Danielem*, 14, 15), no entanto, a curiosidade surge como a faculdade que verdadeiramente estimula a experiência, sendo o principal objetivo da filosofia «compreender a verdade de tudo o que é admirável» (*omnis admirabilis intendit comprehendere veritatem*) (*Super Porphyricum apud* Wolfzettel, 1996: 20).

Desejo de conhecimento para lá das fronteiras balizadas pelas *auctoritates* consagradas e pelos *loci communes* da tradição, admiração perante o espetáculo enigmático dos fenómenos naturais, primado da experiência: eis os princípios que progressivamente engendram, a partir do século XIII, uma nova conceção do real e da narrativa que o (d)escreve, que, no entanto, em nada contraria o fascínio pelo maravilhoso como postura epistemológica e hermenêutica marcada pela disponibilidade para acolher a Diferença, a Alteridade e o mundo como universo dos possíveis. O *Mirabilia Descripta* (circa 1330), de Jourdain de Cathala, surge todo ele ritmado pelas fórmulas quase litúrgicas *Mirabilia! Mira res! Mirae admirationis!* (*apud* Roux & Roux, 1985: 258). Aquando do seu primeiro encontro com os tártaros, o franciscano ao serviço do rei São Luís, Guilherme de Rubrouck (*Itinerarium ad Partes Orientales*, 1253) exclama: «[...] visum fuit mihi recte quod ingrederer quoddam aliud seculum»⁴⁸ (*apud* Wolfzettel, 1996: 21), acrescentando: «multa magna

⁴⁶ Em todas as produções referidas, «il semble que le discours tente de s’amplifier jusqu’aux frontières d’un monde dont on commence à entrevoir l’immensité» (Zumthor, 1993: 381-382).

⁴⁷ As obras completas de Alberto Magno podem ser consultadas, na versão latina, em <http://www.albertusmagnus.uwaterloo.ca>.

⁴⁸ «Pareceu-me realmente que estava a entrar no outro mundo» (sou eu quem traduzo).

et mirabilia audivi atque vidi quae possum veraciter enarrare»⁴⁹ (*apud* Wolfzettel, 1996: 21). Encontrar-se-iam, provavelmente, manifestações semelhantes de espanto e de encantamento nos relatos de viagem de Giovanni di Montecorvino, primeiro arcebispo de Pequim, em 1305, de Giovanni di Pian del Carpine, enviado do Papa Inocente IV à Mongólia, entre 1245 e 1247, ou dos dominicanos franceses Nicolas Ascin, André de Longjumeau e Simon de Saint-Quentin.

E é também neste contexto que emergem duas das narrativas viáticas porventura mais conhecidas e estudadas da Idade Média: o *Livre des Merveilles du Monde*, de Jean de Mandeville (Mandeville, 1993), escrito em anglo-normando entre 1357 e 1371, e *Le Devisement du Monde*, que Marco Polo terá ditado, por volta de 1295, a um certo Rusticiano de Pisa (o célebre compilador da matéria arturiana!) enquanto esteve preso em Génova. A tradição crítica tem-nos habituado a opor estes dois relatos: um totalmente imaginário, ou imbuído numa longa e sólida tradição literária em que a viagem a Jerusalém e à Ásia revisitam o conhecido *topos* do *itinerarius ad paradisum* (Mandeville); o segundo, de tal forma enraizado na experiência vivida e testemunhada por este filho de mercadores que foi Marco Polo, que muitos o consideram como o primeiro marco da geografia empírica moderna.

Apesar da extrema permeabilidade das fronteiras que separam a narrativa viática⁵⁰ do tratado geográfico, nesta época, e apesar de ambos os textos se inserirem claramente na tradição totalizadora das descrições do mundo (*imago mundi*),⁵¹ o relato de Mandeville tende efetivamente a «subordinar o real ao imaginário tradicional e a autenticar o maravilhoso geográfico e etnográfico através de um certo empirismo tímido», enquanto o de Marco Polo se afasta desta tradição, «ao abrir o vasto campo de um maravilhoso real ligado já não a uma construção cosmográfica completa, como em Mandeville, mas à humilde exploração da realidade vivida» (Wolfzettel, 1996: 24). Contrariamente a Mandeville, Marco Polo não é um letrado cuja cultura religiosa e livresca (seja ela latina ou profana) lhe permita elaborar

⁴⁹ «Ouvi e vi grandes e maravilhosas coisas que posso fielmente contar» (sou eu quem traduzo).

⁵⁰ Da vasta bibliografia sobre as narrativas de viagem na Idade Média, ver: Campbell, 1988; Chareyron, 2013; Guéret-Laferté, 1994; Kosta-Théfaine, 2009; Jourdin, 1992; Prud'Homme, 2012; Richard, 1981; Roux & Roux, 1985; e Verdon, 2007.

⁵¹ É, de resto, reveladora a designação da obra em função dos manuscritos e das traduções: *Livre des Merveilles*, *Million*, em italiano, *Livre du Grand Khan de Tartarie* e *Devisement du Monde*. Este último será, porventura, aquele que melhor inscreve a narrativa na tradição e no imaginário enciclopédico medievais, no seu esforço para descrever o mundo de forma ordenada, sistemática e sistémica.

complexas ligações intertextuais ou elaborar subtis digressões teológico-metafísicas sobre a natureza das coisas. Daí que, atento essencialmente ao mundo físico (relevos das montanhas, aridez dos desertos, imensidão dos rios, recursos mineiros, etc.), aos costumes (modos de vestir, de caçar, de comer, etc.) e às formas como as povoações contactam com o exterior (vias de comunicação, portos, pontes, navios, valor dos produtos, moedas, etc.), o seu testemunho (direto ou indireto) seja percorrido por uma veia desmistificadora que o leva a desconstruir (ou, pelo menos, a reorientar) hermenêuticamente a tradição (a que tomava, por exemplo, os rinocerontes por unicórnios ou certas aves de rapina, por grifos), a substituir a utopia religiosa pela utopia política, projetada no admirável império de Qûbilâi Khân (veja-se a posição central que ocupa, na narrativa, a descrição do reino de Cathay enquanto paraíso terrestre secularizado e modelo de civilização), e a trocar um olhar filtrado pelo imaginário religioso e moral pela visão de «um mundo aberto à curiosidade e à investigação do homem ocidental, mundo múltiplo e fascinante, por vezes selvagem mas não demoníaco, de acesso difícil mas não inacessível» (Wolfzettel, 1996: 31).

Desmistificar o mundo, libertar o maravilhoso das suas conotações míticas ou da sua dimensão puramente *tópica*, não significa, contudo, transformá-lo num universo transparente, plano e desencantado. Produz, pelo contrário, uma disponibilidade hermenêutica que confere um novo lugar e um novo estatuto ao Outro, à Diferença, ao espanto e à incerteza, no horizonte dos quais se vislumbra a posição sempre relativa, ou seja, global, do sujeito e da verdade.⁵² Ora, como

⁵² No prólogo do *Devisement du Monde*, Marco Polo insiste sobre os critérios que presidiram à sua seleção da matéria, a especificação, a cada passo, do estatuto do narrador em face da realidade descrita, funcionando como um mecanismo que garante a veracidade e a autenticidade da narrativa. O argumento deixa, no entanto, ao leitor uma certa liberdade para ajuizar da maior ou menor credibilidade do relato em função do ponto de vista adotado, do tipo de testemunho (direto ou indireto, presenciado ou ouvido) e da maior ou menor distância entre a observação do real e a sua narrativização. Se a experiência global do mundo surge como o fator que mais diferencia esta obra de todas quantas foram escritas desde os primórdios da humanidade (referência à geração de Adão), um outro aspeto marcante do prólogo diz respeito ao princípio de ordenação da matéria que transforma o mundo percorrido e circunscrito pela narrativa num sistema perfeitamente inteligível: «[...] auques il y a des choses que il ne vit pas, maiz il entendí d'ommes certains par verité. Et pour ce mettrons nous les choses veues pour veues et les entendues pour entendues a ce que nostre livre soit vray et veritable sans nulle mençoenge. Et chascun qui ce livre orra ou lira le doie croire pour ce que toutes sont choses veritables. Car je vous faiz assavoir que, puis que Nostre Sire Dieux fist Adam le premier père, ne fut oncques homme de nulle generacion qui tant sceust ne cerchast des diverses parties du

Marco Polo e Jean de Mandeville, também Cristóvão Colombo, o inventor do Oeste (no sentido medieval do termo *inventio*) e, para muitos, o iniciador da globalização, foi um homem da Idade Média que concebia a História em termos messiânicos, de Adão ao advento de um Novo Reino. Movida tanto por imperativos económicos e políticos, como por um profundo desejo de aventura e uma insaciável busca de conhecimento, também a sua viagem procurava responder às interrogações cosmográficas que estimulavam a mente dos letrados: quais são os limites do mundo? Que partes da Terra são habitadas? Haverá partes do mundo inacessíveis ao homem? Neste sentido, os Descobrimentos não inauguram a nova era da globalização. Apenas aprofundam e expandem, de forma sistemática e sistêmica, esse desejo de domesticar o desconhecido (terra incógnita ou mar tenebroso) através da sua imensa extensão espacial, que caracteriza o imaginário medieval sobretudo a partir dos séculos XII e XIII. Ou não fora Cristóvão Colombo um leitor atento da *Imago Mundo* (circa 1410), de Pierre d'Ailly (cuja cópia contém também uma pequena coleção de tratados sobre vários temas, tais como astronomia e geografia), mas também do *Livre des Merveilles*, de Mandeville, e do *Devisement du Monde*, de Marco Polo.⁵³

monde comme cestui mesire Marc Pol en sot» [«[...] mesmo que existam coisas que ele não viu, ouviu-as de homens dignos de crédito. E, por esta razão, indicar-se-ão como vistas as coisas que foram vistas e como ouvidas as que foram ouvidas, de modo que o nosso livro seja totalmente verdadeiro. E quem ouvir ou ler este livro deve nele acreditar, pois tudo o que contém é verdadeiro. E ficai a saber que, desde que Deus nosso Senhor criou Adão, o nosso primeiro pai, nunca homem de nenhuma geração soube tanto e tanto procurou acerca das várias parte do mundo como fez este Marco Polo»] (sou eu quem traduzo).

⁵³ A Biblioteca Colombina (ou Libreria Fernandina), em Sevilha, conserva apenas 10 documentos que sabemos terem pertencido à biblioteca pessoal de Cristóvão Colombo: sete livros, dois cadernos de notas e um palimpsesto. Para além dos itens referidos, integram ainda este acervo a *Historia Regum ubique Gestarum*, de Enea Silvio Piccolomini (Papa Pio II), uma tradução italiana da *História Natural*, de Plínio, o Velho, uma tradução castelhana de *A Vida dos Homens Ilustres*, de Plutarco, uma cópia anónima da *Concordantiae Bibliae Cardinalis* e a *Summa Confessionis*, de Santo Antonino de Florença. Quanto aos cadernos, contêm excertos (copiados a várias mãos) do *Almanach Perpetuum Coelestium Motum*, de Abraão Zacuto, e do palimpsesto do século XVI com as tragédias de Séneca. Presume-se que a biblioteca do Almirante guardasse também uma cópia da *Bíblia*, da *Philosophia Naturalis*, de Alberto Magno, do *De Locis Habitabilibus*, de Julius Capitolinus, bem como um exemplar das *Tábuas Afonsinas*. Sobre esta fascinante questão, crucial para melhor conhecermos a preparação intelectual de Cristóvão Colombo, mas também – e principalmente, talvez – o quadro conceptual e a visão do mundo que subjazem

Bibliografia

- Al-Idrîsî (1999). *La Première Géographie de l'Occident*. Trad. C. Jaubert, rev. A. Nef. Paris: Flammarion.
- Apter, E. (2006). *The Translation Zone: The New Comparative Literature*. Princeton: Princeton University Press.
- Arnold, I. D. O. & Pelan, M. (eds.) (1962). *La Partie Arthurienne du Roman de Brut*. Paris: Klincksieck.
- Augustin d'Hippone. (1954). *Confessiones*. Ed. P. de Labriolle. Paris: Les Belles Lettres.
- Bériou, N. (1998). L'esprit de lucre entre vice et vertu: Variations sur l'amour de l'argent dans la prédication du XIII^e siècle. In *L'Argent au Moyen Âge: XXVIII^e Congrès de la S.H.M.E.S.* (Clermond-Ferrand, 30 Mai-1^{er} Juin 1997) (267-287). Paris: Publications de la Sorbonne.
- Bloch, R. H. (1989). *Étymologie et Généalogie: Une Anthropologie Littéraire du Moyen Age Français*. Paris: Seuil.
- Boucheron, P. (2011). *Inventer le Monde: Une Histoire Globale du XV^e Siècle*. Paris: La Documentation Française.
- Boucheron, P. (2017). *Histoire Mondiale de la France*. Paris: Seuil.
- Brunetto Latini (1998). *Li Livres dou Tresor*. Ed. critique F. J. Carmody. Genève: Slatkine Reprints.
- Buescu, H. C. (2013). *Experiência do Incomum e Boa Vizinhaça: Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora.
- Campbell, K. (2010). Speaking the other: Constructing frenchness in medieval England. In C. McDonald & S. R. Suleiman. *French Global: A New Approach to Literary History (179-192)*. New York: Columbia University Press.
- Campbell, M. B. (1988). *The Witness and the Other World: Exotic European Travel Writing, 400-1600*. New York: Cornell University Press.
- Carreto, C. (2012). *O Mercador de Palavras ou a Rescrita do Mundo: Literatura e Pensamento Económico na Idade Média*. Pref. J. Mattoso. Lisboa: Chiado Editora.

aos Descobrimentos, ver as considerações de West, 1992. Esta continuidade natural entre a Idade Média e o Renascimento, amplamente evidenciada por Le Goff, 2014, entre o imaginário medieval e a descoberta do Novo Mundo, está ainda bem patente na formação «literária» dos conquistadores. Entre tantos outros exemplos possíveis, refira-se apenas um caso mencionado por Stanesco & Zink (1992: 166-167): «les conquérants de Mexico [...] comparent la cité assise sur la lagune avec les palais enchantés de l'*Amadis*».

- Carreto, C. (2014). *Contez Vous Qui Savez de Nombre... Imaginaire Marchand et Économie du Récit au Moyen Âge*. Paris: Champion.
- Casanova, P. (1999). *La République Mondiale des Lettres*. Paris: Seuil.
- Cerquiglini, B. (1989). *Éloge de la Variante: Histoire Critique de la Philologie*. Paris: Seuil.
- Cerquiglini-Toulet, J. (2010). Language, literature, and identity in the Middle Ages. In C. McDonald & S. R. Suleiman. *French Global: A New Approach to Literary History* (339-351). New York: Columbia University Press.
- Chareyron, N. (2013). *Éthique et Esthétique du Récit de Voyage à la Fin du Moyen Âge*. Paris: Champion.
- Chartier, R. (2001). La conscience de la globalité (commentaire). *Annales HSS*, 56 (1), 119-123.
- Chrétien de Troyes (1994a). *Chrétien de Troyes: Romans*. Ed. e trad. C. Méla & O. Collet. Paris: Le Livre de Poche.
- Chrétien de Troyes (1994b). *Chrétien de Troyes: Romans*. Ed. e trad. francesa D. F. Hult. Paris: Le Livre de Poche.
- Damrosch, D. (2003). *What Is World Literature?*. Princeton: Princeton University Press.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Capitalisme et Schizophrénie 2: Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Dutour, T. (2004). La mondialisation, une aventure urbaine: Du Moyen Âge au «Globalblabla». *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, 81, 107-117.
- Ferré, V. (dir.) (2010). *Médiévalisme, Modernité du Moyen Âge*. Paris: L'Harmattan.
- Ferré, V. & Gally, M. (2014). Médiévistes et modernistes face au médiéval. *Perspectives Médiévales*, 35, 1-35. Acedido a 20 de outubro de 2018, em <http://peme.revues.org/5761>.
- Foehr-Janssens, Y. & Métry, E. (dir.) (2003). *La Fortune: Thèmes, Représentations, Discours*. Genève: Droz.
- Galdérisi, C. (2006). Vers et prose au Moyen Âge. In F. Lestringant & M. Zink (dir.). *Histoire de la France Littéraire: Naissances-Renaissances, Moyen Âge-XVIe Siècle* (745-766) (t. I). Paris: PUF.
- Gally, M. (dir.) (2000). *La Trace Médiévale et les Écrivains d'Aujourd'hui*. Paris: PUF.
- Gervásio de Tilbury (2004). *Gervais de Tilbury: Le Livre des Merveilles*. Ed. A. Duchesne. Paris: Les Belles Lettres.
- Gingras, F. (2011). *Le Bâtard Conquérant: Essor et Expansion du Genre Romanesque au Moyen Âge*. Paris: Champion.

- Guéret-Laferté, M. (1994). *Sur les Routes de l'Empire Mongol: Ordre et Rhétorique des Relations de Voyage aux XIIIe et XIVe Siècles*. Paris: Champion.
- Holmes, C. & Standen, N. (2015). Defining the Global Middle Ages. *Medieval Worlds*, 1, 106-117.
- Jourdin, M. M. du (1992). *Les Explorateurs du XIIIe au XVIe Siècle: Premiers Regards sur des Mondes Nouveaux*. Paris: Éditions du CTHS.
- Koble, N. & Seguy, M. (2007). L'audace d'être médiéviste. *Littérature*, 148 (4), 3-9.
- Koble, N. & Séguéy, M. (dir.) (2009). *Passé Présent: Le Moyen Âge dans les Fictions Contemporaines*. Paris: Éditions Rue d'Ulm.
- Kosta-Théfaine, J.-F. (dir.) (2009). *Travels and Travelogues in the Middle Ages*. New York: AMS Press.
- Koyré, A. (1958). *From the Closed World to the Infinite Universe*. New York: Harper.
- Koyré, A. (1987). *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Lisboa: Gradiva.
- Le Conte de Floire et Blanchefleur* (1980). Ed. J.-L. Leclanche. Paris: Champion.
- Le Goff, J. (1977). Au Moyen Âge: Temps de l'Église et temps du marchand. In J. Le Goff. *Pour Un Autre Moyen Âge: Temps, Travail et Culture en Occident: 18 Essais* (46-65). Paris: Gallimard.
- Le Goff, J. (1986). *La Bourse et la Vie: Économie et Religion au Moyen Age*. Paris: Hachette.
- Le Goff, J. (2014). *Faut-il vraiment Découper l'Histoire en Tranche?*. Paris: Seuil.
- Le Roland Occitan: Roland à Saragosse, Ronsasvals* (1991). Ed. e trad. G. Gouiran & R. Lafont. Paris: Union Générale d'Éditions.
- Loroux, N. (2004). Éloge de l'anachronisme en histoire. *Clio, Histoire, Femmes et Société & Espaces Temps*, 87-88, 127-139.
- Louison, L. (2004). *De Jean Renart à Jean Maillart: Les Romans de Style Gothique*. Paris: Champion.
- Lusignan, S. (1986). *Parler vulgairement: Les Intellectuels et la Langue Française aux XIIIe et XIVe Siècles*. Paris/Montréal: Vrin/Presses de l'Université de Montréal.
- Marco Polo (1998). *La Description du Monde*. Ed. e trad. P.-Y. Badel. Paris: Le Livre de Poche.
- Marie de France (1990). *Lais*. Ed. K. Warnke, trad. L. Harf-Lancner. Paris: Le Livre de Poche.
- McDonald, C. & Suleiman, S. R. (2010). *French Global: A New Approach to Literary History*. New York: Columbia University Press.
- Prud'Homme, C. (2012). *Le Discours sur le Voyage chez les Écrivains de la Fin du Moyen Âge*. Paris: Champion.

- Richard, J. (1981). *Les Récits de Voyages et de Pèlerinages*. Turnhout: Brepols.
- Rossiaud, J. (1989). Le citadin. In J. Le Goff (dir.). *L'Homme Medieval (150-200)*. Paris: Seuil.
- Roux, J.-P. & Roux, S.-A. (1985). *Les Explorateurs au Moyen Âge*. Paris: Fayard.
- Schilperoort, G. (1993). *Le Commerçant dans la Littérature Française du Moyen Âge: Caractère, Vie, Position Sociale*. Groningen: Den Haag, J. B. Wolters.
- Séguy, M. (2001). *Les Romans du Graal, ou le Signe Imaginé*. Paris: Champion.
- Shell, M. (1978). *The Economy of Literature*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.
- Shell, M. (1982). *Money, Language and Thought: Literary and Philosophic Economics from the Middle Ages to the Modern Era*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.
- StanESCO, M. (1990). À l'origine du roman: Le principe esthétique de la nouveauté comme tournant du discours littéraire. In D. Poirion (dir.). *Styles et Valeurs: Pour Une Histoire de l'Art Littéraire au Moyen Âge (141-165)*. Paris: SEDES.
- StanESCO, M. & Zink, M. (1992). *Histoire Européenne du Roman Médiéval: Esquisse et Perspectives*. Paris: PUF.
- Subrahmanyam, S. (2013). Aux origines de l'histoire globale. Leçon inaugurale de la Chaire Histoire Globale de la Première Modernité du Collège de France, prononcée le jeudi 28 novembre 2013. Acedido a 20 de outubro de 2018, em: <https://books.openedition.org/cdf/3606#ftn2>.
- Tiago de Voragine (1890). *Legenda Aurea*. Ed. T. Graesse. Bratislava: Guilelmum Koebner.
- Vauchez, A. (1992). *Homo mercator vix aut numquam potest Deo placere: Quelques réflexions sur l'attitude des milieux ecclésiastiques face aux nouvelles formes de l'activité économique au XIIe et au début du XIIIe siècle*. In *Actes du XXIIe Congrès de la SMESP: Le Marchand au Moyen Age (211-217)*. Nantes: Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public.
- Verdon, J. (2007). *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Perrin.
- Vidal, C. (2012). Pour une histoire globale du monde atlantique ou des histoires connectées dans et au-delà du monde atlantique?, *Annales HSS*, 67 (2), 391-413.
- West, D. C. (1992). Library of Columbus. In S. A. Bedini (ed.). *The Christopher Columbus Encyclopedia (420-423)* (vol. 1). New York: Simon & Schuster Inc.
- Wolfzettel, F. (1996). *Le Discours du Voyageur: Le Récit de Voyage en France, du Moyen Âge au XVIIIe Siècle*. Paris: PUF.
- Zumthor, P. (1979). *Essai de Poétique Médiévale*. Paris: Seuil.
- Zumthor, P. (1993). *La Mesure du Monde: Représentation de l'Espace au Moyen Âge*. Paris: Seuil.

Será o arquipélago da madeira no século XV a primeira etapa da globalização?

Is the Madeira archipelago in the 15th century the first stage of globalization?

† Alberto Vieira

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_4

Resumo: O século XV marca o início da afirmação do Atlântico, novo espaço oceânico revelado pelas gentes peninsulares. O que aconteceu nessa centúria (processo de descobrimentos e de expansão europeia) foi um momento importante no sentido do processo de globalização, que ainda não está devidamente valorizado quanto ao protagonismo do mundo insular. E é isso que pretendemos fazer, afirmando a participação das ilhas, a partir da Madeira, determinante na concretização do plano europeu de conquista do mundo. Tudo isto porque no arquipélago se experimentaram múltiplas mobilidades e mudanças, em termos sociais, económicos, culturais e botânicos, que lançaram os alicerces da modernidade e de um mundo diferente, global. A Madeira e os madeirenses chegaram, efetivamente, aos quatro cantos do mundo e tiveram uma intervenção desde os primórdios do processo de mundialização.

Palavras-chave: Atlântico; mundo insular; Madeira; ocupação territorial

Abstract: The 15th century determines the beginning of the Atlantic affirmation, a new sea space revealed by the peninsular people. What happened in that century (the discoveries and European expansion) was an important moment in the process of globalization, which is still not properly valued as to the importance of the island world. That is what we intend to do, by affirming the participation of the islands, mainly from Madeira, which is decisive to the realization of the European plan to conquer the world. All this because the archipelago experienced multiple mobility and changes, in social, economic, cultural and botanical terms, which laid the foundations for modernity and a different, global world. Madeira and the Madeirans effectively arrived in the four corners of the world and had an intervention since the beginning of the globalization process.

Keywords: Atlantic; island world; Madeira; territorial occupation

Há um debate no meio académico, especialmente no latino-americano, sobre o que realmente aconteceu no mundo a partir do século XV, com o processo de descobrimentos e de expansão europeia. Afinal, entrámos no caminho da globalização ou da ocidentalização/europeização do mundo? Será este discurso da globalização, que pretende definir o que aconteceu no mundo a partir do século XV como a primeira etapa da globalização, eurocêntrico? Um conjunto de

acadêmicos sul-americanos,¹ oriundos do Brasil, de Cuba, da Bolívia, da Venezuela e do México, tem assumido um papel relevante neste debate. A eles juntam-se alguns de fora,² como é o caso do português Boaventura de Sousa Santos, considerado o pai das «epistemologias do sul». Em torno deste debate acadêmico perfilaram-se teorias e enriqueceu-se o vocabulário científico com novos e inusuais conceitos, ideias e discursos. O mundo latino-americano enfrentou este paradigma cognitivo de forma violenta, afirmando claramente a sua oposição a este processo de globalização, que considera ocidental e eurocêntrico e uma estratégia de afirmação colonial dos europeus (cf. Gruzinski, 2000: 297 e Grosfoguel, 2008: 134). Assim, esta corrente latino-americana expressou um discurso de rutura através da desobediência epistémica (Mignolo, 1996) e abriu caminhos para a interculturalidade e para a denominada «ecologia dos saberes» (Santos & Meneses, 2010). Desta forma, as chamadas epistemologias do sul (Santos, 2008: 11 e Piza, 2012: 30) são a denúncia da soberania epistémica da ciência moderna e o princípio para a busca de um novo padrão do conhecimento científico (Santos & Meneses, 2010: 7).

Na atualidade, o debate já não é a questão da globalização e o momento da sua afirmação. Ninguém parece querer saber quando e como começou este processo histórico, mas quando dará lugar a um novo momento de mudança, com aquilo que alguns definem como a definitiva globalização, que culminará num ideal de uma nova aldeia global, porque, como afirma Boaventura de Sousa Santos, a «diversidade epistemológica do mundo continua por construir» (Santos, 2010a: 51).

A evocação dos 600 anos da globalização será o retomar de velhas questões que marcaram, a partir de meados do século XX, o debate acadêmico, a reação violenta do mundo latino-americano, ou teremos o salto em frente no caminho da *post-modernidade*, da decolonialidade? Para o caso da Madeira, a nossa investigação parte de uma pergunta e de uma inquietação que nos conduzem a múltiplas respostas e à formulação dos pressupostos que as fundamentam. Na verdade, porém, estamos mais interessados em responder à questão que revela o contributo da Madeira para a globalização a partir do século XV. Não pretendemos encerrar a discussão do tema e ignorar as suas múltiplas variantes. Apenas é nossa intenção apelar a uma maior atenção e participação das ilhas, tão ignoradas e esquecidas,

¹ Destes, podemos salientar Fernando Coronil, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Octavio Ianni, Edgardo Lander, Walter Mignolo, Renato Ortiz, Alejandro Portes, Anibal Quijano, Eduardo Restrepo Uribe.

² Cf. os estudos de Samir Amin, Andre Gunder Frank, Imanuel Wallerstein.

neste debate. Em nosso entender, como no de outros que conhecem a história das ilhas e do mundo atlântico, o que aconteceu no século xv foi um momento importante no sentido do processo de globalização, que ainda não está devidamente valorizado quanto ao protagonismo do mundo insular. E é isso que pretendemos fazer, afirmando a participação das ilhas, a partir da Madeira. Tudo isto porque no arquipélago se experimentaram múltiplas mobilidades e mudanças, em termos sociais, económicos, culturais e botânicos, que lançaram os alicerces da modernidade e de um mundo diferente, global. Partimos, assim, de questões e, ao longo da nossa exposição, pretendemos reunir as peças do *puzzle* que permitirão a cada um de nós encontrar a resposta. Intencionalmente, não daremos as soluções, pois não queremos substituir o discurso do eurocentrismo pelo do *ilbocentrismo* ou *madeirensecentrismo*. Não queremos fazer do mundo uma madeirolândia.

Fazendo nossas as palavras do Padre António Vieira, no «Sermão de Santo António», pregado em Roma, poderemos afirmar que «Deus deu aos madeirenses um berço estreito para nascer e o mundo inteiro para morrer».³ A Madeira e os madeirenses chegaram, efetivamente, aos quatro cantos do mundo e tiveram uma intervenção desde os primórdios do processo de mundialização, iniciado no século xv com os chamados Descobrimientos, de que hoje somos plenos usufruidores, e que merece ser, aqui e agora, destacado. Partindo desta constatação, seguimos à descoberta dos madeirenses no mundo e dos múltiplos papéis que protagonizaram, porque, afinal, a ilha foi um cais de permanentes chegadas e partidas.

Não queremos fazer da ilha o centro do mundo, mas apenas chamar a atenção de todos para o facto de que em quase todos os recantos da Terra há um pedaço da ilha, um poio madeirense, que se afirma pela sua presença atual ou passada. Daí esta ideia de um mundo inteiro para morrer, que a pequenez do espaço insular repele, e o protagonismo que, em diversos momentos e situações, a história define. Recordo que a diáspora dos madeirenses, como a de todos os povos ou regiões, foi um desafio e a busca incessante de um lugar ou território, que a ilha já não comporta, pela pequenez e pelos fracos recursos que apresenta. Com os navegadores quatrocentistas e quinhentistas, partimos à descoberta deste mundo novo, que equaciona as ilhas e a Madeira de uma forma distinta, que olha e reflete sobre as ilhas a partir de dentro e não de fora. Se insistirmos nesta postura, iremos

³ Diz este que «Nascer pequeno, e morrer grande é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas terras para a sepultura. Para nascer, pouca terra: para morrer, toda a terra; para nascer, Portugal: para morrer, o mundo» (Franco & Calafate, 2014: 239).

constatar que o processo de globalização⁴ que partiu da Europa no século xv tem um suporte relevante nas ilhas do Atlântico, porque as ilhas são protagonistas dos grandes momentos da História.

É certo que, desde o século xiv, são insistentes as expedições e disputas pela posse das Canárias, assim como a realização das primeiras expedições de ocupação nos alvares da centúria seguinte, mas tardou até que se conseguisse conquistar a população indígena e consolidar a ocupação efetiva do arquipélago. A Madeira parecia fadada a cumprir essa missão mítica de abertura ao Novo Mundo: estava próxima da Europa e tinha várias outras vantagens – era a abundância de arvoredo e de água; era o facto de não estar, naquele momento, ocupada por qualquer população. Assim, podemos afirmar que se abriram as portas do paraíso e permitiu-se que o arquipélago fosse o primeiro passo efetivo na concretização do plano europeu de conquista do mundo, o primeiro passo conducente aos desafios da globalização, afirmados na sua plenitude séculos depois. Desta forma, a Madeira é tanto o primeiro exemplo de uma realização de sucesso como a referência e o modelo para posteriores iniciativas. Daí podermos afirmar, com alguma propriedade e numa perspetiva global, que a Madeira foi o começo do processo dos Descobrimentos europeus, assim como da globalização ou mundialização que eles arrastaram.

A condição da ilha da Madeira como espaço de sucesso dos europeus fora da Europa foi muito importante, em termos de afirmação da Madeira, nos séculos xv e xvi, assim como da sua projeção nos novos espaços, entretanto revelados aos europeus e alvo de ocupação e exploração económica. Assim, servimos de modelo de sociedade, das novas estruturas institucionais geradas com as capitánias, das formas de organização e de aproveitamento do espaço produtivo e da sua expressão institucional e espacial, que serviram de base a uma economia de exploração intensiva, assente em produtos de exportação de grande rentabilidade económica, como o açúcar, e, ainda, das formas de sociabilidade.

A afirmação da economia açucareira no mundo começou na Madeira, e o arquipélago principiou as mudanças necessárias para que esta cultura e este produto assumissem a dimensão que tiveram a partir da segunda metade do século xv. Entre meados do século xv e princípios da centúria seguinte, surgiram inventos significativos, por mãos hábeis de madeirenses, que permitiram que a cultura da cana sacarina

⁴ Sobre esta ideia do processo de globalização, que parece ser uma invenção do Homem do século xx, atente-se nas produções e reflexões dos últimos anos. Cf. Hopkins, 2002; Ludden, 2007; Bordo *et alii*, 2001; Rodrigues & Devezas, 2009; Yale University, 2013.

se afirmasse e o consumo do açúcar começasse a vulgarizar-se na Europa. Há uma revolução tecnológica e alimentar que dá os primeiros passos na Madeira e que vai permitir essa hegemonia do açúcar no espaço atlântico e no mercado europeu. Apenas sinalizamos o efeito multiplicador neste processo do aparecimento do engenho de cilindros para a moenda da cana e do sistema acoplado de caldeiras, conhecido como trem jamaicano, para o fabrico do açúcar, como os mais relevantes avanços que aconteceram na Madeira e que estão na origem desta revolução tecnológica. Criaram-se condições para uma agricultura em larga escala e de produção intensiva. Descobriu-se um outro ouro que animou as trocas europeias e que financiou as Descobertas e os encontros de novos tesouros e do verdadeiro ouro.

O protagonismo da Madeira na revolução agrícola e tecnológica dos tempos modernos, associada à posição destacada no processo de afirmação dos impérios europeus, nos séculos seguintes, transformou a ilha e fez dela uma placa giratória fundamental para outras aventuras. A variedade de plantas encontradas foi marcando presença no quotidiano, na economia e na alimentação e inserindo outras mudanças. Houve uma alteração significativa na dieta alimentar, que teve a Madeira como uma ponte de comunicação/adaptação aos novos espaços. O cardápio não foi só enriquecido com novos sabores, como se universalizou. A Madeira parece ter sido, assim, um dos principais viveiros desta revolução ecológica mundial, que deu os primeiros passos no Atlântico.

Aqui, a História assinala os madeirenses como agentes de múltiplas funções, que se afirmam tanto como descobridores ou guerreiros, na senda da descoberta ou reconhecimento do Novo Mundo, como na defesa das possessões africanas ou das conquistas orientais. Também os encontramos como exímios agricultores, capazes de adaptar o solo a uma exploração agrícola, de adaptar e transformar técnicas e processos produtivos, dirigindo os seus conhecimentos e sabedoria para a construção das levadas, que trouxeram profundas transformações no processo de moenda da cana-de-açúcar e do processo de fabrico do açúcar. Daqui resulta a nossa intenção de redescobrir os madeirenses, na ilha e fora dela, como interventores presentes e ativos em diversos momentos e espaços da História. Partimos à procura da definição da aldeia global dos madeirenses. Propomo-nos, então, desenvolver e elucidar os aspetos que importam a este propósito, como os descobridores, as escalas e as rotas, o mundo em movimento, a partir da Madeira. Daqui para o Mundo, tivemos homens, instituições, plantas, técnicas e o mundo do madeirense perfeitamente delineado na territorialidade expressa no *poio* (o mesmo que socalco).

Foi o sangue da ilha derramado pelo mundo pela ação e riqueza dos madeirenses; foi o Mundo e o mar das ilhas a partir da Madeira.

O reconhecimento deste protagonismo e desta realidade insular só aconteceu a partir da década de 60 do século xx, dando maior atenção às ilhas no quadro da história e cultura europeias. Primeiro, valorizou-se o papel das ilhas no contexto da expansão europeia, como espaços de apoio à navegação oceânica, campos de ensaio de novas culturas ou técnicas, usadas em pleno nas amplas terras que depois se descobriram. Estava assim dado o mote para o protagonismo do mundo insular na história do Ocidente, a partir do século xv. Aos aspetos históricos juntaram-se os resultados das investigações da história das técnicas e das ciências, acabando por concluir-se por idêntico protagonismo. Os europeus lançaram as culturas de grande demanda, como a cana-de-açúcar, mas foram os insulares que buscaram do seu engenho e da sua arte para conseguirem produzir, em condições apropriadas, os produtos solicitados pelas praças europeias. Aqui se adaptaram as técnicas de arroteamento das terras à orografia dos novos espaços, com algumas soluções engenhosas. Surgiu, então, a nova tecnologia que permitiu a produção do açúcar em maiores quantidades e com melhor qualidade.

No âmbito da história da ciência, é certo e evidente o papel das ilhas, o que levou alguém a chamá-las «escalas científicas» do Atlântico. Para o caso, porém, podemos definir com propriedade que as mesmas foram, sim, laboratórios da ciência, nomeadamente para os séculos xix e xx. Laboratórios onde se ensaiaram as técnicas de recolha, análise e estudo do mundo animal e vegetal, que depois foram usadas nos locais de destino. Mais uma vez, as ilhas, nomeadamente a Madeira e as Canárias, serviram de ponte entre o Velho e o Novo Mundos, fazendo com que os laboratórios da ciência europeia se transferissem das instituições para o campo aberto das ilhas e, depois, para as colónias.

Vamos ao encontro de uma ilha que se revela e anexa ao mundo europeu, a partir do século xv, e que nos mostra, entre muitos colonos apegados à terra ou deserdados dela, inúmeros descobridores que partem em múltiplas direções, ao serviço do rei, mas também à procura dos seus interesses. Revelamos, com o devir histórico, um espaço insular que ganha importância e se torna imprescindível nas estratégias de descobrimento/conhecimento do espaço atlântico, bem como de definição e construção dos impérios europeus. Daí o apelo a portos e a permanentes escalas oceânicas. Ao mesmo tempo, descobrimos que, neste burburinho e movimento, os madeirenses não se revelam apenas como espectadores atentos, mas também como ativos intervenientes do processo. Surge, assim, a vida ribeirinha,

as permanentes partidas e as raras chegadas, o levar ao Novo Mundo aquilo que os madeirenses inventaram e testaram pela primeira vez, em termos de formas de organização institucional, de métodos e técnicas tecnológicas capazes gerar uma nova riqueza e de uma realidade económica capaz de mudar o mundo. Foi assim que se construiu o universo dos madeirenses e que a ilha aumentou a sua superfície de afirmação; com esta fórmula mágica de presença e de domínio de outras ilhas e mesmo continentes, plantou-se ou territorializou-se a Madeira em quase todos os recantos do mundo. A partir de meados do século xv, o mundo da ilha entrelaça-se com outros mundos onde se projeta e afirma. O sangue, o suor e lágrimas madeirenses derramam-se por todo o lado, em momentos de glória e de tristeza, em vitórias e fracassos. Mas, afinal, tudo isto faz parte da alma madeirense e da força de viver e de vencer os desafios, tanto de ontem como de hoje.

Europeização, globalização e mundialização

O mundo global é uma realidade cada vez mais evidente no quotidiano, fazendo jus ao interesse e debate académicos sobre o tema (Marshall McLuhan *apud* Saladini, 2011: 20). Hoje, embora de diferentes perspetivas, fala-se e insiste-se na ideia de um mundo global, de «distintos conceitos como mundialização, mundialidade, de globocentrismo» (Coronil, 1999 e 2000). Desde a década de 90 do século xx que assistimos a esta situação e a uma cada vez mais evidente internacionalização do *modus vivendi*. Mas, no presente, já ficaram para trás as ideias de aldeia global, de McLuhan (*apud* Saladini, 2011: 20), de economia-mundo, de Immanuel Wallerstein, e de sociedade mundo, de Lévy (1993), e cada vez mais ganha força um outro discurso científico/académico de negação do ocidentalismo,⁵ do eurocentrismo⁶ e da pressão exercida por uma outra realidade que é definida como transmodernidade (Mignolo, 2000; Jesus Barbosa *et alii*, 2014; Grosfoguel, 2008), *post-colonial/ocidental/moderna* (Santos, 1998 e 1999; Slater, 2004; Mellino, 2008; Mezzadra *et alii*, 2008; Moore-Gilbert, 1997; Omar, 2008), decolonial (cf. Ballestrin, 2013;

⁵ Sobre a ideia de ocidentalismo, cf. Lévy, 1993; Mignolo, 1998 e 2012a; e Quijano, 1998. A oposição surge, por exemplo, com o orientalismo. Cf. Sayyid, 1997 e 2004.

⁶ A globalização é entendida como uma afirmação do ocidentalismo e do eurocentrismo em oposição aos discursos do orientalismo e a busca de uma libertação deste estigma, através do discurso *post-moderno* e decolonial.

Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007; Garcés, 2007; Grosfoguel, 2006a; Mignolo, 2016; Restrepo & Rojas, 2010; Walsh, 2007).

Ao longo das últimas décadas, o debate em torno do tema da globalização ganhou múltiplas dimensões e aproximou diversas áreas do conhecimento. Gerou ruturas, mas abriu novas vias para uma diferente forma e expressão dos olhares dos conhecimentos e escritas. Enriqueceu o vocabulário da ciência, tornando-nos familiarizados com termos como «globalidade», «diversalidade», «de(s)colonialidade» (Quijano, 1992, 1997, 1998, 2000, 2007 e 2014; Mignolo, 2016; Maldonado-Torres, 2006 e 2007; Mejía, 2014; Galcerán, 2016), «transmodernidade»,⁷ «epistemicídio» (cf. Santos, 1998: 208; Mignolo, 2008; e Nunes, 2010: 280), «epistemologias do sul⁸» ou «subalternas»,⁹ «egopolítica do conhecimento»; expressou ruturas, como a de desobediência epistémica (cf. Mignolo, 2009, 2010, 2012a, 2012b e 2013); abriu caminhos para a interculturalidade e para a chamada «ecologia dos saberes» (Santos & Menezes, 2010: 66). Fica a esperança de um reordenamento dos saberes por um outro conhecimento intercultural e ecológico.

Este processo foi considerado, durante muito tempo, como uma invasão e uma afirmação da Europa. Depois, adveio a constatação (cf. Oliveira, 2016; Gitahy, 2008; Santos, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010a, 2010b, 2010c e 2017; Santos *et alii*, 2006, 2007) e a revolta epistémica e partiu-se para a ideia de dominação/imposição cognitiva do discurso. Temos, assim, as ferramentas que vivificam os debates académicos e que poderão fazer, sem dúvida, deste momento em que se celebram os 600 anos da globalização uma fase importante de viragem.

⁷ Ramón Grosfoguel afirma que a transmodernidade é «a diversidade de respostas aos problemas da modernidade» (Grosfoguel, 2008: 139). Cf. igualmente Grosfoguel, 2005, 2006b e 2006c.

⁸ A expressão foi sistematizada em 1995 por Boaventura de Sousa Santos e teve grande repercussão, tendo-se generalizado neste debate. Assim, «o mundo possui inúmeras epistemologias – do Norte, do Sul, do Oriente, do Ocidente, entre outras – a diferença entre elas é a falta de horizontalidade no tratamento de seu conhecimento. A relação entre os diversos conhecimentos não é horizontal, ou seja, existe uma verticalidade entre elas. Por exemplo, existe uma dominação capitalista, patriarcal, colonial, com diferentes durações, mas especialmente forte na África e na América do Sul» (Santos & Menezes, 2010: 7).

⁹ Os movimentos e os grupos de estudos subalternos apresentam-se como uma crítica ao eurocentrismo, em oposição à afirmação dos saberes silenciados ou subalternizados. Mignolo, 2000: 183, 186, 213-214; Cf. Borda & Mora-Osejo, 2003; Dussel, 2000; Lander, 2000; Rodríguez, 2001 e 2002; Grosfoguel, 2005; Guha, 1998.

Em 1992, com a evocação dos descobrimentos colombinos, ressuscitou-se o debate do eurocentrismo, abrindo-se novos caminhos no discurso científico para uma diferente formulação dos encontros e desencontros entre europeus e americanos. Daí que depositemos desusadas esperanças neste momento de evocação dos 600 anos da globalização, para que aconteça um novo discurso que substitua os afrontamentos legados pelas epistemologias do sul e para que possamos trilhar a nova senda da multiculturalidade.

A Madeira na aldeia global

O século xv marca o início da afirmação do Atlântico, novo espaço oceânico revelado pelas gentes peninsulares. O mar, que até meados do século xiv se mantivera alheio à vida do mundo europeu, atraiu as atenções e em pouco tempo veio substituir o mercado e via mediterrânicos. A história do Atlântico, no século xv, abre as portas do mundo e define as rotas que nos conduzem à sociedade. O curso do tempo determina a Madeira – arquipélago e ilha – como uma das mais importantes etapas do processo, com o seu reconhecimento e ocupação, cujos 600 anos celebra a partir de 2018. Daqui resulta tudo aquilo que contribuiu para a sua afirmação no Atlântico e no mundo, com as suas eiras, engenhos, lagares e adegas que alimentam os negócios dos europeus em ascensão, com a tecnologia que favorece o regadio e a transformação dos produtos, como a cana-de-açúcar, e que faz do Funchal uma importante praça dos negócios do Atlântico. A sua vocação de paraíso ou Éden afirma-a com um dos mais destacados rincões do turismo, como na Arca de Noé, que preserva e alimenta a aventura das plantas como valor económico e ornamental.

A Madeira, arquipélago e ilha, identifica-se nesta aldeia global pelo poio, que define, em simultâneo, a pequenez e a grandeza do madeirense. O poio é a expressão criada da noção do território para o madeirense e que materializa a ideia de espaço que ultrapassa os limites da sua fronteira e que se expande para além dos limites da própria ilha. Defendemos e afirmamos a Madeira como uma etapa fundamental deste processo polémico de globalização. São as múltiplas razões que apresentamos abaixo que dão conta deste *puzzle* e que justificam a nossa opção em prol da afirmação da Madeira como uma etapa fundamental, que pode não ser a primeira neste processo de globalização. Entendemos que as ilhas estão no princípio do desencravamento do mundo e que a história do século xv, no Atlântico, passa obrigatoriamente pelo descobrimento e pela ocupação da Madeira.

O poio: a imagem e a expressão do madeirense na aldeia global

A globalização também é mobilidade humana, pois é este processo que a provoca. E em poucos casos este fenómeno global da mobilidade humana fará tanto sentido como no da Madeira. Daí a nossa definição de «nona ilha» para a ilha dos madeirenses no mundo.

Não podemos esquecer que as questões em torno do espaço e do território são fundamentais para uma ilha, onde estes são limitados e não satisfazem os anseios de crescimento da população. Esta consciência do espaço e da sua apropriação faz-se através daquilo a que, na ilha da Madeira, se designa por «poio». O poio materializa tudo e identifica o espaço de poder, da riqueza e da casa. A sua afirmação como território pode acontecer dentro e fora da ilha, porque, na verdade, todo o madeirense se apresenta sempre no seu poio, perfeitamente delimitado e identificado.

Atente-se que o processo de ocupação dos territórios insulares no século xv foi o princípio da sua apropriação para a cristandade ocidental e para a Coroa portuguesa. É o chamado processo de territorialização (cf. Oliveira, 1998). Um simples gesto ritualístico dava conta disso. Ao desembarcar na ilha, os portugueses fazem erguer uma cruz, o padre que os acompanha reza a primeira missa. E, depois, recolhem água, terra e verduras para servir de testemunho do feito perante a Coroa ou o Infante D. Henrique. Na ilha, o território e o espaço apresentam-se, em primeiro lugar, com um peso evidente nas vidas e nos destinos dos seus habitantes. O Homem conquistou e domou o território, construiu e idealizou o seu espaço e rematou com uma materialização própria, o poio, que encerra as noções de território e de espaço. Fizemos da ilha um mundo de poios e, a cada um, demos a sua marca identitária, que perdura no tempo. Desta forma, torna-se importante refletir sobre os conceitos – «território», «espaço» e «poio» (cf. Guattari & Rolnik, 1996: 323; Sauborin, 2002; Becker *et alii*, 2006: 51; Sack, 1986: 10-11) – que lhes dão forma e ver o que a ciência e a tradição têm a dizer.

A ilha, pela sua geografia, pelos condicionamentos impostos pelo mar e, ainda, pela ação ou não ação do homem, define-se como uma forma singular de mundividência. A insularidade é a sua expressão, evidenciada na vida, na história e na mentalidade islenha. A ilha é também um cadinho de tradição e de cultura. O isolamento, definido pela linha de água do litoral, é o mecanismo que favorece a tradição e possibilita a sua preservação. A definição do insular mergulha as suas razões no devir do processo histórico e no meio geográfico. Ambos os fatores condicionaram o modo de ser e de estar no mundo do colono que aí assentou morada desde o século xv,

moldando-se e demarcando-se do reino pela acumulação de fatores de ordem histórica. Mas há questões, com matriz geográfica, que marcam a realidade das ilhas e que vêm a propósito desta orientação. Para os madeirenses, o poio é tudo, em termos da afirmação do território e da noção de espaço. Ele parece associar ao madeirense uma dimensão de pequenez, projetando, ao mesmo tempo, a sua ambição de grandeza e de alargamento do horizonte. Ora, o poio, como território físico, mas também mental, pela percepção que temos dele, alimentada em 600 anos de história, é uma realidade sempre presente no quotidiano, chegando mesmo a ultrapassar a fronteira da ilha. Daí a outra ilha que, nas mobilidades, designamos *nona ilha*, que vai com ele na mala para todo o lado, porque o madeirense nasceu com o poio umbilicalmente agarrado a si e transporta-o consigo para todo o lado. O poio é o seu elo à terra, à história e à cultura. O poio representa o seu mundo à medida e em miniatura. É aquilo que mais contribui para a definição da madeirensidade. E a ambição do madeirense é fazer do mundo (e porque não do Universo?) o seu poio, a sua casa.

A geografia da Madeira apresenta a especificidade da ocupação e do aproveitamento do espaço, situação que acontece desde o início da sua ocupação no século xv. O poio assume muita importância, uma vez que foi o núcleo inicial do sistema de exploração económica do espaço. É em torno dele que se orienta todo o processo de povoamento e o quotidiano madeirense. A orografia e o limitado espaço geográfico, marcados por importantes declives, obrigaram o madeirense, desde o início, a intervir no espaço. O poio, uma invenção do madeirense, serve, ao mesmo tempo, de retenção dos terrenos e de reunião das pedras dispersas. Muitas vezes, por falta de terreno arável, o madeirense constrói poios minúsculos, quase sempre à beira do abismo, como acontece nas proximidades do cabo Girão ou noutras zonas costeiras e do interior. Desta forma, o poio isola e cria um mundo à parte dos demais, condiciona a linha do horizonte e gera múltiplas insularidades, definindo o espaço de intervenção e limitando as possibilidades de evolução e progresso e, mesmo, de convívio com os vizinhos. Estamos perante uma re-insularização do espaço, que, em espaços continentais, se diz balcanização ou libanização. Pelo contrário, as fajãs, obra da natureza, sem delimitações ou obstáculos, abrem o caminho do ilhéu para o mar e obrigam-no a vislumbrar a linha do horizonte, podendo ser entendidas como a imagem da anti-insularidade.

Hoje, no mundo que faz apelo à globalização, temos estas realidades, que podem ter origem geográfica, mas que amadurecem na mente e se afirmam como um quadro mental atuante e definidor ou limitador de comportamentos. É certo

que a Internet e a televisão por cabo ou satélite chegam ao poio, mas não têm força capaz para abater os muros de pedra ou de arbustos que os cercam. Abrem-se brechas nos muros e nas sebes, mas que são, quase só, para olhar para o poio dos outros e, deste modo, alimentar, afirmar e expandir a nossa *inveja*, intolerância ou xenofobia.

O madeirense tem plena consciência de que o poio é limitado e de que raras vezes é capaz de resolver as questões da sobrevivência. Daí o seu apego e a sua valorização, defendendo-o e tornando-o indivisível, situação que o contrato de colônia conseguiu garantir e perpetuar. A ilha conviveu historicamente com problemas de subsistência e de fome, que se agravaram em momentos de conflitos mundiais. E, exauridos os recursos, com uma intensiva exploração do solo, pouco ou nada resta ao madeirense. A emigração é, assim, uma válvula de escape para a sociedade e um dado mais na valorização do poio. Os que saem procuram fora da ilha uma extensão do poio e são, para os que ficam, uma garantia de continuidade, de adiamento da rotura.

À pequenez do espaço geográfico, o madeirense contrapõe a ideia do mar, pois, segundo António Camacho Teixeira de Sousa, deputado à Assembleia Nacional pelo círculo do Funchal,

O mar é para o Madeirense o seu grande latifúndio pois, para além da pesca e de outras atividades que no mesmo têm lugar, é pelo mar que ele estabelece o contacto com as mais diversas regiões do Mundo. É pelo mar que o Madeirense emigra, à procura de melhor sorte [...] foi pelo mar que a Madeira se afirmou como estância de turismo de fama mundial (*Diário das Sessões* [...], 1956: 464-466).

O mar poderá ser uma extensão do poio e a ilha poderá ser o centro do mundo, porque, afinal, o problema do ilhéu é ser visto como periférico, respondendo a esta situação com a centralidade da ilha, ou melhor, do poio. Desta forma, temos de entender uma tendência quase permanente da sociedade madeirense para a mobilidade e que contrapõe o madeirense como cidadão global que, desde meados do século xv, chegou a todo o lado, em oposição ao madeirense barricado no seu poio. Hoje, passaram 600 anos desde que o primeiro português, continental, pisou o solo da ilha e transpôs os socacos da serra da Estrela, adaptando-os e dando-lhes um cunho diferenciado, daí o nome de «poio». Apesar de toda a evolução, o poio, como espaço geográfico e mental, manteve-se incólume e cada vez mais fortalecido.

Os que partem são expelidos para o exterior de um poio que vão tentando manter através dos vínculos da «saudade», mas cujas ligações vão perdendo com o tempo. É verdade que quem parte aspira voltar. Mas é verdade também que não é esse o desejo de quem ficou na terra. Daí que o desejo de retorno muitas vezes não passa disso e, quando acontece, como sucedeu por força de circunstâncias adversas na África do Sul e na Venezuela, gera animosidade e expressões de xenofobia. A mobilidade insular foi e continuará a ser um fator de consolidação do poio, porque este é limitado em termos de espaço e de recursos e não comporta todos. O limite do poio é estabelecido por uma linha de fronteira, montada por uma cerca de arbustos ou de pedra, que delimita o espaço. A partir do século XVI, a colônia estabeleceu que o poio era uno e indivisível e assim se manteria para sempre. Não há, portanto, lugar para partilhas, estabelecendo-se estratégias para a sua indivisibilidade: um poio deve continuar a ser do mesmo dono, pelo menos uma vida, porque o demais a Deus pertence. A História, porém, assinala diversas formas de descompressão deste espaço, muitas violentas. É o caso das aluviões, que acontecem com frequência desde o século XVII, que, para além de desestruturarem o poio, atuam como reforço daquele que resiste à tempestade.

O facto de o madeirense ter sido pioneiro na construção da sociedade e da economia atlânticas, assim como de todas as mobilidades que a História foi registando, obrigou a um fortalecimento do poio, o coração do mundo do insular. Abrem-se as portas para que os excedentários partam sem retorno. Uma vez transposta a linha de fronteira do poio, será difícil, quase impossível, regressar. Do poio, porém, o madeirense olha o mundo que se esconde para além da ilha do horizonte do oceano, pois raras vezes a orografia o impede de ver o mar. Deste modo, tem ao seu alcance o mundo vivido e sonhado, e o limite não é apenas o que a sua vista alcança, mas também a sua capacidade de sonhar e de recriar o que está para além do visível. Do seu poio, o madeirense avista outros. Defende o que é seu, mas sabe que não está sozinho. É óbvio que esta ideia de poio como mundo individualizado faz parte de um quadro mental que anda sempre associado ao madeirense e que não implica necessariamente a sua existência física.¹⁰ Daí que sempre ouvimos dizer que as barreiras e as amarras que nos prendem ao mundo-ilha são mais de ordem mental do que física e que a sua superação passa pelo quebrar dessas fronteiras e pelo abrir das portas do mundo

¹⁰ Cf. Raphaël Enthoven, «L'île intérieure», *apud* Soulimat, 2011: 24. Sobre a contestação do determinismo geográfico, veja-se Febvre, 1970; Gómez Mendonza *et alii*, 1982; Moran, 1979.

ao universo mental do insular. Se discorrermos sobre a história das ilhas atlânticas no quadro de referência de mais de seis séculos, teremos testemunhos dessa outra realidade que, muitas vezes, ao ilhéu custa identificar, porque está preso ao conforto deste quadro mental limitador, é certo, mas do qual também retira dividendos. Este tipo de abordagem e esta chamada de atenção podem, contudo, contribuir para revelar a face oculta do madeirense, esbater as fronteiras e desatar as amarras que ainda o prendem.

A história dos Descobrimentos e da ocupação da Madeira e do espaço atlântico

O Atlântico não é só uma imensa massa de água polvilhada de ilhas, pois está associado a uma larga tradição histórica. Desde o pioneiro estudo de Fernand Braudel (1984) que foi atribuída às ilhas uma posição-chave na vida do oceano e do litoral dos continentes. Segundo Pierre Chaunu (1983), foi ativa a intervenção dos arquipélagos da Madeira, das Canárias e dos Açores, do Mediterrâneo atlântico, na economia europeia dos séculos xv a xvii (cf. Vieira, 1987 e 1992). O Atlântico pode ser considerado uma invenção europeia dos séculos xv e xvi, articulando-se diretamente com as políticas coloniais das potências emergentes. A partir daqui, estabeleceu-se em ambos os lados do oceano um vínculo direto entre as ilhas e as áreas costeiras. A história e a geografia marcaram a vida do oceano nos últimos cinco séculos (Meinig, 1986; Emmer, 2002; Solow, 1991). A partir do século xv, foi um espaço privilegiado para os impérios europeus, assumindo as ilhas uma função fundamental no cruzamento de rotas, na circulação de pessoas e de produtos (Cf. Silva, 1997).

As ilhas foram espaços de construção das utopias, escalas retemperadoras da navegação, áreas de desusada riqueza para o europeu, assim como destino de desterro de criminosos e de políticos, refúgio de piratas, aventureiros, espaços de convalescença, de lazer e de turismo. A favor da valorização dos espaços insulares temos ainda a tese, que vingou no seio da historiografia americana, de que o Atlântico é uma unidade de análise, delimitada cronologicamente entre os inícios da expansão europeia, a partir do século xv, e a abolição da escravatura, em 1888 (cf. Godechot, 1947; Karras & Macneill, 1992; Crosby, 1972; Mintz, 1985; Meyer, 1991; Meinig, 1986; Steele, 1986; Armitage & Braddick, 2002; Elliot, 2001). A função assumida pelas ilhas no contexto da expansão quatrocentista, quer como terra de navegadores, quer como principal centro que modelou a realidade

socioeconómica, é a evidência da imprescindível dimensão atlântica. Se tomarmos em linha de conta alguns dos temas comuns, como o vinho, o açúcar e a escravatura, seremos forçados a concluir que foram eles, em boa parte, os responsáveis pela opção atlântica. As rotas comerciais, os mercados e, acima de tudo, o oceano como mar aberto são uma permanência. Acontece que a historiografia vem defendendo a vinculação das ilhas ao Velho Mundo, realçando apenas a importância da relação umbilical com a mãe-pátria. Os séculos xv e xvi seriam os momentos áureos, e a conjuntura setecentista, a expressão da viragem para o Novo Mundo, em que alguns produtos, como o vinho, assumem o papel de protagonistas e de responsáveis pelas trocas comerciais.

Os arquipélagos da Madeira e das Canárias afirmam-se pelo pioneirismo da ocupação, que fez com que se projetassem no espaço atlântico. Para nós, as ilhas desempenharam um papel fundamental na estratégia de afirmação colonial no Novo Mundo, pois foram pilares destacados do complexo que se começou a construir a partir do século xv. Elas foram, ainda, a imagem do Paraíso, que se afirma como espaço de rica exploração económica, escala retemperadora e de apoio aos intrépidos marinheiros. Paulatinamente, ganharam a merecida posição na estratégia colonial, projetando-se nos espaços continentais próximos e longínquos. Abriram as portas do Atlântico e mantiveram-se, até à atualidade, como peças fundamentais. Foram imprescindíveis à descoberta do oceano e à afirmação e ao controlo dos mercados continentais vizinhos, como sucedeu em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Nos séculos xviii e xix, não foi menor o protagonismo insular. As ilhas passaram de escalas de navegação e de comércio a centros de apoio e de abastecimento de carvão aos vapores e laboratórios da ciência. Cientistas cruzam-se com mercadores, funcionários coloniais e militares e seguem as rotas delineadas desde o século xv. A estes juntaram-se os primeiros «turistas», que afluem às ilhas desde o século xviii, em busca de cura para a tísica pulmonar ou à descoberta das belezas. Foi o início do turismo insular, que só adquiriu a dimensão atual a partir da década de 50 do século xix. A segunda metade do século xix confiou ainda outro papel às ilhas. Foram elas pontos estratégicos fundamentais do lançamento dos cabos submarinos intercontinentais. A situação perdurou até à década de 70 do século xx, altura em que os sistemas de telecomunicações começaram a afirmar-se e a dominar, em definitivo, as trocas de informação intercontinentais (cf. Rogers, 1979).

Parte da fortuna destas Afortunadas está patente no papel que as ilhas assumiram no mundo atlântico, a partir do século xv. Daqui resultou uma forte vinculação

ao mundo europeu, que nunca prescindiu da posse na sua estratégia expansionista e de domínio do espaço atlântico. O progresso das comunicações não lhes retirou protagonismo, pelo contrário, revalorizou-as. Os portos dos veleiros deram lugar aos vapores e aos cabos submarinos e acabaram cedendo o seu protagonismo aos aeroportos. Hoje, assumem uma nova dimensão no âmbito político, como espaços independentes ou autónomos, e continuam a assumir a vinculação europeia, sendo mais evidente a vocação de estância turística.

As ilhas como o princípio do desencravamento do mundo

A Madeira surgiu, nos alvares do século xv, como a primeira experiência de ocupação em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais, que depois foram utilizados em larga escala noutras ilhas e nos litorais africano e americano. O arquipélago foi o centro de divergência dos sustentáculos da nova sociedade e da nova economia do mundo atlântico: primeiro, tivemos os Açores, depois os demais arquipélagos e regiões costeiras onde os portugueses aportaram. Idêntica função preencheu o arquipélago das Canárias em relação ao modelo colonial castelhano, que, num primeiro momento, se orientou pela experiência madeirense (cf. Pérez Vidal, 1991).

O sistema institucional madeirense apresentava uma estrutura peculiar definida pelas capitânias. Foi a 8 de maio de 1440 que o Infante D. Henrique lançou a base da nova estrutura, ao conceder a Tristão Vaz a carta de capitão de Machico. A partir daqui, ficou definido o sistema institucional que deu corpo ao governo português no Atlântico insular e brasileiro. Também os castelhanos vieram à ilha receber alguns ensinamentos para a sua ação institucional no Atlântico, como se depreende do desejo manifestado, em 1518, pelas autoridades antilhanas de resolver a difícil situação das pequenas ilhas de Curaçau, Aruba e La Margarita recorrendo ao modelo madeirense de povoamento.

As Canárias assumiram idêntico papel para o império de Castela.¹¹ Tenha-se em conta que algumas ilhas, nomeadamente a de La Gomera, foram pilares fundamentais no apoio às viagens colombinas e, depois, a toda a estratégia imperial (Tejera Gaspar, 2000). A partir daqui, os castelhanos fizeram chegar a cultura da cana sacarina às ilhas da América Central (Río Moreno, 1991: 303).

¹¹ Como confirmam os textos de Rumeu de Armas, 1991; Chaunu, 1983; e Morales Padrón, 1955.

A Madeira foi ainda o ponto de partida para a organização da sociedade no Atlântico em torno da escravatura. De acordo com Sidney M. Greenfield (1977), ela serviu de trampolim entre a *Mediterranean sugar production* e a *plantation slavery* americana. O autor não faz mais do que retomar os argumentos aduzidos por Charles Verlinden (1949, 1953, 1954 e 1966). Entretanto, os argumentos mereceram alguns reparos na formulação, fruto de novos estudos (cf. Franco Silva, 1989 e Vieira, 1991).

Os Descobrimentos europeus não podem ser vistos apenas na perspetiva do encontro de novas terras, novas gentes e culturas, devendo associar-se-lhes também as migrações humanas, que arrastaram consigo um universo envolvente de fauna, flora, tecnologia, usos e tradições. Estamos perante aquilo que Pierre Chaunu (1976: 287-326) define como *desencravamento planetário*, vinculado às transformações resultantes da expansão europeia do século xv. Os Descobrimentos foram também responsáveis pela transformação e revolução ecológicas, com impactos positivos e negativos. Uma das transformações fundamentais ocorreu ao nível alimentar, com a descoberta de novos produtos e condimentos que enriqueceram a dieta alimentar (Chaunu, 1976: 181-239, e Ferrão, 1980, 1986 e 1992).

Será o madeirense cidadão do mundo global?

No conjunto dos arquipélagos do Atlântico Oriental, a Madeira assume um papel fundamental. Logo a partir de 1515, a presença madeirense é notada no transplante das socas de cana na Baía e em São Vicente (Santos), mas a presença é mais notória na economia açucareira brasileira a partir de meados do século xvi. Também a cultura da vinha no Brasil está ligada à Madeira, pois, em 1532, Martim Afonso de Sousa terá conduzido para lá as primeiras cepas madeirenses plantadas em São Vicente, que, a partir de 1551, avançaram para o interior, na área que é hoje São Paulo. A Madeira foi pioneira e ponto de partida para a expansão do cultivo da cana sacarina e do fabrico do açúcar no espaço atlântico. Mas não se fica por aqui, alargando-se às ilhas da América Central.

O Funchal foi uma encruzilhada de opções e meios que iam ao encontro da Europa em expansão. É considerado a primeira pedra do projeto que lançou Portugal para os anais da história do oceano, que abraça o seu litoral abrupto. A fundamentação de tudo isto está patente no real protagonismo da ilha e das suas gentes. À função de porta-estandarte do Atlântico, a Madeira associou outras, como a de «farol» atlântico, isto é, o guia e o apoio para as longas incursões

oceânicas. Por isso, nos séculos que nos antecederam, foi um espaço privilegiado de comunicações, tendo a seu favor as vias traçadas no oceano que a circunda e as condições económicas internas, propiciadas pelas culturas da cana sacarina e da vinha. Ambas as condições contribuíram para que o isolamento definido pelo oceano fosse quebrado e se mantivesse um permanente contacto com o velho continente europeu e o Novo Mundo. Como corolário desta ambiência, a Madeira firmou uma posição de relevo nas navegações e nos descobrimentos no Atlântico.

O desenvolvimento da economia de mercado em unísono com o empenho dos principais povoadores em dar continuidade à gesta de reconhecimento do Atlântico contribuiu para a sua posição e fez avolumar os serviços prestados pelos madeirenses. Surgiu uma nova aristocracia dos Descobrimentos, cumulada de títulos e de benesses pelos serviços prestados no reconhecimento da costa africana, na defesa das praças marroquinas ou nas campanhas brasileiras e índicas (cf. Sousa, 1985). A proximidade da Madeira ao vizinho arquipélago das Canárias, em conjugação com o rápido surto de povoamento e de valorização socioeconómica do solo, orientou as atenções do madeirense para as ilhas.

Como já referido, o sistema institucional madeirense apresentava uma estrutura peculiar definida pelas capitánias. Sem dúvida que o facto mais significativo desta estrutura institucional deriva do facto de a Madeira ter servido de modelo referencial para o delineamento no espaço atlântico. O Infante D. Henrique insiste, nas cartas de doação de capitánias posteriores, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira. Assim o comprovam as idênticas cartas concedidas aos novos capitães das ilhas dos Açores e de Cabo Verde. O mesmo sucede com a estrutura institucional que chegou também a São Tomé e ao Brasil. Tudo isto prova a presença modelar da ilha no contexto da expansão europeia e demonstra o interesse que ela assumiu para a Europa.

João de Melo da Câmara, irmão do capitão da ilha de São Miguel, resumia, em 1532, de uma forma perspicaz, o protagonismo madeirense no espaço atlântico (Câmara, 1924: 90; cf. Gilbert, 1978), pois a sua família era portadora de uma longa e vasta experiência, dando-lhe o alento necessário e abrindo-lhe perspectivas para uma iniciativa no Brasil. Ele reclamava o protagonismo do ancestral Rui Gonçalves da Câmara, que, em 1474, comprara a ilha de São Miguel, dando início ao povoamento. A mesma percepção surge em Gilberto Freyre, quando, em 1953, não hesita em afirmar o seguinte:

A irmã mais velha do Brasil é o que foi verdadeiramente a Madeira. É irmã que se estremou em termos de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens concorreram para transformar rápida e solidamente em nova Lusitânia (Freyre, 1962).

Outra componente importante da afirmação da ilha como modelo de referência tem que ver com a organização da sociedade no espaço atlântico e com a importância aí assumida pelo escravo. Mais uma vez, a Madeira é o ponto de partida para esta transformação social. Na verdade, tudo o que foi concretizado em termos do mundo atlântico português teve por matriz o sucedido na Madeira. Esta foi, ao nível social, político e económico, o ponto de partida para o «mundo que o português criou» nos trópicos. É sumamente importante o conhecimento do sucedido na Madeira quando pretendemos estudar e compreender outras situações.

A nona ilha: a expressão atual da Madeira global

A construção da sociedade atlântica, a partir do século xv, resultou do movimento de populações provocado pela expansão europeia. As ilhas que, num primeiro momento, haviam sido as principais recetoras assumem, de imediato, a função de centros difusores de mão de obra especializada para a expansão da cultura e da tecnologia dos novos produtos da economia agrícola atlântica. Elas foram espaços de permanente movimento de populações, situação que funcionou como válvula de escape para as limitadas possibilidades do espaço perante o *crecendo* da população. A situação de charneira do arquipélago madeirense no traçado das rotas oceânicas dos portugueses em direção à costa africana e o facto de ter sido o primeiro espaço de ocupação e de valorização económica portuguesa condicionaram a primeira leva de europeus. Os madeirenses estiveram, então, presentes em todos os espaços onde os portugueses chegaram, por força da exploração agrícola, da atividade comercial e das armas para a defesa e a manutenção dos espaços.

Também no século xv, a Madeira evidencia-se como um centro de divergência de gentes à procura do Novo Mundo. Os monarcas definiram políticas de restrição no movimento migratório a favor da fixação do colono à terra, como forma de evitar o despovoamento das áreas já ocupadas. Para o homem do século xv, o apelo das riquezas africanas de fácil resgate ou da agricultura americana era mais convincente, tendo a favor a disponibilidade dos veleiros que escalavam frequentemente os portos insulares. A emigração era inevitável. Perante a pressão dos presos

e dos vadios, a sociedade atuava no sentido de encontrar fora do espaço da ilha uma válvula de escape, através das múltiplas levas de colonos e de soldados para o Brasil ou para Angola. A partir do século XVII, a Coroa intervém, de forma clara, no sentido de orientar a mobilidade dos madeirenses, obrigando-os a servir como soldados na Flandres, no Brasil ou nas guerras de fronteiras do território português, em Angola e Goa.

Todo o movimento de migrações é o resultado de um conjunto variado de fatores que, em diversos momentos, condicionaram a maior ou menor disponibilidade para as chegadas ou para as partidas. Nem sempre é o mesmo princípio que reúne todos aqueles que se aproximam do cais da partida. Há os que são obrigados a partir, por força da violência, expressa na intolerância política, religiosa e no desrespeito pela condição humana. São os que partem de forma forçada, na condição de escravo, ou de quase escravo, como foi o caso da emigração oitocentista conhecida como escravatura branca, porque foram obrigados a entregar o seu destino nas mãos de outros. A estes juntam-se os perseguidos pelas suas opções religiosas e políticas. Por esse motivo, a diáspora judaica marcou de forma clara o processo dos Descobrimentos portugueses, nos séculos XVI e XVII, e houve a situação particular, na década de 40 do século XIX, de perseguição, na Madeira, aos seguidores do pastor protestante Robert Kalley. Mas, depois, com o advento da Revolução Francesa, surgiram novos mecanismos de afrontamento marcados pela vida política. À força das convicções políticas juntam-se a violência da palavra e a intolerância do convívio entre adversários. Esta última manifesta-se através da prepotência dos regimes políticos que procuram apagar toda e qualquer reação ou obstáculo através da perseguição e da deportação dos adversários políticos.

Há também os que partem de livre vontade, movidos pelo espírito de aventura e pela possibilidade de encontrarem novas e melhores condições de vida. O sonho que comanda a partida muitas vezes se desfaz, mesmo aí, à saída do cais, com um naufrágio, um ataque de piratas ou qualquer outro acidente, e nem todos chegam ao destino e conseguem lograr todas as suas expectativas. Todos partiram cheios de esperanças, mas nem todos chegaram a bom porto, e, para muitos, a terra de destino foi tão madrastra como aquela que os viu nascer. Outros entregaram a sua vida pela possibilidade de títulos e honras, partindo ao encontro do inimigo na frente de batalha, no Norte de África ou no Índico.

Não podemos esquecer as propostas aliciadoras dos locais de destino ou resultantes da política régia de ocupação e povoamento dos novos espaços. A própria Coroa promoveu este movimento. Primeiro, foram os técnicos experimentados na

cultura dos canaviais e no fabrico do açúcar que partiram da Madeira ao encontro de novos canaviais e engenhos nas ilhas e no litoral brasileiro. Depois, a necessidade de firmar de facto a soberania através de uma ocupação do território incentivou a saída de casais, que viriam a ser a garantia de posse das terras brasileiras ou angolanas. Por força da intervenção da Coroa, houve também o movimento de funcionários régios, governadores, religiosos e militares. Tudo isto gerava um rodopio permanente de homens e de famílias. A todos estes aventureiros, perseguidos, deportados e deslocados junta-se um grupo em permanente mudança, agentes e fatores do próprio movimento entre os locais de partida e os de destino: são os marinheiros, que têm o mar por casa e que, por isso, se encontram onde haja um porto; são os mercadores e os seus agentes, que sustentam este movimento através da circulação de mercadorias e fazem disso a sua principal motivação, para aguardarem nos locais ou para partirem em busca de destinos mais prósperos. Um cais ou um porto é sempre um local de partidas e de chegadas. Este movimento é de todos os tempos. Os que partem poderão cruzar-se com os que chegam, cruzando-se também os motivos que os levam ou que os trazem. Quase sempre, porém, os dois movimentos acontecem em momentos distintos, pois quando há partidas tal significa que as perspectivas são pouco animadoras para propiciar as chegadas. A conjuntura que alimenta as chegadas é distinta, alenta o ânimo e as esperanças para todos. Por vezes, estes imigrantes cruzam-se no mesmo cais de chegada com os que retornam, de forma definitiva ou temporária. Aqui, as posturas são muitas vezes semelhantes, uma vez que nem todos os que regressam assumem uma posição de afirmação social manifesta do sucesso. Poderão, uma vez mais, ser confundidos com imigrantes, sofrendo as mesmas humilhações e dificuldades de integração num meio que continua a rejeitá-los. São estas vivências complexas que dominam o movimento das migrações e que, na sociedade do século XXI, que se quer intercultural, nos devem levar a refletir sobre a postura de cada um de nós relativamente a estes protagonistas das chegadas e partidas.

A ilha da Madeira, pelo simples facto de ter sido o primeiro território de ocupação portuguesa no espaço atlântico, acabou por estabelecer essa relação direta com os novos territórios insulares ou continentais, porque se estabeleceu um modelo de transplantação das estruturas e das realidades no âmbito económico, social, cultural, religioso e institucional. Não devemos ainda esquecer que a ilha, enquanto importante espaço portuário do mundo atlântico para as ligações entre os portos e os mercados europeus e os novos fora da Europa, no sentido do sul,

acabou por abrir a porta a novos destinos e descobertas aos naturais da ilha, tolhidos pela ambição ou pela pobreza.

As rotas oceânicas com escala no Funchal, os destinos da expansão e da navegação europeias, resultam numa grande capacidade do ilhéu para a mobilidade, aqui entendida como um movimento que ultrapassa aquilo a que tradicionalmente se chama «emigração». Na ilha, há uma porta sempre aberta que nem as regras nem as leis repressivas ou limitativas conseguem atenuar ou fechar. O ilhéu tem isso muito claro e sabe que isto resulta do facto de o espaço ser limitado e incapaz de suprir as carências de todos. Desta forma, a mobilidade é um estigma e um prémio que acompanha a condição de ilhéu.

São múltiplos os discursos em torno destes conceitos que materializam e justificam estas mobilidades (Cf. Piché, 2013; Barreto, 2009; Peixoto, 1993; Sorre, 1995). Atente-se ao pensamento de Clifford J. Jansen.¹² Para nós, a «nona ilha» traduz a história da mobilidade dos naturais e dos residentes no arquipélago a partir do século xv. Consideramos, pois, sete ilhas físicas, com Madeira (uma ilha), Porto Santo (uma ilha), Desertas (três ilhas: Deserta Grande, ilhéu Chão e Bugio), Selvagens (duas ilhas: Selvagem Grande e Selvagem Pequena), a par de outras duas: aquela ilha/poio que cada ilhéu transportou e ainda carrega consigo, aos ombros, e outra grande ilha que todos os ilhéus formaram no mundo por onde se expandiram. A «nona ilha» trata-se, deste modo, da expressão da diáspora madeirense no mundo.

A «numerologia cabalística» expressa de forma plena o significado universal desta postura da mobilidade humana dos madeirenses, uma vez que o número nove identifica a universalidade e a ideia de que o mundo é «um lugar melhor para se viver» (Javane & Bunker, 1993: 21, 91 e 145). E, se olharmos a mobilidade dos madeirenses ao longo destes últimos 600 anos, veremos que faz jus a esta realidade, em que o ilhéu instala, de forma global, uma ilha/poio em todos os recantos do mundo. Esta universalidade do madeirense, que abraça o mundo e o pretende reter no seu poio, é aquilo que pretendemos afirmar com a «nona ilha», que em propriedade é a busca e a afirmação da aldeia global com matriz madeirense.

A Madeira: um poio da aldeia global

O madeirense, aquele que mantém orgulho em sê-lo, nunca renega as suas origens e está sempre disponível para o retorno, quando as condições o permitem. A imagem

¹² Clifford J. Jansen, «Some sociological aspects of migration», *apud* Peixoto, 2004.

da ilha e do seu quotidiano mantém-se presente e atuante em todos os destinos de acolhimento, sejam na Jamaica, no Demerara, no Hawaii ou em Moçâmedes. As presenças do culto a Nossa Senhora do Monte, as tradições culinárias da carne de vinho e alhos, o milho frito e as maçarocas são uma evidência que marcam e denunciam a presença do madeirense no mundo. É claro que ao orgulho e à exaltação dos valores que corporizam a madeirensidade deveremos contrapor o preconceito, a pequenez daqueles que fizeram do seu nascimento na ilha um mero episódio, muitas vezes, negativo. São aqueles que renegam e escondem a sua origem debaixo de um pretense universalismo, esquecendo-se de que ser madeirense é ser universal, porque a ilha se abriu ao mundo a partir da Europa e a todos deu oportunidade de abertura de caminhos para novas realidades. O Madeirense é universal, quer pela sua abertura ao novo e ao avançado, quer pela sua disponibilidade e adaptação a outros mundos. É por isso que tem um mundo inteiro para morrer.

Há uma ideia e algumas evidências da tradição cultural mediterrânea cristã que apontam para a ilha uma relação com o mundo primordial, com o Paraíso:

A ilha da Madeira, [...] por ser tal e parecer nele um único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situada ou criada, disse um estrangeiro que parecia que, quando Deus descera do Céu, a primeira terra em que pusera seus santos pés fora ela (Frutuoso, 1979, 99-100).

Esta foi uma ilha abençoada que espalhou sorte e fortuna a todos e que parece ter aberto as portas a outros tesouros terrenos ao mundo europeu.

A nossa história e a dos outros insulares fala de momentos de glória, de plena afirmação e de protagonismo em diversos momentos, uma página ainda não devidamente revelada e afirmada, mas fala também de situações de dificuldades, pautadas pela violência dos assaltos de corsários e da guerra, do abandono e do esquecimento de senhores, monarcas e políticos, de miséria, fome e espoliação da riqueza. Em todos os casos, porém, os madeirenses têm sabido responder de forma pertinaz, têm encontrado forças e meios para se levantarem e seguirem em frente na construção da ilha e do mundo madeirense um pouco por todo o planeta. Ir ao encontro desta história e deste protagonismo é uma forma de homenagear aqueles que nos antecederam no usufruto desta ilha, mas também o ponto de partida para a descoberta de novas fontes de energia, para outros combates de afirmação e continuidade da *madeirensidade*.

A luz da esperança num futuro próximo melhor, assim como a força para os atuais e futuros desafios, está presente no discurso da História e tem de ser afirmada e extremada através do nosso orgulho em ser madeirenses. Pegando na obra de Eduardo Nunes *Porque Me Orgulho de Ser Madeirense* (Nunes, 1951),¹³ partimos à procura daquilo que nos ufana e afirma, no mundo de hoje e na História, continuando a prosseguir novos protagonismos e a plena afirmação no presente e no futuro. Porque queremos insistir e afirmar esta epopeia humana e insular¹⁴ e dar-lhe continuidade, estamos aqui a sinalizar e a relevar o protagonismo da ilha e dos madeirenses, trazendo um pouco do nosso orgulho em termos nascido, em sermos e continuarmos a ser madeirenses. Que isto seja apenas o alento para uma partida rumo a novos desafios, uma forma de nos voltamos a irmanar com os espaços envolventes dos madeirenses no mundo. Ter e sentir orgulho em ser madeirense é saber posicionar, no lugar correto em relação aos outros, uma adequada afirmação.

Não devemos esquecer que o século atual é o das ilhas, aquele em que estas se vão afirmar cada vez mais, pela sua posição estratégica e pelo seu espaço de mar. O primeiro cais de ancoragem foi a Madeira. É certo que, desde o século XIV, são insistentes as expedições e as disputas pela posse das Canárias, assim como as primeiras expedições de ocupação nos alvares da centúria seguinte, mas tardou muito até que se conseguisse pacificar (?) a população indígena e consolidar a ocupação efetiva do arquipélago. A Madeira estava próxima e tinha múltiplas vantagens: era a abundância de arvoredo e de água; era o facto de não estar, naquele momento, ocupada por qualquer população. As portas do Paraíso abriram-se e permitiu-se que o arquipélago fosse o primeiro passo efetivo na concretização do plano europeu de conquista do mundo, o primeiro passo conducente aos desafios da globalização, afirmados na sua plenitude séculos depois. Desta forma, a Madeira é

¹³ O volume foi publicado com o intuito de ser, segundo o seu autor, «uma mensagem de exaltação à Madeira, que eu desejaria levar aos quatro cantos do mundo, como se manda um postal num sentido de presença ou um abraço no simbolismo duma saudade» (Nunes, 1951). A este propósito, Cf. Sampaio, 1926. Atente-se que esta forma de vanglória e de ufanismo tem as suas origens no *jingoisism*, que ganha expressão em 1878, na Inglaterra, e em 1893, nos Estados Unidos da América. Cf. The genesis of jingoism, 1897; Hobson, 1901.

¹⁴ Cf. Thomas, 1635 e Vasconcelos, 1806. A este propósito, queremos ainda recordar apenas alguns títulos escritos por não madeirenses e, por isso mesmo, muito significativos a este respeito: Natividade, 1953; Lamas, 1956; e Oliveira, 1969.

tanto o primeiro exemplo de uma realização de sucesso como a referência e o modelo para posteriores iniciativas. Daí podermos afirmar, com alguma propriedade, que a Madeira foi o começo do processo dos Descobrimentos europeus e da mundialização que estes trouxeram. Esta situação particular da Madeira, associada à sua posição destacada no processo de afirmação dos impérios europeus nos séculos seguintes, transformou-a numa placa giratória fundamental para outras aventuras. Será que este protagonismo, que ao longo dos últimos anos vimos afirmando, tem a merecida relevância na nossa memória e nos anais da história madeirense? Descobrir como incorporar tamanho protagonismo, arrojo e determinação na nossa memória e escrita da História torna-se importante, sobretudo neste momento em que as esperanças começam a esfriar quanto às possibilidades de um futuro melhor e das novas capacidades para continuar a mudar e a vencer as circunstâncias adversas que sempre pautaram a história deste espaço.

O passado junta os momentos de dor com os de glória, de vitória em batalhas e de afirmação por diversas vias, pelo que não nos podemos deixar vencer pelas dificuldades e pelas situações do presente, que nos querem arrastar para rumos distintos daqueles que têm sido aqueles que a nossa história sempre trilhou. Vencemos a batalha da indiferença dos poderes aos múltiplos problemas, por vezes com o grito do silêncio da emigração, que projetou e ampliou a pequenez do nosso berço e habitação. Quisemos – e continuamos a querer – construir o nosso mundo sobre o abismo, alheios ao perigo, atentos aos inimigos, mas determinados a conseguir fazer da ilha um Éden construído à medida da nossa felicidade, da nossa realização pessoal, profissional e espiritual. É por tudo isso que, herdeiros, ainda que virtuais, dos demais atlantes que nos precederam na construção deste paraíso atlântico, persistimos na nossa luta e reivindicação daquilo a que temos direito e nos foi reservado com a criação deste cantinho do mundo. A partir daqui, abre-se um mundo que queremos descobrir e partilhar com os madeirenses e os demais.

Para quem soube construir a sua morada à beira do abismo, foi capaz de vencer a floresta e as ravinas tão adversas, traçar os poios para o repouso e o descanso das searas, dos vinhedos e canaviais, venceu os desafios do mar alteroso para reconstruir a sua ilha paradisíaca, plena de riqueza e flores, restará mais algum desafio? Não terá, então, o madeirense direito à fruição do Éden dos deuses da Antiguidade ou do Paraíso, que todos os caminhos espirituais procuram oferecer a todos os seus adeptos e crentes?

O próximo desafio mora, agora, no mar das ilhas, um segredo e uma riqueza ainda por revelar, mas que, para o futuro que agora se constrói, será fundamental

para encontrar aquilo que a terra, gasta por insistentes e intensivas explorações, cansada do saque, é neste momento incapaz de assegurar. Afinal, o facto de sermos ilhéus, que tanto nos prejudicou no passado, começa agora a vislumbrar-se como o nosso potencial de riqueza e de afirmação em face das grandes massas continentais, que sempre quiseram vencer e devorar as ilhas.

Como vimos, a globalização foi considerada durante muito tempo como invasão, dominação e afirmação da Europa. Depois, adveio a constatação da subordinação e a revolta epistémica contra os saberes veiculados pela colonialidade. Partiu-se, então, para a ideia de dominação/imposição cognitiva do discurso e para a busca da libertação com as epistemologias do sul. Este momento em que se celebram os 600 anos da globalização pode ser a época ideal para uma necessária viragem no debate académico. Depositamos grandes esperanças num novo discurso, numa nova epistemologia, que substitua os afrontamentos legados pelas epistemologias do sul e nos permita percorrer o novo trilho da multiculturalidade. Fica assim a esperança num reordenamento dos saberes por um outro conhecimento, que podemos definir, neste contexto, como intercultural e ecológico.

Tal como Ramón Grosfoguel, entendemos que:

[...] o pensamento crítico de fronteira é a resposta epistémica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. [...] O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (Grosfoguel, 2008: 138).

Queremos partir da dicotomia discursiva das epistemologias do norte e do sul em busca de um território abissal, de um território de fronteira que tenha as condições para esse encontro, essa partilha, esse discurso *post* moderno. Será esse lugar de fortuna o mundo atlântico, onde as ilhas são os pilares fundamentais, que importa construir neste momento dos 600 anos da globalização? Não haverá espaço para uma terceira via, a das epistemologias do centro, insular, de fronteira, capaz de suplantar a ambivalência e a oposição de saberes?

As ilhas são um espaço aberto, sem fronteiras, de mediação e de interculturalidade, abraçando, sem conflito, os múltiplos caminhos da globalização. As ilhas são encruzilhadas e são pontes. Há uma força telúrica insular que imprime este movimento de abertura, acionando esse movimento centrífugo, porque o Atlântico

é um arco-íris de culturas e a atlanticidade é construída com fortes pilares, em que as ilhas são a sua expressão.¹⁵

Bibliografia

- Arapoglou, E. *et alii* (eds.) (2016). *Racial and Ethnic Identities in the Media*. London: Palgrave Macmillan.
- Araújo, M. & Rodriguez Maeso, S. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de História. *Estudos de Sociologia*, 15 (28), 239-270.
- Armitage, D. & Braddick, M. J. (eds.) (2002). *The British Atlantic World: 1500-1800*. New York: Palgrave Macmillan.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Barreto, M. (2009). Interfaces entre turismo e migrações: Uma abordagem epistemológica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7 (1), 1-11.
- Becker, B. *et alii* (2006). *Logística e Ordenamento do Território. Projeto Elaboração de Subsídios Técnicos e Documento Base para a Definição da Política Nacional de Ordenamento do Território*. Brasília: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável.
- Borda, O. F. & Mora-Osejo, L. E. (2003). A superação do eurocentrismo: Enriquecimento do saber sistémico endógeno sobre o nosso contexto tropical. In B. de S. Santos (org.). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente: «Um Discurso sobre as Ciências» Revisitado (673-681)*. Porto: Afrontamento.
- Bordo, M. D. *et alii* (eds.) (2001). *Globalization in Historical Perspective*. Chicago: University of Chicago Press. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <http://papers.nber.org/books/bord03-1>.
- Braudel, F. (1984). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe III* (2 vols). Lisboa: Dom Quixote.
- Câmara, J. de M. da (1924). *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (vol. 3). Porto: Litografia Nacional.
- Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (orgs.) (2007). *El Giro Decolonial: Reflexiones para Una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/IESCO – Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar – Pontificia Universidad Javeriana.

¹⁵ Para a ideia de um Atlântico de múltiplas culturas, ou seja, «o Atlântico de Arco-Íris», cf. Arapoglou *et alii*, 2016: 15; Araújo & Rodriguez Maeso, 2010; Stam & Shohat, 2012: 194.

- Chaunu, P. (1976). *A História como Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chaunu, P. (1983). *Sevilla y América: Siglos XVI y XVII*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- Coronil, F. (1999). Mas allá del occidentalismo: Hacia categorías históricas no imperiales. *Casa de las Américas*, 206, 21-49.
- Coronil, F. (2000). Del eurocentrismo al globocentrismo: La naturaleza del poscolonialismo. In E. Lander (org.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales: Perspectivas Latinoamericanas* (119-149). Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales FACES/UCV y Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe-Iesalc.
- Crosby, A. W. (1972). *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Greenwood.
- Diário das Sessões n.º 125* (1956). Assembleia Nacional.
- Dussel, E. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. In E. Lander (org.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales: Perspectivas Latinoamericanas* (41-53). Buenos Aires: CLACSO.
- Elliot, J. (2001). *En búsqueda de la Historia Atlántica*. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- Emmer, P. (2002). In search of a system: The Atlantic economy, 1500-1800. In H. Pietschmann (ed.). *Atlantic History: History of the Atlantic System 1580-1830* (169-178). Gottingen: Vandenhoeck and Ruprecht.
- Ferrão, J. E. M. (1980). *A Influência Portuguesa na Difusão de Plantas no Mundo*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Ferrão, J. E. M. (1986). *Transplantação de Plantas de Continentes para Continentes no Século XVI*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Ferrão, J. E. M. (1992). *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Berardo.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (dir.) (2014). *Obra Completa Padre António Vieira – Sermões Hagiográficos I* (t. II, vol. X). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco Silva, A. (1989). La esclavitud en Andalucía a fines de la Edad Media: Problemas metodológicos y perspectivas de investigación. *Studia*, 47, 147-168.
- Freyre, G. (1962). *Aventura e Rotina* (2.ª ed.). Lisboa: Livros do Brasil.
- Fruutuoso, G. (1979). *Livro Segundo das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

- Galcerán, M. (2016). *La Bárbara Europa: Una Mirada desde el Postcolonialismo y la Descolonialidad*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Garcés, F. (2007). Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (orgs.). *El Giro Decolonial: Reflexiones para Una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global* (217-242). Bogotá: Siglo del Hombre Editores/IESCO – Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar – Pontificia Universidad Javeriana.
- Gilbert, V. J. (1978). Os primeiros engenhos de açúcar. *Sacharum*, 3, 5-12.
- Gitahy, L. (2008). Ecologia de saberes: Na direção de um novo paradigma científico. *Campinas: Jornal da UNICAMP*, 29 set.-5 out., 11.
- Godechot, J. (1947). *Histoire de l'Atlantique*. Paris: Bordas.
- Gómez Mendonza, J. et alii (1982). *El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humbolt a las Tendencias Radicales)*. Madrid: Alianza Editorial.
- Greenfield, S. M. (1977). Madeira and the beginings of New World sugar cane cultivation and plantation slavery: A study in institution building. *Annals of the New York Academy of Ciences – Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies*, 292 (1), 536-552.
- Grosfoguel, R. (2005). The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: Transmodernity, border thinking and global coloniality. In W. Robinson & R. Applebaum (orgs.). *Critical Globalization Studies* (283-292). London/New York: Routledge.
- Grosfoguel, R. (2006a). La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa: Revista de Humanidades*, 4, 17-48.
- Grosfoguel, R. (2006b). From postcolonial studies to decolonial studies: Decolonizing postcolonial studies: A preface. *Review (Fernand Braudel Center)*, 29 (2), 141-142.
- Grosfoguel, R. (2006c). World-system analysis in the context of transmodernity, border thinking and global coloniality. *Review (Fernand Braudel Center)*, 29 (2), 167-187.
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.
- Gruzinski, S. (2000). *A Passagem do Século: 1480-1520: As Origens da Globalização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Guha, R. (ed.) (1998). *A Subaltern Studies Reader: 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- Hobson, J. A. (1901). *The Psychology of Jingoism*. London: Grant Richards. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <https://archive.org/details/psychologyof-jing00hobsooft/page/n8/mode/2up>.
- Hopkins, A. G. (2002). *Globalization in World History*. New York: Norton.
- Javane, F. & Bunker, D. (1993). *A Numerologia e o Triângulo Divino*. São Paulo: Editora Pensamento.
- Jesus Barbosa, V. de *et alii* (2014). A descolonização epistemológica na prática: Pensamento de outros modos com as comunidades negras da Colômbia. *Anais do Congresso Africanidades e Brasilidades*, 1 (1), 1-10.
- Karras, A. L. & Macneill, J. R. (eds.) (1992). *Atlantic American Societies. From Columbus through Abolition: 1492-1886*. London: Routledge.
- Lamas, M. (1956). *Arquipélago da Madeira: Maravilha Atlântica*. Funchal: Eco do Funchal.
- Lander, E. (2000). Eurocentrism and colonialism in Latin American social thought. *Nepantla: Views from South*, 1 (3), 519-532.
- Lévy, J. (1993). A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire?. *Espaces Temps*, 51-52, 102-142.
- Ludden, D. (2007). A quick guide to the world history of globalization. In *University of Pennsylvania*. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <http://www.sas.upenn.edu/~dludden/global1.htm>.
- Maldonado-Torres, N. (2006). La topología del ser y la geopolítica del saber: Modernidad, imperio, colonialidad. In F. Schiwiy & N. Maldonado-Torres (eds.). *(Des)colonialidad del Ser y del Saber (Videos Indígenas y los Límites Coloniales de la Izquierda) en Bolivia* (63-130). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Gosfoguel (orgs.). *El Giro Decolonial: Reflexiones para Una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global* (127-167). Bogotá, Siglo del Hombre Editores/IESCO – Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar – Pontificia Universidad Javeriana.
- Meinig, D. W. (1986). *The Shaping of America: A Geographical Perspective on 500 Years of History* (vol. 1). New Haven: Yale University Press.
- Mejía, J. (2014). Colonialidad y des/colonialidad en América Latina: Elementos teóricos. In A. Quijano (ed.). *Des/colonialidad y Bien Vivir: Un Nuevo Debate en América Latina*. (217-240). Lima: Universidad Ricardo Palma/Editorial Universitaria/Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder.
- Mellino, M. (2008). *La Crítica Poscolonial: Descolonización, Capitalismo y Cosmopolitismo en los Estudios Poscoloniales*. Buenos Aires: Paidós.

- Meyer, M. (1991). The price of the new transnational History. *The American Historical Review*, 96 (4), 1056-1072.
- Mezzadra, S. et alii (2008). *Estudios Postcoloniales: Ensayos Fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Mignolo, W. (1996). Herencias coloniales y teorías poscoloniales. In B. G. Stephan (ed.). *Cultura y Tercer Mundo: Cambios en el Saber Académico* (99-136) (vol. 1). Caracas: Nueva Sociedad-Nubes y Tierra.
- Mignolo, W. (1998). Posoccidentalismo: El argumento desde América Latina. *Cuadernos Americanos*, 1 (67), 143-165.
- Mignolo, W. (2000). *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, 34, 287-324.
- Mignolo, W. (2009). Desobediencia epistémica (II), pensamiento independiente y libertad de-colonial. *Otros Logos – Revista de Estudios Críticos*, 1 (1), 8-42.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Mignolo, W. (2012a). Desobediencia epistémica y descolonización de las ciencias sociales. In R. Cordero (ed.). *Formas de Comprender el Presente* (23-50). Santiago: Ediciones Universidad Diego Portal.
- Mignolo, W. (2012b). Hacia la cartografía de un nuevo mundo: Pensamiento descolonial y desoccidentalización (un diálogo con Walter Mignolo): Entrevista realizada por Francisco Carballo. *Otros Logos – Revista de Estudios Críticos*, 3, 237-267.
- Mignolo, W. (2013). Geopolítica de la sensibilidad y desconocimiento: Sobre (de)colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *Revista de Filosofía*, 74 (2), 7-23.
- Mignolo, W. (2016). *Hacer, Vivir y Pensar la Decolonialidad: Textos Reunidos y Presentados por Comunidad Psicoanálisis/Pensamiento Decolonial*. Prólogo María Amelia Castañola. México: Borde Sur/Ed. Navarra.
- Mintz, S. W. (1985). *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking.
- Moore-Gilbert, B. (1997). *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London: Verso.
- Morales Padrón, F. (1955). *El Comercio Canario-Americano (Siglos XVI, XVII y XVIII)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidad de Sevilla.

- Moran, E. F. (1979). *Human Adaptability: An Introduction to Ecological Anthropology*. Boulder: Westview Press.
- Natividade, J. V. (1953). *Madeira: A Epopeia Rural*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Nunes, E. (1951). *Porque Me Orgulho de Ser Madeirense*. Funchal: s.n.
- Nunes, J. A. (2010). O resgate da epistemologia. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul* (215-242). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, A. L. de (1969). *Arquipélago da Madeira: Epopeia Humana*. Braga: Pax.
- Oliveira, J. P. de (1998). Uma etnologia dos «índios misturados»? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4 (1), 47-77.
- Oliveira, L. F. de (2016). Penso, mas não existo: O que a ciência ocidental escondeu por muito tempo?. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em https://www.academia.edu/30494134/PENSO_MAS_N%C3%83O_EXISTO_O_QUE_A_CI%C3%84NCIA_OCIDENTAL_ESCONDEU_POR_MUITO_TEMPO.
- Omar, S. M. (2008). *Los Estudios post-Coloniales: Una Introducción Crítica*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I.
- Peixoto, J. (1993). *As Migrações dos Quadros altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Peixoto, J. (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Pérez Vidal, J. (1991). *Aportación de Canarias a la Población de América*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- Piché, V. (dir.) (2013). *Les Théories de la Migration*. Paris: INED.
- Piza, S. de O. (2012). Sobre a descolonização do conhecimento: A invenção de outras epistemologias. *Estudos de Religião*, 26 (43), 25-35.
- Quijano, A. (1992). «Raza», «etnia» y «nación» en Mariátegui: Cuestiones abiertas. In R. Forgues (ed.). *José Carlos Mariátegui y Europa: La Otra Cara del Descubrimiento* (167-188). Lima: Amauta.
- Quijano, A. (1997). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, 9, 113-121.

- Quijano, A. (1998). La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana. In R. Briceño-León & H. R. Sonntag (orgs.). *Pueblo, Época y Desarrollo: La Sociología de América Latina* (139-155). Caracas: Nueva Sociedad.
- Quijano, A. (2000). Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. *Neplanta: Views from South*, 1 (3), 533-580.
- Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (orgs.). *El Giro Decolonial: Reflexiones para Una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global* (93-126). Bogotá: Siglo del Hombre Editores/IESCO – Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar – Pontificia Universidad Javeriana.
- Quijano, A. (2014). *Cuestiones y Horizontes: De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO.
- Restrepo, E. & Rojas, A. (2010). *Inflexión Decolonial: Fuentes, Conceptos y Cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca.
- Río Moreno, J. L. del (1991). *Los Inicios de la Agricultura Europea en el Nuevo Mundo*. Sevilla: Asociación Agraria-Jovenes Agricultores de Sevilla.
- Rodrigues, J. N. & Devezas, T. (2009). *Portugal – O Pioneiro da Globalização: A Herança das Descobertas*. Lisboa: Edições Centro Atlântico.
- Rodríguez, I. (2001). *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham: Duke University Press.
- Rodríguez, I. (2002). El grupo latinoamericano de estudios subalternos. *Revista de Crítica Cultural*, 24, 72-77.
- Rogers, F. M. (1979). *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*. North Quincy: Christopher Publishing House.
- Rumeu de Armas, A. (1991). *Canarias y el Atlántico: Piraterías y Ataques Navales* (5 vols.). Islas Canarias: Viceconsejería de Cultura y Deportes.
- Sack, R. (1986). *The Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Saladini, A. (2011). *Trabalho e Imigração: Os Direitos Sociais do Trabalhador Imigrante sob a Perspetiva dos Direitos Fundamentais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil.
- Santos, B. de S. (1998). *La Globalización del Derecho: Los Nuevos Caminos de la Regulación y la Emancipación*. Bogotá: ILSA/Universidad Nacional de Colombia.
- Santos, B. de S. (1999). On oppositional postmodernism. In R. Munck & D. O'Hearn (orgs.). *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm* (29-43). London: Zed Books.

- Santos, B. de S. (2006a). A ecologia de saberes. In B. de S. Santos. *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política* (137-165). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (org.) (2006b). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2007a). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos-CEBRAP*, 79, 71-94.
- Santos, B. de S. (ed.) (2007b). *Another Knowledge Is Possible: Beyond Northern Epistemologies*. London/New York: Verso.
- Santos, B. de S. (2008). A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.
- Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul* (23-27). Coimbra: Almedina.
- Santos, B. de S. (2010a). *Um Discurso sobre as Ciências* (7.ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2010b). *Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde Una Epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad.
- Santos, B. de S. (2010c). *Descolonizar el Saber, Reinventar el Poder*. Montevideo: Ediciones Trilce/Universidad de la República.
- Santos, B. de S. (2017). A new vision of Europe: Learning from the South. In G. K. Bhambra & J. Narayan (orgs.). *European Cosmopolitanism: Colonial Histories and Postcolonial Societies* (172-184). London/New York: Routledge.
- Santos, B. de S. *et alii* (2006). Conhecimento e transformação social: Por uma ecologia de saberes. *Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, 4 (6), 11-103.
- Santos, B. de S. *et alii* (2007). Introduction: Opening up the canon of knowledge and recognition of difference. In B. de S. Santos (ed.). *Another Knowledge Is Possible: Beyond Northern epistemologies* (XIX-LXII). London/New York: Verso.
- Santos, B. de S. & Meneses, M. P. (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Sauborin, E. (2002). Desenvolvimento rural e abordagem territorial: Conceitos, estratégias e atores. In E. Sauborin & O. Teixeira (orgs.). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Conceitos, Controvérsias e Experiências* (21-37). Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA.
- Sayyid, B. S. (1997). *A Fundamental Fear: Eurocentrism and the Emergence of Islamism*. London: Zed Books.
- Sayyid, B. S. (2004). Islam(ismo), eurocentrismo e ordem mundial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 53-72.

- Silva, J. M. A. e (1997). A importância dos espaços insulares no contexto do mundo atlântico. In A. Vieira (coord.). *História das Ilhas Atlânticas: Arte, Comércio, Demografia, Literatura – Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas* (125-161) (vol. 1). Funchal: CEHA.
- Slater, D. (2004). *Geopolitics and the Post-Colonial: Rethinking North-South Relations*. Oxford: Blackwell.
- Solow, B. L. (ed.) (1991). *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. New York: Cambridge University Press.
- Sorre, M. (1995). *Les Migrations des Peuples: Essai sur la Mobilité Géographique*. Paris: Flammarion.
- Soulimat, N. de (2011). *Faire Face au Changement et Réinventer des Îles*. Thèse de Doctorat, Université de La Rochelle, La Rochelle, France. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/750862/filename/2011Soulimant26498.pdf>.
- Sousa, J. J. A. de (1985). Emigração madeirense nos séculos xv a xviii. *Atlântico*, 1, 46-52.
- Stam, R. & Shohat, E. (2012). *Race in Translation: Culture Wars around the Postcolonial Atlantic*. New York: New York University Press.
- Steele, I. (1986). *The English Atlantic, 1675-1740: An Exploration and Communication and Community*. New York: Oxford University Press.
- Tejera Gaspar, A. (2000). *Las Cuatro Viajes de Colón y las Islas Canarias (1492-1502)*. La Laguna: Francisco Lemus Editor.
- The genesis of jingoism (1897). *The Advocate of Peace (1894-1920)*, 59 (4), 88-91. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <http://www.jstor.org/stable/25751029>.
- Thomas, M. (1635). *Insulana*. Amberes: Caza de Ioam Meursio.
- Vasconcelos, F. P. M. e (1806). *Zargueida, Descobrimento da Ilha da Madeira: Poema Heroico*. Lisboa: Off. Simão Thaddeo Ferreira.
- Verlinden, C. (1949). Précédents et parallèles européens de l'esclavage colonial. *O Instituto*, 113, 113-153.
- Verlinden, C. (1953). Les origines coloniales de la civilisation atlantique: Antécédents et types de structure. *Journal of World History*, 4, 378-398.
- Verlinden, C. (1954). *Précédents Médiévaux de la Colonie en Amérique*. México: Editorial Fournier.
- Verlinden, C. (1966). *Les Origines de la Civilisation Atlantique*. Neuchâtel: La Baconnière.
- Vieira, A. (1987). *Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI: Madeira, Açores e Canárias*. Funchal: CEHA.

- Vieira, A. (1991). *Os Escravos no Arquipélago da Madeira: Séculos XV a XVII*. Funchal: CEHA.
- Vieira, A. (1992). *Portugal y las Islas del Atlántico*. Madrid: Editorial MAPFRE.
- Walsh, C. (2007). ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas*, 26, 102-113.
- Yale University (2013). The history of globalization. In *Yale Global Online*. Acedido a 27 de dezembro de 2018, em <https://yaleglobal.yale.edu/history-globalization>.

A Europa e os desafios da globalização

Europe and the challenges of globalization

Eduardo Paz Ferreira

UNIVERSIDADE DE LISBOA / pazferreira@me.com / ORCID | 0000-0003-4476-6297

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_5

Resumo: Na União Europeia, estamos num momento em que muitos dos fantasmas que criámos mortos há muito ou reduzidos a forças residuais sem expressão na opinião pública parecem reaparecer, fazendo pensar nos anos 30 do século passado. Tendo nascido essencialmente como uma organização económica, mas que sempre afirmou os valores democráticos como critério de acesso e de permanência na mesma, encontramos na União Europeia vários governos fascizantes, que suprimem a liberdade de imprensa e dos tribunais, sufocam as oposições, maltratam os estrangeiros e ignoram ostensivamente o legado europeu, perante uma estranha passividade dos restantes Estados, Parlamento Europeu e Comissão. É notória a ausência de perspectivas. Ninguém sabe o que fazer com o futuro. E se nos anos 30 do século passado a Europa podia olhar com esperança para os Estados Unidos como potencial aliado na luta contra as forças do mal, neste momento não pode.

Palavras-chave: União Europeia; Estados Unidos; pós-Segunda Guerra Mundial; futuro

Abstract: In the European Union, we are at a time when many of the ghosts we believed long dead or reduced to residual forces with no expression in public opinion seem to reappear, making us think of the 1930s. Having been born essentially as an economic organization, but which has always affirmed democratic values as a criterion for access and permanence, we find in the European Union several fascist governments, which suppress freedom of the press and the courts, stifle oppositions, mistreat foreigners and ignore ostensibly the European legacy, in the face of the strange passivity of the other States, the European Parliament and the Commission. The absence of prospects is notorious. Nobody knows what to do with the future. And if, in the 1930s, Europe could look to the United States with hope as a potential ally in the fight against destructive forces, it cannot at this moment.

Keywords: European Union; United States; post-World War II; future

Em 1946, o grande poeta português Adolfo Casais Monteiro, que a Ditadura salazarista, após várias prisões, compelira ao exílio, publicou um belo livro de poemas intitulado *Europa*, hoje totalmente esquecido e ignorado. É com a leitura de um extrato desse poema que queria começar a nossa conversa de hoje:

Europa, sonho futuro!
Europa, manhã por vir,
fronteiras sem cães de guarda,

nações com seu riso franco
abertas de par em par!

Europa sem misérias arrastando seus andrajos,
virás um dia? Virá o dia
em que renasças purificada?
Serás um dia o lar comum dos que nasceram
no teu solo devastado?
Saberás renascer, Fénix, das cinzas
em que arda enfim, falsa grandeza,
a glória que teus povos se sonharam
– cada um para si te querendo toda?

Num tom menos poético, mas nem por isso menos vibrante e emotivo, Winston Churchill, um dos líderes políticos a quem mais devemos a vitória da democracia e a derrota da besta nazi, proclamava num discurso em Zurique, a 19 de setembro de 1946, que:

é imperioso construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida. O processo é simples. Basta a determinação de centenas de milhões de homens e mulheres empenhados em fazer o que está certo em vez do que está errado, para ter por recompensa felicidade em vez de sofrimento (Churchill *apud* Sande, 2008: 15).

E, no desenvolvimento do seu raciocínio, Churchill apelava particularmente a uma cooperação paritária entre a França e a Alemanha que «a concretizar-se tornará menos importante a força material de um único Estado».

Nenhum de nós viveu estes tempos, mas todos guardamos imagens da Europa devastada, expressa especialmente bem no *Alemanha, Ano Zero*, de Rossellini, a par com as horríveis imagens que ficaram dos campos de concentração em documentários como, por exemplo, *Nuit et Brouillard*, de Alain Resnais. Ao mesmo tempo, esses foram tempos de esperança. Em Portugal, ninguém acreditava que a Ditadura sobrevivesse, tão-pouco antecipava que a Guerra Fria pudesse levar à hipócrita tolerância dos aliados para com Salazar e Franco. Ainda durante a guerra, nos cinemas, as pessoas levantavam-se na grande cena de *Casablanca* em que os

franceses desafiavam os alemães, cantando em coro «A Marselhesa», entendida como uma ode à liberdade, à coragem e à resistência.

Com muitas e complexas negociações, as ideias de unificação europeia acabariam por avançar, mas reduzidas a um pequeno grupo de países ricos que, mais tarde, evoluiria em sentidos a que regressaremos sinteticamente adiante. Em comum, pode-se dizer que se reconheceu a exiguidade do espaço nacional para o desenvolvimento económico e a necessidade de fomentar a cooperação e um melhor conhecimento dos povos para assegurar uma maior qualidade de vida. Portugal não foi desejado para esse processo de integração, e só na década de 60 viria a entrar na EFTA, pela mão da Inglaterra. «O convidado inesperado», como lhe chamou Andersen Leitão.

Mas o ditador Salazar também percebeu os riscos e transmitiu instruções a todas as embaixadas no sentido de não acompanharem qualquer movimento de integração europeia:

A Europa nasceu de certo modo e o processo da sua formação imprimiu-lhe carácter. A sua diversidade, se por um lado é motivo de fraquezas, verificou-se, por outro, ser fonte de radiação universal. Há neste conjunto nações de tão antiga independência que o arreigado nacionalismo quase se confunde com o sentimento, com o instinto de propriedade e de uma propriedade não transmissível (caso português – Constituição, art.º 2.º).

Nessas circunstâncias é duvidoso que se possa constituir por combinação ou tratados um Estado europeu. Ou melhor: podem os governos acordá-lo, mas os povos dificilmente se ajustarão a ele (Salazar, 2012).

Na mesma circular, Oliveira Salazar não deixaria de prestar uma especial atenção às colónias portuguesas, colocando a hipótese da cobiça de alguns países quanto à abertura desses mercados e vincando que:

se posso ser intérprete do sentimento do povo português, devo afirmar que é tão entranhado o seu amor à independência e aos territórios ultramarinos, como parte relevante e essencial da sua história, que a ideia de Federação, com prejuízo de uma e outros, lhe repugna absolutamente. Precisamos de ter presente que o Ultramar lhe tem interessado bem mais do que a Europa continental: raras vezes Portugal interveio nos seus dissídios e sempre que o fez foi com sacrifício de outros interesses

mais altos. A expansão ultramarina – descobrir, missionar, fazer nações além-mar, como é o Brasil – é o traço mais saliente da sua história, é decididamente a sua vocação (Salazar, 2012).

Mas, se o movimento de integração europeia era limitado geograficamente e com limitações profundas que o futuro demonstraria, não nos podemos esquecer daquele que poderia ter sido o grande projeto de uma globalização destinada a criar um mundo bem melhor e mais feliz. O grande Franklin Roosevelt, que ocupava, então, o lugar onde hoje se senta Donald Trump, foi quem melhor teorizou e lutou por uma globalização que poderia ter conduzido a um mundo bem melhor e mais justo. Roosevelt, que combatera com enorme determinação a Grande Depressão, através de um programa de ação assente em despesas públicas e que visava, sobretudo, a proteção dos pobres e dos desempregados – o New Deal –, apercebeu-se de que era necessário projetar as mesmas ideias na ordem internacional, ao mesmo tempo que se combatia os nazis e os seus aliados, projeto que deparou com grande oposição do Congresso norte-americano. A 6 de janeiro de 1941, discursando perante o Congresso, Roosevelt vai explicitar que

nos dias futuros que procuraremos fazer seguros, desejamos um mundo assente em quatro liberdades. A primeira é a liberdade de discurso e expressão em todas as partes do mundo. A segunda é a liberdade de cada um adorar Deus segundo as suas convicções em todas as partes do mundo. A terceira é a liberdade da necessidade que, transposta para termos mundiais, significa entendimentos económicos que assegurarão a todas as nações um tempo de prosperidade económica para todos os habitantes, em todas as partes do mundo. A quarta é a liberdade do medo que, transposta em termos mundiais, significa uma redução radical do armamento a tal ponto e de maneira que nenhuma nação estará em posição de cometer um ato de agressão física contra um vizinho.

Explicitando ainda que

esta não é uma visão para um milénio distante, é uma base definitiva para uma organização mundial atingível no nosso tempo e na nossa geração. Este modelo de mundo é a antítese da assim chamada nova ordem da tirania que os ditadores tentam criar com o rebentamento de bombas.

Sublinhe-se como aspeto especialmente importante a colocação exatamente no mesmo plano das liberdades cívicas tradicionais, que vinham já em muitas declarações, e das liberdades ou direitos económicos. O discurso de Roosevelt não foi, aliás, uma mera peça de retórica, já que foi acompanhado de uma ação intensa no sentido de criar uma ordem internacional justa. Recorde-se o reforço da Organização Mundial do Trabalho, herdada da Liga das Nações, através da Declaração de Filadélfia de 1944, que a dotou de uma constituição que reforça a perceção dos direitos sociais como direitos em tudo idênticos aos direitos civis, assume que o trabalho não é uma mercadoria e garante o direito a um salário digno.

As organizações de Bretton Woods – Banco Mundial e FMI – representaram outro fator essencial deste *puzzle*, pelo menos ao nível da sua conceção, ainda que se pudesse ter ido bastante mais longe no caso do FMI, seguindo o plano de Keynes, e não se pudesse prever como se desligariam no futuro dos valores fundamentais da sua criação, como ficou claro no chamado Consenso de Washington.

A criação da Organização Mundial de Comércio, por seu turno, foi confrontada com a rejeição do Congresso norte-americano, que só cederia quando os valores e os objetivos fossem substancialmente outros, sendo durante décadas as transações internacionais apenas reguladas pelo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Na cúpula dessa nova organização mundial figurariam as Nações Unidas, que Roosevelt já não viu nascer, mas que muito ficaram a dever à determinação, inteligência e coragem de Eleanor Roosevelt, companheira de luta do marido, que viria a ser a primeira embaixadora dos Estados Unidos na ONU. A secundarização da importância das Nações Unidas é o sinal evidente do falhanço de uma ordem mundial justa e de um sonho que falhou, dando lugar à criação de dois blocos antagónicos: o comunista, liderado pela União Soviética, com o Pacto de Varsóvia, e o capitalista, chefiado pelos Estados Unidos e assente não só no poderio militar próprio, mas também no da NATO.

Naturalmente que seria impossível seguir os 70 anos que, entretanto, decorreram em pormenor e a forma como evoluiu a União Europeia e se desenvolveu a globalização económica, pelo que iremos manter-nos em traços largos. Um ponto de partida fundamental é, todavia, na minha perspetiva, a perceção de que estamos num momento em que muitos dos fantasmas que críamos mortos há muito ou reduzidos a forças residuais sem expressão na opinião pública parecem reaparecer, fazendo pensar nos anos 30 do século passado. No seio da União Europeia, que, tendo nascido essencialmente como uma organização económica, sempre afirmou os valores democráticos como critério de acesso e de permanência

na organização, encontramos vários governos fascizantes, que suprimem a liberdade de imprensa e dos tribunais, sufocam as oposições, maltratam os estrangeiros e ignoram ostensivamente o legado europeu, perante uma estranha passividade dos restantes Estados, Parlamento Europeu e Comissão. É nessa mesma Europa que se fazem manifestações de dezenas de milhares de pessoas em defesa da supremacia branca, que se fecham as portas aos emigrantes e que acenam rostos sinistros que aspiram a instituir uma nova ordem não democrática.

E regresso a Adolfo Casais Monteiro (1946):

Europa, tu virás só quando entre as nações
o ódio não tiver a última palavra,
o ódio não guiar a mão avara,
à mão não der alento o cavo sono de enterro
dos cofres dirigindo o sangue do rebanho.

É especialmente assustador pensar que, se nos anos 30 do século passado a Europa podia olhar com esperança para os Estados Unidos como potencial aliado na luta contra as forças do mal, neste momento não pode. A presidência dos Estados Unidos é ocupada pelo amigo de Putin e de Duterte, o tirano assassino das Filipinas, potencial aliado de todos os ditadores e apoiante de Marine le Pen e de Nicholas Farrage, entre outros inimigos da União Europeia. E, como se tudo isso não bastasse, Donald Trump está na base de uma política externa louca que oscila entre o isolacionismo e a tendência para provocar toda a espécie de conflitos, indo do Irão até à transferência da embaixada para Jerusalém. Ele é também o homem que retira os Estados Unidos do Acordo de Paris sobre o clima, que sai do Pacto das Nações Unidas sobre Refugiados e que destruiu ou quer discutir os acordos comerciais internacionais.

Para concluir o paralelo com os anos 30 do século passado, não resisto a citar o extraordinário romance de Sinclair Lewis, recentemente editado entre nós, *Isso não Pode Acontecer aqui*, em que se ficciona a vitória de um ditador de modelo hitleriano nos Estados Unidos, com parecenças extraordinárias com o que sucede nos nossos dias. Mas aquilo que é extraordinário verificar é a terrível evolução entre os anos 40 e a atualidade. Ken Loach, um cineasta militante, em 2013, fez um documentário – *O Espírito de 45* – sobre o entusiasmo das pessoas em torno dos valores da solidariedade e do Estado social, e, em 2016, realizou um filme – *Eu, Daniel Blake* – que mostra um trabalhador às voltas com a burocracia e a ruína do Estado social.

Nesses anos em que tantas explicações surgiram, provavelmente a mais brilhante foi a de Jimmy Carter, em 1977:

O nosso povo está a perder essa fé, não só no Governo em si, mas na habilidade de, enquanto cidadãos, servirmos como derradeiros controladores e configuradores da nossa democracia. Enquanto povo, conhecemos o nosso passado e estamos orgulhosos dele. O nosso progresso tem feito parte da história corrente da América e do mundo. Sempre acreditámos que fazíamos parte de um grande movimento da própria humanidade chamado democracia, envolvido na procura pela liberdade, e essa crença reforçou sempre o nosso objetivo. Mas tal como estamos a perder a nossa confiança no futuro, estamos também a começar a fechar a porta ao nosso passado. Numa nação que foi orgulhosa do trabalho, de famílias unidas e comunidades coesas e da nossa fé em Deus, muitos de nós tendem agora a venerar o comodismo e o consumo. A identidade humana já não é definida por aquilo que alguém faz, mas por aquilo que possui. Mas descobrimos que possuir e consumir coisas não satisfaz a nossa procura por significado. Aprendemos que acumular bens materiais não consegue preencher o vazio das vidas que não têm confiança ou objetivo.

Mas a perceção de Carter nem sempre foi acompanhada. Só muitos anos mais tarde o Papa Francisco apareceria a denunciar o consumo, a economia do descartável: «A relação entre a pobreza e a fragilidade do planeta requer outra forma de lidar com a economia e o progresso, concebendo um novo estilo de vida» (Francisco, 2016), refere. Francisco realça que crentes e não crentes concordam que «a terra é uma herança comum, de cujos frutos todos devem beneficiar. No entanto, o que acontece no mundo em que vivemos?» (Francisco, 2016), questiona. Na linha das preocupações manifestadas na sua encíclica *Laudato Si'*, de 24 de maio de 2015, o Papa convida a «cuidar da casa comum»: «Precisamos de uma conversão que nos una a todos: libertar-nos da escravidão do consumismo», precisa. A mensagem finda com um «pedido especial» de Francisco: «Cuidemos da criação, recebida como um dom que é preciso cultivar e proteger para as gerações futuras» (Francisco, 2015).

Regressando à Europa, naturalmente que se não pode ignorar o momento crítico em que vivemos. O Brexit é o símbolo de um projeto que não logra atingir o coração das pessoas, por muito que se possa falar no tradicional distanciamento britânico ou da campanha de desinformação e da demagogia levada a cabo.

As dificuldades em conseguir um acordo que regule as relações futuras entre a União Europeia e o Reino Unido não auguram nada de bom. Mas o problema é realmente a ausência de perspectivas. Ninguém sabe o que fazer com o futuro. Não há entendimento possível. A Comissão tem, como sempre, uma posição frouxa; Macron está um pouco melhor, mas a Alemanha perde-se nas suas dificuldades internas. Virar de vez a página da austeridade e não temer um programa de desenvolvimento intenso e solidário entre os vários Estados é um passo essencial.

Não esqueçamos o passado da União Europeia. São óbvios os resultados económicos positivos. Portugal, até certo ponto, beneficiou muito, mas não houve verdadeiramente solidariedade, e o Estado social foi enterrado por uma constituição económica liberal, pela proibição dos auxílios de Estado e pela destruição do sector público. A crença no comércio livre, nas liberdades de circulação económica, e a revolução tecnológica abriram o caminho da globalização. Nesse contexto, os Estados deixaram de ter qualquer poder em face de uma globalização quase sem direito e em que se lança mão necessariamente de tribunais arbitrais para julgar conflitos entre investidores e o Estado, tribunais esses que podem julgar as próprias medidas políticas dos governos e determinar o pagamento de indemnizações. Por outro lado, a liberdade de circulação veio permitir a fraude e a evasão fiscais em montantes gigantescos. Uma estimativa de uma universidade norte-americana aponta para que:

Os portugueses são das nacionalidades que mais dinheiro têm em contas em paraísos fiscais relativamente à percentagem do PIB do país – **o equivalente a 21 %, ou mais de um quinto, da riqueza produzida em Portugal num ano estaria detida por portugueses em paraísos fiscais em 2007.** [...]

Os investigadores Gabriel Zucman, Annette Alstadsaeter e Niels Johannesen atualizaram uma base de dados com informações mais recentes para poderem chegar a estimativas concretas sobre a origem do dinheiro nos paraísos fiscais em 2007. Cerca de 10 % do PIB mundial, 5,6 mil milhões de dólares em 2007, estaria então depositado nestes *offshores*. Portugal surge em 11.º na lista, com apenas os gregos, entre os europeus, a ultrapassar os portugueses na quantidade de dinheiro em contas lá fora. O estudo concluiu ainda que **a carga fiscal aplicada nos países não parecia ter uma relação muito direta com quanto dinheiro os seus cidadãos deixavam no exterior:** «A dimensão da riqueza em *offshores* não é facilmente explicada por fatores fiscais ou institucionais», escreveram

os autores, citados pelo *Negócios*. Segundo os autores, depende mais da história recente do país e mesmo da sua proximidade física com a Suíça. A Noruega e a Dinamarca, que têm dos impostos mais altos do mundo, estão entre os países com níveis mais baixos de dinheiro em *offshores* – assim como o Japão, que tem impostos baixos.

Desde 2007, a data desta estimativa, as mudanças terão sido principalmente geográficas no sentido em que a Suíça perdeu importância enquanto paraíso fiscal para centros como Hong Kong e outros paraísos fiscais asiáticos (Portugueses [...], 2017).¹

Naturalmente que nos nossos dias há quem procure combater esta situação. Alguns, de forma tímida e hipócrita. Outros, com total determinação, mas apenas com a força das palavras. É o caso do Papa Francisco, a apelar ao Fórum de Davos para que consagre os seus trabalhos ao estudo de como a política deve dominar a riqueza e não a riqueza a política, como sucede hoje. Que assim seja.

Bibliografia

Francisco, P. (2015). *Carta Encíclica Laudato si' do Santo Padre Francisco: Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Acedido a 14 de dezembro de 2017, em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

Francisco, P. (2016). *Respeito pela Criação. O Vídeo do Papa*. Acedido a 14 de dezembro de 2017, em <https://thepopevideo.org/respeito-pela-criacao/?lang=pt-br>.

Monteiro, A. C. (1946). *Europa*. Lisboa: Confluência.

Portugueses têm 21 % do PIB em offshores (2017). *ECO – Economia Online*, 20 de setembro. Acedido a 14 de dezembro de 2017, em <https://eco.pt/2017/09/20/portugueses-tem-21-do-pib-em-offshores/>.

Salazar, A. de O. (2012). *Circular Confidencial Enviada às Embaixadas e Delegações de Portugal, Definindo a Posição a seguir em Matéria Europeia (6 de Março de 1953)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático. Acedido a 14 de dezembro de 2017, em https://www.cvce.eu/content/publication/2007/8/24/b01e5f03-da56-4ba4-971e-bdca10f59d2e/publishable_pt.pdf.

Sande, P. (dir.) (2008). *60 Anos de Europa: Os Grandes Textos da Construção Europeia*. Lisboa: Parlamento Europeu.

¹ Negritos meus.

(Página deixada propositadamente em branco)

Haverá uma ética para a idade global?

Possibilidades, dúvidas e alguns condicionamentos¹

Will there be an ethics for global age? Possibilities, doubts and some conditioning

Onésimo Teotónio Almeida

BROWN UNIVERSITY / onesimo_almeida@brown.edu / ORCID | 0000-0002-7662-3760
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_6

Resumo: Para nós, ocidentais, e para os outros que aceitam também o projeto da modernidade, a ética capaz de responder aos problemas de sociedades plurais como as nossas tem de ser uma ética acordada democraticamente, por forma a integrar todos os interesses dos grupos envolvidos. Não pode ser uma ética ditada exclusivamente por um grupo. Por conseguinte, essa ética possível para os nossos dias anda em torno de um conjunto de valores entendidos como ideais e, portanto, impossíveis de serem cumpridos na sua integridade; mas são um alvo, uma linha de rumo, uma luz ou um farol. A ética para uma sociedade global consegue elaborar-se teoricamente; todavia, na prática, nunca se sustentará por si. Não tem força estando dependente da atuação de um Estado.

Palavras-chave: democracia; ética; modernidade; sociedades plurais

Abstract: For us westerners, and for others who also accept the project of modernity, an ethics capable of responding to the problems of plural societies such as ours must be a democratically agreed ethics that integrates all the interests of all those involved. It cannot be an ethics dictated exclusively by a group. Consequently, this possible ethics for our day revolves around a set of values understood as ideal and, therefore, impossible to be fulfilled in their integrity; but they are a target, a course line, a light, or point in a direction. Ethics for a global society manages to be elaborated theoretically; however, in practice, it will never stand on its own. It has no strength if not enforced by the State.

Keywords: democracy; ethic; modernity; plural societies

A questão dos valores da modernidade tem-me interessado profundamente. Sobre ela tenho lecionado e publicado vários escritos. Por isso, o presente texto é uma espécie de resumo do meu ponto de vista sobre esta temática. Tenho plena consciência do tom leve e quase passageiro de algumas das afirmações aqui contidas. Sobre alguns pontos, escrevi já mais pormenorizadamente, embora alguns destes textos ainda permaneçam inéditos. De qualquer modo, achei sensato começar por clarificar um conjunto de conceitos fundamentais para o meu argumento

¹ A primeira parte deste texto inclui passagens retiradas de um texto anterior sobre a mesma temática, se bem que revistas.

central. Antes disso, porém, gostaria de fazer um aviso de carácter metodológico: neste texto, lidarei com conceitos sem me preocupar muito com a história do seu aparecimento. Pretendo com isto significar que me debruçarei sobre a visão do mundo que engloba um conjunto de crenças e de valores sem me ocupar de prioridades históricas no surgimento de cada um deles. Com efeito, a partir de determinada altura, nos finais do século XVIII (começou a surgir muito antes), a modernidade manifesta-se com facetas diversas (e sem ainda ser reconhecida por esse nome) em múltiplas formas no Ocidente, sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra, mas não só. Ultrapassa mesmo as fronteiras europeias, inspirando tanto a Revolução Francesa, que acima de tudo foi uma epopeia contra a antiga mundividência herdada do mundo medieval, como a criação dos Estados Unidos da América, que foram, no fundo, a primeira grande tentativa de materialização da utopia europeia da modernidade, chamemos-lhe assim.

Postos estes prolegómenos, entremos nas definições de conceitos. O melhor processo para uma aproximação ao conteúdo das implicações presentes na ideia de modernidade será identificarmos as crenças dominantes associadas à visão que se sobrepôs à mundividência medieval. Elas são:

1. O universo é conheçível e o ser humano é senhor do seu uso.
2. Todos os seres humanos são livres e iguais.
3. O ser humano é perfectível.²

Anterior a todos esses axiomas, e servindo-lhes de suporte, embora eles sejam aceites como dados,³ está a crença de que o mundo é bom. A razão passa a ser a linguagem-ponte que permitirá harmonizar aqueles axiomas entre si.

Do primeiro resulta toda a legitimidade da ciência, da tecnologia e do capitalismo. Não será necessário entrar aqui em localizações históricas do surgimento dessas crenças, mas presumo estar a pisar terreno seguro apontando para o protestantismo como a marca mais forte dessa viragem (cf. Weber, 1989 e Merton, 1970). Na ciência, como em tudo o mais, o critério fundamental de verdade vai fundamentar-se na experiência e na razão, já não na autoridade nem na revelação.

² Devo a Cora du Bois o texto inspirador desta síntese, que tenho procurado desenvolver: «The dominant value profile of american culture» (Bois, 1972).

³ Os autores da constituição americana, um belo exemplo da tentativa de pôr em prática toda a mundividência da modernidade, chamaram-lhes «self-evident truths».

Do segundo axioma resulta a democracia, com os seus conflitantes ideais de liberdade e de igualdade em busca de harmonização, mas nem por isso menos fundamentais.⁴

Ao terceiro axioma está inerentemente associada a ideia de progresso e dela resultam todas as instituições destinadas a melhorar o ser humano e a torná-lo mais apto a usufruir dos bens viabilizados pelos axiomas anteriores. A educação, como meio de perfectibilidade, enquadra-se neste conjunto.

Atrás, disse subjazer a este tripé – ciência/tecnologia, liberdade/igualdade e progresso – uma valoração ética fundamental: o mundo é bom. Não no sentido rousseauiano, mas em contraposição à atitude da teologia cristã medieval, que considerava o mundo um lugar de passagem, capaz de pôr em perigo *o Outro Mundo, o Bom*. É sabido quanta influência a teologia protestante (a teologia das realidades terrestres) exerceu sobre a teologia católica, que precedeu a criação de um documento como a *Gaudium et Spes*, no Vaticano II. Quanto à origem protestante dessa atitude positiva em relação ao mundo material, basta recordarmos aqui a tese de Max Weber (1989) sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, nomeadamente os capítulos relativos ao surgimento do «ascetismo terreno» por oposição ao ascetismo voltado para o «Outro Mundo».

Se esta síntese consegue englobar os axiomas fundamentais da ideia de modernidade, será então altura de passarmos à de «pós-modernidade». Vou sugerir, e tentar argumentar devidamente, que esta última não é propriamente a substituição da mundividência moderna, mas uma tomada de consciência das limitações resultantes da implementação dos seus postulados. Na verdade, ao lermos Lyotard ou Foucault, Derrida ou Rorty, Habermas ou Baudrillard, fica-nos a sensação de que o edifício da modernidade não é destruído, mas as suas bases, que até há um século pareciam sólidas e inamovíveis, não assentam mais (aliás, não assentaram nunca, apenas se acreditou que assentavam) numa superfície inabalável. Todavia, o edifício não se desmorona só por nos apercebermos de que os seus alicerces têm limites. Mas será melhor irmos por partes, analisando um por um os axiomas da modernidade postos em causa pelo pós-modernismo:

1. Não mudou a atitude geral sobre a ciência. Cada vez mais desmembrada em novas subáreas, ela prossegue a sua busca de respostas sobre a constituição

⁴ A teoria da justiça proposta por John Rawls é a mais eloquente demonstração de que as grandes questões da ética contemporânea se resumem a uma harmonização dos princípios da liberdade e da justiça. Ver Rawls, 1971.

do universo. O saber continua a não ser posto em causa e, por todo o lado, poderíamos traduzir o discurso político, desde Obama a Marcelo Rebelo de Sousa, nesse conceito-chave de Francis Bacon: «knowledge is power». Os países desenvolvidos não substituíram as suas crenças na ciência e na tecnologia; aperceberam-se, simplesmente, de que os recursos naturais têm limites e o seu uso pode levar ao abuso e redundar em prejuízo dos próprios interesses humanos. As legítimas preocupações com a poluição, a clonagem, a contaminação do ambiente, as experiências com animais nos laboratórios, não constituem obstáculo nem argumento contra a ciência e a tecnologia, levantam apenas sérias questões pontuais sobre abusos.

2. Vejamos então o que acontece em relação ao segundo axioma. A liberdade continua a ser um ideal que se quer intocável, e uma considerável falange da humanidade exige mais atenção dos poderes a esse outro ideal, o da igualdade. Por mais defeitos que lhe queiramos pôr (lembremos a afirmação de Churchill, «a democracia é o pior dos regimes políticos, excetuando todos os outros»). Qualquer que seja a nossa posição sobre as teses de Fukuyama sobre o fim da História, não resta dúvida de que a democracia como regime político continua a não ser posta em causa e os arautos do pós-modernismo também não o têm feito. O que acontece é esta sensação de crescente dificuldade de conseguir harmonizar os princípios de justiça e de liberdade. Quer dizer, o segundo axioma continua intocável, embora hoje, graças a pensadores que vão de Marx a Foucault, tenhamos uma visão muito menos ingénua sobre as forças de poder que toldam a limpeza dos conflitos de harmonização. O século xx foi testemunha, e o presente milénio continua a sê-lo também, de tragédias resultantes da implementação desses dois princípios. Como muito bem disse Armand Petitjean, «o mundo está cheio de ideias europeias que se tornaram loucas» (Petitjean, 1986). Curiosamente, foi a morte de uma dessas «ideias europeias que se tornaram loucas» – o marxismo – que chamou a atenção para as consequências dramáticas dos outros postulados da modernidade. Outra, o nazismo, teve o seu impacto, mas não acelerou o pós-modernismo. A isso voltaremos adiante.

Antes de passarmos ao axioma seguinte, gostaria de frisar um pormenor relativamente à questão da igualdade, por a minha categorização não parecer acomodar devidamente a insistência pós-moderna na diferença, ou melhor, no direito à diferença. Do meu ponto de vista, essa continua ainda a ser uma luta

pela igualdade, mas aqui com um ajustamento semântico. Os movimentos pós-modernos de afirmação de minorias reclamam que seja estabelecida a sua diferença relativamente ao *mainstream*, que se lhes reconheça uma identidade própria para que melhor lhes seja reconhecido o direito à igualdade, que significa, afinal, uma igualdade de direitos nas sociedades em que vivem.

O terceiro axioma é, dos três, o que mais tem sido afetado, sem, no entanto, estar completamente posto em causa. Se a ideia hegeliana, positivista e marxista de História em contínuo crescimento é hoje encarada como uma utopia, os movimentos feminista, *gay*, verde, antirracista, anticolonialista e tantos outros prosseguem na sua confiança quase ilimitada no progresso da sua causa. O pós-modernismo tem entusiastas entre muitos membros desses grupos. A educação continua a ser um dos objetivos de todos os programas governamentais, e não conheço pós-modernista que ponha em causa a necessidade da sua existência. Pugnam, sim, por tipos de educação diferentes da institucional. Mas acreditam nela, no progresso e na perfectibilidade dos seres humanos.

Que conclusões práticas – ou pragmáticas, se quiserem – extrair do que atrás fica dito? Que, mau grado os abusos e os erros de algumas posições teóricas e práticas da Ilustração e dos construtores da modernidade, nós hoje interiorizámos mais profundamente do que nunca o núcleo duro dos valores da mesma modernidade: a liberdade e a justiça acima de tudo, com a democracia como seu garante, mas também o progresso, a crença na importância da ciência e da tecnologia. Temos, é certo, a consciência de que esses valores só são absolutos em teoria e que, na prática, a dificuldade está em harmonizá-los devidamente. O facto de isso ser um problema e de exigir lutas constantes não diminui em nada a nossa crença neles como ideais, por vezes inconscientes, das nossas atitudes coletivas no Ocidente de hoje. E creio que este aspeto é fundamental. Com efeito, as dificuldades em concretizarmos os ideais da modernidade não legitimam a sua rejeição, pois, no que a cada um de nós concerne, deles nunca abrimos mão quando se trata de defender os nossos direitos. Ora, num paradigma como o nosso, em que a religião recuou para a esfera individual, o diálogo e a negociação coletiva não podem recuar perante a evidência de que os direitos dos outros não são diferentes dos meus. Logo aí se inicia o processo de busca do equilíbrio entre as minhas liberdades e as liberdades dos outros, que é, no fundo, aquilo a que nós chamamos «justiça» e que John Rawls denominou *fairness*. Infelizmente, o nosso termo português «equidade» não capta a força semântica do termo inglês, pois *fair* é um adjetivo correntíssimo na língua inglesa e as crianças começam a usá-lo bem cedo, como demonstraram

muito bem psicólogos da estirpe de Lawrence Kohlberg, na pegada de Jean Piaget. O facto de na nossa língua não possuímos um termo equivalente não implica que não tenhamos o mesmo sentimento, apenas que o expressamos de maneira linguisticamente mais difusa.

Equidade, *fairness*, ou justiça como equilíbrio ideal entre liberdades, são tudo termos e expressões linguísticas que captam e condensam o resultado de uma longa caminhada humana de busca de uma fundamentação racional para o nosso viver em coletividade, algo que remonta a Confúcio e à sua Regra de Ouro e que o Antigo Testamento também integrou. Afinal, toda a história da ética tem sido uma longa caminhada de aperfeiçoamento dessa concepção, que em John Rawls atingiu a mais elevada expressão teórica no século xx. Atrevo-me mesmo a propor que o enorme apelo exercido pelo marxismo foi um reflexo da generalização desse sentido de *fairness* e que, não fosse o aparato ideológico em que Marx o fez assentar, teria sido infinitamente maior o número de simpatizantes dessa ideia. Por mais disputada que ela seja, a grande questão não está em serem os princípios da justiça e da liberdade as escolhas fundamentais e últimas dos seres humanos na hipotética «posição original», mas a de saber qual a prioridade entre as duas. Todavia, nenhuma delas é posta em causa. Afinal, é como se Robert Wright tivesse razão no seu livro *The Evolution of God* (Wright, 2009),⁵ ao pretender demonstrar que existe uma evolução cultural a acompanhar a evolução biológica e que ela é a da busca de uma moral, ou de uma regra ideal que permita a convivência entre todas as culturas. Seria impossível resumir aqui um livro de 500 páginas, mas a sua proposta é poderosa e oferece um diálogo da parte de alguém profundamente conhecedor da psicologia evolutiva, antigamente conhecida por sociobiologia.

Nesta linha de reconstrução, poderia ainda referir a argumentação, surgida do campo da epistemologia, assinada por Paul Boghossian, *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism* (Boghossian, 2006), que tão bem tem sido recebido pela crítica,⁶ sem receio afirmando, depois de cerrada análise, que o relativismo construtivista em matéria de verdade é incoerente. Citarei um último exemplo de

⁵ Wright escreve, resumindo a sua tese: «[...] I've suggested that there might be a kind of god that is real. This prospect was raised by the manifest existence of a moral order – that is, by the stubborn, if erratic, expansion of humankind's moral imagination over the millennia, and the fact that the ongoing maintenance of social order depends on the future expansion of the moral imagination, on movement toward moral truth» (Wright, 2009: 444).

⁶ Veja-se, por exemplo, a recensão que lhe fez Searle, 2009.

uma tentativa de avanço na prossecução dos ideais da modernidade: Susan Neiman e o seu *Moral Clarity: A Guide for Grown-Up Idealists* (Neiman, 2009), em que, na pegada de Rorty, se declara disposta a recuperar os ideais da modernidade que os pós-modernos deixaram nas mãos dos conservadores ao declararem, sem rodeios, a urgência de salvarmos os grandes ideais da Ilustração. A segunda parte do livro intitula-se mesmo «Enlightenment values», e a quarta e última parte do livro tem uma secção sob o título «Enlightenment Heroes». Escreve ela:

Os historiadores poderão continuar a discordar acerca da definição de Enlightenment, mas os filósofos que a usarem tomem precauções. [...] [As] pessoas que agem [...] em nome do Enlightenment partilham algo em comum com os fundamentalistas: um desejo de dignidade, uma urgência de escapar aos condicionalismos materiais que as amarram transpondo-as para um plano em que se sintam livres delas. Chame-se a isto idealismo. O desejo de mudar a ordem vigente provocado por uma ideia de algo melhor nunca foi confinado ao Enlightenment. [...] Parte da oferta de uma alternativa ao fundamentalismo implica fornecer uma defesa robusta da linguagem moral do Enlightenment – o fundamento sobre o qual assenta a cultura ocidental. É um estado de espírito que ainda está ao nosso alcance, se insistirmos em recuperá-lo⁷ (Neiman, 2009: 128).

Esta linguagem quase de manifesto enquadra-se e emerge em reação à alastrada sensação de fastídio a que conduziu o supercriticismo inoperante e imobilizante do pós-modernismo e da desconstrução. Quando um curso sobre a justiça como o de Michael Sandel, em Harvard, lançado em busca de aplicação concreta dos ideais de justiça e de liberdade, já atraiu 14.000 estudantes, isso é um indício não só nada desprezível, como até animador. A teorização pós-moderna, o *anything goes* de Paul Feyerabend, mal traduzido, provocou uma esterilidade de que urge fugirmos.

Tenho plena consciência de que a construção de um ideal não implica de modo nenhum a construção de nada real, mas a verdade é que sem aquela não se partirá nunca do sítio onde estamos. O marxismo apontava ideais, mas o seu erro foi fazer-nos crer que a sua utopia era inevitável, porque científica. Os ideais da modernidade são uma construção negociada e esforçada de vários milénios e são, feliz ou infelizmente, o melhor que neste momento se consegue. Apesar de todas

⁷ Tradução minha.

as suas limitações e dificuldades no momento de serem postos em prática, são a única esperança que nos pode fazer elevar um pouco o espírito do cinismo cético e ameaçador dos que, advogando a deserção, fomentam o domínio do *status quo* e do lado negro do mundo, que Thomas Hobbes tão visionariamente intuiu e que à nossa volta não poucos sociobiólogos querem aceitar como inevitável e justificador dos mais animalescos gestos agora tomados como perfeitamente naturais. Donald Trump é o mais visível exemplo desse espírito. É essa a luta que se nos impõe no prosseguimento da evolução cultural em que há milénios a humanidade embarcou.

Propus concentrar-me apenas numa questão de fundo a que procurei dar uma resposta teórica, não por querer acautelá-lo, mas porque uma boa justificação teórica traz sempre iluminação prática. A sabedoria estará em procurarmos avaliar cada situação, pesar as nossas decisões e fazer escolhas.

Preocupa-me a ideia, repetida em círculos vários, segundo a qual a época da moralidade terminou. Recentemente, ouvi uma afirmação desse teor da boca de uma respeitada figura da intelectualidade nacional. No entanto, o que irritava essa pessoa era a moral católica conservadora em matéria de sexualidade. Ora, ao rejeitar-se uma moral sexual conservadora não significa que se possa rejeitar a moral ou a ética. Por isso, prefiro usar sempre este segundo termo – «ética» – para evitar que, ao dizer «moral», as pessoas entendam que falo de «moralismos», o que nos países de tradição católica por vezes se refere apenas à matéria sexual. A modernidade não aboliu a ética porque os seres humanos continuam a ser os mesmos e são constantemente confrontados com situações de escolha de valores de que não podem fugir. O modelo empírico-racional que hoje estrutura a nossa mundividência moderna só cobre uma dimensão – importantíssima, é certo – da vida. Os valores pertencem a uma área da nossa vida que apenas parcialmente fica por ela coberta, como é o caso do valor da verdade, elemento fundamental na atividade científica. Os outros valores – a justiça, a liberdade, a tolerância, o progresso – não caem sob a sua alçada, visto pertencerem à esfera não racional das nossas vidas, o que não significa que sejam irracionais. São do domínio das emoções, e essas estão connosco a todo o momento. É esse o espaço inevitável da ética.

Para nós, ocidentais, e para os outros que aceitam também o projeto da modernidade, a ética capaz de responder aos problemas de sociedades plurais como as nossas tem de ser uma ética acordada democraticamente, por forma a integrar todos os interesses dos grupos envolvidos. Por isso, não pode ser uma ética ditada exclusivamente por um grupo, nem ditada por qualquer tradição religiosa.

Ela deve, aliás, integrar os interesses de todos os grupos religiosos. Por conseguinte, essa ética possível para os nossos dias gira em torno desses valores atrás apontados. Repito: sempre como ideais e, portanto, impossíveis de serem cumpridos na sua integridade; mas são um alvo, uma linha de rumo, uma luz ou um farol.

Estamos constantemente a tentar autocorrigir-nos por forma a podermos criar uma sociedade mais equitativa (*fair*) que permita o maior número de liberdades para o maior número de pessoas enquanto, para os demais cidadãos, se procura reduzir ao mínimo as más consequências desse arranjo pragmático e inevitável, sempre deficiente e suscetível de ser melhorado. A grande dificuldade está naquilo que Karl Popper denominou «o paradoxo da intolerância». Ao sermos tolerantes com os intolerantes, cometeremos um suicídio. E daqui não há que fugir. Por isso, há que sermos realistas. A lei tem de garantir a ética e o Estado tem de garantir a lei. Isso só se consegue com um Estado com instituições fortes. E nem assim teremos o futuro garantido. Veja-se o que se passa nos EUA e no Reino Unido atualmente. No final, vem sempre para a mesa a dolorosa conta: um Estado legal não se mantém seguro sem as costas seguras. Imaginem o que teria acontecido à Europa se os americanos não tivessem desembarcado na Normandia, ou se o êxito islâmico no derrube das Torres Gémeas tivesse conseguido alastrar a sua atividade. E é isto que a esquerda tem de aprender. Os valores são magníficos, mas não conseguem ser postos em prática fora de um Estado forte. A ética para uma sociedade global consegue elaborar-se teoricamente; todavia, na prática, nunca se sustentará por si. Não tem força. A força moral ou ética só funciona com quem aceita essa ética.

É esse, creio, o mais duro dos golpes que a minha geração, amadurecida no Maio de 68, no *hippie love* e nos Beattles, tem de enfrentar, bem como deixar de uma vez para sempre a crença *naïve* numa humanidade que ignorou Hobbes e acreditou piamente em Marx. Acabamos confrontando-nos com as duras leis da natureza, que não trazem nenhuma ética escrita. Somos nós que temos de estabelecer-lhe as regras, para que a natureza não se transforme numa selva.⁸ Caso para se dizer: dura realidade, mas realidade.

⁸ Sobre o conceito de «natureza humana», veja-se Almeida, 2012.

Bibliografia

- Almeida, O. T. (2012). O conceito de natureza humana: Breve revisão do debate contemporâneo. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 68 (4), 643-656.
- Boghossian, P. (2006). *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. Oxford: Clarendon Press.
- Bois, C. du (1972). The dominant value profile of american culture. In R. Shinn (ed.). *Culture and School. Socio-Cultural Significances* (76-80). San Francisco: Intext Educational Publishers.
- Merton, R. (1970). *Science and Technology in Seventeenth Century England*. New York: Howard Fertig.
- Neiman, S. (2009). *Moral Clarity. A Guide for Grown-Up Idealists* (revised edition). Princeton: Princeton University Press.
- Petitjean, A. (1986). L'Europe, continent de l'avenir. *Science Culture Information*, 14 de maio.
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Searle, J. R. (2009). Why should you believe it?. *The New York Review of Books*, 56 (14), 88-92.
- Weber, M. (1989). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Presença.
- Wright, R. (2009). *The Evolution of God*. New York: Little, Brown and Company.

Educação para um mundo melhor

Um debate em curso a uma escala global

Education for a better world: an ongoing debate on a global scale

João Costa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / joao.costa@medu.gov.pt / ORCID | 0000-0003-3058-2227
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_7

Resumo: As escolas preparam as crianças para empregos que ainda não foram criados, para tecnologias que não foram ainda inventadas, para resolver problemas que ainda não foram antecipados. Como tal, se os sistemas educativos não evoluírem, não alcançarão uma educação de qualidade para todos. Este não é um debate local, não é uma decisão que afeta apenas um país ou uma comunidade. A mudança é global e, por isso, promove a cooperação entre países na identificação do modelo de aprendizagem necessário para potenciar uma educação de qualidade. Esta mudança envolve um olhar ecossistémico sobre a educação – nenhum ator pode falhar. Uma estratégia de criação conjunta é fundamental. Estudantes preparados para o futuro devem ser agentes ativos na sua própria educação e na sua própria vida.

Palavras-chave: cooperação internacional; escolas; modelos de aprendizagem; coconstrução

Abstract: Schools prepare children for jobs that have not yet been created, for technologies that have not yet been invented, to solve problems that have not yet been anticipated. As such, if education systems do not evolve, they will not achieve quality education for all. This is not a local debate; it is not a decision that affects only one country or community. The change is global and, therefore, promotes cooperation between countries in the identification of the learning model needed to enhance quality education. This shift involves an ecosystemic look at education – no actor can fail. A joint creation strategy is essential. Students prepared for the future must be active agents in their own education and in their own lives.

Keywords: international cooperation; schools; learning models; co-construction

Enfrentamos hoje desafios sem precedentes – sociais, económicos e ambientais –, provocados por uma globalização em aceleração e por um muito mais rápido desenvolvimento tecnológico. Paralelamente, estas forças conferem uma miríade de novas oportunidades para o desenvolvimento humano. O futuro é incerto e não conseguimos predizê-los, mas é preciso estar disponível e preparado para esse futuro. As crianças que entram nos sistemas educativos em 2018 serão jovens adultos em 2030. As escolas preparam-nas para empregos que ainda não foram criados, para tecnologias que não foram ainda inventadas, para resolver problemas que ainda não foram antecipados. Aproveitar oportunidades e encontrar soluções

será uma responsabilidade partilhada. Temos a responsabilidade de educar estas crianças, tornando-as competentes, equipadas com o conhecimento, as capacidades, as atitudes e os valores que as tornam capazes de ser as construtoras de um futuro melhor. Estamos todos convidados a perguntar qual o melhor modelo de aprendizagem que ajudará os alunos a ter sucesso no desenho do mundo sobre o qual agirão.

Este não é um debate local, não é uma decisão que afeta apenas um país ou uma comunidade. A mudança é global e, por isso, todos temos impacto sobre todos. Estamos a viver desafios sociais de grande dimensão: a óbvia revolução tecnológica, com impacto sobre como obtemos, integramos e relacionamos informação, com consequências sobre como nos relacionamos uns com os outros e sobre como nos relacionamos com o próprio conhecimento. Há mais informação disponível do que alguma vez houve, mas isso não significa necessariamente que haja mais conhecimento. As rápidas mudanças sociais não criaram necessariamente um mundo melhor: as desigualdades cresceram e o bem-estar tornou-se um objetivo importante.

Nas escolas, tornou-se evidente que o bem-estar dos estudantes é não só um pré-requisito para a aprendizagem, mas também um objetivo dos sistemas educativos. Os alunos têm sucesso se aprendem, aprendem se se sentem bem, e aprenderam bem se estão capazes de promover o bem-estar dos outros. Porque este debate é sobre o bem-estar comunitário, promove a cooperação entre países na identificação do modelo de aprendizagem necessário para potenciar uma educação de qualidade. O projeto da OCDE «O Futuro da Educação e Competências 2030» agrega um conjunto alargado de países, com o objetivo de ajudar a encontrar perguntas para duas perguntas:

- De que tipo de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores vão necessitar os estudantes para ter sucesso e modelar o seu mundo?
- Como podem os sistemas educativos desenvolver esse conjunto de competências?

O projeto não impõe um currículo global, uniforme, ou metodologias universais. Providencia uma plataforma para uma compreensão global e para a cooperação no desenho de políticas educativas. Estudantes preparados para o futuro devem ser agentes ativos na sua própria educação e na sua própria vida. Ser agente implica um sentido de responsabilidade para participar no mundo e, assim, influenciar pessoas, eventos e circunstâncias para o que é melhor. Ser agente assenta no poder de modelar um propósito e identificar ações para o conseguir. Uma educação de sucesso implica preparar alunos para a resolução de problemas, aprendizagem

cooperativa e autonomia. Envolve desenvolver a capacidade de comunicar eficientemente, de promover o bem-estar, de integrar novos conhecimentos, de rejeitar uma visão utilitarista dos outros. O desenvolvimento destas competências não dispensa o conhecimento no sentido mais clássico. Pelo contrário, estas competências requerem conhecimento, mas este constrói-se sem o recurso único a rotinas de memorização. Avaliação formativa, metodologias ativas, trabalho interdisciplinar, trazendo o mundo real para dentro da sala de aula, são ingredientes nucleares para este objetivo de promoção de uma aprendizagem melhor e mais profunda.

A partir do projeto da OCDE «DeSeCO: Definição e Seleção de Competências», o projeto «Educação 2030» identificou três categorias adicionais: as *competências transformadoras*:

- *Criar novos valores*: é necessário pensar criativamente, desenvolver novos produtos e serviços, novos empregos, novos processos e métodos, novas formas de pensar e de viver, novas empresas, novos sectores, novos modelos de negócio e novos modelos sociais.
- Cada vez mais, a inovação não emerge de indivíduos que pensam e trabalham sozinhos, mas da cooperação e da colaboração que permitem criar um novo conhecimento a partir do conhecimento existente.
- *Reconciliar tensões e dilemas*: é hoje necessário pensar de forma mais integrada para impedir conclusões prematuras e reconhecer interconexões. Num mundo de interdependência e conflito, os indivíduos assegurarão com sucesso o seu bem-estar, o das suas famílias e das suas comunidades somente através do desenvolvimento desta segunda competência transformadora: a capacidade de reconciliar os seus próprios objetivos com as perspetivas dos outros.
- *Assumir responsabilidade*: lidar com a novidade, a mudança, a diversidade e a ambiguidade pressupõe que os indivíduos podem pensar autonomamente e trabalhar com os outros. De igual modo, a criatividade e a resolução de problemas requerem a capacidade para considerar as consequências futuras das ações de cada um, para avaliar o risco e a recompensa e para aceitar a responsabilização pelos produtos do trabalho desenvolvido. Isto sugere um sentido de responsabilidade e maturidade moral e intelectual, com o qual uma pessoa pode refletir sobre as suas ações e avaliá-las à luz das suas experiências e dos objetivos pessoais e da sociedade, à luz do que lhe foi ensinado e dito e do que está certo ou errado.

Quando se discute a educação a propósito destas necessidades e para encontrar respostas a estes desafios, facilmente se conclui que a inovação e a mudança não são objetivos, mas que são necessárias. Se os sistemas educativos não evoluem, não alcançarão uma educação de qualidade para todos. Os que ficam para trás assim continuarão, e as competências mais relevantes não serão desenvolvidas. Esta mudança envolve um olhar ecossistémico sobre a educação – nenhum ator pode falhar. Uma estratégia de criação conjunta é fundamental. Para ajudar a desenvolver o compromisso e a capacidade de ser agente naqueles que aprendem, precisamos não só de reconhecer a sua diversidade individual e o seu potencial, mas também de reconhecer que o conjunto mais largo de relações influencia a sua aprendizagem – os seus professores, os seus colegas, as famílias e as comunidades. Um conceito que subjaz a este modelo de aprendizagem é, portanto, o de «coconstrução» – as relações interativas de suporte mútuo que ajudam os alunos a progredir em direção aos seus objetivos. Neste contexto, todos devemos considerar-nos aprendentes, não apenas os alunos, mas também os professores, as escolas, os decisores políticos, as famílias e as comunidades. Se a aprendizagem está no centro, é crítico o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem.

Literatura e globalização

Literature and globalization

José Carlos Seabra Pereira

UNIVERSIDADE DE COIMBRA / jcseabrap@hotmail.com / ORCID | 0000-0002-9682-6645
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_8

Resumo: É insofismável que, se ao longo da história da humanidade sempre se verificou a compressão, em correlações ou confrontações desiguais, de culturas comunitárias diferentes, é na contemporaneidade pós-imperial, e exponencialmente na hodierna globalização, que alastram e se intensificam, tendendo a generalizar-se e a prevalecer, as situações de multiculturalismo, embora quase sempre se mantenham à margem de uma verdadeira relação intercultural. A cultura e, em particular, a literatura veem-se envolvidas na tensão, por vezes paradoxal, entre um vetor de «nacionalização» e outro de «globalização». A literatura vê-se também envolvida por outro vetor de interferência crescente: a apologia da cultura como exercício de cidadania constituiu-se em tema e lema incontornável.

Palavras-chave: cultura; literatura; multiculturalismo; sociedade

Abstract: It is unquestionable that, if the presence of different community cultures has always been observed in unequal correlations or confrontations throughout human history, it is in post-imperial contemporaneity, and exponentially in today's globalization, that multiculturalism spreads and intensifies, tending to become generalized and to prevail, although it almost always remains on the margins of a true intercultural relationship. Culture and, particularly, literature find themselves involved in the tension, sometimes paradoxical, between a vector of «nationalization» and another of «globalization». Literature is also involved in another vector of growing interference: the apology of culture as an exercise of citizenship was an unavoidable theme and motto.

Keywords: culture; literature; multiculturalism; society

Em torno das proteicas realidades nomeadas no título e do seu devir (a globalização que veio até nós no curso da sucessão kuhniana de paradigmas epistemológicos e praxeológicos, a literatura que está entre nós no curso periodológico dos Estilos de Época), proponho à reflexão uma questão ou um complexo de questões que releva evidentemente da problemática sociocultural.

Extravasando do âmbito individual do aprofundamento da consciência humana (sem o qual, é certo, não tem sentido falar-se de cultura, mas ao qual a cultura não pode ser confinada), trata-se da cultura em sua realização social. Aí, a consuetudinária oposição a *natureza* torna-se mais óbvia como via básica para delimitar conceptualmente *cultura*, quase sempre dada por equivalente a «aquilo que distingue os homens dos animais». Nesse sentido, e embora não devamos ignorar

o quanto de construção cultural já vem inerente ao que se entende por *natureza*, tende-se a designar por *cultura* a «compreensível totalidade» que abrange todos os aspetos da realidade social – diluída e diluente versão da conceção que ganhou grande voga em antropologia cultural, com sínteses tributárias daquela com que, em 1871, Edward Tylor procurava também uma integração superadora da intensão conceptual da *Kultur* alemã e da *civilisation* francesa: «that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society» (Tylor, 2016). Cultura vale, pois, como distinção coletiva – grupal, comunitária, nacional... –, quer para os que, como Tylor, dão maior ênfase ao horizonte de igualdade humana, quer para os que, como Franz Boas, embora considerando uma mesma natureza humana, põem a tónica na diversidade cultural.

Em visões e formulações mais amplexivas, e, por isso, mais atraentes como modelos das formulações da UNESCO e de organismos internacionais congéneres, grandes antropólogos da atualidade, tais como Clifford Geertz, definem cultura como

[...] an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about and attitudes towards life (Geertz, 1973: 89).

Sem se colocarem fora das fronteiras desta canónica redefinição antropológica e social – em que, pela vertente das *práticas simbólicas*, recuperamos inscrições, de Ernst Cassirer e outros, na história do pensamento, e em simultâneo subentendemos o protagonismo das artes e das letras –, autores empenhados em domínios mais delimitados e pragmáticos acentuam o matiz da projetiva construção da identidade comunitária; assim, para Sjoerd Beugelsdijk e Robbert Maseland (autores de *Culture in Economics*), a cultura reside em «those behavioral and ideational structures that are deemed essential to the constructed identity of a community» (Beugelsdijk & Maseland, 2011: 13).

Por outro lado, em visões e formulações mais fundacionais, mas não menos decisivas para a perspetiva a adotar, ao mesmo tempo, pela coerência de uma paideia humanista e pela eficiência de um projeto interventivo, a cultura deve ser estudada e atualizada enquanto rede de sistemas semióticos historicamente conformados e institucionalizados. Essa postulação é, em Omar Calabrese e outros, tributária das conceções que, desde meados do século xx, Juri Lotman e a Escola de Semiótica russa desenvolveram, de acordo com o axioma do vínculo placentário de todo o

pensamento à linguagem e, nela, à historicidade de uma língua: o Homem só vive em relação comunitária e, até, só pode pensar e agir graças a sistemas semióticos; o Homem realiza-se na relação com os *realia* e na relação com o(s) outro(s), através de processos de semiotização, viabilizados pela utilização de sistemas de signos e códigos, que constituem, para cada indivíduo, outros tantos modelizadores de presença no mundo e de relação com o mundo.

Trata-se, pois, de «sistemas modelizantes do mundo», com valência cognitiva, enquanto formas de representação do real, e com valência pragmática, enquanto programas de comportamento. Servido e condicionado por esses sistemas semióticos – «primários» (a decisiva «língua materna» e as outras línguas históricas naturais) e «secundários» (míticos, religiosos, filosóficos, morais, jurídicos, políticos, artísticos, etc.) –, cada indivíduo constrói certa visão do real e adota certo padrão de modos de estar e agir na vida de relação. Por isso, Lotman pode dizer que o conjunto desses sistemas, primários e secundários – com lugar de relevo para a literatura (semioticamente heterogênea, como toda a arte, mas primordialmente «arte em linguagem verbal») –, constitui a cultura enquanto herança não-biológica no interior de cada comunidade histórico-social. Acontece que, se sempre a literatura e a cultura foram experiências humanas situadas, aliás em devir por sucessivas recontextualizações, hoje elas realizam-se no âmbito do processo de globalização, num mundo caracterizado pela internacionalização mercantil, prolongando a sociedade de consumo sob a hegemonia predatória da lógica neoliberal do ter e do poder, numa pós-modernidade amnésica ou modernidade tardia (a «modernidade líquida», de que fala Zygmunt Bauman (2008), em que tudo é efêmero e descartável), mas também caracterizado pela sociedade do conhecimento e da informação (com centro propulsor no mundo da *Web*, onde não se mora, mas se viaja veloz e permanentemente) e pela multiculturalidade (matizado cenário de aquisições e riscos). No entanto, os efeitos dessa inserção num processo de globalização não são unívocos, pois defluem em concorrência com outros fenômenos e fatores de índole diferente, se não contrária. Desde os documentos sumulares dos grandes organismos internacionais até às ponderações dos mais notórios sociólogos e antropólogos culturais ou pensadores políticos (por exemplo, Philip Schlesinger, Ralf Dahrendorf, Anthony D. Smith, etc.), deparamos com este ponto de situação: a cultura e, em particular, a literatura veem-se envolvidas (desde a criação à difusão e desta à receção crítica e criativa...) na tensão, por vezes paradoxal, entre um vetor de «nacionalização» e outro de «globalização».

Por um lado, sobretudo, mas não apenas, em países de autonomização pós-colonial, há a atração e o investimento na língua originária e na genuinidade cultural, procurada num movimento de preservação e animação refontalizante das particularidades distintivas – motivações que favorecem tendências de regresso ao passado, de apego aos mitos fundacionais e às tradições comunitárias e até de pretensão de autossuficiência dos bens simbólicos «nacionais». E aí a literatura desempenha especial função, concretizando a tese de W. Benjamin de que ela é, por excelência, o lugar de memória e escrita onde emerge o discurso dos vencidos da História. Por outro lado, num fenómeno crescente que começou por ser visto como «americanização», busca-se ou assimila-se inelutavelmente estilos de vida idênticos em meridianos com antecedentes e ambientes muito diferentes, difunde-se uma cultura de massas apensa a um modelo de sociedade de consumo, de conhecimento tecnológico, de comunicação digital e audiovisual, propícia à prevalência de estereótipos internacionais e à emergência de novos «mitos» transnacionais.

Enfim, enquanto se entrecruzam pelo mundo as cinco correntes imparáveis da globalização – *ethnoscapes*, *technoscapes*, *finanscapes*, *mediascapes* e *ideoscapes* (Arjun Appadurai) –, o «imperativo comportamental inconsciente e inerente a todos os indivíduos» que é a «identificação» (Bloom, 1990) ganha dinâmica comunitária e nacional, ainda que possa remeter para uma «comunidade imaginada», na aceção de voluntarismo da comunhão histórica, conceptualizada por Benedict Anderson. Todavia, nesse mesmo contexto de globalização emerge a premência de retomar e reformular o ideal goetheano de «literatura universal»: do lado dos recetores qualificados, enquanto díspares e inconcludentes programas de *World Literature*, desde Franco Moretti a David Damrosch; do lado dos escritores, enquanto tendência para questionar em parâmetros internacionais o discurso oficial da identidade nacional e para romper com a submissão à correspondente tópica temático-formal da ficção literária; de um lado e do outro, afinal, atualizando de modo dilatado e multiplicado os exemplos históricos, da Península Ibérica à Europa Central, passando pelo Mediterrâneo, de «comunidades interliterárias» (segundo a conceptualização de Dionýs Durisin), idealmente integráveis no quadro de autêntica interculturalidade.

Nestes nossos dias de tensão desigual entre globalização e nacionalização (ou identificação comunitária), a literatura vê-se também envolvida por outro vetor de interferência crescente: a apologia da cultura como exercício de cidadania constituiu-se em tema e lema incontornável. Quando convicção fundamentada, e não mero *slogan* em voga, essa apologia tem por substrato – depois dos modelos de «conceção patrimonialista da Cultura» (saber e arte limitados às elites

económico-sociais, mais conservação do património) e de «democratização cultural» (cultura de massas, difusão cultural, intermediação por agentes entre arte e público, cultura como bem de consumo, com desenvolvimento imparável das indústrias culturais) – a passagem à conceção paradigmática de «democracia cultural»: redistribuição do poder cultural, cultura como fator de realização pessoal e de participação social, de crescimento emancipado dos indivíduos e de desenvolvimento integrado das comunidades.

Embora a melhor tradição humanista sempre tenha visado a *paideia* como processo educativo de integração na vida coletiva, não custa reconhecer a pertinência deste novo paradigma, que se manifesta e se legitima quer enquanto expressão das narrativas constituintes de determinado grupo ou comunidade (com suas tradições e práticas peculiares), quer enquanto expressão de nova sociabilidade congénita à vivência de uma cidadania ativa e criadora na diversidade cultural. Em qualquer caso, esse paradigma implica que, até com dimensão ético-social, o cidadão se veja como sujeito também criador de cultura e não apenas como objeto das políticas culturais e atividades culturais alheias, tal como possa discernir o seu papel interativo na dinâmica do respetivo campo de bens simbólicos (feita de competitividade e conflitualidade) e no âmbito da experiência literária (como autor, ou mediador, ou recetor capaz de responder aos direitos e possibilidades que os textos literários e sua apelativa indeterminação semântica lhe conferem com aquela sua estrutura de solicitação à resposta do leitor que Wolfgang Iser metaforizou em «leitor implícito»).

Entretanto, em tempos de globalização (quer do seu hegemónico entendimento neoliberal em perspetiva de primado do económico, quer dos movimentos alternativos em perspetiva de primado da justiça social), até uma atração realista pela catálise utópica – em sentido galvanizante de mito social soreliano – deve partir da vivência de cultura e, em particular, da literatura como eixo estruturante da identidade das comunidades locais e fator construtivo dessa identidade, mas simultaneamente deve visar a integração política da cultura no desenvolvimento do país. Para isso, tem de haver uma conceção estratégica sobre o papel da cultura nesse desenvolvimento, entendido tanto em sentido económico, como mais integradamente social – exigindo, por conseguinte, inserir a experiência literária no processo de qualificação de populações impreparadas para a sociedade do conhecimento e da consciência crítica, e exigindo formar cidadãos com capacidade de inovação. A cultura e, em particular, a literatura surgem e afirmam-se, então, como catalisadores do desenvolvimento económico e humano, não só potenciando as ações de proteção e valorização do

património cultural (local/regional) e proporcionando às populações o acesso aos bens culturais, mas sobretudo conduzindo-as ao reconhecimento das suas próprias práticas culturais e fortalecendo o seu horizonte de consciência crítica.

Mais do que a relação direta entre o sector das indústrias culturais e as receitas globais da economia, a cultura tem outra relação com o desenvolvimento local e regional, tendo vindo a dinamizar algumas zonas deprimidas e a aumentar a capacidade de atração dessas regiões (para as empresas e para os cidadãos). Não faltam exemplos – em Portugal, o Porto está a mostrar-se um dos casos paradigmáticos – de como políticas de descentralização da cultura e surtos de atividades em rede (com grande evidência para o campo literário) dão um contributo precioso para o combate à desertificação de certas localidades ou zonas, ajudando a reter, se não a atrair, populações jovens e qualificadas e diversificando superiormente a oferta turística. E se, no autorizado pronunciamento de Manuel Castells, as «redes» constituem «a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura» (Castells, 2012), a pressão contextual da globalização tem solicitado toda a espécie de aplicada transposição sociocultural do que em propostas político-económicas, alternativas ao sistema prevalecente na globalização neoliberal, se veio designando por «sistemas flexíveis» (*soft-systems theory*). A literatura tem aí papel inestimável a desempenhar enquanto manifestação e estimulação da inventiva e da criatividade do *Homo sapiens/ludens/faber*. Mas não o tem menos enquanto fator estético e fruitivo de consciência crítica, tanto mais quanto não minguam, sob o atual processo de globalização, os efeitos nefastos do *corporate multiculturalism*.

Enquanto nesse modelo de multiculturalismo empresarial o cultural se vê subordinado ao económico, no aproveitamento do que é diferente para o pôr ao serviço da globalização neoliberal, noutros entendimentos do multiculturalismo recusa-se essa subordinação, embora, por vezes, para se cair noutras subordinações a discursos ideológicos e intervenções políticas de ressentido emancipalismo. Seja como for, é insofismável que, se ao longo da história da humanidade sempre se verificou a presença, em correlações ou confrontações desiguais, de culturas comunitárias diferentes, é na contemporaneidade pós-imperial, e exponencialmente na hodierna globalização, que alastram e se intensificam, tendendo a generalizar-se e a prevalecer, as situações de multiculturalismo. Porém, mesmo quando regidas por protocolos de tolerância coabitacional, quase sempre essas tão publicitadas conjunturas de multiculturalismo mantêm-se à margem de uma verdadeira relação

intercultural ou até da atitude de descoberta ou construção, se não de afinidades, pelo menos de «diferenças não-indiferentes» (como diria F. Rosenweig).

É sob o signo do movimento, da circulação, da transformação, do devir, que a educação (também literária) para a interculturalidade (o reconhecimento da pluralidade das culturas e o «reconhecimento» dialógico das identidades outras nessa pluralidade) tem de ser pensada e realizada em tempos concomitante e tensionalmente marcados pelas implicações culturais da globalização e pelo impacto dos fluxos comunicacionais na nova Telépolis. Nenhuma análise inferencial e pragmática das situações de multiculturalismo e, sobretudo, nenhum projeto consequente de integração superadora numa formação para a interculturalidade podem esquivar-se às *Dimensões Culturais da Globalização* em que a cultura se realiza como fluxo ou como cruzamento de paisagens – as etnopaisagens, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens elencadas pelo já referido Arjun Appadurai.

Mas aquela integração superadora num processo de verdadeira interculturalidade – reconhecimento da pluralidade das culturas, compreensão dialógica das identidades outras nessa pluralidade, negociação empática em prol quer da conciliação e partilha das diferenças, quer da promoção de afinidades – é possível se for dada primazia à categoria de relação sobre a de substância e se, postergada qualquer perspectiva dominial de cultura, prevalecerem «as mestiçagens queridas e assumidas, estruturadas no diálogo, na hospedagem e na solidariedade, na vivência dinâmica e partilhada da própria autenticidade» (André, 2005) – inconfundíveis com mestiçagens predatórias, típicas do imperialismo passado e da globalização neoliberal hoje hegemónica. Esse processo vê, porém, sair-lhe ao caminho, uma e outra vez, o apelo da(s) «identidade(s)», historicamente justificado e antropológicamente irreduzível, mas propício a equívocos conceituais e a malfetorias cívicas. Para cumprir-se em construção interpessoal, social e ecuménica de justiça e paz, a ideia de identidade deve ser abordada como exemplo típico de conceito aberto (no sentido wittgensteiniano). Situada em contexto e historicidade, não só cada identidade deve, pois, ser considerada numa pluralidade de identidades, mas, desde logo, cada identidade (individual, grupal, comunitária) deve ser concebida como plural em si mesma e aberta, isto é, como sistema múltiplo, heterogéneo e interativo (com outros sistemas abertos). Em todo o caso, identidade(s) que, assente(s) na narrativa constituinte («É a identidade da história que faz a identidade da personagem» (Ricoeur, 2007)), se plasma(m) no devir dos tempos e se transforma(m) com o tempo, numa dinâmica dialógica de construção permanente, em processo contínuo de consciencialização da memória e das mediações epistemológicas, de negociação de

tensões consigo mesmo e com o(s) outro(s). Esse processo de identidade narrativa tem de ser tido primordialmente em conta no processo de educação intercultural – em que a língua é fator fundamental, tal como subsidiariamente a semiotização literária da língua, com especial eficácia de gêneros como o romance ou o drama cênico na comunicação de modos de vida identitários (enquanto a poesia sugere o desejo de ser que ainda não se pode dizer).

Ganha então especial relevância a escrita como gesto e discurso de hospitalidade – a escrita acalentada pelas humanidades e superlativamente atingida pela criação estético-literária. Como recentemente tive oportunidade de explanar, em «Prelúdio» de *O Delta Literário de Macau* (Pereira, 2015), toda a escrita é, de algum modo, registo de certo momento de uma identidade em processo, num devir de estabilização ou de crise. Mas a escrita literária revela-se, ao longo dos séculos e em todas as latitudes, um modo especial de dizer esse momento; e revela-se também um fazer ou refazer da sua contingência em processo de comunicação (e de autocomunicação). Assim, quer nos gêneros da «escrita do eu» (diário e memórias íntimas, epistolografia e narrativa autobiográfica, etc.), quer no endosso ficcional a personagens romanescas ou dramáticas, a literatura desde sempre figurou e reconfigurou trajetos de formação de identidades – individuais e comunitárias, grupais e nacionais –, fazendo sentir que isso envolve muito de história das relações da subjetividade ou da entidade coletiva com o seu mundo próprio e com o universo espacial e temporal dos outros seres e das outras comunidades.

Todas as individualidades e todas as comunidades vivem aí a passagem da ordem da natureza para a ordem da cultura; todas vão modelando o real de acordo com suas línguas e demais sistemas de signos, com a historicidade das mundividades, dos horizontes de saber e de crença, dos sistemas de valores e de comportamento; e todas prosseguem a redefinição das fronteiras do corpo ou território próprio e das interdependências existenciais, com um sentimento de continuidade temporal.

Embora o cuidado de definir conceitos de identidade e o interesse em explorá-los no jogo de forças dos indivíduos e das comunidades sejam típicos da modernidade, a vivência dessas identidades e o confronto com outras identidades atravessam toda a história do humano, sofrendo metamorfoses no processo de permanências e mudanças que lhe é inerente. Talvez também se deva pensar o mesmo em relação a outro aspeto que, no entanto, se foi tornando mais forte e mais consciencializado na era contemporânea: deu-se a erosão dos modelos identitários tradicionais e do seu discurso monológico com suposta base numa essência, e, em contrapartida, vem

prevalecendo a convicção da relatividade histórica e contextual das identidades, da sua natureza pluridimensional e da sua interdependência de outras identidades. Assim, sendo inegável que continua a fazer-se sentir a necessidade de «reconhecimento» em que se joga uma função identitária, confirma-se hoje o que talvez já pudéssemos ter lido nas representações e figurações literárias do passado, isto é, que o humano individual e coletivo, interpessoal e internacional, deriva sempre numa dialética de identidade e alteridade, de inclusão e exclusão, de estranhamento e acolhimento.

Mas a literatura mostra-nos mais: é nesse processo de confronto com o outro e com a sua diferença étnico-cultural e no debate sobre a exclusão ou o acolhimento dessa alteridade que o sujeito da identidade em causa se pode conhecer melhor. Reconhece-se então com outros contornos e profundezas, sente o apelo de outra autenticidade, transforma enfim a sua identidade em função do confronto ou encontro com o outro. Além disso, lendo sob nova luz essa literatura, daí ressalta que muitas vezes se trata da descoberta do «outro de si mesmo»: o abalo ou perturbação, que a aparente hiperidentidade do eu ou da comunidade sofre no encontro ou no confronto com o outro, gera condições propícias para aquela revelação do «outro de si mesmo». Aliás, pensando que a subjetividade se funda na distância da consciência de si, Levinas dizia que «o sujeito é hóspede e hospedeiro»: logo, o sujeito há de acolher o outro, porque desde logo tem de se acolher a si mesmo como um outro. Por isso, certa linha atual de renovação da leitura literária centra-se nessa relação de hospitalidade que abre a perspectiva da diferença e da sua compreensão vivencial – trazendo assim nova valorização do alcance antropológico da literatura como autointerpretação e imaginação simbólica do humano. Essa valência da antropologia literária reforça-se ainda porque muitos textos comprovam que os gestos e movimentos de reconhecimento e de hospitalidade buscam e motivam gestos e movimentos de reciprocidade. E comprovam que, mesmo quando falta essa reciprocidade, os ganhos de autoconhecimento e autoacolhimento podem proporcionar e acalantar processos de resiliência das identidades fragilizadas, feridas, prostradas. Podem motivar recuperações de autoconfiança e superar situações adversas à realização das potencialidades de cada homem ou de cada povo.

A interculturalidade verifica-se em situações de interação dialógica entre duas ou mais culturas diferentes em processos de mistura existencial, de mestiçagem simbólica, de crioulização semiótica dos lotmanianos sistemas modelizantes do mundo (em especial entre esses sistemas semióticos primários que são as línguas

históricas naturais, mas também entre os sistemas semióticos secundários das artes, etc.), de modo que se perdem traços específicos de uma(s) cultura(s) e se assumem traços de outra(s) cultura(s). Esses processos encontram operadores principais no ritual e na pretensão epistêmica de cognição verdadeira e de mundividência justificada que é inerente a cada cultura, desde que compatibilizada com a comunicação entre as representações do mundo, de modo a encontrar semelhanças, complementaridades e incompatibilidades, no pensamento mítico-simbólico, isto é, os núcleos míticos (sob a forma de arquétipos, personagens, narrativas) e os conteúdos simbólicos (que ainda não acedem ao discurso do *logos*, mas podem manifestar-se na arte e na literatura) que constituem o horizonte da linguagem, da comunicação, do *ethos* e da identidade das diferentes culturas. Aliás, entre os núcleos mítico-simbólicos, que também são núcleos ético-míticos, podem revelar-se homologias de cultura para cultura; e não escasseiam testemunhos que mostram ser mais viável através das artes e da literatura buscar-se partilha e gerar-se comunhão no plano de uma rede mítico-simbólica do que através do confronto discursivo no plano de uma rede lógico-conceptual.

Atendendo ao valor do ritual como experiência humana, mais ou menos remanescente dos precedentes primitivos, com dimensão sacrocosmogónica e efeito intencional de regeneração refontalizante, que reatualiza em secularização lúdica mas gregária os arquétipos e os mitos, e corresponde à base antropológica da arte (jogo, símbolo e festa, lembrou Gadamer; encenação e rito, reensinou W. Iser para a literatura), é de crer que a maior produtividade intercultural será atingida em festivais, em fóruns, em cinema, música, pintura e literatura, em *performances* de dança e teatro, etc.

A par da disposição afetiva para a concórdia, no diálogo intercultural é decisiva a consciência atuante de que a identidade compósita e o percurso narrativo de cada comunidade cultural implicam um perspectivismo na historicidade que determina a incompletude epistemológica de todas as culturas (cada uma delas aquém de uma visão completa e incontestável da realidade) e exige a superação da antinomia entre universalismo e particularismo por um «cosmopolitismo da humildade» (contrário quer ao cosmopolitismo da diversão e da ostentação de *fin de siècle* e *Belle Époque*, quer a um cosmopolitismo pedagógico da impaciência neocolonizadora).

Como ponderou Rui Torres a propósito de Salette Tavares,

Num tempo de convergências e interdisciplinaridades, a Poesia Experimental [...] torna-se fundamental bússola, guiando os novos leitores

da geração digital na sua experiência líquida, resistindo, de novo, à contingência do banal» (Torres, 2006).

Este é apenas um dos vetores, e sem dúvida o mais prospetivo, da intensa intermedialidade que caracteriza a prática e a comunicação literárias de hoje. A transferência ou a comutação dos *media* como suporte de inscrição expressiva e canal de comunicação estética atrai escritores com longo trajeto de escrita, mas abertos à reconversão dos seus recursos, e naturalmente capta a preferência dos criadores juvenis – como comprovam fenómenos análogos a essa autêntica atualização cibernética, no Brasil, do processo da «geração do mimeógrafo» nas *fanfic*, sistema digital de literatura juvenil *in progress* ao jeito da *fanfiction* antes desenvolvida nos Estados Unidos.

A emergência de novas formas de discurso, sustentadas por novos instrumentos e práticas de mediação, tem feito despontar novas retóricas, mas também novas barreiras e inibições. Por outro lado, a adoção de alternativas à literacia tradicional tem contribuído de forma visível para que esta se encontre em vias de degeneração – num processo que pode ser de perda descontrolada, mas também de conquista de novas oportunidades, num ambiente de mudança sociológica que evolui de paradigmas formalistas e mecanicistas para paradigmas orgânicos e contextualistas.

O incremento de novos processos na construção e/ou partilha de saberes na produção literária (as «comunidades de prática», constituídas sobretudo na Internet, mas não só, e os blogs, mas sobretudo os polos individuais e institucionais de ciberliteratura e os centros de estudos como o que Rui Torres conduz na portuense Universidade Fernando Pessoa, com seu Arquivo Digital da Literatura Experimental Portuguesa) constitui grande desafio e grande oportunidade oferecida pela era da globalização. Mas, ao mesmo tempo, adquirir literacia nos nossos dias não é apenas aprender a codificar e decodificar as linguagens dos novos *media*, é também interiorizar, pela ação e pela interação, as culturas nas quais esses novos *media* se inscrevem, sem as contrapor ao papel da cultura humanística. Aliás, as humanidades podem oferecer um pregnante contraponto à globalização mercantil e à tarda modernidade evasiva, na medida em que denunciem, desde a publicidade à televisão, fatores como a perda dos padrões da linguagem, a redução vocabular, a utilização de estereótipos comunicativos, a performativização da universidade, e podem até contrariar a exploração evanescente dos mecanismos da tecnologia da informação; de um modo e de outro, podem desempenhar papel decisivo no delinear de um caminho intercultural. Contudo, para tal será necessário que as humanidades – os seus criadores e os seus estudiosos – se orientem por princípios

de resistência cultural, de consciência crítica e de primado das línguas maternas e de outras línguas históricas naturais. Ora, é na semiotização literária da linguagem que esta encontra o seu espaço de plenitude funcional (como ensinou E. Coseriu); e na «language as the home of human life» (Northrop Frye) os textos literários têm efetivamente desempenhado papel preeminente na formação humana, na educação linguística e na educação estética dos jovens, em particular, e de todos os escalões etários.

Por outro lado, para preservar e reativar o valor gnoseológico e ético, cultural e cívico, mesmo ou sobretudo em parâmetros pós-coloniais (como ensinou Edward Said no póstumo *Humanism and Democratic Criticism* [Said, 2004]), o exercício contemporâneo das humanidades tem naturalmente de se pôr em equação com a sincronia e o meridiano geo-etno-socio-cultural de cada contexto de realização, mas com uma bifocal visão da circunstância, isto é, sem ignorar os vetores característicos desse lugar e tempo, mas também sem deixar de reagir – se necessário segundo reconversão *ad hoc* do princípio da «não-contemporaneidade dos contemporâneos» (Ernst Hans Gombrich) – perante a pós-modernidade como tempo do triunfo das indústrias culturais, da publicidade, do simulacro, do pastiche, do *kitsch*, etc., e contra a amnésia histórica, o relativismo axiológico, o desencanto ideológico, a amálgama estética e a trivialização dos objetos artísticos no quotidiano da mesma pós-modernidade.

Entretanto, para importantes pensadores da sociologia cultural, atravessamos um período de hipermodernidade, que na criação literária de fronteira (e nos estudos que a ela se dedicam) parece querer avocar a designação de «hipercontemporâneo» – e que, sob esse lábaro sem labéu, se manifesta em vias como a *slam poetry* norte-americana (por exemplo, In-Q/Adam Schmalholz e outros filiados na corrente da *spoken poetry*, mas ampliados pelo digital e a Internet) ou a *e-poetry* brasileira.

Sem sairmos do «mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível», que, pensando «o mal-estar da pós-modernidade», Z. Bauman chamou «modernidade líquida» (Bauman, 2008), para caracterizar o sentido conjuntivo das mudanças sociológicas e culturais da época que J.-F. Lyotard definira como «pós-modernidade», vemo-nos confrontados com variantes que levaram G. Lipovetsky a alterar o quadro de inteligibilidade e a subordiná-lo à denominação e conceptualização de *Os Tempos Hipermodernos* (Lipovetsky, 2011). A partir dos anos 80, situar-nos-íamos, pois, na hipermodernidade, caracterizada por hiperconsumo, hipernarcisismo (psicológico e corporal), hipercapitalismo e hiperindividualismo. Essa hipermodernidade traduz-se numa cultura do excesso, da

desencantada apetência de sempre mais, em que todas as coisas se tornam intensas e urgentes; nela e nos seus fatores contextuais o movimento é uma constante e as mudanças ocorrem em ritmo quase esquizofrénico, determinando um tempo febricitante votado à efemeridade e à fungibilidade, no qual a flexibilidade e a fluidez aparecem como tentativas de resposta subjetiva. É nesse contexto que no campo artístico e nos estudos literários se tem proposto o termo taxonómico «hipercontemporâneo», com pretensão seminal de categoria periodológica.

Seja como for, sem se erigir em requisito contra os malefícios e ardis da sociedade técnico-industrial, nem se deixar converter em suplemento de alma compensatório perante a monótona desolação do quotidiano no mundo tecnoburocrático, o discurso das humanidades pode desejar-se frente voluntariosa de defesa da liberdade e dignidade humanas, no plano das ideias e no das práticas, no plano axiológico e ético e no plano político e social. Assim não se confiscará, mas também não se submeterá nem a extrapolações infundadas nem a esquematismos redutores, o inigualável alcance semântico-pragmático dos «mundos possíveis» ficcionais, mundos concebíveis, factuais ou contrafactuais, criados pelo Homem imaginante na literatura (Antonio Blanch, Tomás Abaladejo Mayordomo), em perspectiva histórica e em âmbito antropológico e ético. Assim, no coração das *litterae humaniores* (coração, por seu turno, da formação para a interculturalidade), a literatura – com os seus múltiplos códigos genológicos e outros programas arquitecturais, com os seus sucessivos padrões estilístico-periodológicos, com a pregnância das suas técnicas de composição estrutural, dos seus versáteis procedimentos retórico-estilísticos e dos seus processos de plena atualização funcional das potencialidades das línguas – continuará a representar e a figurar as motivações e feições de todos os problemas da vida, do Homem, da sociedade e da cultura, e tem posto em jogo todas as facetas de bestialidade ou de idealidade humanas, desde a literatura edificante à literatura maldita, desde a literatura idílica à literatura trágica.

Porque é inigualável meio de liberdade do Homem como ser de linguagem e de imaginação simbólica, porque é prática discursiva que condensa a «cultura antropológica» e a «cultura cultivada», porque carrega inigualável significado histórico e social, a literatura afigura-se inscrição insuperável do que Bhabha chama «resistência da ambivalência», realização incomparável do que Glissant chama «poética do diverso» e «poética da relação» – prisma que refrata o que Abdallah-Preteceille chama «valor exponencial da realidade» com vivência ficcional da alteridade na diversidade romanesca do quotidiano.

Para o Portugal que já em Camões, máxima consciência e arte poéticas do primeiro processo de mundialização, experienciava e pensava essa protoglobalização como paladino da civilização cristã europeia (ou, finalmente, do cristianismo como destino do mundo) e, ao mesmo tempo, como herói coletivo de uma gesta única de reconhecimento – na relação da consciência eurocêntrica com o outro oriental, constituindo-se pelo que reconhecia nos outros em novo modo de estar no mundo, tornando-se criadora de linguagem própria e desbravadora de saída, até dar voz não censurada ao outro –, uma faceta nem sempre atendida na sua pertinência para o avanço da lusofonia na interculturalidade é a das escritas emergentes, de autores migrantes ou filhos de migrantes em países com outras línguas e culturas hegemónicas (Onésimo Teotónio Almeida nos Estados Unidos da América, Manuel Carvalho no Canadá, etc.), tributárias de estratégias discursivas e recursos poéticos ou narrativos que, sendo peculiares da pós-modernidade, se revelam vivencialmente «adaptados a novos contextos socioculturais que, por seu turno, constroem novas formas de cosmopolitismo, distante da exceção e do elitismo social e artístico» primonovecentista. No dizer de Ana Paula Coutinho Mendes, essas

formas estéticas da heterogeneidade encontram nos contextos diaspóricos um espaço privilegiado de desenvolvimento e, pelo menos num primeiro momento, representam uma réplica potencialmente libertadora de binarismos de raiz e alcance identitários, tais como: nacional/estrangeiro; fora/dentro; aqui/lá; diferente/igual; autêntico/bastardo; centro/periferia; indivíduo/comunidade (Coutinho, 2009).

Em meu entender, porém, o valor propiciatório da relação com a literatura no âmbito de um projeto intercultural só se otimiza quando a relação de conhecimento com a literatura se realiza numa perspectiva de antropologia literária (polarizando as aporções da psicocrítica e da mitocrítica, da ecocrítica e da sociocrítica, da imagologia e da narratologia, da comparativística e dos estudos interartes). Primeiro, pelo que esta disciplina supõe na sua base de estudo do valor antropológico das estruturas mais seminais da criação literária: antes mesmo dos conteúdos semânticos dos textos literários, a literatura é já prática simbólica enquanto ritual e jogo, enquanto projeção do imaginário e encenação do fictício, enquanto discurso e estesia. Depois, na expressão léxico-gramatical, fónico-rítmica, ótico-grafemática, prosódico-versificatória, retórico-estilística e técnico-compositiva dos seus temas e motivos, dos seus símbolos arquetípicos e mitos, das suas situações e personagens, a literatura figura as grandes características e tendências do Homem,

os seus instintos e pulsões, os seus desejos incoercíveis e as suas aspirações ideais, os seus investimentos ideológicos e os seus horizontes de crença, em suma, as tensões da natureza humana e as contingências da sua historicidade.

A modernidade estético-literária conheceu os ganhos do envolvimento com aquela narrativa do progresso própria do império da racionalidade científica e pragmática e sustentou o dissídio com os custos da correspondente modernidade sociológica na sociedade urbana e industrial, na sua transformação em sociedade de consumo e de massa, nomeadamente na resposta irónica do alto Modernismo e na resposta disruptiva das Vanguardas à perda da aura do criador artístico e da obra literária às mãos dos mecanismos típicos da reprodutibilidade técnica (W. Benjamin). Em tempos de pós-modernidade ou de hipermodernidade, a arte literária vive em envolvimento e dissídio com o processo de globalização, com os seus tropismos de normalização, estereotipização e trivialização – e há de saber recriar-se e agir contra os engodos dos novos meios de reprodutibilidade alienante, recusando ser uma literatura sem Prometeu nem Epitemeu, lembrada da paideia fenomenológica e existencial que em *Nome de Guerra* (1938) Almada Negreiros nos ministrou: «Ninguém pode escolher o que connosco se passa até à chegada da nossa consciência».

Bibliografia

- André, J. M. B. A. (2005). *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*. Coimbra: Ariadne.
- André, J. M. B. A. (2012). *Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem: O Diálogo Intercultural nas Ideias, na Política, nas Artes e na Religião*. Coimbra: Palimage.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Teorema.
- Bauman, Z. (2008). *Amor Líquido*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Benjamin, W. (2006). *A Modernidade*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Beugelsdijk, S. & Maseland, R. (2011). *Culture in Economics*. New York: Cambridge University Press.
- Bloom, W. (1990). *Personal Identity, National Identity and International Relations*. New York: Cambridge University Press.
- Cassirer, E. (1960). *Ensaio sobre o Homem*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Cassirer, E. (2001). *A Filosofia das Formas Simbólicas: A Linguagem* (vol. 1). Rio de Janeiro: Martins Fontes.

- Castells, M. (2012). *A Sociedade em Rede* (4.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Clifford, J. (1988). *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge: Harvard University Press.
- Clifford, J. & Marcus, G. E. (1986). *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Coutinho, A. P. (2009). *Lentes Bifocais – Representações da Diáspora Portuguesa do Século XX*. Porto: Afrontamento.
- Durisin, D. (1989). *Theory of Interliterary Process*. Bratislava: Slovak Academy of Sciences.
- Durisin, D. (1993). *Communautés Interlittéraires Spécifiques: Notions et Principes* (vol. 6). Bratislava: Académie Slovaque des Sciences.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Lipovetsky, G. (2011). *Os Tempos Hipermodernos*. Lisboa: Edições 70.
- Negreiros, J. de A. (1938). *Nome de Guerra*. Lisboa: Europa.
- Pereira, J. C. S. (1992). *Para (Re)Definir e Ensinar Literatura*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa (Sep. de *Máthesis*, 1).
- Pereira, J. C. S. (2015). *O Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Pereira, J. C. S. (2019). *As Literaturas em Língua Portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-Même comme Un Autre*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (2007). *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Rosenzweig, F. (1982). *L'Étoile de la Rédemption*. Paris: Seuil.
- Said, E. W. (2004). *Humanism and Democratic Criticism*. New York: Columbia University Press.
- Silva, V. A. e (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Torres, R. (2006). *Transposição e Variação na Poesia Gráfica e Espacial de Salette Tavares*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Tylor, E. B. (2016). *Primitive Culture* (vol. 1). Mineola: Dover Publication.

O boom latino-americano

Fenómeno literário global

The Latin American boom: a global literary phenomenon

António Mega Ferreira

INVESTIGADOR E ESCRITOR / megaferreira@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_9

Resumo: O boom literário latino-americano ergue-se como um dos primeiros grandes exemplos de internacionalização transcontinental de uma sensibilidade e expressão literárias que, nunca se tendo constituído em movimento artístico, foram como tal apresentadas. Foi uma espécie de *tsunami* cultural que, entre 1967 e 1976, cavalgou os catálogos das editoras europeias e norte-americanas, invadiu as primeiras páginas das revistas literárias, e até da imprensa generalista, e gerou um movimento global de interesse pela literatura americana escrita em espanhol, tendo o seu epicentro não na América Central e do Sul, mas em Barcelona. Escritores como Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez visavam libertar a narrativa sul-americana de espartilhos convencionais, trazendo à luz do dia o fervilhar de diversas culturas unidas por uma língua comum, o espanhol.

Palavras-chave: boom latino-americano; literatura; mercado editorial; realismo mágico

Abstract: The Latin American literary boom stands as one of the first great examples of transcontinental internationalization of literary sensitivity and expression, which, having never been an artistic movement, was presented as such. It was a kind of cultural tsunami, which, between 1967 and 1976, ran through the catalogues of European and North American publishers, invaded the front pages of literary magazines and even the generalist press, and generated a global movement of interest in American literature written in Spanish, and having its centre not in Central and South America, but in Barcelona. Writers such as Mario Vargas Llosa and Gabriel García Márquez sought to free the South American narrative from conventional corsets, bringing to light the bustle of diverse cultures united by their common language, Spanish.

Keywords: Latin American boom; literature; publishing market; magic realism

No início dos anos 90 do século passado, começou a generalizar-se a palavra «globalização» para designar um movimento de capitais e de pessoas que, como as duas décadas seguintes viriam a demonstrar, não era um simples modismo mediático usado frivolumente para designar qualquer coisa sem consequências. Sobrevivendo à aceleração do tempo histórico, a palavra passou, já no nosso século, a designar uma imparável transformação dos mecanismos do sistema capitalista praticamente em todos os países do mundo e a conversão do planeta inteiro num gigantesco mercado de bens e de serviços. Este mercado global é hegemónico por

um punhado, hoje bastante alargado, de empresas, conglomerados e organizações cujo campo de ação ignora as fronteiras administrativas dos Estados e leva até às últimas consequências a uniformização de hábitos de consumo e de processos de produção, assentando em três ou quatro princípios que as teorias económicas e sociológicas têm vindo a identificar. E é claro que nada disto podia ter acontecido se não fosse a revolução das outrora chamadas «novas tecnologias de informação», que hoje podemos identificar quase completamente com a Internet e os seus derivados. Diz-se Internet e, por antonomásia, é na globalização que pensamos.

O caso da história literária é cronologicamente anterior ao início da globalização. Não dependeu, para o seu desenvolvimento, do recurso às novas tecnologias nem implicou movimentos sociais e económicos estruturais nas sociedades onde deitou raízes. Mas ergue-se como um dos primeiros grandes exemplos de internacionalização transcontinental de uma sensibilidade e expressão literárias que, nunca se tendo constituído em movimento artístico, foram como tal apresentadas, distribuído e comercializado por um centro de produção deslocalizado em relação aos lugares originais da sua criação. Claro que os mecanismos que hoje sustentam a chamada economia global nada têm que ver com aqueles que levaram a esse movimento de internacionalização de uma forma de expressão artística: nem os contextos são semelhantes, nem os mercados funcionam da mesma forma, nem as formas de produção são idênticas. Mas, em certa medida, e por analogia, é cómodo usarmos a expressão «fenómeno global» para abordar o *boom* literário latino-americano, que emergiu nos anos finais da década de 1960 e se afirmou durante uma década, tornando-se, a seguir, um dos mais importantes marcos da criação literária ocidental na segunda metade do século xx.

O *boom* foi uma espécie de *tsunami* cultural que, entre 1967 e 1976, cavalejou os catálogos das editoras europeias e norte-americanas, invadiu as primeiras páginas das revistas literárias, e até da imprensa generalista, e gerou um movimento global de interesse pela literatura americana escrita em espanhol. O movimento teve o seu epicentro não na América central e do Sul, onde tinha as suas raízes e a sua razão de ser, nem na Cidade do México ou em Buenos Aires, verdadeiras capitais culturais da América Latina, mas em Barcelona, por impulso, gosto e visão de um poeta e editor, Carlos Barral, e de uma agente literária, Carmen Balcells. Barral tinha uma política editorial: «queria demonstrar que a língua abarca todo o território de fala hispânica, a mancha de que fala Carlos Fuentes, e procurava no Chile, no Paraguai, no Uruguai, na Colômbia [...]. Era o editor das duas margens [do oceano]» (Rosa Regàs *apud* Ayén, 2014: 234). Para dar corpo à sua visão,

Carlos Barral dispunha de um instrumento privilegiado: a editorial Seix Barral, um negócio de família, da qual se tornou o principal animador em finais da década de 1950. Desde o início dos anos de 1960 que Barral vinha a dar atenção aos escritores latino-americanos: em 1963, publicara o livro de estreia de Vargas Llosa, *A Cidade e os Cães*, que muitos consideram o verdadeiro momento zero do *boom* latino-americano; e, no ano seguinte, editara um escritor que se manterá marginal ao *boom*, o cubano Cabrera Infante, embora tenha também beneficiado da exposição internacional da sua geração. Um a um, os nomes que hoje reconhecemos como protagonistas desta novela literária, Carlos Fuentes, Manuel Puig, José Donoso, Julio Cortázar, vieram a entrar no catálogo da Seix Barral.

Por seu lado, Carmen Balcells era uma mulher determinada, que acreditava no sucesso das suas intuições literárias e que foi capaz de construir uma rede de apoio e de promoção dos escritores hispano-americanos praticamente sem equivalente em qualquer outro mercado editorial. Importou do mercado anglo-americano a figura do agente literário, muito pouco comum na vida editorial europeia, que partia do pressuposto bastante razoável de que os autores têm mais em que pensar do que nos seus interesses materiais imediatos. E pôs-se a representar escritores atraídos pela sua eficácia negocial e pela atenção pessoal com que acompanhava a vida, tantas vezes difícil, dos que se propunha agenciar. Com isso, acabou por alterar definitivamente a relação entre os autores e os editores, à escala global.

Barral e Balcells, que além do mais eram amigos, foram determinantes na criação daquilo a que depois se convencionou chamar o *boom* latino-americano. Mas a vontade de duas pessoas chega para detonar uma tal explosão mediática e comercial? A verdade é que não é por acaso que Barcelona se torna, sobretudo na década de 1970, a capital do *boom* latino-americano. Para aí tinham convergido, a partir de meados da década anterior, numerosos escritores latino-americanos, atraídos pelo ambiente cultural descontraído e contestatário dos anos finais da ditadura franquista, mais visível na sempre revolucionária e inconformada Barcelona do que na circunspecta e institucional Madrid. Nesses anos 60 e 70, Barcelona tornou-se uma incubadora da nova literatura hispano-americana. Para usarmos uma imagem mais próxima de nós, podemos dizer que a capital da Catalunha foi então a Silicon Valley do *boom* latino-americano. Mas é verdade que sobretudo a Europa se transformara durante essa década de 1960, e de tal forma, que estava, por assim dizer, madura para acolher um fenómeno exterior ao seu discurso cultural até então dominante, essencialmente eurocêntrico. Viviam-se os anos pós-coloniais, que tinham chamado a atenção para identidades africanas

e asiáticas; era a época do Maio de 1968 e dos anos seguintes, que marcavam o questionamento dos equilíbrios sociais gerados pelo pós-guerra. Foi nesses anos que a Europa se pôs em causa e que oscilaram os dispositivos identitários hegemónicos do nosso continente. Por ironia histórica, a afirmação de outras identidades políticas e culturais vai ser estimulada pela própria cultura que se punha em causa. Afirmar a diferença dos outros tornou-se, nesses anos, uma forma indireta e porventura não deliberada de afirmar a superioridade própria: «O alcance das produções literárias latino-americanas e a hegemonia cultural do ocidente que formata esse alcance são, por isso, duas faces da mesma moeda», escreve a investigadora Margarida Borges (2011: 6).

Mas porquê Barcelona? Quando García Márquez ali chegou, em finais de 1967, já por lá andavam Vargas Llosa, Carlos Fuentes, José Donoso. Tinham como padrinho o escritor espanhol Juan Goytisolo e, claro, os incontornáveis Barral e Balcells. Tornaram-se amigos e o *boom* durou o que duraram essas amizades de exílio, cimentadas por uma simpatia patente pela Revolução Cubana, pela enorme cumplicidade literária que lhes vinha das leituras comuns e pela vontade individual e coletivamente assumida de mudarem a face da literatura americana escrita na língua de Cervantes. Por isso, também, o *boom* não foi uma escola, nem um movimento, nem sequer uma sensibilidade comum; foi, antes de mais, como escreveu, em síntese feliz, o historiador do *boom* Xavi Ayén:

Uma amálgama apaixonada e vital em que tudo se mistura: é uma explosão de boa literatura, um círculo apertado de amizades profundas, um fenómeno internacional de multiplicação de leitores, uma comunidade de interesses e ideais, um fecundo debate político e literário, tudo salpicado por dramas pessoais e lampejos de alegria e felicidade (Ayén, 2014: 11).

Que se tenham reunido, física e intelectualmente, numa cidade que era a capital editorial da Espanha, país berço da língua de escrita por eles utilizada, foi uma coincidência relativa (também foi por causa disso que eles para lá foram); essa coincidência ajudou a fazer eclodir o movimento.

Antes de se transformar em marca global, em estratégia de *marketing* e em operação comercial, o *boom* foi uma oportunidade gerada por um produto literário de superior e singular qualidade. Em termos de perceção pública internacional, o *boom* alicerçou-se no sucesso imediato que acolheu a publicação, em 1967, de uma obra fantástica, torrencial, inclassificável: *Cem Anos de Solidão*, do colombiano Gabriel García Márquez. O mercado editorial português viria a descobrir o

boom com alguns anos de atraso: a obra-prima de García Márquez só conheceria edição portuguesa em 1971, mas, ao longo dessa década, foi Mario Vargas Llosa que recolheu as preferências dos editores e, aparentemente, também do público português. O livro de García Márquez só conheceria segunda edição seis anos depois da primeira, ao passo que os do seu amigo peruano somavam sucessivas edições. Apesar disso, se o produto corporizado no romance de García Márquez não se tivesse revelado tão sensacionalmente adequado à expectativa do público, quase de certeza não teria existido *boom* latino-americano: foi a qualidade do produto percebido como fundador que ajudou a criar o negócio. Foi a âncora da operação e o seu produto-estrela.

No plano da história literária, no entanto, o *boom* latino-americano nem sequer começa aí, mas alguns anos antes, com a publicação de obras marcantes de escritores como o peruano Mario Vargas Llosa (*A Cidade e os Cães*, em 1963), o argentino Julio Cortázar (*Rayuela: O Jogo do Mundo*, em 1963), o mexicano Carlos Fuentes (*Aura*, de 1962) ou o próprio García Márquez (*Ninguém Escreve ao Coronel* é de 1961). Com o correr dos anos, García Márquez e Vargas Llosa tornar-se-iam os maiores ícones desta emergência da narrativa hispano-americana. Como admitiu Carmen Balcells muito mais tarde, Vargas Llosa foi o seu primeiro representado, mas García Márquez é que lhe trouxe o sucesso. Acresce que García Márquez foi viver para Barcelona em finais de 1967, vindo da Argentina, espavorido pelo fulgurante sucesso comercial e popular do seu extraordinário romance – e pela perda de privacidade daí resultante. O livro tinha sido publicado em Buenos Aires no verão desse ano, numa primeira tiragem de 8000 exemplares, o que era risco e aposta no mercado sul-americano. Mas a verdade é que, antes mesmo de sair, publicitado por escritores como Carlos Fuentes e Vargas Llosa, que já o tinham lido e saudado como obra fundadora de uma nova visão literária latino-americana, a edição já estava colocada, por força dos pedidos vindos de todo o país (Martin, 2009: 334). A primeira tiragem esgotou-se em poucas semanas. Mas, sem a decisão pessoal de García Márquez, essa vontade de mudar de continente e de ir viver para Barcelona, o *boom* não teria sido o mesmo. Balcells tomou conta de Gabo, como tomara conta de Vargas Llosa. Foi ela quem fez dele uma estrela de primeira grandeza, quase instantaneamente, em toda a Europa e, mais tarde, no determinante mercado norte-americano, onde o colombiano se tornou, da noite para o dia, um sucesso mediático.

Com a indispensável ajuda de Carlos Barral, Balcells tornou García Márquez e Vargas Llosa chefes de fila de um fenómeno que alastrou como mancha de

óleo, também porque souberam chamar a si outros escritores latino-americanos de primeiro plano, entre os quais José Donoso, Carlos Fuentes e Álvaro Mutis. A emergência deste grupo de escritores de talento iluminou ainda a obra de alguns dos seus mais respeitáveis precursores, do argentino Jorge Luis Borges, que só na década de 1960 começara a ser conhecido internacionalmente, ao cubano Alejo Carpentier, do guatemalteco Miguel Angel Asturias, que já era reconhecido, mas ainda não célebre (ganhara o Prémio Nobel em 1967) e do paraguaio Augusto Roa Bastos ao uruguaio Juan Carlos Onetti. De uma forma ou de outra, todos eles reconheceram, nessa altura e mais tarde, que o *boom* latino-americano tinha o seu principal iniciador no mexicano Juan Rulfo, o qual publicara, em meados da década de 1950, dois livros caracterizados pela clara rutura com práticas literárias convencionais e com o casticismo tradicional na ficção sul-americana. O impulso inovador respondia àquilo que Alejo Carpentier profetizara no seu célebre discurso ao Congresso de Escritores e Artistas Cubanos, o primeiro depois da Revolução, realizado em Havana, em agosto de 1961: «Tudo parece indicar que quando este continente despertar se apoderará do que resta do século xx» (Carpentier, 1971a: 80). De facto, no meio século seguinte, cinco escritores hispano-americanos viriam a receber o Prémio Nobel: Miguel Angel Asturias, Pablo Neruda, García Márquez, Octavio Paz e Vargas Llosa.

Essa primeira geração do *boom*, impulsionada pela Revolução Cubana, e, na década seguinte, pelo triunfo da Unidade Popular no Chile, veio inscrever-se precisamente nesse despertar de que falava Carpentier através de uma forma nova e de novas preocupações, entre as quais avultavam a experimentação de processos narrativos inovadores (todos tinham lido Kafka, Proust, Faulkner e Joyce), a consciência política e a atenção ao social. A sua intenção de intervir na sociedade era perceptível, mas apenas como subtexto de uma narrativa mais ambiciosa: o que os escritores promovidos pelo *boom* visavam era libertar a narrativa sul-americana de espartilhos convencionais, trazendo à luz do dia o fervilhar de diversas culturas unidas por uma língua comum, o espanhol. Isto é: tornar universal a percepção da diferença do subcontinente de fala hispânica. Essa diferença foi formulada, num primeiro momento, através da nomeação do «real maravilhoso» americano, pelo cubano Alejo Carpentier, noção que posteriormente viria a ceder o lugar à de «realismo mágico», rótulo que se aplicou (e ainda perdura) ao colombiano Gabriel García Márquez.

Se a publicação de *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo, em 1955, deu o tiro de partida remoto para aquilo que viria a ficar conhecido como «o *boom* latino-americano»,

bem pode dizer-se ser ao cubano Alejo Carpentier (1904-1980) que se deve a primeira abordagem prática e teórica daquilo a que ele mesmo chamou o «real maravilhoso» latino-americano. Carpentier formulou a sua primeira aproximação ao «real maravilhoso» em 1949, teoricamente no prefácio do seu romance *O Reino deste Mundo* e praticamente no corpo da narrativa, uma fascinada digressão por episódios históricos do Haiti no final do século XVIII e princípio do século seguinte.

Carpentier era suíço de nascimento, de ascendência francesa (pelo pai) e russa (pela mãe), mas, transplantado para Cuba ainda na primeira infância, tornou-se um dos mais importantes escritores cubanos do século XX. O resultado da observação das ruínas do reino negro criado outrora por escravos sublevados daquela colónia francesa foi a matéria do seu primeiro grande romance, *O Reino deste Mundo*,¹ que viria a publicar em 1949. Carpentier tinha a noção de que, com esta obra, estava a lançar os alicerces de uma maneira nova de encarar a realidade sul-americana, ao mesmo tempo que contribuía para renovar a novelística tradicional, muito presa ao «realismo fotográfico» (como diz o cubano pós-*boom* Leonardo Padura), que a tornava um subgénero menor da narrativa europeia. Por isso mesmo, fez anteceder a primeira edição do seu livro de um prólogo, no qual descrevia o real maravilhoso latino-americano em termos tais que, para lá de o texto ser em si mesmo uma peça teórica de primeira importância na história literária do subcontinente, acabava por funcionar como um verdadeiro argumento teórico cuja ilustração prática se seguia no corpo da narrativa. Esse prólogo, cuja melhor parte viria a ser retomada e reproduzida no ensaio «Do real maravilhoso americano» (Carpentier, 1971a: 99-119), assenta as bases do seu pensamento literário:

Pela virgindade da paisagem, pela formação, pela ontologia, pela presença fáustica do índio e do negro, pela revelação que constituiu a sua recente descoberta, pelas fecundas mestiçagens que propiciou, a América está muito longe de ter esgotado o seu caudal de mitologias. Mas o que é a história de toda a América senão uma crónica do real maravilhoso? (Carpentier, 1971b)²

¹ Edição portuguesa comercialmente disponível em tradução de Manuel J. Palmeirim (Carpentier, 2011). Neste texto, todas as referências são extraídas da primeira edição em Portugal, tradução de Carlos Grifo Babo (Carpentier, 1971b).

² Mario Vargas Llosa aproxima esta ideia do real maravilhoso como epifania latino-americana da projeção mítica e utópica que os primeiros europeus ali chegados fizeram sobre o continente a

Carpentier via longe e visava com justeza. Mas tivera razão antes do tempo, quer porque era uma voz isolada a pregar num quase deserto povoado por vulgaridades, quer porque lhe faltavam os apoios editoriais e promocionais capazes de transformar a sua doutrina e a sua obra num fenómeno internacional. A emergência do *boom*, quase 20 anos depois, iria assinalar a transformação da noção de «real maravilhoso» e a sua operacionalização em termos de *marketing* e de história literária.

De facto, deve-se ao colombiano Gabriel García Márquez, por obra e graça do seu romance *Cem Anos de Solidão*, publicado em 1967, a criação involuntária de um mito literário, a que a crítica e os média se apressaram a chamar «realismo mágico». É certo que García Márquez nunca rejeitou explicitamente a etiqueta, que apareceu colada à sua carreira literária, mas a verdade é que o fizeram chefe de fila de um movimento que nunca o chegou a ser, mas que promoveu a receção, fora do subcontinente, do real maravilhoso tipicamente caribenho, de que falara em primeiro lugar Alejo Carpentier, em 1949.

Se alguma utilidade a noção de «realismo mágico» ainda conserva é a de definir os limites geográfico-culturais de uma maneira de encarar e praticar a literatura de ficção; vale, sobretudo, como uma categoria temporalmente determinada da história literária do século xx, se nela não se quiser meter tudo e mais alguma coisa, desde que seja «estranho», «exótico» ou pretensamente «mágico». Porque, num primeiro momento (e os ecos deste equívoco ainda hoje se mantêm), tendeu-se a assimilar todos os escritores hispano-americanos a esta imprecisa forma de arrumar uma literatura que nos era estranha, mas que remetia, pela sua própria indefinição, para um vago território poético de almas penadas e milagres profanos, que se julgava definirem uma maneira de ser e de estar radicalmente nova. Borges e García Márquez, Carpentier e Cortázar, apareceram metidos no mesmo saco, quando eles representam e incarnam formas bem diversas de abordagem da realidade e da ficção. Para já não falar do cubano Guillermo Cabrera Infante, cujo trabalho de reinvenção da linguagem falada em Havana atingiu o seu apogeu com *Três Tristes Tigres*, dado à estampa em Barcelona no mesmo ano em que era publicado *Cem Anos de Solidão*. É verdade que, com o tempo, a etiqueta esbateu-se, mas isso foi porque se foram alargando as fronteiras conceptuais e geoculturais que a justificavam: para os que ainda hoje consideram a noção de «realismo mágico» operatória, escritores como Salman Rushdie, Patrick Süskind, Angela Carter,

descobrir: «a nossa literatura edificou uma América Latina de ficção à altura do paradigma que nela viram os primeiros europeus aqui desembarcados» (Vargas Llosa, 2010a: 29).

Toni Morrison, ou mesmo José Saramago, Lídia Jorge, João de Melo e até Hélia Correia, reconduzem-se aos seus territórios (cf. Branco, 2008).

Para o que aqui nos interessa, aceitaremos a designação de «realismo mágico» para caracterizar, ainda que de forma muito aproximativa, a ficção que se produziu tendo por espaço de representação o território hispano-americano situado a norte do equador, entre a Colômbia e o México, em torno do vasto mar do Caribe (ou das Caraíbas, como tradicionalmente dizemos em Portugal). E tomaremos como sua génese

O fosso entre os sistemas de crenças (*belief systems*) de dois grupos muito diferentes de pessoas. Aquilo que para um habitante do chamado Primeiro Mundo é mágico (uma mulher que ascende ao céu, fantasmas que voltam à terra, padres que levitam, ciganos que se diluem numa mancha de alcatrão) é real e irrelevante para o habitante do chamado Terceiro Mundo. Para mantermos a simetria, aquilo que para os habitantes do Terceiro Mundo é mágico (as dentaduras postiças, os ímanes, os filmes, o comboio, o gelo) é real e irrelevante para o habitante do chamado Primeiro Mundo (Hart, 2010: 3-4).

Podemos dizer, para simplificar as coisas, que a ficção de García Márquez é realista e é mágica, conforme a procedência cultural e geográfica do leitor. A sua arte está em ter tornado estas categorias interpenetráveis, contaminando-se uma à outra de tal forma que, por fim, não sabemos o que é real e o que é mágico – e o nosso sistema de crenças é posto em causa. Na longa entrevista que concedeu ao seu confrade e amigo Plínio Apuleyo de Mendoza³ (Apuleyo de Mendoza, 2005), o escritor comenta da seguinte forma a ideia de que os seus leitores europeus veem nos seus romances a magia, mas ignoram o que neles é realidade: «o seu racionalismo impede-os de ver que a realidade não termina no preço dos tomates e dos ovos». E, adiante, concluindo uma lista de exemplos de acontecimentos extraordinários que fazem parte do quotidiano latino-americano:

Conheço simples gente do povo que leu *Cem anos de solidão* com muito prazer e com muito cuidado, mas sem surpresa nenhuma, pois no fim e ao cabo não lhes conto nada que não se pareça com a vida que eles vivem (Apuleyo de Mendoza, 2005: 63).

³ Plínio Apuleyo de Mendoza foi embaixador da Colômbia em Portugal, de 2003 a 2007.

García Márquez era natural de uma cidadezinha próxima do litoral norte da Colômbia, o que significa que era *costeño* de origem e que a ela se manterá fiel ao longo de toda a sua obra, marcando distâncias com a tradição *cachaca*, andina e planáltica, que é o ambiente de Bogotá, cidade para onde foi estudar aos 13 anos, mas à qual nunca se habituou. O *costeño* pertence a uma cultura mestiça, avessa ao formalismo e à retórica herdada da cultura castelhana, muito presente na capital:

No Caribe, ao qual pertence, misturou-se a imaginação transbordante dos escravos negros africanos com a dos nativos pré-colombianos e depois com a fantasia dos andaluzes e o culto dos galegos pelo sobrenatural (Apuleyo de Mendoza, 2005: 89).

Sobre este território *costeño* habitado por espectros e lendas para a recordação já longínqua das guerras entre conservadores e liberais que assolaram a Colômbia praticamente sem interrupção desde meados do século XIX. O avô Márquez era, aliás, um coronel veterano da causa liberal e terá estado na origem do interesse persistente do escritor por esse passado histórico traumático, do qual fará emergir a figura paradigmática do coronel Aureliano Buendía, em função do qual se articula a saga familiar de *Cem Anos de Solidão*.

Foi no México, e durante uma viagem para Acapulco, que lhe ocorreu a frase que viria a ser o início de *Cem Anos de Solidão*: «Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que o pai o levou a conhecer o gelo» (García Márquez, 2016). A frase tornar-se-ia quase instantaneamente um dos mais célebres princípios de romance da história da literatura ocidental; nesse dia, diz a lenda, teve o efeito de o levar a dar meia volta e voltar para a Cidade do México, onde começou a escrever febrilmente o romance. Mas o seu biógrafo oficial, Gerald Martin, corrige esta informação dada pelo próprio García Márquez. Segundo ele, a viagem continuou até Acapulco, embora, preso de uma excitação criativa febril, o escritor quase não tenha ligado à mulher e aos filhos durante aquele período de férias (Martin, 2009: 310-311).

Seja como for, *Cem Anos de Solidão* conta a fundação, a ascensão e a queda da pequena povoação de Macondo, situada algures na província de Magdalena, ainda distante do mar, mas banhada por um rio «de águas transparentes que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos

pré-históricos» (García Márquez, 2004: 11).⁴ Mas a história do lugar é contada através de sete gerações que começam com os fundadores José Arcadio Buendía e Úrsula Iguarán, que eram primos, e se prolongam até ao último rebento da estirpe, o azarado Aureliano, filho de Amaranta Úrsula e Aureliano Babilónia, que violam o interdito da consanguinidade, porque ela era tia dele, embora não o soubessem. O filho que engendram, o pobre Aureliano, nasce com um rabo de porco tal como previra o cigano Melquíades, depositário do segredo da família. Este Melquíades, figura omnipresente que faz as vezes de mago e de sábio, foi o introdutor em Macondo das maravilhas do progresso: os ímanes, o óculo de longo alcance, a lupa, o astrolábio e, até, o laboratório de alquimia, tudo coisas que incendiaram a «imaginação desaforada» de José Arcadio, o primeiro da estirpe, fundador do lugar e seu principal dinamizador. Mas Melquíades é também o autor meticoloso, por antecipação, da crónica da família Buendía, e a decifração dos seus manuscritos escritos em sânscrito permite a Aureliano Babilónia, pai do último Aureliano, perceber finalmente que a sua é a última florescência da árvore familiar. Seis gerações depois do primeiro José Arcadio, com a morte do último dos Aurelianos, extingue-se a família e a razão de ser de Macondo.

A figura tutelar que atravessa o romance é a fundadora Úrsula Iguarán (o mesmo apelido da mãe de García Márquez), que vive mais de 100 anos e preside à sucessão de desastres, desacatos e desencontros através dos quais se perpetua e consome a família Buendía. É a ela que cabe, nas suas próprias palavras, ser «a voz da razão de uma família de loucos» (García Márquez, 2016). Mas a personagem fundamental do livro é a figura enigmática e extraordinária do coronel Aureliano Buendía, um dos três filhos da matriarca, o herói vencido de 32 levantamentos militares e singular veterano que desiste da política para se meter em casa e dedicar o resto da vida a um ofício doméstico. Conta García Márquez:

Teve dezassete filhos varões de dezassete mulheres diferentes, que foram exterminados, um após outro, numa única noite, antes de o mais velho fazer trinta e cinco anos. Escapou a catorze atentados, a setenta e três emboscadas e a um pelotão de fuzilamento. Sobreviveu a uma dose de estricnina no café que teria chegado para matar um cavalo [...]. Chegou a ser comandante-geral das forças revolucionárias, com jurisdição e poder de

⁴ Frase retomada para caracterizar o rio que atravessa a sua Aracataca natal, *ipsis verbis*, na sua magnífica autobiografia *Viver para Contá-la* (García Márquez, 2004).

uma fronteira à outra e o homem mais temido pelo Governo, mas nunca permitiu que lhe tirassem uma fotografia. Declinou a pensão vitalícia que lhe propuseram e viveu até à velhice dos peixinhos de ouro que fabricava na sua oficina de Macondo (García Márquez, 2016).

Este retrato em duas penas surge por volta da página 80 do romance e introduz a longa secção em que se relata a vida militar aventureira de Aureliano Buendía, declinada em evasões mirabolantes, caminhadas sem rumo, decisões táticas inesperadas e feitos extraordinários, como o da tomada de Macondo à frente de uma milícia de mil homens. O coronel é uma espécie de rebelde sem causa, terçando armas mais por fidelidade a um destino do que por força de uma convicção. E quando finalmente se cansa, assinado o armistício que põe termo à guerra e frustrada uma tentativa de suicídio que teria aquietado o seu espírito torturado, regressa a casa e remete-se ao silêncio dos seus trabalhos de ourives, longe do fragor das batalhas e da imprevisibilidade dos caminhos. Tal qual o avô de García Márquez, também ele coronel retirado e entregue à arte da ourivesaria que aprendera na infância.

O enorme e imediato sucesso de *Cem Anos de Solidão* apanhou García Márquez de surpresa. Anos depois, consideraria que havia na sua vida um antes e um depois, e que grande parte do depois fora gasto a tentar esquecer o romance que escrevera, de tal forma ele lhe tornou a vida insuportável. A chave do sucesso do romance bem pode residir no estilo que García Márquez adotou para contar a história de Macondo e da família Buendía. As suas primeiras obras eram escritas num estilo conciso e objetivo, muito visual, trazido da sua intensa prática jornalística, das suas leituras de Hemingway e da sua cinefilia militante, mas «em *Cem anos de solidão* precisava de uma linguagem mais rica para dar entrada a essa outra realidade, que concordámos em chamar mítica ou mágica», contou ele a Plínio Apuleyo de Mendoza (2005: 101). A inspiração desse estilo, que é de enorme fluidez narrativa, os efeitos de escrita remetidos para um segundo plano, porque afogados na sucessão encadeada de acontecimentos extraordinários (a escrita aparece-nos quase como um efeito da realidade contada), encontrou-a García Márquez numa memória de infância: era assim que a avó contava as suas histórias. García Márquez fez de *Cem Anos de Solidão* «uma história linear onde com toda a inocência o extraordinário [entra] no quotidiano» (Apuleyo de Mendoza, 2005: 124). Esta focalização no quotidiano é o que o conduz a essa «exuberante enumeração de objetos materiais que dá ao mundo ficcional de García Márquez uma textura barroca sensual, ornamental, dinâmica, teatral», observou a especialista Lois Parkinson Zamora (2010: 39).

E acrescenta: «o seu realismo é barroco por natureza e a magia do seu realismo deriva de uma visão da realidade que é, no essencial, barroca» (Zamora, 2010: 41).

Em todo o mundo ocidental, o sucesso de crítica e comercial quase instantâneo de *Cem Anos de Solidão* revelou um filão a explorar por agentes e editores. Raras vezes um único título de um só autor provocou uma tão desenfreada corrida à edição de um tão grande número de autores, pouco ou nada conhecidos até então: José Donoso, Alfredo Bryce Echeñique, Sergio Pitol, Jorge Edwards, provavelmente nunca teriam passado as fronteiras dos seus países próprios, quando muito do subcontinente sul-americano, se não fosse a verdadeira epifania que, para milhões de leitores e milhares de editores e críticos, constituiu a leitura do romance de García Márquez. Mas o colombiano não estava só: desde o primeiro momento, o seu sucesso foi acompanhado pelo de um outro seu contemporâneo, o peruano Mario Vargas Llosa, que se registou a partir do momento em que entrou na carteira de representados da influente Carmen Balcells.

Quando começou a escrever *A Cidade e os Cães*, Vargas Llosa tinha 22 anos; quando o deu para publicação, tinha 26. Estreara-se na edição, entretanto, com um curto volume de contos, *Los Jefes*, que chamara a atenção da crítica e recebera mesmo um prémio literário. Mas foi *A Cidade e os Cães* (Vargas Llosa, 2010b),⁵ editado em Barcelona pela Seix Barral, em 1963, que o afirmou decisivamente como romancista. Numa nota em forma de prólogo à reedição de 1997, Vargas Llosa escreve:

Para inventar a história, tive primeiro de ser, em criança, um pouco de Alberto e um pouco do Jaguar, um pouco do serrano Cava e do Escravo, cadete do Colégio Militar Leoncio Prado, miraflorentino do Bairro Alegre e vizinho de La Perla, no Callao.

Quer dizer: teve de se meter na pele das principais personagens do romance para conseguir escrevê-lo. Nada de mais para um jovem que fora efetivamente cadete do colégio militar, que era serrano de origem, natural de Arequipa, cidade da cordilheira ocidental dos Andes, a sueste de Lima, e transplantado para a muito circumspecta capital do Peru, onde foi habitante do bairro de Miraflores. Vargas Llosa estava nos seus elementos ao escrever *A Cidade e os Cães*. Mas os seus elementos, a instituição militar que frequentou e a cidade, digamos, civil, na qual cresceu, estão presentes no romance com uma tal força evocativa, que são eles o

⁵ Há edição portuguesa disponível: Vargas Llosa, 2010c.

núcleo da tensão narrativa que com mestria e emoção Vargas Llosa administra nesta obra singular.

A Cidade e os Cães é, numa leitura de primeiro nível, uma poderosa denúncia da instituição militar, cujos tiques e taras se acham reproduzidos na vida do Colégio Leoncio Prado. Mas é também, como reverso, a descrição de como os adolescentes submetidos a uma disciplina cuja lógica os transcende e cujos fundamentos em boa parte desconhecem constroem, para sobreviverem, um mundo de relações perversamente modeladas sobre as do mundo dos adultos – e a verdadeira fonte da violência narrativa do romance vem daí, porque uma tal visão alternativa da realidade das representações sociais era inovadora na literatura hispano-americana. Ninguém tentara antes, com tão desencantada visão, fazer o processo da culpa das vítimas ou, ao menos, da sua responsabilidade na reprodução dos mecanismos repressivos. Ninguém ousara, além disso, denunciar a adolescência como uma idade cruel, bem distante do estereótipo da inocência e da despreocupação com que os jovens machos latino-americanos eram literariamente tratados. Com justeza, Carlos Fuentes assinala que, neste microcosmo que é o Colégio Leoncio Prado, «ser livre é também ser adulto e ser adulto, na imaginação do adolescente, é expor-se ao perigo e mostrar-se forte» (Fuentes, 2011: 277).⁶ O roubo, a mentira, a delação, a sujeição, a prepotência, a fraude e o engano são, assim, os instrumentos com que os jovens cadetes se preparam para a vida e julgam afirmar a sua liberdade.

Como toda a sua geração, e as personagens dos seus primeiros romances refletem isso mesmo, Mario Vargas Llosa começou por ser esquerdista, simpatizante das ideias marxistas, ativo no apoio à Revolução Cubana e, em Barcelona, tornou-se companheiro e amigo de García Márquez. Boa parte do cimento que permitiu a formação do grupo de Barcelona residiu precisamente no entusiasmo com que todos os membros do grupo acolheram, inicialmente, a Revolução Cubana. Depois, já nos anos 70, Vargas Llosa cortou com Cuba e, por extensão, com o progressismo revolucionário e zangou-se com García Márquez, sem reconciliação, embora a rutura, com toda a probabilidade, nada tenha que ver com o indefetível apoio do colombiano a Fidel Castro. O motivo foi menos nobre, talvez um terrível ataque de ciúmes de Vargas Llosa, a quem alguém meteu na cabeça que García Márquez se aproximara de Patricia, sua mulher. A relação teve um epílogo dramático num dia de fevereiro de 1976, na Cidade do México, em que Vargas Llosa pôs um olho

⁶ O capítulo dedicado por Fuentes à primeira fase da novelística de Vargas Llosa (Fuentes, 2011: 275-290) é um dos mais notáveis do seu importante estudo.

negro a García Márquez, incidente que este não deixou de fixar, para memória futura, em fotografia bem-humorada, reproduzida à saciedade. Xavi Ayén, o autor da melhor história do *boom* latino-americano, afirma que, simbolicamente, o *boom*, que começara nove anos antes, terminou nesse dia.⁷

Vinte e oito anos depois de ter consagrado Gabriel García Márquez, a Academia sueca distinguiu Mario Vargas Llosa com o Prémio Nobel da Literatura. O prémio tardou tanto que muitos admiradores do escritor peruano já pensavam que o retrato de Vargas iria adornar a ampla galeria dos que não-receberam-o-Nobel, sobre a qual trona, impassível, o olhar cego de Jorge Luis Borges. Mais: o espaço de tempo, quase três décadas, que mediou entre o prémio de García Márquez e o de Vargas Llosa não faz justiça ao papel que um e outro tiveram na emergência desse fenómeno mediático, literário e comercial que foi o *boom* latino-americano. Em rigor, talvez o prémio de 1982 devesse ter sido partilhado entre os dois, coisa que não agradaria a nenhum deles, porque, embora ao mesmo tempo, foi por vias muito diferentes que eles se afirmaram como os dois mais poderosos e bem-sucedidos narradores hispano-americanos da sua geração, a geração que protagonizou o momento da internacionalização da narrativa sul-americana, o seu momento global num mundo que ainda nem sonhava com a globalização.

Bibliografia

- Apuleyo de Mendoza, P. (2005). *O Aroma da Goiaba*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ayén, X. (2014). *Aquellos Años del Boom*. Barcelona: RBA Libros.
- Borges, M. (2011). Entre o *boom* e o Nobel: As identidades de Gabriel García Márquez na imprensa literária portuguesa. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrónica dos Programas de Doutoramento do CES/FEUC/FLUC/III*, 6, 1-25. Acedido a 19 de dezembro de 2017, em <http://cabodosttrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/10-MargaridaBorges.pdf>.
- Branco, I. R. A. (2008). *A Recepção do Realismo Mágico na Literatura Portuguesa Contemporânea*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Acedido a 19 de dezembro de 2017, em <http://run.unl.pt/handle/10362/4640/>.
- Carpentier, A. (1971a). *Literatura e Consciência Política na América Latina*. Lisboa: Dom Quixote.

⁷ «Enese justo momento, acaba de romperse el boom» (Ayén, 2014: 11).

- Carpentier, A. (1971b). *O Reino deste Mundo*. Trad. C. G. Babo. Lisboa: Editorial Presença.
- Carpentier, A. (2011). *O Reino deste Mundo*. Trad. M. J. Palmeirim. Lisboa: Saída de Emergência.
- Fuentes, C. (2011). *La Gran Novela Latino-Americana*. Madrid: Alfaguara.
- García Márquez, G. (2004). *Viver para Contá-la*. Lisboa: Dom Quixote.
- García Márquez, G. (2016). *Cem Anos de Solidão*. Alfragide: Dom Quixote.
- Hart, S. M. (2010). Magical realism: Style and substance. In S. M. Hart & W.-c. Ouyang (eds.). *A Companion to Magical Realism* (1-13). Woodbridge: Tamesis.
- Martin, G. (2009). *Gabriel García Márquez, Uma Vida*. Lisboa: Dom Quixote.
- Vargas Llosa, M. (2010a). *Sueño y Realidad de América Latina*. Barcelona: Seix Barral.
- Vargas Llosa, M. (2010b). *La Ciudad y los Perros*. Madrid: Alfaguara.
- Vargas Llosa, M. (2010c). *A Cidade e os Cães*. Lisboa: Dom Quixote.
- Zamora, L. P. (2010). Swords and silver rings: Magical objects in the work of Jorge Luis Borges and Gabriel García Márquez. In S. M. Hardt & W.-c. Ouyang (eds.). *A Companion to Magical Realism* (28-45). Woodbridge: Tamesis.

Literatura, imaginação e realidade

Literature, imagination and reality

Gonçalo M. Tavares

UNIVERSIDADE DE LISBOA / goncalomtavares4@gmail.com

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_10

Resumo: Penso que toda a história da literatura começa não no momento em que o escritor estava a ler, mas no momento em que suspendeu a sua leitura e começou a ver imagens na sua cabeça. E aqui começa um livro, um filme, uma peça de teatro, etc. O conceito de «imaginação» tem que ver com a imagem. A imaginação é a criação de imagens, é a criação de imagens autónomas em relação ao exterior. Ou seja, a imaginação é a criação de imagens que não dependem da visão. É algo absolutamente extraordinário podermos ver a imagem que quisermos e não a imagem das coisas que estão à nossa frente, sendo o único meio de que dispomos para criarmos imagens de coisas que não estão à nossa frente o corte do acesso à realidade.

Palavras-chave: imagens; imaginação; literatura; realidade

Abstract: I believe that the whole history of literature begins not when the writer was reading, but when he stopped reading and began to view images in his mind. And here begins a book, a movie, a play, etc. The concept of «imagination» is related to the image. Imagination is the creation of images; it is the creation of images which are autonomous in relation to the outside. In other words, imagination is the creation of images that do not depend on vision. It is an absolutely extraordinary thing to be able to view the image we wish and not the image of things that are in front of us. The only means we own in order to create images of things that are not in front of us is to cut off access to reality.

Keywords: images; imagination; literature; reality

Gosto muito da ideia de salto. Simplificando muito, a nossa cabeça por vezes pensa por passos – podem ser passos pequenos, passos maiores –, outras vezes pensa por saltos. O que é que significa o salto? É, por assim dizer, uma associação rápida. O passo é, muitas vezes, o pensamento mais científico. A universidade é um espaço extraordinário, mas, regra geral, é muito cautelosa e opera sobretudo por passos, pequenos passos, não dando um que não seja justificado pelo anterior. Já a arte é de um outro mundo, é do mundo da irresponsabilidade, e o salto é irresponsável. Quando nós saltamos, não sabemos exatamente onde vamos parar, e o que eu pretendo mostrar, rapidamente, através de saltos, são alguns exemplos de obras que tratam a questão da imaginação, e, sendo eu da área da literatura, cada vez mais me interessam as outras artes à volta.

Para mim, é evidente que a literatura e a arte contemporâneas estão misturadas. Precisamente, o princípio do salto é o princípio de que não há nenhum espaço fechado à discussão, pelo que podemos saltar para qualquer campo. Começo por falar sobre a imaginação. O conceito de «imaginação» tem que ver com a imagem. Isto é óbvio, mas nós muitas vezes esquecemo-nos disso. A imaginação é a criação de imagens, é a criação de imagens autónomas em relação ao exterior. Ou seja, a imaginação é a criação de imagens que não dependem da visão. É algo absolutamente extraordinário podermos ver a imagem que quisermos e não a imagem das coisas que estão à nossa frente. É logo um grande corte entre a realidade e a imaginação. Por exemplo, se eu quiser ver a montanha do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, ou se eu quiser ver a estátua do Marquês de Pombal, basta concentrar-me uns segundos e deixar de ver o exterior. É muito interessante constatar que o único meio de que dispomos para criarmos imagens de coisas que não estão à nossa frente consiste no corte do acesso à realidade.

Os surrealistas referiam muito a ideia de cegueira. André Breton dizia: «Temos todos de ser cegos para podermos imaginar». É precisamente a ideia de suspender a receção contínua de imagens. A imaginação é o contrário da receção de imagens: é a emissão de imagens, a qual requer a suspensão da receção de imagens, nem que seja apenas por alguns segundos. Daí a questão da cegueira.

Un Chien Andalou (1929), de Luis Buñuel, tem uma das imagens mais violentas do cinema, que é a da lâmina a cortar um olho, que remete para a ideia de imaginário livre. Interessantemente, o imaginário livre pressupõe a cegueira. Quase que podíamos fazer uma história da cegueira ligada à imaginação. Não é por acaso que todos os profetas clássicos são cegos. O profeta é aquele que deixa de perceber a realidade para ver algo que não está diante dele, para ver o futuro, recorrendo ao imaginário. A profecia é, de algum modo, o imaginário colocado ao serviço de algo prático, é talvez a forma mais útil ou funcional do imaginário. A cegueira dos profetas é, portanto, simbólica, contendo esta ideia de que para imaginar, para ver o futuro, é necessário deixar de receber impressões da realidade. Parece-me, então, que a criação tem muito que ver com este circuito entre receber alguma coisa da realidade, parar e depois imaginar.

A leitura, por exemplo, é muito clara em relação a isto. A leitura é uma visão, nós vemos aquilo que lemos. As únicas pessoas que leem são as crianças de seis anos, quando estão a aprender a ler. É o único momento em que as pessoas leem as letras separadas umas das outras. Depois, a dada altura, logicamente, deixam de ler as letras, e às vezes deixam mesmo de ler as palavras e passam a ver a situação.

Parece-me claro que um bom leitor é aquele que vê. Agora, o que é um grande leitor? Para mim, o grande leitor não é aquele que apenas vê o que está escrito, mas também aquele que imagina, aquele que cria imagens a partir do que está escrito. E em que é que consiste a criação de imagens? Qual é o mecanismo?

A leitura tem, parece-me, dois tempos. Normalmente, aquilo a que chamamos leitura, isto é, o momento em que estamos a ler as palavras, é, para mim, o tempo menos importante. No entanto, quando estamos a ler, muitas vezes sucede pararmos, pousarmos o livro, levantarmos a cabeça e começarmos a criar imagens. Penso que toda a história da literatura começa não no momento em que o escritor estava a ler, mas no momento em que suspendeu a sua leitura e começou a ver imagens na sua cabeça. E aqui começa um livro, um filme, uma peça de teatro, etc., portanto, de alguma maneira, esse segundo momento da leitura em que não se está a ler, em que não se está sequer a ver as imagens que estão no livro e se começa a ver outras imagens, em que se começa a saltar, esse segundo momento da leitura é o momento da pré-criação. Assim, um bom leitor é alguém que vê bem, que imagina bem, que cria imagens, ou seja, um bom leitor é, de alguma maneira, um cineasta, mas um cineasta independente, no sentido mais extremo, independente até do livro que lê. Ler e ver, nesse sentido, são traduções de um mesmo ato.

Passo a citar algumas histórias de *O Senhor Brecht* (Tavares, 2004) para ilustrar esta passagem da realidade para o imaginário, sendo a primeira «O desempregado com filhos»:

Disseram-lhe: «Só te oferecemos emprego se te cortarmos a mão». Ele estava desempregado há muito tempo; tinha filhos, aceitou. Mais tarde foi despedido e de novo procurou emprego. Disseram-lhe: «Só te oferecemos emprego se te cortarmos a mão que te resta». Ele estava desempregado há muito tempo; tinha filhos, aceitou. Mais tarde foi despedido e de novo procurou emprego. Disseram-lhe: «Só te oferecemos emprego se te cortarmos a cabeça». Ele estava desempregado há muito tempo; tinha filhos, aceitou (Tavares, 2004).

A segunda história, «O cantor»:

Um pássaro foi atingido com um tiro na asa direita e passou, por isso, a voar na diagonal. Mais tarde foi atingido na asa esquerda e viu-se obrigado a deixar de voar, utilizando apenas as duas patas para andar no chão. Mais tarde foi atingido por uma bala na pata esquerda e passou, por

isso, a andar na diagonal. Uma outra bala atingiu-o, semanas depois, na pata direita e o pássaro deixou de poder andar. A partir desse momento dedicou-se às canções (Tavares, 2004).

A terceira história, intitulada «A revolta»:

Para o rei era fundamental que toda a população, sem exceção, estivesse satisfeita. Quando apareceu aquele estrangeiro extremamente feliz e com seis dedos em cada mão o rei ordenou que os médicos do reino implantassem mais um dedo em cada um dos habitantes e que os médicos fizessem o mesmo uns aos outros. Ninguém teria inveja dos seis dedos daquele estrangeiro. Assim se fez. Todos ficaram com seis dedos em cada mão. No ano seguinte, chegou outro estrangeiro, com um ar ainda mais feliz, que tinha sete dedos em cada mão. O rei de novo ordenou que os médicos do reino implantassem mais um dedo em cada um dos habitantes. Assim foi feito. No ano seguinte, um estrangeiro com oito dedos por mão, que não parava de exibir a sua felicidade, provocou nova implantação geral: oitavo dedo. No ano seguinte, um estrangeiro com nove dedos, ainda mais feliz, a mesma operação. Todos os do reino ficaram com nove dedos por cada mão, dezoito, no total. Foi então que, no ano seguinte, chegou um estrangeiro com o rosto mais feliz que alguma vez fora visto por ali, com cinco dedos em cada mão. Depois de um momento de hesitação, o rei ordenou aos médicos que cortassem quatro dedos por mão a cada habitante. Havia um problema, no entanto. Os nove dedos em cada mão dos cirurgiões já não conseguiam operar, os dedos atrapalhavam-se uns aos outros. Já não era possível. Iam ficar todos com nove dedos em cada mão. Como o rei não conseguiu dar à população os cinco dedos daquele estrangeiro feliz rebentou uma revolta e o rei foi posto de fora (Tavares, 2004).

A última história, «A avaria»:

Por um curto-circuito elétrico incompreensível, o eletrocutado foi o funcionário que baixou a alavanca e não o criminoso que se encontrava sentado na cadeira. Como não se conseguiu resolver a avaria, nas vezes seguintes, o funcionário do Governo sentava-se na cadeira elétrica e era o criminoso que ficava encarregue de baixar a alavanca mortal (Tavares 2004).

O que é que está presente nestas breves histórias? Na primeira, está a questão do desemprego e de como um desempregado aceita tudo, no limite, até o absurdo de aceitar um emprego em que lhe cortam a cabeça. Se lermos esta história a uma criança, ela vai achar-lhe muita graça. Se a lermos a um adulto, certamente que não lhe achará nenhuma.

Quanto à segunda história, «O cantor», retrata o drama dos «cantores» involuntários. Conheço, infelizmente, algumas pessoas que, na altura da crise violenta, se tornaram cantores involuntários. Levaram um tiro numa asa ou noutra e, portanto, passaram a ser cantores.

Na terceira história, «A revolta», está presente a questão do desejo. E «A avaria» é uma forma imaginativa de dizer: «Eu sou contra a pena de morte». Nesse sentido, o que me interessa muito na literatura é como é que nós transformamos a frase «Eu sou contra a pena de morte» numa história como esta. O que me interessa, como é evidente, não é a frase «Eu sou contra a pena de morte», o que me interessa é este salto.

Quando se contam histórias muito absurdas, por vezes está-se a falar de coisas muito concretas. Parece-me evidente que o absurdo é muito mais eficaz para falar sobre a realidade ou para explicá-la do que a descrição pura e simples.

Dado que gosto muito da mistura de várias artes, passo a falar de cinema e videoarte.

Vejamos o vídeo *Paradox of Praxis I: Sometimes Doing Something Leads to Nothing* (1997), de Francis Alÿs, um artista contemporâneo que fez uma coisa muito simples na Cidade do México. Resumidamente, Alÿs transportou um bloco de gelo ao longo desta cidade, indo de um ponto a outro, durante horas. A beleza desta ação é que ela é absolutamente inútil, é o transporte de algo que está a desaparecer à medida que está a ser transportado e que requer um grande esforço. Gosto particularmente deste vídeo porque é a metáfora do transporte.

A Grécia dá-nos uma lição de língua impressionante. Numa ida a Atenas, deparei-me constantemente com camiões de empresas de mudanças ostentando a palavra «metáfora», e assim fiquei a saber que «metáfora» é transporte. Este vídeo de Francis Alÿs é notável, pois é o símbolo da metáfora. A metáfora é, de certa forma, inútil, é um transporte inútil, mas que pode ser absolutamente belo. Nesse sentido, este vídeo é um exemplo de um transporte inútil, mas muito belo.

Continuando com Francis Alÿs, passo para um outro exemplo de imaginário inútil, que remete, neste caso, para questões bíblicas. O projeto *When Faith Moves Mountains* (2002) tinha por objetivo deslocar literalmente um centímetro de uma

montanha, nos arredores de Lima, Peru. Este projeto gigantesco envolveu centenas de voluntários, todos munidos de pá, arrastando areia, e muito entusiasmados com a tarefa, que era de uma inutilidade gigantesca. O que eu penso ser extraordinário é que, às vezes, não se consegue envolver pessoas num projeto concreto e utilitário, mas neste vídeo vemos centenas de pessoas, que não foram remuneradas e que participam entusiasticamente neste projeto. De certa maneira, pouco importa se efetivamente deslocaram ou não a montanha; mentalmente, deslocaram-se a si mesmas, e muito, ao acreditarem nisso.

Há uma questão determinante na arte, no que respeita ao imaginário, que tem a ver com a ética. Neste âmbito, um dos autores mais radicais é Santiago Sierra. Um dos temas deste artista espanhol é o desemprego. Inicialmente, Sierra fez projetos em que pagava miseravelmente a pessoas desempregadas para desempenharem tarefas inúteis como, por exemplo, segurar uma parede inclinada a 60º durante horas, segurar uma garrafa de água durante três horas, e o título das obras é mesmo assim: *8 Personas Remuneradas para Permanecer en el Interior de Cajas de Carton* (1999) e *Muro de Una Galería Arrancado, Inclinado a 60 Grados del Suelo y Sostenido por 5 Personas* (2000), etc. Mas Sierra também tem projetos mais radicais, com os quais, se calhar, muitos de nós não nos identificamos, mas que ilustram bem como é que o imaginário trabalha sobre a realidade. Por exemplo, em *Línea de 250 cm Tatuada sobre 6 Personas Remuneradas* (1999), essas pessoas deixaram-se tatuar por uma quantia insignificante. Portanto, aqui estamos perante um nível maior de violência. Esta ideia de chocar para mexer na ética tem muito que ver com Pasolini. Esta é uma das linhas da arte em que esta entra mesmo na realidade e altera a vida das pessoas de uma forma com a qual nem sempre concordamos.

Em «A avaria», por exemplo, está presente a questão da pena de morte. Esta história acaba por ser mais eficaz na sensibilização para esta questão do que uma declaração meramente informativa, do género «Eu sou contra a pena de morte». Nesse sentido, Santiago Sierra pensa que estas obras da sua autoria são mais eficazes na luta contra o desemprego, ou contra a violência inerente ao desemprego, do que afirmar algo como «O desemprego é horrível». Quando Santiago Sierra paga a alguém para segurar uma parede, para fazer uma coisa inútil, está, de certa forma, a humilhar essas pessoas, mas, nesses casos, há um limite que não é ultrapassado: as pessoas aceitam, são remuneradas e depois seguem as suas vidas, sem que a experiência lhes deixe algo de concreto. Porém, no que respeita ao vídeo da tatuagem, os participantes vão ficar com aquela marca para sempre,

e aí parece-me que há um limite que foi ultrapassado, ainda que por um motivo aparentemente ético. Pasolini também acreditava que os seus filmes iriam alertar as pessoas. Mas esta é uma discussão imensa, para a qual concorrem as posições de Jeremy Bentham e de Immanuel Kant no que respeita à ética.

Ainda no registo audiovisual, e continuando a discorrer sobre em que consiste a arte, há duas referências que, para mim, são fundamentais. Uma delas é *A Infância de Ivan* (1962), de Sergei Tarkovsky, especificamente a sequência do beijo. Penso que a arte não tem que ver com um tema, ainda que muitas pessoas, infelizmente, estejam obcecadas com a questão do tema na arte. A sequência do beijo em *A Infância de Ivan* ilustra bem a minha posição. Este é o primeiro filme de Tarkovsky. Nesta altura, Tarkovsky era ainda um estudante, estava a terminar, se não me engano, a escola de cinema. No início das filmagens, o produtor zangou-se com o então realizador (Eduard Abalov) e despediu-o, e alguém ouvira falar de um tal de Tarkovsky, um jovem bastante promissor. Assim, Tarkovsky foi chamado mais ou menos à última hora para preencher o lugar de realizador, e o que é interessante é que ele realizou um filme cujo guião tinha muitos elementos já predefinidos. A sequência do beijo – talvez um dos melhores da história do cinema – ilustra bem que o tema não é o significado, não é o importante. Dar um beijo, filmar ou descrever um beijo, não é uma obra de arte. Felizmente, o beijo é das coisas mais banais que existem. E, nesse sentido, o que interessa é o que se faz com qualquer coisa que tem um tema.

É muito claro que, para Tarkovsky, o cinema é filho da fotografia. Quando colocamos os seus filmes em pausa, verificamos que cada imagem é incrível. É uma imagem de fotógrafo. Para ele não é o tema – o tema não interessa –, é a imagem, cada imagem.

Na sequência do beijo, apenas para situar, Masha é uma das poucas mulheres que se encontram nesse ambiente militar e que não corresponderam a nenhuma tentativa de sedução por parte dos vários homens que se encontram nesse ambiente, e este é o primeiro momento em que ela, de alguma maneira, cede – se ceder é o caso – um beijo a este homem. No guião, estava previsto que as duas personagens se beijassem nesta cena. Todos os planos são impressionantes. Isto é uma lição de cinema e de imagem. O que é incrível nesta sequência é que ela esclarece-se por várias interpretações; quase que parece que Masha é beijada contra a sua vontade, quase que parece enforcada, a uma dada altura, é quase como se não tivesse peso. Portanto, a quantidade de leituras é enorme, entre o erotismo, entre o enforcamento, entre

a violência, entre a agressão. Para quem gosta de cinema e de fotografia, há pormenores que são incríveis.

O Kandinsky tem um grande livro, *Ponto, Linha, Plano* (1926), que nos permite compreender melhor esta sequência, do ponto de vista estético. É curioso que tanto os russos do abstrato, como os russos do concreto, como Tarkovsky, fazem a mesma coisa. Tarkovsky é uma espécie de Kandinsky aplicado à figura, atendendo à composição das linhas verticais, horizontais, diagonais, das manchas no fundo, das cores; quase parece um quadro. Mas aquilo que realmente me interessa aqui é a questão de como transformar um acontecimento absolutamente banal, um beijo, em qualquer coisa de absolutamente artístico e criativo. Em Tarkovsky, a questão do ponto de vista, do ângulo, é de grande importância; a forma como se mostra uma dada ação. Por outras palavras, não creio que haja necessariamente temas novos, penso que há novos pontos de vista. E se encontrarmos um ponto de vista novo sobre um tema antigo, isso já é uma grande proeza. Nesse sentido, considero que a arte é sobretudo a arte do ponto de vista. Isso pode parecer uma coisa mínima, mas é absolutamente extraordinária. Encontrar um novo ponto de vista sobre um beijo, ou qualquer outra ação igualmente banal, é uma proeza.

Para terminar, a segunda referência que considero fundamental diz respeito aos Wittgenstein.¹ Esta família, uma das três mais ricas da Europa, tem uma história muito trágica. Os quatro primeiros filhos suicidaram-se, de uma maneira mais ou menos óbvia (num dos casos, oscila-se entre o suicídio e a morte acidental). Hoje, diríamos que o pai exercia uma espécie de *bullying* sobre os filhos, pressionando-os para que entrassem no negócio da família, ou seja, aquela história quase clássica. Todos eles tinham uma ligação muito grande à música e a outras artes. Os suicídios dos quatro primeiros filhos são muito simbólicos. Por exemplo, um deles foi a um bar e pediu ao pianista para tocar a música de que ele mais gostava e, nesse preciso momento, pôs cianeto na bebida e matou-se assim. No que toca aos outros quatro filhos, que não se suicidaram, Paul Wittgenstein era o cetro destes irmãos e um dos grandes pianistas europeus, tendo perdido o braço direito na Primeira Guerra Mundial.

Há um breve vídeo de Paul Wittgenstein a interpretar a obra que Maurice Ravel compôs para si – *Concerto para a Mão Esquerda em Ré Maior* –, e é um dos exemplos mais comoventes da capacidade que um criador tem de construir

¹ Ray Monk escreveu uma excelente biografia sobre Ludwig Wittgenstein: *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius* (Monk, 1990).

um imaginário tendo em mente uma realidade muito específica, neste caso uma pessoa em concreto. Ravel compôs um concerto para piano em que só é necessária a mão esquerda do intérprete, o que é extremamente difícil, tendo em conta a importância da mão direita, das funções que esta executa. Esta é uma obra muito interpretada, e é-o por pianistas que têm duas mãos. Frequentemente, por homenagem, o pianista põe a mão direita atrás das costas. Mas basta ver alguns vídeos de interpretações desta obra para reparar que, a dada altura, os pianistas não sabem onde colocar a mão direita, é como se tivessem um braço a mais. E isto é muito comovente, pois Ravel conseguiu fazer uma obra para um pianista a quem faltava um braço, fazendo-o sentir que nada lhe faltava. Penso que é absolutamente extraordinária esta mistura entre o imaginário e a realidade. Para mim, este é um dos grandes exemplos do imaginário. Se uma obra de arte conseguir fazer com que uma pessoa sinta que não lhe falta nada, alcançou, então, o seu objetivo.

Bibliografia

Monk, R. (1990). *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius*. London: Cape.

Tavares, G. M. (2004). *O Senhor Brecht*. Lisboa: Caminho.

(Página deixada propositadamente em branco)

Um animal na biblioteca labirintos de Gonçalves M. Tavares

An animal in the library: labyrinths by Gonçalves M. Tavares

Lilian Jacoto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / lilianjacoto@usp.br / ORCID | 0000-0002-8562-4554
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_11

Resumo: Na contramão de uma cultura que tudo padroniza, a escrita de Gonçalves M. Tavares atrita-se com a ciência e, particularmente, com o projeto humanista que inaugurou o pensamento ocidental e conheceu a sua ruína em Auschwitz. A partir de uma compreensão da literatura como antropologia especulativa, procura-se, neste artigo, iluminar os atritos entre natureza e cultura a partir da observação crítica de algumas personagens, imagens e disposições espaciais que constituem os mapeamentos da obra tavariana.

Palavras-chave: Gonçalves M. Tavares; biblioteca; pós-humanismo

Abstract: Against a culture that standardizes everything, Gonçalves M. Tavares' writing conflicts with science and, particularly, with the humanist project that inaugurated Western thought and saw its ruin in Auschwitz. Based on the understanding of literature as speculative anthropology, this article seeks to illuminate the frictions between nature and culture from the critical observation of some characters, images and spatial dispositions that constitute the mappings of the Tavarian work.

Keywords: Gonçalves M. Tavares; library; post-humanism

Escrevo porque perdi o mapa.

Gonçalo M. Tavares (2005)

Desenho e escrita

No verso chamado à epígrafe, Gonçalves M. Tavares declarou o que de fato parece mover a sua escrita. Ter perdido o mapa diz respeito tanto a uma crise de representação simbólica do mundo e de si enquanto cosmovisão quanto a uma perda da própria condição simbólica do ser, como indivíduo e como espécie, diante do cosmos. Perder o mapa é desconectar-se da ordem das coisas, estranhar o mundo e ser por ele estranhado. E ter perdido o mapa justificaria, num segundo momento, a disposição visual que organiza a sua obra em nichos que, por sua vez, expandem seus territórios de forma simultânea e um tanto aleatória, rizomática, exatamente

como acontece às florestas, como também às aldeias e cidades do mundo físico. Não à toa, encontramos nessa obra um bairro, um reino, um atlas, uma biblioteca e vários labirintos. A floresta, no entanto, não desenhável, porque se movimenta *per se*, é a negatividade que margeia esses nichos: uma força não domesticável que resiste e aguarda a sua vez. A força dessa radical alteridade projeta sobre os mapas a sua sombra, o iminente desmoronamento de todos os edifícios, o anúncio da catástrofe: «A natureza é demasiado grande para participar em ninharias; a tua família é um acontecimento regional, um pormenor minúsculo do planeta. O choro individual é praticamente um índice secreto» (Tavares, 2009: 60-61).

A escrita pratica-se, assim, no tempo que resta, como *pharmakós*: opera no mundo imaginável, mapeia o duvidoso devir. Procura, no entanto, ser no corpo, ser no espaço, sendo porém outro, indócil, inútil, uma paralogia do mundo positivo, aparentemente lógico e funcional. A escrita é a do homem falhado, esse que na contemporaneidade deslocou a náusea da existência para a linguagem e cuja cultura livresca não serve ao bem comum. Eis o lugar de onde se fala: «Vivemos hoje, de fato, numa República das Letras, ainda que ela não seja exatamente o que os iluministas imaginaram» (Nodari, 2015: 77). O esclarecimento, já sabemos, não fez do homem um animal melhor. E, no mundo de Gonçalo M. Tavares, os homens sabem o que fazem e continuam a fazê-lo.

Se o desenho serve para mapear um mundo perspectivado, o texto habita-o com o que Maria Gabriela Llansol viera a descrever como um *pacto de desconforto*, uma experiência de prolongado olhar estranhante sobre o cosmos. A literatura, por princípio, dá a conhecer visões perspectivadas do real, negando a universalidade científica. Perceba-se, a esse respeito, a tinta irônica das *Breves Notas sobre Ciência*:

«O falhanço dos homens»

Deixa-me dizer isto: se tivesses acreditado mais no desenho do que na escrita estarias mais próximo do que é verdadeiro no Mundo.

Foi uma questão de crenças, foi uma aposta em cavalos.

Os homens apostaram no cavalo errado. Eis um resumo possível da história das ciências (e não só).

Porque não existem «línguas» diferentes de desenhos? Desenhos em línguas diferentes? (Tavares, 2006: 98)

«Desenho e ciência»

Tudo o que não podes desenhar são abstrações. Tudo o que não podes desenhar é inútil.

(Mas como desenhar essas duas frases?

Será inútil dizer que quase tudo é inútil? Eis um problema) (Tavares, 2006: 22).

Da estante à rua

Na contramão de uma cultura que tudo padroniza, a escrita tavariana atrita-se com a ciência e, particularmente, com o projeto humanista que inaugurou o pensamento ocidental e conheceu a sua ruína em Auschwitz. Tal atrito se deixa ver na relação ambivalente que a obra mantém com a ideia de biblioteca: se, por um lado, Tavares a concebe como um microcosmos de escolhas afetivas e de curiosas reinvenções, por outro, a biblioteca não passa de um projeto arquitetônico que concentra e ordena (imobiliza) o saber humano, muitas vezes alienando-o da vida em movimento:

Maria Bloom tinha sido educada em prateleiras de livros.

Brinquei mais em frente a prateleiras que sobre a erva, dizia Maria.

O pai de Maria chegou e disse:

A tua mãe está a morrer e eu gostava que a tua cara se deformasse com a tristeza.

Maria respondeu:

É tarde demais para fazer experiências. O meu coração sente de igual modo a população inteira, e vocês pertencem à população (Tavares, 2004: 33).

Com Peter Sloterdijk, de repente apercebemo-nos de que o destino dos grandes sábios do humanismo é o de

[...] permanecer em quietas estantes como cartas retidas e que já não serão entregues: imagens ou ilusões de uma sabedoria que já não consegue ter o crédito dos contemporâneos, enviadas por autores dos quais já não saberemos se poderiam ser nossos amigos (Sloterdijk, 2007: 74).

Maria Bloom, personagem de *A Perna Esquerda de Paris*, apesar de criada numa biblioteca, não pode ser a destinatária da carta humanista que a tradição ocidental legou ao futuro. O projeto de letramento, que há algum tempo não é mais um privilégio das elites, efetivou-se numa escala inversamente proporcional

à capacidade de interpretar o mundo, de conhecê-lo, de experimentá-lo. A nossa pretensa «igualdade» conquistada pelo letramento moderno fez-se em detrimento da singularização do sujeito. Ler é igualar-se, diluir-se no discurso totalitário dos *mass media*, tão-só.

Mas o bairro de Gonçalo M. Tavares é um projeto deveras singular de biblioteca, tanto quanto o livro intitulado *Biblioteca*, em que se avizinham nomes eleitos, todos ressignificados pelo leitor a partir de um novo *habitat*. Examinemos, pois, a transposição de vizinhanças que Tavares faz, da estante para a rua.

Se comparado à magnitude de um reino, um bairro, visto do alto, parece uma unidade simples, minimamente coesa, uma concentração urbana de seres que não são, uns aos outros, totalmente estranhos e que se esbarram no dia a dia num espaço sociopolítico demarcado. No âmbito do urbanismo, trata-se de uma unidade que se delimita numa «escala onde há maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social» (Barros, 2004). O aglomerado do bairro se cumpre numa escala que mantém uma singularidade circunstancial e histórica que o personaliza, que determina e é determinada por escolhas afetivas e identitárias. No que diz respeito, portanto, a uma ecologia social, o convívio num bairro estabelece uma relação que assenta sobre a linha tênue entre o familiar e o estranho: a rotina da vizinhança pauta um comportamento fronteiriço que prescreve a cordialidade em face da animosidade, que pode, sempre, irromper da alteridade que pouco se conhece.

Ora, desenhar um bairro para que seja habitado por moradores que escreveram o século xx, dando-lhes novas vidas, parece um projeto inequívoco de heterogeneidade social, de modo que se espera que a comunidade que dele resulte siga uma lógica menos utilitária, uma lógica das intensidades, com implicações políticas e éticas singulares que possam advir do mútuo contágio. Para o caso, a imaginação propõe uma experiência de alteridade que faz repensar as normalidades individuais e microssociais, micropolíticas e estéticas. Mas não esperemos desta *coterie genial* um modelo de conduta exemplar que nos oriente – a obra de Tavares não salva, antes torna mais sensível a aspereza da vida (inter)subjetiva.

O bairro criado por Gonçalo M. Tavares vê-se, no espaço, como desenho de um casario,¹ mas só se experiencia no tempo, na ação reflexiva e lúdica de leitura dos livrinhos, cada um a promover um *zoom* sobre a vida privada de cada morador – não raro à vida íntima dos seus pensamentos. Acontece (não percamos

¹ Sublinhem-se os créditos dos desenhos da obra de Gonçalo M. Tavares à artista plástica Rachel Caiano, parceira autoral que tem feito dos livros de ficção tavianos livros para ver.

de vista) que a disposição desses moradores imita a organização de uma biblioteca, por um colecionador que agrupa seus livros segundo critérios subjetivos, como se quisesse que determinados autores convivessem mais de perto no espaço e no tempo, por presumível afinidade ou imaginável ligação de empatia ou fricção. O desenho cria assim um efeito de «aquiedade», significado etimológico do termo *ego*, como explica Daniel Heller-Roazen, citado por Alexandre Nodari no texto «A literatura como antropologia especulativa»:

[...] Segundo a hipótese de Karl Brugmann, «o termo grego *ego*, assim como seus correlatos no indo-europeu, derivaria de um substantivo neutro (**eg[h]om*), que significaria simplesmente “aquiedade” (Hierheit), de modo que, originalmente, “eu” teria o sentido de ser substancial de qualquer coisa que fosse indicada como “aqui”, fosse ela animada ou inanimada, humana ou inumana, sua expressão falada ou escrita». Ou seja [...] não se trata de relativismo, mas de perspectivismo. O «eu», desse modo, seria um dêitico (o dêitico dos dêiticos, poderíamos dizer) [...] (Nodari, 2015: 78-80).

Desenhar a habitação de cada senhor é abrir-lhe uma nova aquiedade, é fazê-lo olhar por uma nova perspectiva e ser, portanto, outro. E a transposição de moradas da estante para o bairro é uma maneira metafórica de arejar a biblioteca, dispor os volumes num novo conjunto e, o que é mais importante, dar-lhes movimento. Esse desejo delirante é compartilhado com o senhor Calvino, morador que mais circula pelas ruas e que inventa libertar os livros de sua própria biblioteca. Na narrativa intitulada «O sol», percebe-se a dimensão alegórica do bairro enquanto projeto:

o sol queria abrir os livros, a sua luz concentrava-se, com toda a potência, na capa de um livro porque o queria abrir, queria entrar na primeira página, ler as narrativas, refletir a partir das grandes frases, emocionar-se com os poemas (Tavares, 2007a: 50).

Então, a personagem escolhe um livro e oferece-o à leitura do Sol (que será iniciado pelas mãos de Alice e o seu estranho mundo de maravilhas); depois, o senhor Calvino segue com novas revelações: «escolheria outro livro – algo de novo debaixo do sol –, depois outro e outro, e voltaria todas as manhãs, sem falta, antes do nascer do dia, para virar a página» (Tavares, 2007a: 51).

Note-se que o deslocamento da estante à rua alegoriza o movimento transformador gerado pela leitura, pura e simplesmente, como algo sempre «novo

debaixo do sol». Ler, como gesto, implica fazer movimentar a obra, arejá-la pela força imaginativa, acionar uma máquina de maravilhas. A palavra «maravilha», que etimologicamente remete para o espanto do olhar, parece caber bem ao estranhamento que a leitura dos livrinhos do bairro causa a leitores já íntimos de Paul Valéry, T. S. Eliot, Roberto Juarroz ou mesmo do gênio seiscentista Emanuel Swedenborg: os senhores epônimos soam-lhes como ecos muito longínquos, quase inaudíveis; uma sensação de estranha familiaridade apossa-se dos leitores, como se se tornassem deles um repentino vizinho também. Não se trata, portanto, de ler para reconhecer, mas de ler para estranhar, deslocar, rasurar, atritar saberes. Avizinhar-se é, afinal, aproximar-se do mistério do outro.

Entretanto, não obstante a proximidade física e a oportunidade do contágio, tais moradores são, por via de regra, por demais autocentrados, mesmo alienados em seus mundos subjetivos. A vizinhança parece acirrar neles o isolamento subjetivo urbano: reconhecem-se cordialmente na rua, mas pouco ou nada conversam. Padecem, no geral, de uma *monomania raciocinadora* – valendo-me aqui do autodiagnóstico de Fernando Pessoa (Pizarro, 2007: 63) – que parece bastar-se a si mesma enquanto esquadrinhadora do mundo. Bem o exemplifica o senhor Swedwenborg, que, presente na primeira fileira da plateia durante as sete conferências do senhor Eliot, com um olhar fixo e vazio, não cessou um instante de concentrar-se nas próprias investigações geométricas. E para que não restem dúvidas dessa rigorosa *imunologia* pessoal, recorro à antológica cena final de *O Senhor Juarroz*:

– Agora, por favor, não se aproximem de mim. Acima de tudo não me toquem. Não estraguem tudo.

E com a venda nos olhos, o algodão nos ouvidos, e a mola no nariz, o senhor Juarroz, tendo o cuidado de manter as mãos no ar para não tocar nada, tinha então momentos de pura felicidade de pensamento.

Como gosto do mundo, murmurava (Tavares, 2007b: 63).

O (mais) estranho caso do senhor Walser

Quando retornamos ao desenho panorâmico do bairro, chama a atenção uma única habitação isolada, de tal maneira distante, que se faz representar não por uma casa, mas por um ponto no imaginário mapa:

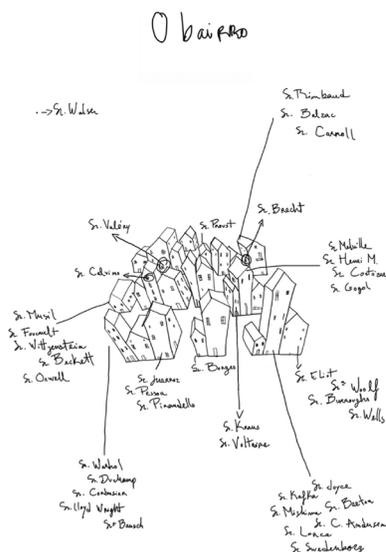
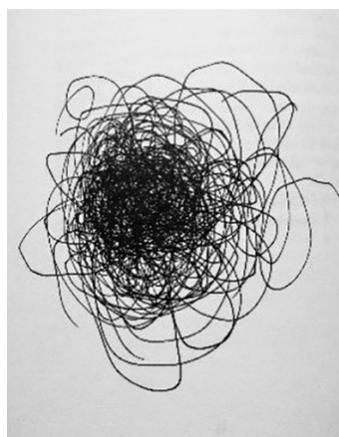


Fig. 1 – Desenho-cartografia de *O bairro*.

O senhor Walser traz ecos de um escritor que se manteve à margem do cânone e que acabou por se isolar voluntariamente num hospício. Robert Walser (Suíça, 1878-1956) foi, conforme bem descreve Matilde Campilho, um homem sem endereço, andarilho das florestas, com uma escrita de miniaturas que perscrutava a intimidade dos estranhos: «Walser parecia saber perfeitamente que é muito mais fácil – e quem sabe eficaz – travar uma amizade fundíssima com um transeunte do que com aquele que permanece» (Campilho, 2014). E vale a pena deixar mesmo a palavra aos cuidados da descrição afetiva de Campilho: «foi flaneur e eremita, [...] escreveu compulsivamente como quem compõe uma obra surda para piano» (Campilho, 2014). Ao fim de uma vida singular, solitária e anônima, Robert Walser foi encontrado morto sobre a neve da floresta onde caminhava.

Pois bem: embaralhando alguns dados dessa personalidade literária, o senhor Walser é aquele que se retira do bairro para uma casa construída na floresta,

não exatamente numa clareira, mas curiosamente infiltrada na mata: «No meio dos arbustos, ervas selvagens e outras manifestações da natureza ainda em pleno e imprevisível trajeto de vida, eis o que foi possível construir – por via de um sentido técnico especializado de que só a civilização é capaz» (Walser, 2014: 9). Apesar das referências aos diversos cômodos, paredes e telhado, a representação imagética desse constructo é sempre a ampliação daquele ponto do mapa em um emaranhado de rabiscos que, ao longo da narrativa, cresce desordenadamente. Vejam-se o novo *habitat* na capa do livro e o desenho que antecipa, na narrativa, a des-ordem dessa casa que vai, aos poucos, assemelhando-se ao caos da paisagem que existe ao redor:



ESQUERDA **Fig. 2** – Capa do livro *O Senhor Walser* (2007).

DIREITA **Fig. 3** – Desenho que antecipa a narrativa.

O drama do senhor Walser emaranha-se nas contradições de uma alma cândida: ele pretende isolar-se do bairro para ter a sua própria casa, o seu espaço privado; no entanto, o seu objetivo é receber os amigos e, sobretudo, levar a termo um romance com a pretendida, a quem deseja declarar-se à distância, por carta. Walser quer distanciar-se para usufruir, como generoso anfitrião, da companhia que não tinha quando vivia como um igual, de entre os vizinhos sitiantes do casario. O seu projeto é duplamente enviesado: isola-se para aproximar-se; avança sobre a natureza para usufruir de comodidades técnicas que garantam o conforto da vida doméstica. A casa consome uma tecnologia que o distancia da natureza. Mas essa distância não é espacial: ela ocorre sensivelmente no tempo:

Mal se abre a porta de sua casa – sente ele – entra-se noutra mundo. Como se não fosse apenas um movimento físico no espaço – dois passos que se dão – mas também uma deslocação – bem mais intensa – no tempo [...]. Quando fechava a porta atrás de si, Walser sentia virar as costas à inumana bestialidade (de que saíra, é certo, há biliões de anos atrás, um ser dotado de uma inteligência invulgar – esse construtor solitário que é o Homem) e entrar em cheio nos efeitos que essa rutura entre a humanidade e a restante natureza provocara: uma casa no meio da floresta, eis uma conquista da racionalidade absoluta (Tavares, 2007c: 13).

A casa do senhor Walser – um projeto de vida – é assim uma metáfora que complexifica todas as camadas do seu ser. Debatem-se nela três ecologias em desequilíbrio: a subjetiva, a social e a ambiental – todas visivelmente autoimplicadas num grande embaraço.

O emaranhado começa com a visita do encanador para um reparo na instalação de uma torneira. É o primeiro sinal de que a «casa» (a subjetividade, a morada do ser, o *habitat*) não estava pronta, perfeita. E de que o senhor Walser não estava liberto da urbe: ele precisava dos serviços técnicos especializados para realizar o seu plano de isolamento. O fato é que o senhor Walser não detinha saberes práticos que garantissem sua autossuficiência: depois do encanador, veio outro profissional reparar o soalho, outro desmontar as janelas, pedreiros vieram consertar fissuras nas paredes, o electricista veio revisar toda a rede elétrica, outros vieram reparar as molas do sofá. Logo a casa se desmontou, sem luz, sem janelas, sem uma parede, até que o telhado, por fim, foi também reaberto. Ironicamente, a primeira noite na casa nova tornou-se um acampamento de gente estranha sobre o chão da casa, como se ela fosse apenas um abrigo improvisado ao relento. Era suficientemente distante do bairro para que os trabalhadores precisassem pernoitar ali, como hóspedes indesejados. O projeto inconcluso, com seus infinitos reparos, avançava à revelia do senhor Walser, que, à mercê dos especialistas, nem era mais dono de sua morada.

O quarto reino

A parábola que Gonçalo M. Tavares constrói ao redor desse mítico Walser exerce um papel importante para que pensemos o bairro na sua negatividade, ou seja, a partir da floresta que ele empurra para além; e também faz olhar para os demais moradores a partir de uma perspectiva antropológica – bastante inesperada, quando

o que se desenha é uma utopia habitada exclusivamente por nomes de humanos superiores, geniais, seres da cultura.

Entretanto, cada leitura constrói o seu gênio particular num perfil esquizóide, provocando o constante choque de expectativas e estranhamentos que fazem do bairro o nicho mais genial e bem-humorado (mais leve, portanto) da obra tavariana. Talvez porque, antes de constituir-se como projeto de moradia coletiva, antecipou-o um senhor criado nos moldes dos contos infantis – o saltitante senhor Valéry. A liberdade imaginativa que construía o primeiro perfil inspirou os outros senhores que vieram avizinhar-se, formando um bairro que bem melhor se aclimataria no país de Alice. O riso, entretanto, não esconde a acidez que decorre das ações não raro violentas e inconsequentes desses seres estranhados, monomaníacos, que não interagem, não conversam, não constituem, portanto, um espaço político.

Félix Guattari, em *As Três Ecologias*, já há 20 anos procurava responder a um mundo que, mediante o esvaziamento do espaço público e o vertiginoso avanço tecnológico, mergulhava visivelmente num processo regressivo de infantilização da cultura. Num mundo cada vez mais igual, nas «redundâncias de imagens e comportamentos», Guattari detectou um sintoma que hoje não ousaríamos desmentir: «a alteridade perde toda a sua aspereza» (Guattari, 1989: 8). Também no bairro de Tavares, o dissenso não eclode, tampouco as contradições de pensamentos e atos constituem aspereza nas relações cotidianas. Todos são iguais e estranhos, e o que há de mais estranho é o não se estranharem. Sim, convenhamos: é deveras um experimento de heterogênesse que, no mínimo, visa desbancar os padrões apodrecidos das normalidades que excluem o diferente.

O senhor Walser isola-se numa casa grande o bastante para nela perder-se, como quem opta, sem muita reflexão, por morar num labirinto:

O senhor Walser por vezes desorientava-se. De um compartimento ia dar a outro, e depois ainda a outro e quando queria recuperar o objeto que deixara atrás por vezes encontrava dificuldades. Mas como isso, em vez de o aborrecer, o divertia! Como se sentia infantil nesses instantes. Como percebia então que todo o seu percurso de homem feito nada lhe trouxera de juízo contido (Tavares, 2007c: 16).

Para além da candura de seus pensamentos e gestos, o novo *habitat* torna-o pequeno, indefeso; a floresta a que a casa aos poucos se assimila na progressiva desordem é o prolongamento desse imenso labirinto em que o predador se torna presa, em que o proprietário se expropria.

O efeito ironista e infantilizador do labirinto sobre o homem pensante é tema de reflexão na obra *Matteo Perdeu o Emprego*, em que o autor comparece também como ensaísta: o labirinto ali se define como um «desenho de um louco», de um «esquizofrénico» que desorienta o homem adulto, racional; «é, pois, uma máquina de fazer miniaturas» (Tavares, 2010: 178). Perdidos dentro dele, voltamos a ser «pequenos e parvos», crianças extraviadas. Por isso, ele «impõe um regresso, uma volta atrás no tempo» (Tavares, 2010: 179). Walser, querendo expandir-se e aprimorar-se como homem, termina o seu dia dormindo sobre o assoalho, junto aos outros corpos por ali esticados, como cães vadios. Essas imagens evocadoras do caos circundante vão ao encontro da cena em que Walser se apercebe de que dar dois passos fora da casa equivale a regressar ao tempo da animalidade primitiva. Mas aos poucos notamos que a casa, em vez de um abrigo seguro contra o caos, e enquanto projeto da mais pura racionalidade, jamais chega a seu termo; antes, está sempre a cair, demanda o eterno conserto. Imita a natureza no seu perpétuo movimento.

Afinal, a fuga de Walser coloca lado a lado dois ritmos desencontrados, duas velocidades não sincronizáveis. No *Atlas do Corpo e da Imaginação*, Gonçalo M. Tavares expõe algumas ideias de Sloterdijk a respeito de uma modernidade cuja utopia sempre foi a de controlarmos os movimentos do mundo pelos nossos cálculos, desconsiderando, porém, que enquanto agimos a natureza não cessa o seu próprio movimento. Essa utopia humana, a de *fazer a natureza* projetando nela «a exatidão de que só a pólis é capaz» (Tavares, 2013: 108), acaba soçobrando, porque não leva em conta um *excedente cinético* gerado pelos próprios movimentos que a empurram para o incalculável, para o que não se deixa deter:

No fundo, diga-se, as nossas ações, em vez de reduzirem a desordem (ou aquilo que não se controla) aumentam-na, pois geram movimentos extra, paralelos ao movimento central do progresso. [...] O resto que sobra dos movimentos do progresso é o que constrói um novo Perigo, um monstro para o qual não temos desenho ou descrição verbal credível. Muitas das catástrofes surpreendentes surgem daí, desse movimento que teve origem no movimento humano, mas que rapidamente se afastou da cidade para mergulhar na floresta profunda que continua a assustar (Tavares, 2013: 110-111).

Ao fim e ao cabo, toda a estrutura que se desloca do bairro para a floresta, todos os profissionais que chegam para abalar a satisfação do senhor Walser, trazem a

medida do seu engodo. O projeto de assenhorar-se da casa pelo domínio técnico, tenha isso uma conotação psicológica ou social, não resolve seu atrito com a alteridade, seja ela humana, seja a própria natureza contra a qual avança.

A natureza não reza, afia as lâminas

Curiosamente, na tetralogia que Tavares nomeia como *O Reino*, esse atrito toma uma dimensão muito mais ameaçadora. A radicalidade do conflito personifica-se justamente no odioso Lenz Buchman, de que *Aprender a Rezar na Era da Técnica* constitui o mundo por ele perspectivado. A personagem cujo sobrenome tem dentro de si a palavra «livro» (<al. *buch*) concentra a autoimagem do poder, como médico e político, detentores ambos de saberes decisórios sobre a alteridade singular e coletiva. Lenz, entretanto, terá de aprender a sua fragilidade diante de um tumor maligno no cérebro que aos poucos paralisa todos os seus movimentos até reduzi-lo a um vegetal. São inúmeras as reflexões do protagonista diante do mal que o ultrapassa, diante da morte que a cultura urbana não pode deter e da própria decadência humana:

Lenz não tinha ilusões acerca da terra que pisava: havia entre a natureza e o homem um ponto de ruptura que há muito fora ultrapassado. Existia uma luz nova nas cidades, a luz da técnica [...] e essa nova claridade aumentava o ódio que os elementos mais antigos do mundo pareciam ter guardado, desde sempre, em relação ao homem. [...] Ele não se entusiasmava com a ordem dos elementos; sabia bem que essa ordem não era confundível com a ordem das cidades [...] o que era ordem para a natureza era estranho para a cidade (Tavares, 2008: 46-47).

Muito longe da leveza dos que habitam o bairro, Lenz é a odiosa personagem de uma distopia real – um *reino* que aguarda a catástrofe. Para além da vilania que caracteriza a sua gesta de comando e manipulação, Lenz incomoda, porque detém uma lucidez que o nosso bairrismo se recusa a encarar: sabe que estamos em plena guerra, muito mais perigosa do que todas as que o século XX pode conceber:

Na montanha, na floresta, junto a campos de terra desordenados, Lenz sentia o tremor da proximidade de algo que não se quer apenas manter, que não luta pela sobrevivência com o apoio de qualquer máquina médica. A desordem na terra não era um bisturi mas um punhal. Sozinho, errando por sítios estranhos e sem um único vestígio de metal nas proximidades,

Lenz sentia-se um soldado, de um outro país que, perdido, vai parar ao meio de um exército que fala em uma outra língua e que avança em formação de ataque em direção a uma cidade (Tavares, 2008: 67-68).

E mais adiante o tema persiste:

A natureza está à espera, lá fora, mas mantém exatamente a mesma força: recuou, é certo, mas não está sequer prisioneira. Está num outro sítio, num outro ponto da batalha, e afia as lâminas; não reza, não suplica, não pede piedade.

Não reza, afia as lâminas (Tavares, 2008: 76-77).

Trata-se de uma guerra de todos contra todos e, muito além de humanos, envolve todo tipo de vida ameaçada. Não há diante dela um saber humano que a controle, não há poder nem técnica que mantenha a soberania e a centralidade humanas no planeta.

E a ciência, ora... Gonçalo M. Tavares, nas *Breves Notas*, munido de sua usual ironia, conclui algo definitivo a respeito das velocidades que regem esse mútuo estranhamento: «a ciência é muito lenta porque os fenómenos mentem muito» (Tavares, 2006: 96). Poderia, então, a literatura, como *pharmakós*, inventar um outro povo e «resistir à barbárie que vem»?²

Bibliografia

- Barros, S. L. (2004). Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife [versão em português]. *Revista de Urbanismo*, 9, 60-89.
- Campilho, M. (2014). Texto de apresentação. In R. Walser. *Absolutamente Nada e Outras Histórias*. São Paulo: Editora 34.
- Fausto, J. (2013). Terranos e poetas: O «povo de Gaia» como «povo que falta». *Revista Landa*, 2 (1), 165-181.
- Guattari, F. (1989). *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus Editora.
- Nodari, A. (2015). A literatura como antropologia especulativa. *Revista da Anpoll*, 1 (38), 75-85.

² Expressão de Isabelle Stengers, *apud* Fausto, 2013: 73.

- Pizarro, J. (2007). *Fernando Pessoa: Entre Génio e Loucura*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sloterdijk, P. (2007). *Regras para o Parque Humano*. Coimbra: Angelus Novus.
- Tavares, G. M. (2004). *A Perna Esquerda de Paris Seguido de Roland Barthes e Robert Musil*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Tavares, G. M. (2005). *1*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tavares, G. M. (2006). *Breves Notas sobre a Ciência*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Tavares, G. M. (2007a). *O Senhor Calvino e o Passeio*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Tavares, G. M. (2007b). *O Senhor Juarroz e o Pensamento*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Tavares, G. M. (2007c). *O Senhor Walser e a Floresta*. Lisboa: Caminho.
- Tavares, G. M. (2008). *Aprender a Rezar na Era da Técnica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tavares, G. M. (2009). *Breves Notas sobre as Ligações (Llansol, Molder e Zambrano)*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Tavares, G. M. (2010). *Matteo Perdeu o Emprego*. Porto: Porto Editora.
- Tavares, G. M. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação*. Lisboa: Caminho.
- Walser, R. (2014). *Absolutamente Nada e Outras Histórias*. São Paulo: Editora 34.

A cidade manifesto

Porta-voz da mundialização?

The manifest city: spokesperson for globalization?

Valérie Devillard

UNIVERSITÉ PARIS II – PANTHÉON-ASSAS / v2villard@gmail.com

https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2_12

Resumo: Sendo a conexão entre cidade e globalização uma temática um pouco descuidada, a nossa análise tem como objetivo observar as novas formas de mobilização cujos repertórios de ação se estão a internacionalizar e compreender melhor como as cidades mundializadas – através do imaginário contestatário e também do ambiente urbano – os facilitam. Mostrando como a cidade «engajada» se manifesta nos escritos dos sociólogos urbanos, antropólogos da cidade e filósofos da teoria política ao longo do século xx, delineamos os contornos da cidade manifesto.

Palavras-chave: cidade manifesto; contestação; mobilização; perspetiva plural

Abstract: As the connection between city and globalization is a somewhat neglected theme, our analysis aims to observe the new forms of mobilization whose repertoires of action are being internationalized and to better understand how the globalized cities facilitate them – through the contestation imagery and also through urban environment. Showing how the engaged city is manifested in the writings of urban sociologists, city anthropologists and philosophers of political theory throughout the twentieth century, we have outlined the manifest city.

Keywords: manifest city; contestation; mobilization; plural perspective

A relação entre a cidade e a globalização constitui um tema um tanto negligenciado, pois as metrópoles são pouco questionadas nas suas relações de contestação com os fenómenos de mundialização.¹ Trata-se de uma situação paradoxal, uma vez que, desde a década de 2000, as cidades se tornaram um palco de encontros

¹ Em França, ao contrário dos anglo-saxões, os termos «mundialização» e «globalização» não são sinónimos, tendo o segundo, mais recente, um sentido económico mais restritivo do que o primeiro. Armand Mattelart, em *La Mondialisation de la Communication*, define assim o processo de mundialização em curso das nossas sociedades contemporâneas: «A interconexão generalizada das economias e das sociedades é, com efeito, o ponto culminante do movimento para integração mundial que começou na viragem para o século XIX. Alargando progressivamente a esfera da circulação das pessoas, assim como dos bens materiais e simbólicos, os dispositivos de comunicação aceleraram a incorporação das sociedades particulares em conjuntos cada vez maiores, continuamente deslocando as fronteiras físicas, intelectuais e mentais» (Mattelart, 2008: 3).

internacionais, de cimeiras, de contracimeiras, de protestos políticos e sociais, surgindo na frente de cenas mediáticas amplamente mundializadas. Na encruzilhada da sociologia dos *media*, da sociopolítica das mobilizações e, por fim, da história urbana, esta perspectiva plural tenta analisar as formas pelas quais as cidades se mundializam na e através da contestação política e tenta mostrar como essas novas lutas urbanas adquirem uma circulação internacional. Antes de se atingir esse objetivo a longo prazo, é necessário mostrar como a cidade «engajada» se manifesta nos escritos dos sociólogos urbanos, antropólogos da cidade e filósofos da teoria política ao longo do século xx.

A transnacionalização de questões globais não é, com efeito, um facto novo, pois desde a década de 1980 que as cidades se mobilizam em torno de causas mundializadas, tais como a justiça social, a igualdade económica, a sustentabilidade ambiental, os fenómenos migratórios de grande escala, etc., através das cimeiras económicas e ambientais. Além de mundializadas, as cidades também são vistas como os lugares privilegiados da contestação antimundialista, depois altermundialista, desde o final dos anos 90. Elas são-no, por fim, pela internacionalização, a difusão e a circulação dos repertórios de ação direta da contestação popular e da juventude nos locais e praças públicos desde a década de 2010.

Os movimentos maciços de contestação popular surgiram assim.

A primeira do género foi a manifestação mundial pacífica contra a Guerra do Iraque, em fevereiro de 2003, reunindo 10 milhões de pessoas que desceram as ruas de Roma (3 milhões), de Madrid (600.000), de Londres (1 milhão), de Barcelona (1 milhão), de Nova Iorque (400.000), de Sidney (200.000), de Paris (250.000). Além disso, também se realizaram concentrações em quase 200 cidades da Ásia (com exceção da China), África e América Latina. Esta megamanifestação deu visibilidade a uma rede urbana mundial, tornando-se o palco da expressão de uma «opinião pública mundial». Mas, sobretudo, mostrou a capacidade de atrair a atenção pública e mediática, efetivamente ampliada pelo recurso às redes sociais digitais (do Movimento dos Indignados, em toda a Europa do Sul, em 2011, ao movimento *Nuit Debout*, na praça da República, em Paris, em março-maio de 2016, passando pelo *Occupy Wall Street* (OWS), em 2011). Estas lutas urbanas recentes são sintomáticas das consequências sociais e políticas das crises financeiras e económicas que abalaram as economias globalizadas. Sem dúvida alguma. Mas o nosso objetivo é muito diferente, uma vez que se trata de observar essas novas formas de mobilização cujos repertórios de ação se estão a internacionalizar

e compreender melhor como as cidades mundializadas – através do imaginário contestatário e também do ambiente urbano – os facilitam.

As lutas urbanas não são, certamente, um fenómeno novo. Os exemplos mais notórios são abundantes depois do final do século XVIII nas capitais europeias. Em primeiro lugar, os movimentos revolucionários que ocorreram em Paris entre 1789 e 1830 e, depois, de 1848 até à Comuna, em 1871. Paris tornou-se, então, uma das principais referências nos seus movimentos populares até às intervenções do barão de Haussmann, no final do século XIX, cuja doutrina continuou até ao início da Terceira República.

Entre os eventos mais recentes, podemos referir inúmeras insurreições urbanas: as do Soviete de Petrogrado (março de 1917), as Comunas de Xangai (1927-1967), a Greve Geral de Seattle de fevereiro de 1919 (reunindo 65.000 manifestantes) ou o papel de Barcelona na Guerra Civil Espanhola, em julho de 1936. Por fim, a luta pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietname deu origem a enormes manifestações (em outubro de 1967, 1 milhão de manifestantes). Os movimentos de maio de 1968 em Paris, Chicago, México, Banguécoque, inclusive em Praga, expandem esta lista de eventos emblemáticos das lutas urbanas contemporâneas.²

A cidade antimundialização

Os ecos dessas lutas antigas fazem-se ouvir novamente nas manifestações antimundialistas de Seattle, em 1999, que serão seguidas de mobilizações comparáveis no Quebeque (2001), em Génova (2001),³ etc., no âmbito de um movimento político organizado contra a mundialização. Essa mobilização, contra as cimeiras do G8 (atualmente G20), contra o Fórum Económico Mundial de Davos ou contra os acordos económicos internacionais (OMC), traduz-se em manifestações de extrema violência.

² Para uma história marxista e anticapitalista das cidades, ver Harvey, 2015, principalmente o capítulo 5: «Reconquérir la ville au profit de la lutte anticapitaliste» (209-267). Cf. Ghorra-Gobin, 2004 e 2007.

³ Uma pesquisa realizada durante as manifestações antimundialização em Génova, em julho de 2001, mostra como o fenómeno de uma globalização neoliberal provocou, por sua vez, uma forte contestação do modelo clássico da democracia participativa. Cf. Porta, 2003.

A cidade altermundialista

Foi durante o Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Brasil), em 2002, que a luta contra a mundialização se transformou numa luta altermundialista. A ideia é superar o modelo liberal e do desenvolvimento capitalista, propondo novas formas de regulação e de desenvolvimento sustentável. Assim, é menos numa lógica de oposição que a cimeira dos altermundialistas surge em 2002 (Cardon & Granjon, 2013). Porto Alegre não é nem a capital federal nem a cidade mais importante do Brasil, mas é a capital do estado federado do Rio Grande do Sul (RS) e, sobretudo, uma cidade onde o PT (Partido dos Trabalhadores) está solidamente implantado. A realização de um fórum social no Brasil, na América Latina, mostra igualmente a resistência desse continente à dominação norte-americana, nomeadamente em questões económicas. Eleito presidente do Brasil em outubro de 2002, Lula, o líder da esquerda brasileira, é um ávido defensor do Mercosul (um mercado comum sul-americano, que reúne o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, desde 1991), considerado a única proteção contra o imperialismo económico dos Estados Unidos. Bush pretendia englobar todo o continente americano numa Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), dominada pelos EUA.

Sair à rua, ocupar a praça

Após ocupações semelhantes e esporádicas na Islândia e na Grécia, em 2008, o Movimento dos Indignados estende-se a toda a Europa do Sul em 2011, começando na Porta do Sol, em Madrid, em maio desse ano. É por meio de um apelo, feito a 15 de maio, na manifestação em Espanha, à qual afluíram 25.000 pessoas, que começa este movimento em grande escala:

[...] Três horas após o fim da manifestação, um pequeno grupo de amigos comunicou por megafone a sua intenção de pernoitar, uma proposta bem recebida pelo resto dos manifestantes. Nessa noite, os manifestantes tomaram a decisão de ocupar a Porta do Sol até às eleições de domingo, 22 de maio.

A manifestação Toma la Calle 15.5.11 foi convocada através das redes sociais Twitter e Facebook e por uma série de plataformas de cidadãos. A mensagem «tomar la calle», que significa tomar a rua, ocupar e apropriar-se de uma cidade tomando-a de assalto, traduz bem o que aconteceu em muitas cidades de Espanha.

Em Atenas, na praça Syntagma (praça da Constituição), entre maio e junho de 2011, um apelo à concentração é seguido por mobilizações contra a adoção de novas medidas de austeridade económica. No outono do mesmo ano, as manifestações, em ondas sucessivas a partir dos Estados Unidos, principalmente de Nova Iorque, estendem-se a algumas cidades da Europa Oriental e Ocidental (cf. Harvey, 2015, cap. 6).

Os manifestantes ocupam praças para dar lugar a novos atores, estudantes, jovens diplomados, artistas e militantes de associações, ativistas da Internet livre, para ocuparem a frente das cenas políticas e mediáticas.

Qual é o seu modo de funcionamento? Indivíduos livremente reunidos, sem amarras partidárias evidentes (mesmo se a maior parte se reconhece como sendo «de esquerda»), nem experiência política, na sua maioria, seguem os apelos que circulam nas redes sociais e aderem ao «movimento» (o qual consiste, no momento, em parar); apropriam-se do seu nome-slogan [...], reúnem-se numa ou em várias praças, num jardim, no centro de uma área urbana, geralmente num local bastante visível; ocupam-no e investem-no durante dias, semanas, e transformam-no assim num lugar-evento que, por um período de tempo mais ou menos longo, se vai tornar na sede de uma ação situada e da sua plataforma de mediatização (Lussault, 2017: 161).

O Movimento OWS começa, assim, em Nova Iorque, no Zuccotti Park, entre 17 de setembro e 15 de novembro de 2011,⁴ por um manifesto que diz o seguinte:

Dirigimo-nos a vós num momento em que empresas, que colocam o lucro à frente das pessoas, o seu interesse à frente da justiça e a opressão à frente da igualdade, mandam nos nossos governos. Estamos aqui reunidos pacificamente, como é nosso direito, para que estes factos se tornem públicos.

Após as lutas sociais contra a lei que reforma o código de trabalho francês e a mobilização contra o prolongamento do estado de emergência no seguimento dos atentados terroristas de Paris, o movimento de ocupação de praças ganha vida novamente em Paris, na praça da República, entre março e maio de 2016.

⁴ Cf. Harvey, 2015, cap. 7 («#OWS: Le parti de Wall Street face à son ennemi juré», 277-286); *Occupy Wall Street! [...]*, 2012; Bray, 2014.

Esta praça torna-se o microcosmo simbólico daquilo que se entende como a experiência coletiva de uma alternativa política, de um regresso do «direito à cidade». A praça pública de Nuit Debout é concebida como um local performativo da política, um verdadeiro palco da expressão de outro mundo possível a construir; transforma-se num local de experimentação da ação social, económica e política em repertórios de ação que se internacionalizam. A assembleia dos cidadãos (as assembleias gerais e as diferentes comissões) mostra uma ligação em rutura ao encenar o que seria o ideal da participação política numa democracia direta (cf. Zask, 2018).

O repertório de ação formal utilizado durante essa ocupação urbana estabelece relações com as precedentes, formando um *continuum* temporal: a codificação de uma gestualidade da intervenção em público, o uso de megafones e, sobretudo, o respeito por uma horizontalidade dos vínculos sociais, mantida pela alegada ausência de liderança. Além disso, a tomada de decisão consensual amplia esse tecido *in vivo* da participação política direta; esta forma de ação política está enraizada na cultura comunitarista americana dos *quakers*, estendeu-se depois à esquerda radical das décadas de 1960-1970, para se perpetuar nas décadas de 1980-1990 nos movimentos de luta contra a SIDA, especialmente em Act Up New York. Em teoria, um único indivíduo pode impedir a adoção de uma proposta. Na prática, no OWS, a proposta é aceite desde que obtenha 90 % de aprovação (um consenso «modificado»).

Apesar da internacionalização das causas e da sua mediatização crescente e acelerada também pelas redes sociais digitais, as suas mobilizações concentram-se em investir um espaço urbano com uma forte carga simbólica no imaginário nacional e, muitas vezes, emblemático de lutas políticas emancipadoras das nações europeias. Paradoxalmente, com este movimento, trata-se de ocupar um espaço público durante um longo período e manter o lugar pacificamente.

No âmbito das mobilizações sociais mais «convencionais», a dinâmica da mudança social reivindicada é impressa na dinâmica de movimento encarnada pelas manifestações, nos desfiles comemorativos, nas marchas, nas paradas festivas nas ruas e praças da cidade. A dinâmica da ocupação das praças é bastante diferente e pretende encarnar a mudança aqui e agora. Nessas praças ocupadas, os usos dos locais públicos são desviados das suas funções primárias: circular e dar lugar. Observamos um levantamento da não propriedade mútua dessas praças pela apropriação de um local público, transformando-o num local comum e partilhado. Através

desta apropriação do espaço da praça, o seu carácter público – os locais públicos pertencem a todos – é reivindicado para lá dos seus usos comerciais e consumistas.

Esta internacionalização das formas de protesto é delimitada num espaço ocidental e, mais especificamente, europeu, ameaçado pelas crises económicas cíclicas que fragilizam particularmente a Europa do Sul, que choca com o fim do alargamento europeu a outros países (da Turquia à Ucrânia) e com as reivindicações de saída da Europa (Grã-Bretanha, Polónia). Assim, outras lutas urbanas no decurso da década de 2010 também se tornaram porta-vozes de outras contestações políticas: contra a exclusão do espaço mundializado, nomeadamente do espaço público europeu, ou, pelo contrário, pela rejeição do espaço político europeu, representativo das desigualdades sociais e económicas amplificadas pela mundialização. Essas lutas urbanas ocidentais são sobretudo o resultado de uma cultura política, que leva à consagração do protesto público nos espaços urbanos como uma das formas legítimas, a par do voto nas urnas, com a França de meados da década de 1930 a prenciar a nova economia cívica. Devemos, portanto, voltar ao século xx para apreender a cidade manifesto.

ATO I: O ESGOTAMENTO DA OPOSIÇÃO TURBA E PÚBLICO

Em França, o regime legal da manifestação foi alterado em 1935 (uma nova regulamentação saída da crise de 1934) e consagrou, assim, o surgimento de uma nova cultura cívica, especialmente durante a Frente Popular. Essa expressão pública acompanha tanto quanto precede os movimentos de opinião em França. «Mesmo que tenha sido nas franjas das opiniões dominantes que a manifestação mais facilmente recrutou os seus participantes, foi, a partir dessa altura, banalizada e universalizada em relação à totalidade da sociedade» (Rosanvallon, 2000: 382). Este evento é, por outro lado, sintomático do surgimento no espaço público de temáticas tanto económicas como sociais (acordos de Matignon em 1936, alargamento do campo do direito de trabalho e da representação dos assalariados no seio da empresa, o aumento da segurança social, etc.), alargando-o a questões menos estritamente políticas do que antigamente. Essa abertura do espaço público às questões sociais passa igualmente por uma legitimação política dos problemas sociais; ela marca, assim, a passagem da democracia política a uma democracia social e modifica permanentemente as fronteiras dos campos de intervenção do Estado, alargando-as e tornando público o que até então era do domínio privado

(o espaço económico e social da empresa). A cidadania política é acompanhada, desde então, por uma nova cidadania social.

Esta nova configuração afeta a economia do conjunto das formas de expressão pública não convencional. Esta constitui o alicerce sobre o qual assenta a nossa conceção comum de participação dos cidadãos (além do voto). Cria-se, assim, um *continuum* entre diferentes tipos de ajuntamentos na cidade, formando, deste modo, uma gradação que vai do mais informal ao mais organizado, do ilegal ao legal e legítimo, do regime das pulsões e dos afetos ao regime da indignação e da crítica. Nesta nova economia da manifestação, o estatuto da turba encontra-se profundamente transformado. Ela é remetida para os confins do espaço público e designa uma reunião particular de indivíduos anónimos e potencialmente ameaçadores. Torna-se sinónimo de movimentos desordeiros, pouco enquadrados e fracamente ritualizados, propensos a excessos violentos. Ela dá corpo a uma massa atomizada de reivindicações políticas e sociais radicais. Mais ainda, delinea movimentos informes e arcaicos, que, na pior das hipóteses, são qualificados de regressivos e, na melhor das hipóteses, anunciam a emergência na cena pública de novos atores sociais (até então ignorados). Em todos estes casos, os atores, as suas ações públicas e os locais onde estas se desenrolam cristalizam as representações sociais e políticas negativas.

A manifestação tornou-se uma das modalidades do vínculo social e uma das suas expressões públicas legítimas e legais. A manifestação qualifica tanto os ajuntamentos organizados por participantes que se tornaram porta-vozes de reivindicações políticas e sociais como designa uma forma social ritualizada e enquadrada por forças de ordem pública que lhe são destinadas. Assim, a turba já não pode ser um objeto da ciência, devido ao descrédito atribuído aos trabalhos pré-científicos de Sighele, Le Bon e Tarde (Mariot, 2001: 707); a manifestação tornou-se um eixo da investigação das mobilizações coletivas na encruzilhada das ciências políticas (cf. Favre, 1990; Favre *et alii*, 1997) e da sociologia dos movimentos sociais (cf. Neveu, 1996).

Paralelamente ao nascimento da manifestação, emerge a figura do habitante da cidade reificada numa entidade social identificável. Esta nova perspetiva está ligada ao processo de urbanização e de industrialização acelerada das grandes metrópoles (Berlim, Londres e, numa escala mais pequena, Paris) do final do século XIX. As visões dominantes de então são altamente antiurbanas; a densidade urbana geraria a promiscuidade social e favoreceria a propagação de diferentes patologias físicas e mentais. A atração das grandes cidades (que depois do século XVIII deixou de ser contestada) é percebida pelos observadores contemporâneos como um afluxo incontroável de migrantes – «massas» trabalhadoras e indigentes – aos locais

públicos, que podem pôr em risco, pela sua mobilização coletiva, a ordem política, económica e social. Neste contexto de transição de uma sociedade rural e agrícola para uma sociedade urbana e industrial, a questão da formação e das transformações do vínculo social nas metrópoles torna-se primordial. Nesta perspetiva, a grande cidade geraria uma nova entidade social ou novas formas de relações privadas ou em público que teriam como consequência o erigir do habitante da cidade a uma categoria do público. Em primeiro lugar, o público nasce de uma oposição a uma outra entidade social fundamental, a comunidade, na década de 1890. Depois, através dos trabalhos da primeira geração de sociólogos do departamento de sociologia da Escola de Chicago (cf. Grafmeyer & Joseph, 1984), essa oposição é superada na década de 1920. Por último, o final da década de 1970 assinala o seu regresso através da perspetiva socioantropológica e histórica desenvolvida por Richard Sennett (1979)⁵ e pelos seus principais comentadores franceses, Louis Quéré,⁶ sobretudo.⁶

ATO II: O PÚBLICO URBANO É INVENTADO

Para Pierre Sorlin (1992: 89), o primeiro a conceptualizar o público urbano como uma entidade social inédita é Ferdinand Tönnies (1855-1936). A sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887),⁷ cuja difusão ultrapassa as estritas fronteiras alemãs, torna-se um dos primeiros manuais de sociologia do fim do século XIX.

Ferdinand Tönnies forja dois conceitos – a Comunidade (*Gemeinschaft*) e a Sociedade (*Gesellschaft*) – e define as suas relações numa perspetiva histórica evolucionista. Representam dois modos de agrupamento humano (*Verein*), que correspondem a duas formas da vida social num dado contexto histórico. A comunidade é definida como «vida orgânica e real», «vida comum verdadeira e durável»; é associada a «tudo o que é confiante, íntimo, vivendo exclusivamente em conjunto». Ela opõe-se à sociedade descrita como «vida virtual e mecânica», «passageira e aparente», associada a «tudo o que é público» e vista como «pura justaposição de indivíduos». É pelo seu carácter natural e orgânico que a comunidade se distingue da *Gesellschaft* e a ela se opõe. Primeiro estádio social, representa a

⁵ Para a tradução francesa.

⁶ Quéré, 1982, principalmente o cap. II: «L'espace public: Analyses du concept et du processus» (45-63), no qual a tese de Richard Sennett é criticada.

⁷ Cf. a tradução francesa em Tönnies, 1944.

unidade absoluta que exclui a distinção das partes; os indivíduos estão unidos e confundidos, ligados por um consenso, que é visto como um acordo implícito e espontâneo, resultando numa fusão das consciências dos membros do grupo:

Essa harmonia não se produz no seguimento de um acordo prévio, de um contrato previamente discutido e relativo a pontos específicos. Mas é um produto necessário da natureza das coisas, dos estados de espírito. Quando as condições são favoráveis, e o germe de onde ela nasce desponta, ela cresce e desenvolve-se por uma espécie de vegetação espontânea (Durkheim, 1975: 385).

A fusão das consciências só é possível na medida em que estas são da mesma «natureza» ou se existirem semelhanças entre elas. Três relações primitivas interligadas (consanguinidade, filiação, aliança), encarnadas na família, são consideradas «a raiz de todas as coletividades humanas» (*Gesamtheit*); é delas que nascem a concórdia e a compreensão (suporte comum do grupo). Além desses três vínculos originais, a coesão da família assenta sobre uma vida partilhada e sobre uma comunidade de memórias que a reforça. Nas suas formas derivadas, é encarnada pela comunidade da aldeia, onde o simples facto da vizinhança cria relações duradouras, através da associação das famílias. Num meio urbano, o mesmo agrupamento humano forma-se na condição de que a cidade não exceda uma certa dimensão, favorável às relações de proximidade. A comunidade das memórias e das ocupações representa a segunda forma derivada do grupo familiar. Ela dá origem às confrarias, às corporações políticas, económicas ou religiosas. Não existe propriedade na aceção moderna do termo, mas uma posse coletiva dos bens, que permanecem imutáveis e vinculados ao grupo (propriedade coletiva do solo, trocas comerciais inexistentes). Além disso, o trabalho é uma função do *estatuto* (não de um contrato ou de um acordo) e é regido por um direito imanente e consuetudinário.

Cada um trabalha não por remuneração, mas porque é sua a função natural, e recebe em troca uma parcela de fruição determinada não pela lei da oferta e da procura, mas pela tradição, pelo sentimento do grupo representado geralmente pela vontade do chefe.

Esta forma de vida social, orgânica e natural, opõe-se em todos os aspetos à *Gesellschaft*, da qual decorre historicamente. Essa nova organização social, o agrupamento societário, está presente nas grandes cidades das sociedades contemporâneas. Ela implica

[...] um círculo de homens que, como a *Gemeinschaft*, vivem e habitam em paz uns ao lado dos outros, mas, em vez de estarem essencialmente unidos, estão, pelo contrário, essencialmente separados, enquanto na *Gemeinschaft* permanecem unidos apesar das distinções, aqui permanecem distintos apesar de todos os vínculos.

A forma societária é mecânica, formada por uma justaposição de individualidades, emancipadas do peso da coletividade em virtude da emergência progressiva da sociedade industrial e da produção capitalista. O Estado apenas pode conter de forma artificial as tensões resultantes do avanço do individualismo que caracteriza essa nova forma social, e a coesão do conjunto apenas se mantém devido à ação reguladora do Estado. É por isso que a forma societária é de natureza mecânica. Essa nova organização é a última forma da sociedade contemporânea, ameaçada pela decomposição dos vínculos sociais, que está relacionada com o movimento duplo da regressão da coesão social decorrente da *Gemeinschaft* («[...] na grande cidade, na capital e, sobretudo, na cidade mundial, a família cai em decadência») e da ascensão dos interesses individuais.

Émile Durkheim admite a existência dessas duas formas opostas que se desenvolvem sucessivamente, mas considera que atribuir uma natureza mecânica à *Gesellschaft* constitui um erro de conceptualização. Essa concepção não permite perceber a diferença de género entre a *Gesellschaft* e a *Gemeinschaft*; ela cria uma oposição arbitrária entre duas formas que são, segundo ele, da mesma natureza:

[...] Creio que a vida dos grandes aglomerados sociais é tão natural como a dos pequenos agregados. Não é menos orgânica nem menos interna. Além dos movimentos puramente individuais, existe nas nossas sociedades contemporâneas uma atividade propriamente coletiva que é tão natural como a das sociedades menos extensas de antigamente (Durkheim, 1975: 389).

Outros sociólogos⁸ exploram uma via diferente, ligando de forma independente a comunidade e a sociedade, considerando-as complementares. O público é con-

⁸ Cf. Elias & Dunning, 1994. Estes dois autores apontam, no seio das práticas culturais contemporâneas, a coexistência de uma dupla disposição social e cultural. Surgem «comunidades do lazer», que reúnem indivíduos de forma efêmera e momentânea. Tem por função contrabalançar as tensões relacionadas com o *stress* da vida quotidiana, «proporcionar uma forma de descontração» (Elias & Dunning, 1994: 56). Haveria uma alternância entre comunidades de lazer e comunidades

cebido, nesta ótica, simultaneamente como comunidade e sociedade. Esta linha de pensamento tem por base a sociologia compreensiva de Max Weber (*Economie et Société*, 1921) (cf. Weber, 1995: 78-82). Este autor, economista e sociólogo, estabelece uma distinção entre a «comunalização» (*Vergemeinschaftung*) e a «societização» (*Vergesellschaftung*), a qual é uma alusão explícita à distinção proposta por Tönnies. As definições de «comunidade» e de «sociedade» propostas por Tönnies são restritivas e constituem tipos puros de estruturas sociais, e não tipos de relações sociais, que para Weber se combinam na vida social: «A grande maioria das relações sociais tem, em parte, o carácter de uma comunalização, em parte, o de uma societização» (Weber, 1995: 79).

A «comunalização» abrange realidades muito heterogêneas (da família à comunidade nacional): representa a disposição da atividade social não racional, fundada sobre «o sentimento subjetivo de pertença dos indivíduos a uma mesma comunidade». Weber entende por «societização» uma relação social construída a partir «de um compromisso de interesses racionalmente motivado (em valor ou finalidade) ou de uma coordenação de interesses igualmente motivada».

A família surge como o tipo mais adequado para ilustrar o sentimento subjetivo de pertença dos indivíduos a uma comunidade, mas não estabelece necessariamente esse modo de relação social; «O facto de se ter em comum (*Gemeinsamkeit*) certas qualidades, uma mesma situação ou um mesmo comportamento não constitui necessariamente uma comunalização». Para que nasça uma comunidade, é necessário que os indivíduos «orientem o seu comportamento mutuamente», criando assim uma relação social fundada sobre um sentimento de pertença comum. Preexiste a todas as comunidades um «fundamento consciente de existência» entre os indivíduos.

A abordagem relacional de Max Weber não rompe com a oposição dualista entre tradição e irracionalidade (relação comunitarista), por um lado, e modernidade e racionalidade (relação societária), por outro, mas renova a conceção do público, que combina esses dois modos de relação social. Essa abordagem é «uma reversão

de cultura, entre práticas de entretenimento e de cultura. «A alternância característica entre a participação numa *gesellschaft* sem lazer e a participação em *gemeinschaften*, atividades de lazer momentâneas na vida de muitos adultos, reforça o carácter complementar de ambos os tipos de relação em sociedades como as nossas» (Elias & Dunning, 1994: 166). Bernard Lahire, na sua obra *La Culture des Individus: Dissonances Culturelles et Distinction de Soi*, parte dessa reflexão sobre essa partilha no seio das práticas entre «alta cultura» e «subcultura» (Lahire, 2004: 13). Para ele, estas não só separam as classes sociais, como atravessam também as preferências e os gostos individuais dentro de cada uma das categorias sociais.

da objetivação que subsume o indivíduo, abrindo-se a uma relação não mecânica ou orgânica, mas primeiramente enunciada como uma atividade percebida como encarnada ou falada pela pessoa» (Bouvier, 2005: 185). Porém, não terá uma influência significativa sobre a sociologia urbana emergente (cf. Breslau, 1988) formada pelo departamento de sociologia da Escola de Chicago, a partir de 1915.

«Ao criar a cidade, o homem recria-se a si mesmo»

No entanto, algumas teses e concepções, provenientes de dois grandes autores alemães da viragem do século XIX, Ferdinand Tönnies e, sobretudo, Georg Simmel, influenciarão em grande medida o círculo dos reformistas e os sociólogos da «primeira geração» da Escola de Chicago dos anos 1919 e 1920. O círculo dos reformistas da Escola de Chicago elaborará a partir das teses de Tönnies uma política social local, com o intuito de restaurar as formas sociais originais, «deturpadas» pelo meio urbano. Pierre-Yves Pétilion comenta a visão destes reformadores americanos de Chicago do começo deste século da seguinte maneira: para estes, «[...] trata-se de lutar contra essa erosão da “comunidade”, protegê-la, restaurá-la, reconstruir a cidade perdida, ainda que sob a forma de ilhota, de “refúgio”, no espaço instável e aleatório da grande cidade» (Pétilion, 1991: 133).

A introdução do pensamento de Georg Simmel assinala, nesse aspeto, uma mudança de perspetiva, principalmente na concepção da cidade enquanto «mosaico» ou arquipélago que justapõe grupos sociais muito diferenciados. A entrada de Robert Park (que fora aluno de William James, em Harvard, de Georg Simmel, em Berlim, e de Wilhem Windelband, em Heidelberg) na Universidade de Chicago, em 1913, antes de integrar o departamento de sociologia, faz a ponte entre essas duas linhas de pensamento alemão:

O interesse aparentemente persistente na Escola de Chicago deve-se, em parte, ao modo como esta aos poucos mudou a tónica, da restauração de uma comunidade, para o «jogo» que concede ao indivíduo em sociedade a «deslocação» em vários espaços e a exposição a um meio urbano socialmente heterogéneo (Pétilion, 1991: 133).

«O ar da cidade liberta»

Georg Simmel é o primeiro autor que, na alvorada do século XX, clarifica a psicologia dos habitantes da grande cidade e forja o habitante da cidade como uma categoria de público, sem o opor a outras figuras de comunidades sociais tradicionais. Segundo

essa concepção, as formas sociais resultantes da vida urbana são vistas como tipos de organização social e como modos de orientação das ações individuais.

A adaptação dos indivíduos ao ritmo e à diversidade urbanos traduz-se por uma mobilização do intelecto, própria dos habitantes das cidades, que constitui, segundo Simmel, uma «proteção da vida subjetiva contra o poder opressivo da grande cidade» (Simmel, 1989). Esta foi sempre a sede da economia monetária. Esta característica das metrópoles, aliada ao intelectualismo do meio, leva os indivíduos a agir racionalmente, com vista a constituírem uma escala objetiva do valor de mercado, fixada pela moeda. É igualmente estabelecida uma ordem temporal, de modo que as trocas e as atividades são organizadas «num esquema estável e suprasubjetivo». As relações de troca são assim marcadas por um carácter de impessoalidade. Esta característica manifesta-se igualmente no plano das condutas pessoais: Simmel observa, assim, traços comuns à psicologia do habitante da cidade e sublinha em particular o seu «carácter blasé» e a sua atitude de «reserva». «Essa indiferença às diferenças das coisas é o resultado de um excesso de diferenciação. É por a cidade ser o meio de individuação máxima que ela produz o seu contrário: o nivelamento do vivido na atitude blasé» (Simmel, 1989).

Todas as qualidades do habitante da cidade têm o seu lado negativo: o intelectualismo transforma-se em «saber-parecer», a liberdade em «capricho», a singularidade é apenas «contingente». Do carácter efémero e superficial das relações urbanas nasce uma atitude denominada «direito à desconfiança». A aversão subjacente à atitude de reserva «produz distanciamentos e desvios sem os quais, afinal, não poderíamos levar esse género de vida». Esta última constitui uma nova forma de socialização própria da vida urbana, correspondendo ao aumento da liberdade pessoal «de um tipo e numa quantidade», sem qualquer analogia com outras relações sociais preexistentes à grande cidade (a família, a aldeia).

Segundo Grafmeyer & Joseph (1984: 47), essa sociologia da reserva encontra o seu fundamento numa sociologia da sociabilidade («Sociologie de la sociabilité», 1910), que Simmel instaura como a análise da «forma lúdica da associação», constituindo, segundo escreve, uma «estrutura sociológica particular, correspondendo à da arte e do jogo e que retira as suas formas da realidade, embora deixando-a para trás» (Simmel, 1989). Esse processo de individualização é analisado através do estudo do desenvolvimento dos agrupamentos humanos e das relações sociais. Primeiramente inscritos num espaço restrito, forjados a partir das fronteiras demarcadas e de uma «unidade centrípeta» (família, partidos políticos, confraria religiosa), os grupos expandem-se em virtude da multiplicação das trocas com o exterior.

O afrouxamento da unidade interna dos círculos restritos e a redução das fronteiras que demarcam o seu campo de ação são a consequência dessa intensificação das trocas. O indivíduo adquire gradualmente uma liberdade de movimento e uma originalidade relacionadas com a divisão do trabalho.

Essa reflexão sobre a psicologia do habitante da cidade e das novas formas de sociabilidade urbana encontra um eco importante nos escritos sobre o fenómeno urbano próprios da tradição sociológica de Chicago. A oscilação do público da cidade entre comunidade e sociedade subsiste, mas constitui apenas um dos elementos da observação empírica sobre a qual assenta a teoria da ecologia urbana.

Robert Ezra Park (1864-1954) capta a especificidade do fenómeno urbano, as consequências de uma crescente divisão do trabalho que resulta, segundo ele,

[...] na rutura ou na modificação da velha organização social e económica de uma sociedade baseada nos laços familiares, nas associações locais, na cultura, nas castas, no estatuto, substituindo-a por uma organização baseada na profissão e nas organizações profissionais (Park, 1984b: 97).

Por outro lado, constata que, «paralelamente ao crescimento das cidades, as relações indiretas, “secundárias”, são substituídas por relações face a face, “primárias”, nas relações com os indivíduos no seio da comunidade». As relações entre os habitantes da cidade são, portanto, provisórias, ocasionais e fortuitas; as organizações sindicais distinguem-se das formas de associações «primárias», como a vizinhança, na medida em que estas assentam na defesa de interesses comuns, ao contrário das primeiras, baseadas na «contiguidade, nas relações pessoais, e nos laços elementares entre humanos» (Park, 1984b: 107).

Na esteira de Simmel, Park (1984b) também distingue entre tipos representativos do habitante da cidade, cujo retrato traça de forma que «cada um determina a especificidade de um grupo profissional e da cidade no seu conjunto». Vai ainda mais longe ao caracterizar também os bairros e os territórios urbanos em função da sua personalidade «moral». Para ele, a expansão da cidade ligada aos fluxos migratórios e ao processo de divisão do trabalho acarreta uma segregação espacial e social de tal ordem, que «cada bairro pode assumir a forma de uma “região moral”», entendida como um território urbano onde prevalece um «código moral divergente», citando, por exemplo, os «bairros do vício», mais facilmente identificáveis, mas também os bairros onde predomina uma paixão comum (musical, hípica, etc.).

Louis Wirth, outro sociólogo da «primeira geração» da Escola de Chicago, constata igualmente que a comunidade assente nos laços de parentesco, na vizi-

nhança e na identidade histórica local, se encontra ausente ou é relativamente débil nas cidades. Foram sempre considerados traços característicos do modo de vida urbano «a substituição pelos contactos secundários, o afrouxamento dos laços de parentesco e o declínio social da família, o desaparecimento da vizinhança e a erosão das bases tradicionais da solidariedade social» (Wirth, 1984). Os laços tradicionais são substituídos por uma maior interdependência entre os homens e por «uma forma mais complexa, frágil e inconstante de inter-relações mútuas». Wirth deduziu que, «em tais circunstâncias, a competição e os mecanismos de controlo formais são substituídos por laços de solidariedade de que dependemos para manter a coesão da sociedade tradicional» (Wirth, 1984: 266).

Além disso, o estudo da cidade, na conceção de Park (1984c), demarca-se de uma abordagem puramente económica, histórica ou mesmo geográfica, para avançar em direção a uma sociologia baseada em pesquisas qualitativas e quantitativas, indo buscar os seus fundamentos teóricos à ecologia animal e vegetal. A cidade e os seus territórios são reificados na figura do laboratório científico, onde o sociólogo surge como aquele que testa a validade das hipóteses extraídas da «lei natural da evolução». Pensamento evolucionista, em que o homem «biológico» está associado à espécie animal e em que a cidade representa o meio no qual se dá a passagem de um a outro estágio de evolução: de animal «racional», torna-se animal «sofisticado». Os estádios de evolução das sociedades humanas são declinados: primeiro, primitivo e tribal, depois, rural, e, por fim, urbano. A ordem tradicional qualificada de «natural», cujos fundamentos reguladores se traduzem no costume e na tradição, é substituída por uma nova ordem social, que deve ser construída artificialmente de forma «experimental e pragmática». Park estabelece, desse modo, a legitimidade da sua abordagem sociológica ao instituir um paralelismo entre os métodos das ciências da natureza e das ciências sociais e ao atribuir-lhes como principal tarefa «proporcionar ao homem o controlo do homem».

A cidade encontra-se naturalizada, é concebida como um organismo vivo (Park discerne na cidade um exemplo do «superorganismo» que definiu a corrente evolucionista representada por Herbert Spencer) composto por uma «constelação de áreas naturais, cada qual com o seu meio característico e cumprindo a sua função específica no seio da economia global da cidade» (Park, 1967). O crescimento da cidade é regido por leis «naturais» da seleção, da adaptação e da competição. A concorrência (não apenas económica, mas sobretudo a luta pela vida) desempenha o mesmo papel de «organizador fundamental como nas comunidades vegetais e animais», e produz as mesmas consequências no meio urbano de «distribuição

ordenada da população» e «de diferenciação das espécies no seu habitat». A segregação é o resultado de um mecanismo de seleção que identifica «infallivelmente no conjunto da população os indivíduos mais aptos para viver num dado sector e num dado meio». A competição manifesta-se pelo deslocamento de habitantes da cidade de um a outro sector da cidade, mais ou menos classificados em virtude da mobilidade social ascendente ou descendente.

No seu todo, a cidade é um metabolismo que segrega as suas próprias leis de evolução, criando «áreas sociais naturais» em virtude do crescimento da sua comunidade.

A longo prazo, o organismo físico ou ecológico de uma comunidade é uma réplica da organização do trabalho e da cultura, é o seu reflexo. A seleção e a segregação sociais que criam os grupos naturais determinam assim, ao mesmo tempo, as áreas naturais da cidade (Park, 1984a: 203).

O equilíbrio desse organismo vivo é mantido pelo processo de concorrência, força de diferenciação social, e pelas novas formas de comunicação, força de integração social: estes asseguram a continuidade da comunidade urbana, definida como uma «unidade orgânica» (resultado da comunicação) e como uma «unidade funcional» (produto da concorrência).

Roderick D. MacKenzie (1984a) propõe igualmente uma análise da cidade numa perspectiva ecológica, introduzindo um paralelismo entre, por um lado, as espécies vegetais e animais e, por outro, a comunidade urbana, dando origem a uma definição provisória de «ecologia humana», entendida como «o estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos enquanto afetados por fatores de seleção, de distribuição e de adaptação relacionados com o meio ambiente» (MacKenzie, 1984a: 150). Como todo o organismo vivo (a análise realiza-se com base numa comparação com a «comunidade vegetal»), a comunidade urbana depende de ciclos naturais de crescimento cujas fases são ritmadas por períodos de desenvolvimento e de declínio, de centralização e de descentralização, de segregação e de diferenciação espaciais e sociais. Este paralelismo entre «comunidade vegetal» e comunidade urbana expande-se na análise que este autor faz da formação da estrutura interna da comunidade:

[...] assim como nas comunidades vegetais as sucessões são o produto da invasão, de igual modo, nas comunidades humanas, as formações, segregações e associações que surgem são o resultado de uma série de invasões (MacKenzie, 1984a: 161).

MacKenzie categoriza o processo de invasão de duas formas qualitativamente distintas: uma que levaria a uma «mudança na utilização do solo» e outra que implicaria uma «mudança do tipo de ocupante». As fases de invasão são delimitadas («etapa inicial», «etapa de crescimento», «clímax»), são fases que constituem os analisadores de crescimento, baseadas numa comparação entre a comunidade humana e a comunidade vegetal. MacKenzie adere à concepção de Park, uma vez que considera que a mecânica desse processo opera de maneira tal, que são criadas «áreas culturais», «em que cada uma possui os seus próprios critérios de seleção e os seus traços culturais específicos». Mas distingue-se pela transposição sistemática que faz entre o sistema ecológico humano e o vegetal. Esta abordagem naturalista é de novo perceptível quando apresenta uma constante geral sob o disfarce de «lei ecológica»:

Cada formação ou organização ecológica no interior de uma comunidade funciona como uma força de seleção ou de atração puxando para si elementos apropriados da população e repelindo os elementos desadequados, criando assim as subdivisões biológicas e culturais da população urbana (MacKenzie, 1984a: 165).

Aquilo que é uma simples analogia no pensamento de Park ou, mais ainda, a busca de uma metodologia comum entre as ciências da natureza e a sociologia torna-se num sistema na concepção de crescimento urbano de MacKenzie.

Louis Wirth (1984) rompe com a concepção evolucionista de Park ao filiar-se numa perspectiva weberiana na qual a «sociedade urbana-industrial» e a «sociedade rural-tradicional» constituem tipos-ideais: essas duas formas sociais podem encontrar-se nas comunidades urbanas ou rurais, ainda que de forma pouco palpável. Segunda rutura de Wirth com Park: a cidade já não é concebida como um organismo vivo, mas antes como um «*establishment*» baseado numa unidade geográfica de produção e de exploração, fragmentado devido à heterogeneidade das populações presentes («A cidade pode ser definida como um *establishment* relativamente importante, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos» (Wirth, 1984). Wirth acrescenta à sua definição três variáveis descritivas para delimitar o «fenómeno urbano»: o número, a densidade e o grau de heterogeneidade das populações urbanas. Considera essas três variáveis explicativas como leis físicas que regem a sociedade urbana. Leis que podemos resumir esquematicamente do seguinte modo: quanto maior o número de indivíduos, mais importante é o número de interações e maior é a diferenciação entre eles; quanto mais se multiplica o número de interações, mais diminuem as possibilidades de uma comunicação interpessoal

efetiva e maior é a procura de uma comunicação elementar, cujo conteúdo se concentrará no que parece ser comum a todos, ou direcionado para interesses semelhantes. Por seu turno, a densidade contribui igualmente para a diferenciação social e para a especialização das atividades económicas. A promiscuidade que daí resulta provoca uma mudança na relação que os indivíduos têm com o seu meio; essa proximidade física traduz-se numa distância social (Wirth retoma as teses de Simmel). A cidade também representa, nessa perspectiva,

[...] um mosaico de mundos sociais entre os quais a passagem se faz brutalmente. A justaposição de personalidades e de modos de vida divergentes tende a produzir uma visão relativista e um sentido de tolerância das diferenças que podem ser considerados como condições da racionalidade e que conduzem à secularização da vida (Wirth, 1984: 270-271).

Essa conceção da cidade dilacerada e fragmentada, encontrando a sua unidade no seio de microsociedades diferenciadas («grupos de interesse voluntários»), será afastada pelos planificadores urbanos americanos (Kuklick, 1984) (nomeadamente através do FHA, organismo de planificação urbana federal, fundado em 1934) em prol de operações que têm a preocupação de restaurar uma implantação constante de grupos sociais homogéneos, contribuindo para romper com aquilo que estava no centro da dinâmica urbana para a Escola de Chicago:

As agências federais, ao aderirem às teses dos sociólogos, viraram o modelo de pernas para o ar; procuraram minimizar os conflitos através da supressão da heterogeneidade social e favoreceram o crescimento de bairros suburbanos homogéneos, protegidos contra a irrupção de indivíduos e de modos de vida estrangeiros (Kuklick, 1984: 367).

Yves Schemel discerne, através desse projeto geral de fundar a sociologia como uma ciência natural, uma abordagem também política implícita, baseada na seguinte constatação parkiana:

[...] a oposição entre natureza e cultura, comunidade e sociedade, massa e público é ultrapassada pelas relações subtis entre competição e conflito, mercado e situação, esfera da interdependência e esfera da solidariedade, do consenso, mas também do conflito, no que respeita aos objetivos comuns (Schemel, 1983: 641).

Assim, para além das divergências de pontos de vista, que animam o debate da Escola de Chicago sobre o fenómeno urbano, concebido numa perspetiva ecológica, esboça-se uma reflexão comum, que tende a superar a oposição entre Comunidade e Sociedade através da caracterização de traços específicos do «meio urbano» em várias personalidades diferentes (sejam estas representadas pela figura considerada central do habitante da cidade cosmopolita, ou pelas «áreas naturais» ou ainda pelas «regiões morais»), construindo a imagem de uma cidade mosaico, em movimento perpétuo, transformada por crises sociais e económicas e movida por forças naturais. A desintegração das formas tradicionais de organização social é observada empiricamente, e estas são substituídas por formas derivadas ou novas, que se traduzem mais explicitamente nas relações da comunidade urbana próprias da vizinhança. MacKenzie (1984b) identifica, assim, uma noção de vizinhança vaga e confusa. Esta possui duas conotações gerais: a primeira traduz «a proximidade física em relação a um dado objeto-referência»; a segunda traduz «a familiaridade das relações entre pessoas que habitam muito perto umas das outras».

Um dos contributos da Escola de Chicago consiste na conceção de formas de relações sociais duradouras no seio das metrópoles que se demarcam das comunidades tradicionais (a família, a cidade). A vizinhança, nessa ótica, é concebida não como uma simples proximidade física, ou ainda como a forma tradicional da comunidade, mas como «uma área cultural», definida por Park como «uma localidade de sentimentos, as suas tradições e a história que lhe é própria». Essa mudança operada pela Escola de Chicago, através dessa conceção de comunidade urbana, implica igualmente uma rutura com a conceção de público cidadão. Este último é a forma social anterior à comunidade urbana e estabelece um *continuum* com ela. Aquilo que liga um habitante da cidade aos outros habitantes não tem por base as tradições, nem uma história comum, nem o sentimento subjetivo de pertença a um território local. A noção de público cidadão qualifica aqui as formas de relações sociais em copresença, esporádicas e contingentes ligadas às interações quotidianas ou aos ajuntamentos nos espaços urbanos (praças, ruas, locais de transportes, em suma, todos os locais acessíveis pertencentes tanto ao domínio público como ao domínio comercial). Essas interações sociais são orientadas por interesses comuns, quer resultem de uma atividade quotidiana relacionada com o modo de vida urbano, quer se traduzam em mobilizações coletivas na via pública. A partir do momento em que estas se perpetuam em localidades urbanas, podem dar origem a comunidades urbanas. Como vimos no capítulo anterior, a mobilização do público em tempos de crise pode originar formas de associação (movimentos sociais,

associações de mudança social, partidos políticos, sindicatos, etc.) que criam novas organizações ou renovam as do passado.

O regresso da dualidade comunidade e sociedade

Apesar de a oposição entre comunidade e sociedade parecer ultrapassada, na década de 1920, pela observação aprofundada de fluxos migratórios à escala urbana de Chicago, assiste-se ao seu ressurgimento através da obra de Richard Sennett, *The Fall of Public Man*,⁹ publicada nos Estados Unidos em 1977. A abordagem socioantropológica e histórica de Richard Sennett expande a perspectiva micro-sociológica da vida em público introduzida pelos trabalhos de Erving Goffman (1973). Este estuda as estruturas da vida pública em Londres e em Paris a partir da década de 1750, definindo-as como o modo de expressão social observável na rua, identificável através das encenações públicas criadas pelos habitantes das cidades perante o problema do anonimato do indivíduo nas metrópoles. A sua hipótese geral é a de um desaparecimento de uma geografia e de uma expressão públicas específicas, observadas a partir de dois períodos de charneira: as décadas de 1840 e de 1890.

Segundo Richard Sennett, a palavra «público» designava no século XVIII, em França e em Inglaterra, mais particularmente em Londres e Paris, «uma vida passada fora do círculo da família e dos amigos íntimos; na diversidade do domínio público, os grupos sociais complexos devem inevitavelmente entrar em contacto. O foco dessa vida pública era a cidade» (Sennett, 1979: 27), depois de ter sido, mais especificamente, a corte. Essa vida pública era sinónimo de teatro. Nas grandes metrópoles «cosmopolitas», a vida na rua assemelhava-se a um jogo teatral muito complexo, revelando tanto a riqueza dos modos de sociabilidade dos nobres, burgueses, mercadores e artesãos, como a diversidade dos estatutos sociais em causa (o cosmopolita era o homem público, por excelência).

O modo impessoal de interação social que regia as relações públicas urbanas foi substituído, no século XIX, por um modo de «personalização» das relações públicas. Este levou muito gradualmente à morte do domínio público, absorvido na esfera da intimidade. Um duplo movimento de transformação estrutural da sociedade ocorre progressivamente: a ascensão do capitalismo industrial, durante o século XIX, e a secularização da sociedade, iniciada no século XVIII.

⁹ Cf. tradução francesa em Sennett, 1979.

O capitalismo industrial afetou profundamente os modos da vida em público (divisão do trabalho, novos valores da mercadoria manufaturada, transformação no vestuário). A secularização teve o efeito indireto de introduzir a personalidade como uma categoria social, rompendo com os equilíbrios entre a vida pública e a vida privada. «No Antigo Regime, uma certa linha divisória foi traçada entre a vida familiar e a vida pública; no século XIX, o desejo de reforçar essa linha divisória aumenta, mas os meios para fazê-lo tornam-se cada vez mais confusos» (Sennett, 1979: 145). Na sociedade intimista do século XIX, todos os fenômenos sociais, independentemente da sua estrutura impessoal, transformam-se em problemas de personalidade. Também as esferas privada e pública se tornam, para Sennett, o campo da revelação da personalidade.

O autor pretende demonstrar que a esfera pública desapareceu gradualmente a partir de meados do século XIX, absorvida pela esfera da intimidade, que contaminou a cena pública, com os habitantes das cidades a adotarem o modo pessoal nas suas relações públicas. Através de dois exemplos (Lever House e la Défense), Sennett estigmatiza a arquitetura do «Estilo Internacional» e o urbanismo de blocos, que, desde a década de 1960, são reveladores desse desaparecimento do espaço público tradicional a favor da criação de «um espaço público derivado do movimento» (Sennett, 1979: 22). Segundo ele, o espaço público é reduzido a uma função, a da mobilidade ligada ao desenvolvimento dos transportes. A rua constitui, assim, um lugar de passagem obrigatório entre os transportes e a casa ou o escritório, mas perdendo, ao mesmo tempo, toda a sua significação social.

Estas transformações estruturais teriam repercussões sobre o «ser do habitante da cidade»: a impessoalidade das relações sociais nos espaços urbanos, que deveria ser indissociável de uma identidade cidadina, é substituída por uma personalização das relações individuais nos locais públicos. Esse processo ameaça a coexistência regulada dos universos sociais muito heterogêneos da cidade e dá origem a espaços sociais espacialmente segregados. Richard Sennett constata, deste modo, que as aspirações comunitárias baseadas no sentimento de pertença a uma identidade coletiva, seja esta étnica ou religiosa, prevalecem sobre as aspirações de procura de uma identidade cidadina ou urbana, na qual o cosmopolitismo convergiria com a criação de uma cena pública urbana em que os indivíduos se prestariam ao jogo impessoal das aparências sociais. Sennett considera, pelo contrário, que a sociedade atual encoraja o narcisismo e coloca a ênfase no sentimento de pertença comunitária, mesmo que as condições de existência da comunidade tenham colapsado (mundo pré-capitalista, pré-urbanizado no final da Idade Média, sociedade hierárquica).

Consequentemente, hoje em dia, «a comunidade tornou-se num problema do *ser* coletivo mais do que de *ação* coletiva [...]» (Sennett, 1979: 173), e a única ação coletiva que engendra é a rejeição ou a exclusão de grupos sociais diferentes. O sentimento de pertença comunitária torna-se destrutivo quando a personalidade surge na cena social e política (personalização dos grupos sociais e dos políticos em detrimento do domínio público). As premissas desse duplo declínio – da vida pública vivida num mundo impessoal e do sentido de comunidade baseado numa identidade coletiva secular – são observáveis desde o século XIX: «[...] A comunidade tornou-se numa rejeição da sociedade e num enclave territorial no coração da cidade. [...] Esta nova geografia é comunitária e opõe-se ao espaço urbano» (Sennett, 1979: 237).

Em Sennett, a análise da relação quotidiana com os outros e da representação de si tem por finalidade a construção de uma crítica do comunitarismo, cujos traços deteta no desenvolvimento das «comunas» nos Estados Unidos, no final dos anos 60. Esse regresso à comunidade contrasta com a idade de ouro dos modos de civilidade do habitante da cidade do século XVIII, próprios da sociedade cosmopolita das capitais europeias. Essa interpretação leva-o a associar os espaços da intimidade aos da comunidade e os espaços urbanos da cidade aos da sociedade. Sennett presume, em primeiro lugar, a existência de uma fronteira estanque entre esses espaços diferentes, enquanto os salões e os cafés formam os lugares da sociabilidade burguesa, tal como o *foyer* dos teatros ou os passeios nas avenidas ou nas ruas, jardins, parques públicos (cf. Paquot, 2010). Postula, de seguida, que esses espaços urbanos, até à década de 1830, participavam dos espaços da representação. Estes últimos, no entanto, têm as suas origens na sociedade curial e nobiliária monárquica, mais do que nas sociedades europeias citadinas e burguesas do século XVIII.¹⁰ A oposição era então marcada pela distinção feita entre o público (o nobre) e o particular (o burguês), entre o privado (ocupação ociosa) e o profissional (ocupação laboral, venal e comercial).¹¹ Igualmente, os costumes

¹⁰ Françoise Choay propõe definir o espaço urbano da monarquia absolutista francesa como um «espaço de espetáculo». Cf. Choay, 2003: 48-77.

¹¹ Sobre esta questão, Norbert Elias contribui com elementos importantes sobre a sociedade do século XVII e descreve como o público e o particular se opõem: a vida pública e mundana é o privilégio da nobreza de corte, ao passo que à burguesia está reservada a vida dos particulares: «Eles constituem no sentido próprio do termo “o público” do Antigo Regime. Todos os que viviam fora desse círculo levavam uma vida particular» (Elias, 1974: 35).

cidadinos «burgueses» no século XVIII tomam por modelo as formas e os lugares de sociabilidade da nobreza, mas modificam-nos de uma maneira sem precedentes.¹²

De facto, Richard Sennett descreve as diferentes fases pelas quais as sociedades urbanas em acentuado crescimento demográfico regularam, através da conduta pública, as tensões sociais relacionadas com o anonimato. As relações impessoais, no seu entender, mais não são do que formas de aparecer em público numa rede de conhecidos próximos e de reconhecimento público de estatutos sociais, próprias do Antigo Regime. A ascensão gradual das relações «pessoais» em público apenas traduz as novas formas de aparecer ajustadas à grande cidade (Quéré, 1982: 51). Estas podem ser colocadas no lado da manutenção das relações recíprocas do público citadino, da indeterminação do estatuto social dos outros e da não propriedade dos locais públicos.

ATO III: O PÚBLICO URBANO ENCOBRE AS PISTAS

Os contributos da antropologia da vida pública (Erving Goffman (1973) e Isaac Joseph (1992 e 1996)) e dos trabalhos de Michel de Certeau (1990) sobre os espaços enquanto lugares praticados dão-nos pistas para investigar os públicos «profanos» da cidade através de uma figura dupla. Uma é a do tático,¹³ proposta por Michel de Certeau, cujo modelo é transposto por Pierre Mayol (cf. Certeau *et alii*, 1994) para os residentes de um bairro urbano lionês (La Croix-Rousse). A outra categoria do público utente é desenvolvida por Isaac Joseph, através da figura do «transeunte». Ambos fazem parte de uma conceção do habitante da cidade como categoria de um público, o cidadão comum.

¹² Norbert Elias observa que «A burguesia francesa, relativamente ativa no plano político, em parte reformadora e durante um certo período revolucionária, esteve e permaneceu, no seu comportamento, na sua afetividade, geralmente ligada à tradição da corte, e isto mesmo após a supressão do Antigo Regime, porque os costumes da corte tinham sido adotados muito antes da revolução pelas camadas médias, devido aos contactos mais frequentes entre os círculos aristocráticos e os círculos burgueses» (Elias, 1991: 71).

¹³ O tático opõe-se ao estratega (aqui, os dispositivos urbanos fabricados pelos engenheiros e urbanistas que forcem certas práticas de circulação). Michel de Certeau chama tática a «um cálculo que não pode contar com um próprio, nem com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. A tática apenas tem lugar no outro» (Certeau, 1990: XLVI).

Para Michel de Certeau, as táticas são práticas quotidianas que fazem parte das «artes de fazer»: falar, ler, circular, fazer negócios, etc. Elas formam continuidades e permanências.

Nas nossas sociedades, elas multiplicam-se com o desmoronamento das estabilidades locais como se, não estando fixadas por uma comunidade circunscrita, se desorientassem, deambulando e assimilando os consumidores a imigrantes num sistema demasiado vasto para ser o seu e demasiado apertado para que possam escapar-lhe (Certeau, 1990: XLVII).

As práticas quotidianas do espaço remetem para maneiras específicas de fazer, volúveis e erráticas e insinuando-se na cidade projetada, planificada pelos urbanistas. Quais são os traços dessas maneiras de fazer do consumidor-tático da cidade? São os caminhos, os percursos e as trajetórias que o peão percorre e que Michel de Certeau pretende analisar como «a fala dos passos perdidos». Esta forma um espaço de enunciação que possui uma função enunciativa tripla. Os atos da marcha (considerados como atos de fala) são um processo de apropriação, uma realização espacial, e, por fim, implicam relações entre posições diferenciadas (ou seja, contratos pragmáticos, aqui sob a forma de trajetórias) (Certeau, 1990: 148).

A enunciação pedonal diferencia-se do sistema espacial. «O utente da cidade recolhe fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo» (Roland Barthes *apud* Certeau, 1990: 149). Este torna as possibilidades fixadas pelo dispositivo urbano efetivas, as quais são por vezes diminuídas (atalhos), por vezes aumentadas (desvios) pelo caminho pedonal. As figuras retóricas do peão são da ordem da sinédoque e do assíndeto: por essas duas figuras complementares de estilo, as singularidades da cidade ora são aumentadas, ora formam ilhotas separadas.

Uma expande um elemento do espaço para fazê-lo desempenhar o papel de um «mais» (uma totalidade) e substituí-lo (a bicicleta ou o mobiliário à venda numa vitrine vale para uma rua inteira ou um bairro). O outro, por elisão, cria um «menos», abre ausências no *continuum* espacial e apenas retém pedaços ou até mesmo relíquias (Certeau, 1990: 153).

Pierre Mayol expande essa perspectiva que faz do habitante da cidade um tático, mas contribui com um ponto de vista suplementar, na medida em que contempla não só a dimensão transitória das trajetórias operadas pelo peão, mas também o carácter permanente que estas assumem nos espaços conhecidos pelo habitante de um bairro. Este surge como o espaço do «analista» de um duplo registo inter-

dependente, que o autor distingue através da observação da organização da vida quotidiana. Um é constituído por comportamentos visíveis no espaço social da rua (vestuário, código de cortesia e evitamento ou, pelo contrário, prática de um espaço público ao invés de um outro). O outro representa «os benefícios simbólicos esperados pela maneira de se comportar». Ambos são observáveis de uma forma fragmentária e parcial «pelo modo como o utente “consome” o espaço público».

O bairro é assim definido como «o lugar para se manifestar um “engajamento” social, por outras palavras: uma arte de coexistir com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados pelo facto concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição» (Certeau *et alii*, 1994: 17). Através das práticas espaciais, o residente de um bairro manifesta um certo domínio do meio social conhecido e no qual é reconhecido. Nesse território delimitado, insinuam-se assim práticas sociais que tendem a transformar o espaço público investido pelo utente num «espaço privado particular» (Certeau *et alii*, 1994: 18).

Os trabalhos de Isaac Joseph têm uma perspetiva diferente, no entanto, a imagem do público cidadão que este desenvolve apresenta algumas semelhanças com a de Michel de Certeau. Ambos concebem o público da cidade através dos seus caminhos e dos seus percursos, mas enquanto o espaço praticado leva a uma análise detalhada dos modos de consumo de um bairro, a segunda perspetiva remete para os espaços dedicados à circulação e aos transportes (o metro, em particular). Por conseguinte, Isaac Joseph concebe o público cidadão como um público transitório submetido a experiências urbanas consideradas problemáticas, em espaços de circulação cujas condições de acessibilidade determinam o significado das interações sociais.

A microsociologia de Isaac Joseph, que se baseia largamente nos autores da tradição sociológica de Chicago (sobretudo em Georg Simmel, Erving Goffman e John Dewey), presta atenção à ecologia das atividades humanas do mundo moderno. Este, em movimento, caracteriza-se pela densidade e publicidade das interações humanas, expondo o habitante da cidade a situações problemáticas provocadas pela coexistência nos espaços da cidade. O «transeunte» é concebido como uma figura ideal típica e como o analista da mobilidade urbana. Este dá conta igualmente daquilo que é específico do comportamento cidadão, a saber, a sua indiferença civil. O transeunte resulta do cosmopolitismo inerente à cidade, e esse carácter define-o de forma consubstancial. Nesta perspetiva, a relação com o outro traduz-se na circulação: «“os problemas de orientação e localização” são centrais para o utente dos lugares-movimentos, preocupados em manter entre

esses labirintos “a continuidade do trajeto nos seus desvios e nas suas ruturas”» (Séminaire de Réflexion [...], 2007: 189).

Estas duas abordagens centram-se nas práticas quotidianas dos habitantes urbanos sem fazer o retorno à distinção subjacente entre o mundo urbano e o mundo rural. Ora, essas fronteiras são cada vez mais indistintas e originam uma figura composta de aldeãos urbanos ou de urbanos aldeãos, cuja dinâmica não é aqui esboçada (Hannerz, 1983: 147), ao passo que se encontra no centro dos debates urbanos relativos ao duplo fenómeno observado da urbanização e da des-territorialização (cf. Asher, 1995 e Picon, 1998). Assim, estes autores consideram apenas a experiência urbana num âmbito quotidiano, no qual os trajetos individuais contornam sistematicamente os espaços públicos concebidos para os ajuntamentos em massa: praças para eventos, estádios desportivos, salas de concertos, etc. (cf. Boullier, 2010). A copresença é investida apenas na sua dimensão mais discreta, recorrendo a todos os truques para evitar o embaraço de um encontro, para limitar os riscos de conflito nos espaços públicos, etc. Essa copresença pode ser também abordada na sua dimensão espetacular, festiva, lúdica (cf. Dagnaud, 2008) e política.

ATO IV: O REGRESSO DO POLÍTICO: O CIDADINO, ESFERA PÚBLICA E LUGAR URBANO

A abordagem do filósofo Louis Quéré (1992) tenta renovar a conceção do público citadino, avançando com a hipótese de uma possível convergência entre as características dos locais públicos e as do domínio público, conforme definido por Hannah Arendt. Para este autor, a análise socioantropológica da urbanidade expande a problemática da publicidade, já que se baseia numa

[...] modalidade particular da coexistência e da interação sociais: a que prevalece nos locais públicos e, em particular, nos espaços urbanos, e que se manifesta simultaneamente por uma falta de comunicação, pela manutenção do anonimato, pelo privilégio das aparências e pela aceitação da indeterminação dos outros (Quéré, 1992, 83).

Essa vida pública coextensiva da vida social, desenvolvida na abordagem de Erving Goffman, abrange também as características do domínio público, tal como definidas por Hannah Arendt, ou seja, «a instituição de um comum», «o tornar visível» e a «não apropriação» (que passa pela aceitação de uma identificação anónima).

Daniel Brezger e Louis Quéré, no seu estudo sobre os espaços públicos urbanos (1992), constataram que o

[...] carácter «público» dos locais ditos «públicos» é uma dimensão à qual os seus utentes se tornam mutuamente sensíveis ao manifestarem certos comportamentos, ao adotarem certas atitudes, em particular ao manterem esses locais sob os auspícios de uma a-propriedade irredutível (Brezger & Quéré, 1992: 85).

Mas serão essas práticas sociais, observadas nos locais públicos urbanos, o resultado de uma representação coletiva e simbólica do domínio público? Nesse caso, justifica-se associar «a publicidade de espaços urbanos e dos locais públicos, em geral, ao princípio político da publicidade». Ou será que essas práticas apenas refletem a «aprendizagem coletiva histórica» do estilo de vida urbano? Nesse caso, o princípio da publicidade política não poderia ser correlacionado com os estilos de vida em público.

Essa interrogação dá-nos uma visão renovada do público cidadão enquanto público político, ao basear-se numa definição dos espaços públicos urbanos entendidos no sentido do domínio público de Hannah Arendt. Contudo,

[...] de uso relativamente recente no urbanismo, a noção de espaço público não é, no entanto, objeto de uma definição rigorosa. Podemos considerar o espaço público como parte do domínio público não construído, alocado para usos coletivos. O espaço público é assim formado por uma propriedade e por uma atribuição de um uso (Merlin & Noisette, 1995: 355).

Esta definição *a minima* não leva em conta, por outro lado, a variedade de usos dos habitantes da cidade, que privatizam certos locais públicos (os sem-abrigo, os vendedores ambulantes, as manifestações públicas espontâneas, etc.) ou acedem a locais privados e comerciais dando-lhes um uso público. Parece, assim, difícil assimilar os locais públicos (ou tornados públicos) a espaços que põem em prática os usos democráticos. Exceto, precisamente, para as novas formas de mobilizações performativas, sociais, culturais e políticas encarnadas nos exemplos do OWS e da Nuit Debout.

Os públicos políticos plurais

A descrição sociológica empírica do público constitui uma zona cinzenta, um ponto cego da teoria política (em Habermas (1993), Hannah Arendt (1961), Oskar Negt (2007) e Nancy Fraser (2001)). Não se deve confundir a esfera pública burguesa

com as características da grande burguesia, o domínio público com a assembleia dos cidadãos da democracia ateniense do século V a.C., a esfera pública da oposição proletária com os trabalhadores.

Alguns historiadores puseram em questão essas «ilusões» sociais para mostrar até que ponto correspondem a realidades historicamente comprovadas. É a partir de uma leitura crítica de Habermas que os trabalhos dos historiadores se tornaram mais abundantes em França, pois a teoria do espaço público foi baseada numa análise sócio-histórica da formação de uma burguesia na Europa na época das Luzes que necessitava ser amplamente revista, alterada ou matizada. Contrariamente às abordagens da teoria política, que tende a reificar as categorias de público «universais» em entidades abstratas e genéricas, a perspectiva histórica tende a materializar e a especificar o público numa multiplicidade de atores sociais. Por exemplo, Arlette Farge toma como ponto de partida a obra de Habermas, que descartou da análise da configuração histórica do espaço público a esfera pública plebeia. Esta última torna-se o objeto do olhar de Arlette Farge (1992) sobre a Paris do século XVIII. O público é considerável quando representado pela pequena população de Paris do século XVIII, colocando-se a par das notícias através de um circuito de difusão informal, discutindo-as na via pública e contestando-as em movimentos de agitação qualificados de «emoções populares». A rua é o palco das sociabilidades populares e torna-se o lugar das mobilizações políticas. O público aqui é urbano e popular, a par das novidades e dos rumores. Irrompe na cena pública sem ter sido convidado, perturba a ordem pública, forma fileiras de turbas insurrecionais ou agitações pontuais. O público é o artesão, o lojista, etc., e reúne a população parisiense. A noção de público está ligada ao crescimento das cidades e às novas sociabilidades urbanas, às quais dão origem. No entanto, através dos modelos ideais típicos da filosofia política, podemos desconstruir as representações sociais que estes veiculam e ajudam a forjar. Podemos, portanto, tentar caracterizar o público através dos traços dominantes que estes autores lhe atribuíram. Uma vez mais, o público escapa a toda categorização *a priori*. Funciona como uma figura simbólica ou como uma figura ideal tipo que o afasta da realidade histórica.

Por fim, as abordagens do interacionismo simbólico, pelo contrário, propõem uma leitura renovada dos públicos em conexão com os processos de definição de um problema público.

Os públicos «universais» da cidade

O público é numericamente minoritário assim que é recrutado nas fileiras da assembleia formada pelos cidadãos da *polis* grega ou da burguesia do século da Luzes (cf. Habermas, 1993). Estes são os grupos sociais dominantes ou em vias de o ser. Os primeiros são homens livres, proprietários de terrenos, alheios aos constrangimentos materiais da domesticidade. Reúnem-se em círculo entre pares iguais depois de terem deposto as suas armas. Ficam igualmente livres do exercício da violência física assim que se encontram na companhia uns dos outros. São os únicos a quem são atribuídas competências para falar sobre os assuntos da cidade e estabelecer as regras e as leis que regem a vida em comum. A homogeneidade do seu estatuto social permite pôr em suspenso a defesa dos seus interesses privados, ou seja, as questões relativas ao comércio e à esfera familiar e social. Na assembleia, apenas são levantadas questões relativas à vida pública. A igualdade de estatuto e a identidade social partilhada fundamentam a participação dos cidadãos por intermédio de uma deliberação em comum do político. Aqui, a questão da identidade social dos indivíduos prevalece e torna-se uma das condições *sine qua non* para a formação do público político.

Do mesmo modo, em Habermas, há condições prévias para a pertença a uma visão idealizada da burguesia europeia. Estas permitiriam servir o interesse geral, e não os seus interesses comerciais privados. O público burguês possui condições materiais favoráveis ao desenvolvimento da cultura letrada, considerada necessária para o exercício da cidadania, ou seja, para a criação de um espaço de deliberação apoiado na circulação da imprensa, da leitura privada, da troca à distância. Este público é, portanto, composto essencialmente por leitores de literatura e de ciência, mas também de periódicos, e, progressivamente, os temas da discussão politizam-se; da crítica erudita e literária passamos à crítica da monarquia absolutista. O processo descreve e estabelece uma ligação entre a competência crítica e a formação do público burguês, entre a competência política e o exercício da cidadania, contestada por outros defensores da teoria crítica alemã (Oskar Negt).

Esses dois modelos normativos não resistem à releitura e à revisão históricas. Em relação ao primeiro modelo, saído da ágora ateniense, o princípio da democracia direta nunca se concretizou plenamente (cf. Manin, 1995). A democracia antiga foi fundada sobre o princípio do sorteio dos cidadãos considerados igualmente aptos para o conjunto das funções políticas. O que aqui importa é que potencialmente todo o cidadão de Atenas poderia ocupar alternadamente

a posição de governado e de governante. Essa regra, que visava uma maior justiça democrática, impunha que o cidadão ateniense ocupasse esses papéis sucessivamente e não ao mesmo tempo. Ao contrário do modelo da *polis* grega de Arendt, não é tanto a identidade social dos indivíduos que forma um pré-requisito para o domínio público, mas a capacidade de um governante se pôr no lugar de governado.

No segundo modelo, de forma caricatural, o público representa a franja cultivada do Terceiro Estado em luta contra o Antigo Regime. Esta análise sócio-histórica da burguesia de Habermas não resiste, longe disso, aos avanços das pesquisas dos historiadores¹⁴ da modernidade e da contemporaneidade. O termo «burguesia», na década de 1960, referia-se a uma qualificação global comumente aceita para categorizar os atores da Revolução Francesa e da época das Luzes em referência ao marxismo, sobejamente obsoleto na atualidade. Com efeito, o público «burguês» do século XVIII reúne membros do Terceiro Estado e da nobreza, envolvendo, ao mesmo tempo, categorias de burguesia muito diversas (Chartier, 1994).

O público pode ser potencialmente em grande número, mas é encarnado por uma minoria: de classe, de género e de etnia. É, em todo o caso, no momento da sua emergência na cena pública, minoritário e sobretudo dominado e até mesmo oprimido.

O «público opositor» toma a palavra e entra na cena pública construindo diferentes formas de comunicação e de expressão (Revolução Francesa, Revolução de 1848, A Comuna, a Revolução Alemã de 1918, as greves gerais de 1936, os eventos de maio de 68, etc.). Age de forma autónoma, desenvolvendo práticas deliberativas próprias e formas de auto-organização. Ultrapassa, assim, o âmbito da esfera pública dominante, pondo em causa os mecanismos de manutenção da posição hegemónica da esfera pública burguesa, como a delegação, a representação e, finalmente, a institucionalização. Para Oskar Negt, o exemplo mais revelador da emergência de um público proletário é a Revolução Alemã de 1918 e o desenvolvimento de conselhos de operários que acabam com a monarquia alemã. Se o operário é a figura social, por excelência, deste tipo de público, não restam dúvidas de que ele pode encarnar noutros grupos oprimidos, como os negros, as mulheres, etc. Essa conceção de um público opositor não constitui uma alternativa teórica ao público burguês habermassiano, mas permite a emergência de novos atores na cena pública (as crianças, as mulheres, os operários, os negros, os estrangeiros, etc.), até então ignorados, e analisar como essas duas formas de público podem

¹⁴ Fazemos aqui alusão aos trabalhos de Chartier, 1990.

entrecruzar-se de diferentes maneiras. Habermas, no prefácio à nova edição de 1992, toma nota dessa contribuição ao escrever que:

A exclusão das camadas inferiores, cultural e politicamente mobilizadas, provoca, desde logo, uma pluralização da esfera pública na sua fase de formação. Ao lado da esfera pública hegemónica e entrelaçada nela, forma-se uma esfera pública plebeia (Habermas *apud* Neumann, 2007: 9).

De igual modo, Nancy Fraser assinala também a existência de públicos subalternos compostos por grupos minoritários, formando arenas de discussão paralelas e subordinadas à esfera pública dominante. Estas constituem uma força contestatária e emancipadora, na medida em que possuem a dupla característica de serem espaços de reunião fechados sobre si mesmos e de serem esferas de experimentação de novas formas de expressão pública. A autora toma como exemplo de «contrapúblico subalterno» o movimento feminista norte-americano no final do século XIX, que foi uma esfera de produção e de difusão de contradiscursos, fazendo emergir de forma inédita a questão feminina no seio da esfera pública.

Na tentativa de superar o modelo habermassiano,¹⁵ que qualifica de esfera pública «pós-burguesa», Nancy Fraser distingue entre públicos frágeis e públicos fortes no seio das sociedades democráticas representativas. Opera, desta forma, uma síntese dos trabalhos de Habermas e de Oskar Negt. Os primeiros públicos provêm da sociedade civil resultante das relações interindividuais secundárias, de associações não-governamentais sem fins económicos ou administrativos. Essa esfera frágil e dominada produz opiniões mobilizadas e forma, nesse sentido, um contrapoder em face do Estado. Quanto aos públicos secundários, estes são formados por esferas de discussão e de tomadas de decisão no seio do Estado (por exemplo, os parlamentos) e constituem a esfera pública dominante. As ligações entre esses dois públicos, frágeis e fortes, lamenta Nancy Fraser, formam uma espécie de zona cinzenta, na medida em que são constitutivos das relações políticas fundamentalmente desiguais que governam a democracia representativa. A análise das suas relações dialéticas permitiria superar o modelo da esfera pública burguesa, o qual se mostra pouco adaptado ao contexto político presente.

¹⁵ Nancy Fraser não deixa de questionar de forma crítica os contributos de Habermas à Teoria Crítica. A propósito da sua obra *Théorie de l'Agir Communicationnel*, traduzida para inglês em 1984, cf. Fraser, 1985.

Os públicos da Escola de Chicago: o regresso ao real

Representando a denominada Segunda Escola de Chicago, Joseph Gusfield, nos seus trabalhos de sociologia dos problemas públicos (*The Culture of Public Problems*, 1981), propõe uma definição de público que parece seguir as pisadas de Dewey:

Um público é constituído por pessoas preocupadas com um problema ou afetadas por um problema, que têm uma opinião sobre um problema ou votam por referência a um problema, pessoas que se empenham ou que suportam um movimento de ação coletiva (Gusfield, 2003: 70).

Embora esta definição pareça estar de acordo com a teoria do público de Dewey, tal não passa de uma ilusão. O processo de reabilitação de Dewey, cujo pensamento, até aos anos 90, sofreu um longo «eclipse» nos Estados Unidos,¹⁶ e a sua «descoberta» em França uma década depois¹⁷ mascararam as pesquisas em sociologia dos problemas públicos (Neveu, 1999 e 2017) que surgiram e amplamente se ramificaram e difundiram nesse intervalo de tempo.

Em primeiro lugar, estas formam-se a partir do interacionismo simbólico dos comportamentos coletivos. Resultam da herança de Georges Herbert Mead, por intermédio de Herbert Blumer¹⁸ (1900-1987).¹⁹ A perspetiva metodológica e teórica inaugurada por Blumer dá origem, entre outros, aos trabalhos sobre o

¹⁶ Segundo Mark Whipple, essa reabilitação do pensamento de Dewey inscreve-se num movimento de regresso das teorias da participação política nos Estados Unidos, como demonstram três biografias intelectuais que lhe foram consagradas na década de 1990. Cf. Whipple, 2005: 157.

¹⁷ A biografia intelectual de Joëlle Zask, a tradução em francês, em 2003, de *Public et Ses Problèmes* por esta última e as análises propostas por Louis Quééré a partir das suas teses ou ainda de alguns cientistas políticos testemunham a descoberta francesa. Cf. Quééré, 2003. Para uma abordagem pragmática da opinião pública, cf. Brugidou, 2008.

¹⁸ Blumer refuta assim a filiação estabelecida entre Dewey e o próprio, para melhor afirmar a sua filiação com Mead: «Os estudantes [...] de sociologia do departamento de Chicago na década de 1920 tinham acesso direto ao pensamento de Mead, não ao de Dewey, que tinha deixado Chicago quase 20 anos antes». Blumer acrescenta que o ensino de psicossociologia foi ministrado por Ellsworth Faris, que fora treinado por e se aproximava muito das teses de Mead. Mais tarde, Blumer trabalhou diretamente com Mead, durante mais de sete anos, como assistente de investigação. Cf. Blumer, 1977: 285-286.

¹⁹ Para uma biografia de Herbert Blumer, cf. Chapoulie, 2001: 190-191. O autor insiste no carácter principalmente teórico e crítico das publicações que fizeram a sua reputação. Um dos

desvio social de Howard S. Becker, publicados em 1963 (Becker, 2006), e à análise das mobilizações coletivas de Joseph Gusfield (*Symbolic Crusade*, publicado igualmente em 1963). A difusão dos trabalhos da Segunda Escola de Chicago tem lugar num contexto de crise universitária nos Estados Unidos, «que devia, entre outras coisas, “despromover” a sociologia tal como praticada pelos investigadores de Columbia e de Harvard e, pelo contrário, chamar a atenção (entre outras coisas) para a abordagem etnográfica [...]» (Chapoulie, 2001: 214). A tradição da Escola de Chicago tornou-se visível sobretudo pela publicação e pelas numerosas reedições dos trabalhos de Erving Goffman e de Howard Becker,²⁰ ao passo que a influência de Herbert Blumer ainda persiste nas pesquisas sobre os problemas sociais,²¹ especialmente a partir do seu artigo programático «Social problems as collective behavior», publicado em 1971, na revista *Social Problems*.²² Em segundo lugar, a sociologia dos problemas sociais é forjada a partir da sua abordagem construtivista, que surge no final da década de 1970, nos Estados Unidos, com a obra seminal de Spector e Kistuse, *Constructing Social Problems* (1977). Esta perspetiva ganha amplitude e torna-se objeto de variadíssimos trabalhos sobre a construção de problemas sociais, sem fazer referência aos trabalhos fundadores de Herbert Blumer.²³

O ponto de partida de Blumer é o comportamento coletivo. Esquemáticamente, esse comportamento é formado pelos outros. O ator age em função da ação dos outros, e essa ação é forçosamente restringida por eles. A definição da sua situação é orientada por esquemas de definição provenientes do seu grupo. Na sua ação,

seus domínios de pesquisa consiste no estudo dos «comportamentos coletivos» por intermédio de dois prismas principais: a moda e os problemas sociais.

²⁰ Becker relaciona o sucesso de *Outsider* com os efeitos da concorrência de outras disciplinas no seio do currículo universitário americano. A acessibilidade da obra e a temática do desvio (através de práticas difundidas entre os estudantes dessa geração, como o consumo de marijuana e a audição de jazz) tornaram-na num quase manual para os estudantes das décadas de 1960/1970. Cf. Becker, 2006: 241.

²¹ O modelo dos problemas sociais desenvolvido por Blumer representa um quadro teórico ainda considerado relevante por alguns investigadores americanos, entre as décadas de 1980 e 2000. Citarei aqui três publicações que lhe fazem explicitamente referência: Stern, 1984; Hilgartner & Bosk, 1988; e Maratea, 2008.

²² Este artigo foi publicado em francês, em tradução de Laurent Riot (Blumer, 2004).

²³ Cf. a apresentação de Laurent Riot em Blumer, 2004: 186-187.

este assume um papel entre o conjunto de papéis sociais que lhe são propostos. Essa leitura do comportamento humano é transposta para o problema social. Este último

[...] existe antes de mais pela forma como é definido e concebido numa sociedade, e não como uma condição objetiva e definitiva dessa sociedade. É a definição que a sociedade dá a uma dada situação que determina se esta existe como problema social. Essa definição social prepara a forma como os problemas sociais são apreendidos e, de seguida, determina o que deve ser feito a seu respeito.

Para Joseph Gusfield, a própria ideia de «problema social» é uma categoria de pensamento, uma forma de apreender determinadas condições como resultantes ou causadoras de uma queixa ou de uma reivindicação para mudar as coisas por meio de ações públicas. É o reflexo de uma cultura específica das nossas sociedades contemporâneas, e os domínios abordados tendem a aumentar de forma inflacionária: os direitos das pessoas com deficiência, os direitos da mulher, dos prisioneiros, das crianças, dos *gays* e das lésbicas, etc. A expansão dessa categoria e das áreas descritas como problemas sociais leva ao surgimento de novos movimentos por novos direitos e pelo reconhecimento público desses novos problemas. «A conceptualização de uma situação enquanto problema social está intimamente ligada ao desenvolvimento do Estado-providência» e gera uma cultura coletiva para resolver o que é considerado parte do espectro cada vez maior de uma resolução pública.

O importante é mostrar o processo de definição coletiva do problema público e, assim, caracterizar a sua emergência, a sua carreira e o seu destino. Para Herbert Blumer, a análise dos eventos mais importantes do processo decompõe-se em cinco etapas: a emergência do problema social, a legitimação desse problema, a mobilização da ação em face desse problema, a formação de um plano de ação oficial para abordá-lo e a transformação deste plano de ação na sua implementação concreta. Herbert Blumer sublinha que o reconhecimento dos problemas sociais é um processo altamente seletivo, visto que poucos são os que obtêm um reconhecimento no interior das arenas públicas (*media*, escola, associações, assembleias, etc.) e menos ainda os que obtêm uma definição oficial. Por fim, modificações e alterações importantes podem mudar profundamente o tratamento inicialmente previsto para um problema social pelo legislador e pelo executivo.

Em cada uma dessas etapas «naturais», que vão desde o nascimento até à morte do problema social, formam-se públicos no centro da mobilização e tendem

a pluralizar a sua forma de ação. Nesta perspetiva, o público emana da sociedade civil entendida como sendo formada por redes de relações interindividuais múltiplas que se entrelaçam. O público é efêmero e contingente, pois é moldado por crises ou situações consideradas problemáticas. Assim que se institucionaliza, perde a sua qualidade primária de ser uma força política e social informal. É (ou não) um prelúdio para formas de agrupamentos coletivos mais estáveis, tais como as associações de defesa de uma causa pública nacional ou transnacional, os coletivos categoriais (por exemplo, os desempregados, os migrantes sem documentação, as enfermeiras), os sindicatos e os partidos políticos, etc. O público representa as forças de contestação e de mudança das sociedades democráticas, na medida em que propõe uma renovação das formas de expressão pública, bem como dos seus conteúdos, fazendo emergir questões, problemas sociais e políticos e submetendo-os à discussão pública; também pode propor alternativas políticas e sociais e formas de resolução dos problemas públicos.

A questão dos públicos abordados pelo prisma das mobilizações coletivas revela os atores sociais observados nos processos de definição de um problema social (alcoolismo e movimentos pela temperança no início do século XIX, por um lado; consumidores de marijuana, legislação e campanha da imprensa a favor da sua aplicação, por outro lado) (cf. Becker, 2006; Gusfield, 1963).

O público, nas abordagens interacionistas de Howard S. Becker e de Joseph Gusfield, está assim encarnado na primeira franja dos «empreendedores da moral» (Becker, 2006: 171),²⁴ que são os criadores das normas sociais, apoiados na sua ação pública reformadora por outros atores que não têm necessariamente os mesmos interesses (industriais, especialistas jurídicos, etc.). Estes reúnem indivíduos que empreendem «uma cruzada pela reforma da moral»: proibicionistas, abolicionistas, etc. O qualificativo «cruzado» foi escolhido visto que estes indivíduos acreditam ter uma missão sagrada para cumprir; o mundo não está em ordem até que novas normas sejam instauradas e impostas para reformá-lo moralmente. Este reparo moral faz-se acompanhar igualmente por uma vertente social que tende a melhorar as condições económicas das vítimas do alcoolismo, do abolicionismo, etc. Esses militantes de cruzadas morais têm uma apreensão do mundo social própria da classe dominante ou, mais precisamente, daqueles que são e se percebem como mais favorecidos socialmente do que outros: «Reconhecemos neste tipo de

²⁴ A segunda franja reúne aqueles que as aplicam (aqui, a força policial) assim que o problema social dá origem a um dispositivo legislativo para a sua resolução.

reformismo moral o modo de abordagem de uma classe dominante em relação àqueles que ocupam uma posição favorecida na estrutura económica e social» (Gusfield *apud* Becker, 2006: 173).

Os representantes do movimento da temperança americano, no seu início, pertencem à alta burguesia, mas mais tarde são recrutados entre os membros da classe média. Essa evolução é reveladora das tensões sociais, culturais e étnicas no interior da sociedade americana, aqui expressas através da luta contra o alcoolismo. O empenho nesse combate dos «empreendedores da moralidade» baseia-se numa

[...] lógica de «estatuto», em que a estigmatização do bebedor funciona como um instrumento de reafirmação de grupos sociais temendo o declínio, que encontram numa postura de defensores dos valores morais da americanidade o meio para reafirmarem uma superioridade simbólica (Neveu, 1999: 44).

Joseph Gusfield (1981 e 1989) esclarece ainda mais a noção de «empreendedores da moral» através da sua análise da produção discursiva (a partir de quadros interpretativos ou de esquemas da perceção) que suscita, na década de 1970, a emergência do alcoolismo ao volante enquanto problema público. No processo de constituição do problema público, os empreendedores da causa não são iguais na sua capacidade de acesso às arenas públicas. Alguns deles, no entanto, tornam-se os «donos» do problema público, através de um processo de reconhecimento do problema como uma causa remediável (o alcoólatra é alguém que necessita de ajuda, não está condenado). A sua resolução requer um grupo específico de indivíduos que possuam conhecimento e experiência nesse domínio e que possam exercê-los a fim de cumprir a sua missão de assistência, cuja última etapa consiste no regresso dos alcoólicos, dos criminosos, dos jovens delinquentes, etc., à sociedade. Esse grupo tem autoridade suficiente para fazer com que se reconheça uma situação problemática como um problema público, para impor a sua definição do problema, com a exclusão de outras definições, e para fornecer soluções; tem o poder de influenciar a coordenação e a tomada de decisões políticas e públicas relativas ao problema. Esse grupo torna-se, assim, o interlocutor privilegiado das autoridades públicas num dado momento. Nesse sentido, a Igreja Protestante, no início do século XX, foi o ator principal no problema do álcool, tendo perdido esse estatuto em prol de outras instituições, médicas e governamentais. Nesta perspetiva, o público é, em certo sentido, «despolitizado», ou melhor, reflete o processo de despolitização que engendra a transformação de uma questão política

num problema social. A medicalização do problema no interior das arenas públicas e a psicologização do fenómeno (responsabilidade individual expressa em termos de deficiências físicas e psíquicas em detrimento de uma responsabilidade coletiva) desviam a atenção para longe dos aspetos políticos da questão.

Os «donos» do problema fazem emergir novas profissões (assistentes sociais, conselheiros, psicólogos clínicos, etc.), com base no princípio de que um problema social é, antes de mais, o resultado de uma deficiência individual. Em contrapartida, a estigmatização de uma população contribui para que lhe sejam conferidos um estatuto social de desviante (alcoólatras, sem-abrigo, homossexuais, etc.) e direitos e obrigações ligadas a essa posição social. Ao mesmo tempo, assistimos a uma profissionalização do público mobilizado e a uma individualização dos direitos sociais das categorias de pessoas visadas. Esse processo de estigmatização não é, portanto, irreversível: assim, a mobilização dos homossexuais americanos transformou o seu estatuto de desviante num conflito político centrado no reconhecimento de um modo sexual alternativo.

O papel da mediatização nas fases de emergência e de legitimação só é abordado tardiamente nos trabalhos tributários do modelo das arenas públicas de Herbert Blumer. Através da análise do problema público dos «sem-abrigo», que surge no início da década de 1980, nos Estados Unidos, Mark. J. Stern (1984) demonstra que a sua fase de emergência, entre 1980 e 1982, resulta de uma combinação entre ativismo, publicidade e a sua concordância com a agenda política. A dimensão dramática e localizada das notícias sobre os sem-abrigo torna-os acessíveis à televisão e à sua audiência. Vários modelos explicativos entraram em competição, mas os planos oficiais ignoraram-nos ao orientarem-se para uma única solução paliativa, naturalizando a questão dos sem-abrigo: protegê-los do frio e da fome e manter os *homeless* longe dos centros das cidades. Esta resposta, própria do conservadorismo da era Reagan, retoma uma tradição antiga de caridade ao restabelecer um vínculo direto entre dador e recetor, esperando deste último um comportamento conforme, simplificando sobretudo o conjunto complexo de fatores sociais, económicos e culturais que explicam os sem-abrigo. A atenção pública (através da sua mediatização) dada ao problema social tende, aqui, a simplificar a situação considerada problemática e a sua resolução política, enquanto os defensores da causa tentam mostrar a perenidade das causas da pobreza nos Estados Unidos.

A questão da atenção pública torna-se igualmente central nos trabalhos de Stephen Hilgartner e Charles L. Bosk (1988). Recurso raro, ela concorre para uma competição entre diferentes problemas sociais e para sua seleção nos *media* e noutras arenas do discurso público. O desenvolvimento de um problema social

é constrangido pelas suas possibilidades limitadas de carreira no interior dessas arenas públicas. A luta é, portanto, constante para aceder à agenda pública e nela permanecer. Os autores propõem alterar, assim, o modelo de Blumer e abandonar a conceção naturalista das diferentes etapas do processo de um problema, para se centrarem sobre a análise das interações entre diferentes problemas no processo da sua definição e analisarem as dinâmicas dessa competição para captar a atenção do público. O seu modelo, portanto, põe a tónica nas arenas públicas, nas quais as definições dos problemas sociais evoluem, e analisa o efeito dessas arenas tanto no futuro do problema quanto nos atores que reivindicam em nome de uma causa. Este modelo toma de empréstimo, além da filiação explícita em Herbert Blumer, o papel do drama no processo de emergência dos problemas sociais; a importância do papel dos *gate-keepers* na seleção operada e no controlo do fluxo de mensagens para as audiências; a teoria das redes, para a importância atribuída à influência das inter-relações entre as instituições e as redes sociais em que são forjadas as definições de problemas públicos; por fim, a noção de *agenda setting* da ciência política, ao interessar-se principalmente pelos processos que estruturam a atenção coletiva nas arenas públicas.

O interesse desse modelo consiste em mostrar que os problemas apresentados publicamente pelos grupos e pelos indivíduos que desta forma os definem representam uma parcela mínima dos problemas potenciais. A maioria encontra-se à margem da atenção pública: pequenas comunidades de profissionais, ativistas, grupos de interesse que trabalham para manter vivos esses problemas nos confins do debate público.

Quanto aos problemas que adquirem um reconhecimento público, os indivíduos e os grupos que os apoiam são provenientes de vários sectores da sociedade e perseguem objetivos muito diferentes: alguns trabalham para a mudança social ou para um projeto de reforma (grupos de interesse, políticos, ativistas, grupos de contestação saídos de movimentos ou de contramovimentos), outros são motivados principalmente pela busca de lucros materiais e financeiros (produtores de televisão, especialistas em relações públicas, etc.). O termo «operador» é assim escolhido para designar esses grupos e indivíduos que expõem publicamente os problemas sociais à atenção pública por intermédio das arenas públicas. A sua configuração específica de acordo com os problemas públicos tem implicações importantes para o futuro do problema social, para os operadores em causa e para as autoridades públicas.

No entanto, nessas abordagens, a questão da espacialização e da localização dos problemas públicos continua por resolver. A manifestação de rua ou a ocupação de

locais públicos (existindo também nas suas várias versões, em papel, *web* ou redes sociais digitais assim que são mediatizadas) participam na dimensão espetacular (cf. Gibson, 2005) da cultura urbana e da cena pública (Soutrenon, 1998).

As praças públicas dão a ver a multiplicidade da vida social; são o alvo de uma grande variedade de engajamentos por parte dos indivíduos que as cruzam, as ocupam duradoura ou esporadicamente; são o lugar da progressão da carreira dos habitantes da cidade, entendida no sentido de Hannerz (cf. Hannerz, 1983: 316-322, 333-334). O interesse seria o de conciliar assim três modos de apreensão dos locais públicos da cidade pelos seus habitantes e de organizar os seus diversos papéis numa dupla perspectiva sincrónica e diacrónica: o espaço praticado, o espaço reivindicado e o espaço imaginado, delineando os contornos da cidade manifesto.

Bibliografia

- Arendt, H. (1961). *Condition de l'Homme Moderne*. Paris: Calmann-Levy.
- Asher, F. (1995). *Métapolis ou l'Avenir des Villes*. Paris: Éd. Odile Jacob.
- Becker, H. S. (2006). *Outsiders: Études de la Sociologie de la Déviance*. Paris: Métailié.
- Blumer, H. (1977). Comment on Lewis' «The classic american pragmatists as forerunners to symbolic interactionism». *The Sociological Quarterly*, 18, 285-286.
- Blumer, H. (2004). Les problèmes sociaux comme comportements collectifs [trad. L. Riot]. *Politix*, 17 (67), 185-199.
- Boullier, D. (2010). *La Ville Événement: Foules et Publics Urbains*. Paris: PUF.
- Bouvier, P. (2005). *Le Lien Social*. Paris: Gallimard/Folio.
- Bray, M. (2014). *Occupons Wall Street – L'Anarchisme d'Occupy Wall Street*. Paris: Ed. Noir et Rouge.
- Breslau, D. (1988). Robert Park et l'écologie urbaine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 74 (1), 55-63.
- Brezger, D. & Quéré, L. (1992). *La Matrice Pratique des Espaces Publics Urbains*. Paris: CEMS.
- Brugidou, M. (2008). *L'Opinion et Ses Publics*. Paris: Les Presses de Sciences Po.
- Cardon, D. & Granjon, F. (2013). *Médiactivistes*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Certeau, M. de (1990). *L'Invention du Quotidien: Ars de Faire* (vol. 1). Paris: Gallimard/Folio.

- Certeau, M. de et alii (1994). *L'Invention du Quotidien: Habiter, Cuisiner* (vol. 2). Paris: Gallimard/Folio.
- Chapoulie, J.-M. (2001). *La Tradition Sociologique de Chicago: 1892-1961*. Paris: Seuil.
- Chartier, R. (1990). *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil.
- Chartier, R. (1994). Dialogues sur l'espace public: Entretien avec Keith Michael Baker. *Politix*, 26, 5-22.
- Choay, F. (2003). *Espacements: L'Évolution de l'Espace Urbain en France*. Milano: Skira.
- Dagnaud, M. (2008). *La Teuf: Essai sur le Désordre des Générations*. Paris: Senil.
- Durkheim, E. (1975). Communauté et société selon Tönnies. In E. Durkheim. *Textes: Eléments d'Une Théorie Sociale* (383-390) (vol. 1). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Elias, N. (1974). *La Société de Cour*. Paris: Calmann-Lévy.
- Elias, N. (1991). *La Civilisation des Mœurs*. Paris: Calmann-Lévy.
- Elias, N. & Dunning, E. (1994). *Sport et Civilisation: La Violence Maîtrisée*. Paris: Fayard.
- Farge, A. (1992). *Dire et Mal Dire: L'Opinion Publique au XVIIIe Siècle*. Paris: Seuil.
- Favre, P. (dir.) (1990). *La Manifestation*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Favre, P. et alii (1997). La fin d'une étrange lacune de la sociologie des mobilisations: L'étude par sondage des manifestants: Fondements théoriques et solutions techniques. *Revue Française de Science Politique*, 47 (1), 3-28.
- Fraser, N. (1985). What's critical about Critical Theory? The case of Habermas and gender. *New German Critique*, 35, 97-131.
- Fraser, N. (2001). Repenser la sphère publique: Une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement. *Hermès*, 31, 125-155.
- Ghorra-Gobin, C. (2004). Dossier révolution urbaine et mondialisation. *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, 81 (1), 37-39.
- Ghorra-Gobin, C. (2007). Une ville mondiale est-elle forcément une ville globale? Un questionnement de la géographie française. *L'Information Géographique*, 71 (2), 32-42.
- Gibson, T. A. (2005). La ville et le «spectacle»: Commentaires sur l'utilisation du «spectacle» dans la sociologie urbaine contemporaine. *Sociologie et Société*, 37 (1), 171-195.
- Goffman, E. (1973). *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne* (2 vols.). Paris: Les Éditions de Minuit.

- Grafmeyer, Y. & Joseph, I. (1984). (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine*. Paris: Aubier.
- Gusfield, J. (1963). *Symbolic Crusade*. Urbana: University of Illinois Press.
- Gusfield, J. (1981). *The Culture of Public Problems*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gusfield, J. (1989). Constructing the ownership of social problems: Fun and profit in the welfare state. *Social Problems*, 36 (5), 431-441.
- Gusfield, J. (2003). Action collective et problèmes publics: Entretien avec Daniel Cefaï et Daniel Trom. In D. Cefaï & D. Pasquier (dir.). *Les Sens du Public: Publics Politiques, Publics Médiatiques* (63-78). Paris: PUF.
- Habermas, J. (1993). *L'Espace Public: Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*. Paris: Payot.
- Hannerz, U. (1983). *Explorer la Ville*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Harvey, D. (2015). Reconquérir la ville au profit de la lutte anticapitaliste. In D. Harvey. *Villes Rebelles: Du Droit à la Ville à la Révolution Urbaine* (209-267). Paris: Buchet-Chastel Editeur.
- Hilgartner, S. & Bosk, C. L. (1988). The rise and fall of social problems: A public arenas model. *The American Journal of Sociology*, 94 (1), 53-78.
- Joseph, I. (1992). L'espace public comme lieu de l'action. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 57-58, 211-217.
- Joseph, I. (1996). Les compétences de rassemblement: Une ethnographie des lieux publics. *Enquête*, 4, 107-122.
- Kuklick, H. (1984). L'École de Chicago et la politique de planification urbaine. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (333-367). Paris: Aubier.
- Lahire, B. (2004). *La Culture des Individus: Dissonances Culturelles et Distinction de Soi*. Paris: La Découverte.
- Lussault, M. (2017). *Hyper-Lieux: Les Nouvelles Géographies de la Mondialisation*. Paris: Seuil.
- MacKenzie, R. D. (1984a). L'approche écologique dans l'étude de la communauté urbaine. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (149-166). Paris: Aubier.
- MacKenzie, R. D. (1984b). Le voisinage, une étude de la vie locale à Columbus, Ohio. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (235-244). Paris: Aubier.
- Manin, B. (1995). *Principes du Gouvernement Représentatif*. Paris: Calmann-Lévy.

- Maratea, R. (2008). The e-rise of social problems: The blogosphere as a public arena. *Social Problems*, 55 (1), 139-160.
- Mariot, N. (2001). Les formes élémentaires de l'effervescence collective, ou l'état prêté aux foules. *Revue Française de Science Politique*, 51 (5), 707-738.
- Mattelart, A. (2008). *La Mondialisation de la Communication*. Paris: La Découverte.
- Merlin, P. & Noisette, P. (1995). Espace public. In P. Merlin & F. Choay (dir.). *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*. Paris: PUF/Quadrige.
- Negt, O. (2007). *L'Espace Public Oppositionnel*. Paris: Payot & Rivages.
- Neumann, A. (2007). Oskar Negt et le courant chaud de la Théorie Critique: Espace public oppositionnel, subjectivité rebelle, travail vivant. In O. Negt. *L'Espace Public Oppositionnel* (7-27). Paris: Payot & Rivages.
- Neveu, E. (1996). *Sociologie des Mouvements Sociaux*. Paris: La Découverte.
- Neveu, E. (1999). L'approche constructiviste des «problèmes publics»: Un aperçu des travaux anglo-saxons. *Études de Communication*, 22, 41-58.
- Neveu, E. (2017). *Sociologie Politique des Problèmes Publics*. Paris: Armand Colin.
- Occupy Wall Street! Textes, Essais et Témoignages des Indignés* (2012). Paris: Ed. les Arènes.
- Paquot, T. (2010). *L'Espace Public*. Paris: La Découverte.
- Park, R. E. (1967). The city as a social laboratory. In R. E. Park. *On Social Control and Collective Behavior* (3-18) (seleção, ed. e introd. R. H. Turner). Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Park, R. E. (1984a). La communauté urbaine: Un modèle spatial et un ordre moral. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (197-212). Paris: Aubier.
- Park, R. E. (1984b). La ville. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (83-130). Paris: Aubier.
- Park, R. E. (1984c). La ville comme laboratoire social. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (org.). *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (167-184). Paris: Aubier.
- Pétillon, P.-Y. (1991). O! Chicago: Images de la ville en chantier. In J. Baudrillard. *Citoyenneté et Urbanité*. Paris: Éd. Esprit.
- Picon, A. (1998). *La Ville des Territoires des Cyborgs*. Paris: Éditions de l'Imprimeur.
- Porta, D. della. (2003). Globalisation et mouvements sociaux: Hypothèses à partir d'une recherche sur la manifestation contre le G8 à Gênes. *Pôle Sud*, 19, 175-195.
- Quéré, L. (1982). *Des Miroirs Équivoques*. Paris: Aubier.

- Quéré, L. (1992). L'espace public: De la théorie politique à la métathéorie sociologique. *Quaderni*, 18, 75-92.
- Quéré, L. (2003). Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In D. Cefaï & D. Pasquier (dir.). *Les Sens du Public: Publics Politiques, Publics Médiatiques* (113-134). Paris: PUF.
- Rosanvallon, P. (2000). *La Démocratie Inachevée*. Paris: Gallimard.
- Schemeil, Y. (1983). D'une sociologie naturaliste à une sociologie politique: Robert Park. *Revue Française de Sociologie*, XXIV (4), 631-651.
- Séminaire de Réflexion Isaac Joseph (2007). L'empreinte d'Isaac Joseph. Explorations croisées. In D. Cefaï & C. Saturno (dir.). *Itinéraires d'Un Pragmatiste: Autour d'Isaac Joseph* (185-201). Paris: Economica.
- Sennett, R. (1979). *Les Tyrannies de l'Intimité*. Paris: Seuil.
- Simmel, G. (1989). Les grandes villes et la vie de l'esprit. In G. Simmel. *Philosophie de la Modernité* (233-264). Paris: Payot.
- Sorlin, P. (1992). Le mirage du public. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 39 (1), 86-102.
- Soutrenon, E. (1998). Le corps manifestant: La manifestation entre expression et représentation. *Sociétés Contemporaines*, 31, 37-58.
- Spector, M. & Kistsuse, J. I. (1977). *Constructing Social Problems*. New York: Aldine de Gruyter.
- Stern, M. J. (1984). The emergence of the homeless as a public problem. *The Social Service Review*, 58 (2), 291-301.
- Tönnies, F. (1887). *Gemeinschaft und Gesellschaft: Abhandlung des Communismus und des Socialismus als Empirische Culturformen*. Leipzig: s. n.
- Tönnies, F. (1944). *Communauté et Société. Catégories Fondamentales de la Sociologie Pure*. Paris: PUF.
- Weber, M. (1995). *Economie et Société: Les Catégories de la Sociologie* (vol. 1). Paris: Plon.
- Whipple, M. (2005). The Dewey-Lippmann debate today: Communication distortions, reflective agency, and participatory democracy. *Sociological Theory*, 23 (2), 156-178.
- Wirth, L. (1984). Le phénomène urbain comme mode de vie. In Y. Grafmeyer & I. Joseph. *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine* (255-281). Paris: Aubier.
- Zask, J. (2018). *Quand la Place Devient Publique*. Lormont: Le Bord de l'Eau.

AUTORES

Adriano Moreira é professor emérito da Universidade Técnica de Lisboa e professor honorário do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e doutor em Direito pela Universidade Complutense. Professor do Instituto Superior Naval de Guerra até à sua extinção. Colaborador da Universidade Católica Portuguesa e antigo professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Antigo presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa e membro dos conselhos da Escola Naval e do Instituto Universitário Militar. Presidente honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (2008-2010-2012). É Doutor Honoris Causa por várias universidades nacionais e estrangeiras e tem várias condecorações, medalhas militares e a Espada de Almirante, honorário, concedida pelo Chefe do Estado Maior da Armada. Antigo delegado à ONU (1957-1959). Ministro do Ultramar (1961-1963), foi igualmente deputado e vice-presidente da Assembleia da República (1979-1995). É conselheiro de Estado.

Alberto Vieira (1956-2019) foi doutor em História, na área de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, pela Universidade dos Açores, membro da Academia Portuguesa da História, investigador convidado do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (Universidade Aberta). Pertenceu a diversas academias e foi consultor científico em publicações periódicas especializadas. Foi, a partir de 1999, investigador coordenador do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA). Entre 2013 e 2015, foi diretor de serviços do CEHA e, em 2008, presidente deste Centro. Foi autor de diversos textos incluídos na obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (10 volumes, ainda em publicação) e coordenador das áreas de Economia e Finanças (em conjunto com Eduardo Jesus) e História Económica e Social da referida obra. Desenvolveu trabalhos de investigação nos domínios da história do meio ambiente e ecológica, da história da ciência e da técnica, do mundo das ilhas e das ilhas do mundo, da história da autonomia, da história da ciência e da tecnologia, da história da escravatura, da história da vinha e do vinho, da história das instituições financeiras, da história do açúcar, entre outros.

António Mega Ferreira é escritor, gestor e jornalista, nasceu em Lisboa em 1949, estudou Direito e Comunicação Social, foi jornalista e fundou as revistas *Ler* e *Oceanos*. Foi comissário executivo da Expo'98 e, de 2006 a 2012, presidiu a Fundação Centro Cultural de Belém. Tem cerca de 40 obras publicadas, entre ficção, ensaio, poesia e crónicas. Em 2002, foi-lhe atribuído o Grande Prémio Camilo Castelo Branco pelo seu livro de contos *A Expressão dos Afectos*. Em 2019, publicou *Viagens à Ficção Hispano-Americana*, coletânea de ensaios sobre escritores latino-americanos. O seu último livro, *Mais Que Mil Imagens*, foi publicado em 2020.

Carlos F. Clamote Carreto é professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde exerce atualmente as funções de coordenador executivo do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas e de subcoordenador científico do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT). Doutorado em Literatura Francesa Medieval

pela Universidade Aberta, em 2004, com a tese *O Mercador de Palavras ou as Encruzilhadas da Escrita Medieval – 1100-1270*, os seus principais campos de lecionação e de investigação têm incidido sobre as áreas de literatura francesa (nomeadamente medieval), teoria da literatura, estudos sobre o imaginário e estudos medievais. Para além de investigador integrado do IELT, é também membro colaborador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e do GRIS-France, e investigador associado do LITT&ARTS (Université Grenoble Alpes). Membro fundador e membro permanente da comissão de redação da revista interdisciplinar luso-francesa *Sigila* e codiretor dos *Cadernos do CEIL. Revista Multidisciplinar de Estudos sobre o Imaginário*, as suas publicações constituem uma reflexão sobre a forma como os imaginários culturais e ideológicos, entre os séculos XII e XIV, moldaram as conceções, representações e práticas da narrativa desenvolvidas durante esse período.

Eduardo Paz Ferreira é professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente do Instituto de Direito Europeu e do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal. Diretor do Centro de Investigação em Direito Económico e Financeiro (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Diretor da *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*. Membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. Sócio correspondente da Academia das Ciências e membro do Instituto Açoriano de Cultura. Presidente da Associação Fiscal Portuguesa durante dois mandatos. Autor de vasta obra nas áreas das finanças públicas, do direito europeu e do direito económico, com destaque para *Ensaio de Finanças Públicas* (2020). Advogado e jurisconsulto.

Gonçalo M. Tavares nasceu em 1970. Desde 2001, publicou livros em diferentes géneros literários. É um dos escritores de língua portuguesa mais traduzidos de sempre. É editado em cerca de 60 países. Os seus livros receberam vários prémios em Portugal e no estrangeiro. Com *Aprender a Rezar na Era da Técnica*, recebeu o Prix du Meilleur Livre Étranger 2010 (França), prémio atribuído antes a Robert Musil, Orhan Pamuk, John Updike, Philip Roth, Gabriel García Márquez, Salman Rushdie, Elias Canetti, entre outros. Alguns outros prémios internacionais: Prémio Portugal Telecom 2007 e 2011 (Brasil), Premio Internazionale Trieste 2008 (Itália), Prémio Belgrado 2009 (Sérvia), Grand Prix Littéraire du Web – Culture 2010 (França) e Prix Littéraire Européen 2011 (França). Foi, por diferentes vezes, finalista do Prix Médicis e do Prix Femina. *Uma Viagem à Índia* recebeu, entre outros, o Grande Prémio de Romance e Novela APE 2011. Os seus livros deram origem, em diversos países, a peças de teatro, danças, peças radiofónicas, curtas-metragens, objetos de artes plásticas, vídeos de arte, ópera, *performances*, projetos de arquitetura, teses académicas, etc., bem como a inúmeras traduções.

João Costa nasceu, em 1972, em Lisboa, tendo residido e crescido em Setúbal. É professor catedrático de Linguística na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorou-se em Linguística em 1998, na Universidade de Leiden, na Holanda, tendo sido investigador visitante do MIT. Licenciou-se em Linguística na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa até novembro de 2015. Foi presidente do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia até novembro de 2015. Foi secretário de Estado da Educação no XXI Governo Constitucional. Foi membro do Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura, da Comissão Nacional do

Instituto Internacional da Língua Portuguesa e do Conselho Consultivo do Instituto Camões. Foi presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Professor convidado em várias universidades no Brasil, em Macau, em Espanha, na Holanda e em Itália. Integra o conselho editorial de várias revistas internacionais de linguística. No âmbito da sua atividade de investigação (sintaxe teórica, aquisição e desenvolvimento da linguagem e linguística educacional), é autor de inúmeros artigos, capítulos de livros e livros.

José Carlos Seabra Pereira é doutor pelas universidades de Poitiers e de Coimbra. É professor na Faculdade Letras de Coimbra e na Universidade Católica, tendo sido também professor convidado no Instituto Politécnico de Macau. Coordenador científico do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e presidente do Conselho Científico Internacional do Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização, foi vice-presidente da Sociedade Científica da Universidade Católica. Diretor da revista *Estudos* (Centro Académico de Democracia Cristã) e membro do Conselho Redatorial da *Brotéria* e de outras revistas. Diretor do Secretariado Nacional para a Pastoral da Cultura (Portugal) e membro do Conselho Executivo da Fundação Inês de Castro e do Conselho de Patronos da Fundação Arpad Szenes/Vieira da Silva. Tem integrado os júris dos principais prémios literários de Portugal e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entre os quais o Prémio Camões. Figura de referência nos estudos sobre Camões, Decadentismo, Simbolismo, Neorromantismo e Modernismo, é autor de inúmeros estudos, com destaque para: *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa* (1975); *O Neo-Romantismo na Poesia Portuguesa* (1999); *Aquilino – A Escrita Vital* (2014), Prémio de Ensaio da Associação Portuguesa dos Críticos Literários; *O Delta Literário de Macau* (2015), Prémio de Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores; e *As Literaturas em Língua Portuguesa (Das Origens aos Nossos Dias)* (2019).

José Renato Gonçalves é professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no grupo de Ciências Jurídico-Económicas, e vice-diretor do Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal daquela Faculdade. Entre as suas publicações incluem-se os livros *The Euro and the Crisis: Perspectives for the Eurozone as a Monetary and Budgetary Union* (Springer, 2017), *After Brexit: Consequences for the European Union* (Palgrave Macmillan, 2018) (os dois em colaboração com Nazaré C. Cabral e Nuno C. Rodrigues) e *O Euro: Balanço e Perspectivas* (Almedina, 2019), vários artigos e a coordenação da área de Direito e Política da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (em 10 volumes), ainda em publicação.

Lilian Jacoto é licenciada (1988), mestre (1996) e doutorada (2002) em Letras pela Universidade de São Paulo (Brasil), onde leciona, desde 1998, nos níveis de graduação e pós-graduação na área da Literatura Portuguesa. Fez um pós-doutoramento em Estudos Românicos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2016) – bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – sobre a literatura de Gonçalo M. Tavares. A sua investigação é voltada para a literatura portuguesa moderna e contemporânea e as suas relações com a ética. É líder do grupo de investigação Núcleo de Estudos de Literaturas de Língua Portuguesa e Ética, através do

qual desenvolve e orienta projetos de investigação em torno de autores que rasuram o conceito de autoria, como Fernando Pessoa, Herberto Helder e Gonçalo M. Tavares.

Onésimo Teotónio Almeida é doutorado em Filosofia pela Brown University. É professor catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da mesma universidade e no Center for the Study of the Early Modern World. Na mesma universidade, leciona uma unidade disciplinar sobre Mundividências e Valores no Wayland Collegium for Liberal Learning. Os seus livros de ensaios mais recentes são *Despenteando Parágrafos. Polémicas Suaves* (2015), *A Obsessão da Portugalidade. Identidade, Língua, Saudade & Valores* (2017) e *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão* (2018), todos editados pela Quetzal. Destaque-se ainda a sua obra *De Marx a Darwin – A Desconfiança das Ideologias* (Gradiva, 2009), Prémio Seeds of Science para Ciências Sociais e Humanidades.

Valérie Devillard é professora na Université Paris II – Panthéon-Assas, onde preside o Departamento de Ciências da Informação e da Comunicação e dirige o Instituto Francês da Imprensa. É investigadora no laboratório CARISM e especializada em jornalismo, cobertura mediática de questões públicas e mobilização social urbana.

ARBITRAGEM CIENTÍFICA (REFEREES)

Annabela Rita (Universidade de Lisboa)
Cristina Trindade (Universidade de Lisboa)
Darlinda Moreira (Universidade Aberta)
Isabel Ponce de Leão (Universidade Fernando Pessoa)
João Relvão Caetano (Universidade Aberta)
José Carlos Lopes de Miranda (Universidade Católica Portuguesa)
José Renato Gonçalves (Universidade de Lisboa)
Pedro Abrantes (Universidade Aberta)
Rosa Sequeira (Universidade Aberta)

(Página deixada propositadamente em branco)

Globalização como Problema

Temas de Estudos Globais

Tem-se acentuado, nos últimos anos, o aparecimento, um pouco por todos os continentes, de novos estudos e programas de estudo sobre a globalização, especialmente nos países de língua e de influência anglo-saxónica. Ao mesmo tempo, assistimos à multiplicação de abordagens sobre temas e problemas do fenómeno desta nossa era de interconexão entre povos, culturas, religiões e territórios. Muito mais do que uma simples palavra, o termo e o conceito de «globalização» a ele associados afirmam um novo paradigma de conhecimento multidisciplinar, multidimensional, implicando a consideração de diferentes temporalidades e espacialidades e colocando em relação o que até hoje era estudado de forma compartimentada.

O conceito de «aldeia global», cunhado pelo canadiano Marshall McLuhan nos anos 60 do século xx, é cada vez mais o conceito-chapéu para desconstruir e reconstruir o conhecimento sobre a realidade, seja ele material-palpável, seja imaterial-psicológico, cultural ou espiritual. Cada vez se abdica mais de ver o mundo a partir do umbigo nacional, o que configurou uma história do saber marcada por um reducionismo político e social, para se passar a olhá-lo com base numa metodologia heteronómica e, por vezes, mesmo heteróclita.

da Introdução

José Eduardo Franco

João Relvão Caetano

DOUTORAMENTO
EM ESTUDOS
GLOBAIS



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uea.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



iêcc
pma
Instituto Europeu de
Ciências da Cultura
P. Manuel Antunes

THEYA

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN